UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
MESTRADO EM CULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JORGE WILTON PEREIRA DE JESUS

MEMÓRIAS DE UMA ESQUERDA EM TRANSIÇÃO:
Militância comunista, espaço e sociedade na Bahia (1974-1991).

Santo Antônio de Jesus – Bahia
2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JORGE WILTON PEREIRA DE JESUS

MEMÓRIAS DE UMA ESQUERDA EM TRANSIÇÃO:
Militância comunista, espaço e sociedade na Bahia (1974-1991).

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Mestrado em Cultura e Desenvolvimento Regional, do Departamento de Ciências Humanas – Campus V, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, sob a orientação do professor Dr. Charles D'Almeida Santana.

Santo Antônio de Jesus – Bahia
2008

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaboração: Biblioteca Central / UNEB
Bibliotecária: Juliana Braga – CRB-5/1396
(Biblioteca Campus V / UNEB)

J499m Jesus, Jorge Wilton Pereira de

Memórias de uma esquerda em transição: militância comunista, espaço e sociedade na Bahia (1974-1991) / Jorge Wilton Pereira de Jesus – Santo Antônio de Jesus – Ba.: [s.n], 2008.

189f.

Orientador: Prof. Dr. Charles D'Almeida Santana

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Campus V. Departamento de Ciências Humanas

1. Partido Comunista do Brasil. 2. Militância Estudantil – Bahia. 3. Ditadura Militar. I. Santana, Charles D'Almeida II. Universidade do Estado da Bahia Campus V. Departamento de Pós-graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. III. Título

CDD: 324.981

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Charles D'Almeida Santana
(Orientador)

_____

Profª. Dra. Ely Souza Estrela

_____

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

A D. Dete e Sr. Raimundo, meus pais. A Elisa, esposa e companheira, que atuou como crítica deste trabalho, e a Maíra, pelo carinho, compreensão e colaboração. Aos homens e mulheres que enfrentaram as vicissitudes da luta política sob a ditadura.

Aos colegas, professores e funcionários do curso de Mestrado em Cultura e Desenvolvimento Regional da UNEB, pelo convívio, estudos em comum e pela atenção.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a todos aqueles que compartilharam comigo a concepção e o desenvolvimento deste trabalho, de maneira direta ou indireta:

Ao professor e amigo Charles D'Almeida Santana, meu orientador, com quem aprendi a gostar dos trabalhos de memória, e parceiro desde os primeiros momentos da pesquisa.

Aos professores Felipe Magalhães e Ely Estrela, cujas aulas e indicações foram proveitosas ao meu trabalho.

Aos professores e amigos Ricardo Moreno e Afonso Florence, pelo estímulo.

Aos amigos e companheiros Aladilce Souza, Ana Maria Guedes, Antônio do Carmo, Arismário Sena, Carlos Valadares, Davidson Magalhães, Deoclides Cardoso, Élcio Dourado, Everaldo Augusto da Silva, Hilário Leal, Javier Alfaya, José Pires Caldas, José Reinaldo de Carvalho, Julieta Palmeira, Luiz Nova, Luiz Raimundo Gavazza, Manoel Messias Gonzaga, Nilton Vasconcelos, Percival Alves, Péricles de Souza, Renildo Souza, Sandra Regina Soares e Vandilson Costa, pela generosidade de relatar suas experiências, ceder seus arquivos pessoais e informações preciosas para a pesquisa. Embora toda a responsabilidade pelas lacunas, erros e imprecisões deste trabalho seja do autor, impossível seria não reconhecer a co-autoria destes.

RESUMO

Este trabalho, combinando o uso de relatos orais da experiência vivida por um conjunto de militantes e ex-militantes comunistas com outras fontes, discute a formação e ampliação da base militante do Partido Comunista do Brasil na Bahia nos anos de 1970/1980, tendo como ponto de partida o envolvimento de estudantes universitários do interior e da capital nas lutas estudantis e com a organização. Procura-se entender, também, como alguns desses estudantes universitários terminaram sendo protagonistas do processo de diversificação social e expansão espacial da militância partidária no período de transição da ditadura militar à democracia. Discute-se ainda as motivações que orientaram a opção partidária dos militantes, as exigências que lhes eram feitas, as vicissitudes da ação política sob um regime ditatorial e, posteriormente, o impacto da crise do socialismo real soviético e europeu na organização e entre seus integrantes.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil. Militância. Estudantes. Esquerda. Ditadura militar.

ABSTRACT

This study discusses the formation and expansion of the militant back-bone of the Communist Party of Brazil in Bahia in the 1970s and 1980s using the testimonies of militants and ex-militants, as well as others sources. The starting point of the study is the involvement of university students from the countryside and the capital city of Salvador in the student protests and their organization. The study also tries to reveal how some of these university students became protagonists in the process of social diversification and spacial expansion of party militancy in the period of transition from military dictatorship to democracy. The reasons behind the party choices of these militants is also discussed, as well as the demands that were made on them and the hardships they faced in their pursuit of political action under the dictatorial regime. The impact caused by the crisis within Soviet and European socialism and the effect of this on the Bahian militants and their organization is also outlined.

Key Words: Communist Party of Brazil. Militancy. Students. Left-wing. Military Dictatorship.

SUMÁRIO

1. **CONSIDERAÇÕES INICIAIS** 10

2. **ESTUDAR, MORAR E SER MILITANTE EM SALVADOR** 21

3. **ENVOLVENDO-SE COM O PROIBIDO E O PERIGOSO** 37

4. **A MILITÂNCIA COMUNISTA E OS SEUS PORQUÊS** 79

5. **A MILITÂNCIA SE DIVERSICA** 91

6. **TEMPOS DE PERPLEXIDADE E REFLEXÃO** 146

7. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 176

8. **FONTES DE PESQUISA** 180

9. **BIBLIOGRAFIA** 184

LISTA DE SIGLAS

AP – Ação Popular

APLB – Associação de Professores Licenciados da Bahia

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

ASPEB – Associação de Poupança e Empréstimo da Bahia

CADH – Comitê de Anistia e Direitos Humanos

CBA - Comitê Brasileiro de Anistia

CCO - Centro de Cultura Operária

CDA - Comitê de Defesa da Amazônia

CEATA - Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola

CECCA – Centro Estudantil e Cultural de Caetité

CEG – Centro Estudantil de Guanambi

CEITA – Centro de Estudantes de Itapetinga

CEMAN – Central de Manutenção

CSC - Corrente Sindical Classista

CEUFS – Centro dos Estudantes Universitários de Feira de Santana

CIVUB – Confederação Interiorana de Vestibulandos e Universitários da Bahia

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FACCEB – Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia

FESPI – Federação das Escolas de Ensino Superior de Ilhéus e Itabuna

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia

MCC - Movimento contra a Carestia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MR – 8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDS - Partido Democrático della Sinistra

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRC – Partido da Refundação Comunista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTA – Partido do Trabalho da Albânia

RUF – Residência Universitária de Feira de Santana

SINPRO - Sindicato dos Professores

SINDIQUIMICA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica da Bahia

UBM - União Brasileira de Mulheres

UCSal - Universidade Católica do Salvador

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBa - Universidade Federal da Bahia

UJS - União da Juventude Socialista

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNEGRO - União de Negros pela Igualdade

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A esquerda[1] baiana, nas últimas décadas, conquistou uma presença significativa nos movimentos sociais e na política institucional, consolidou uma forte hegemonia no movimento sindical e se credenciou para disputas das esferas de poder mais importantes do Estado, notadamente a Prefeitura de Salvador e o Governo do Estado. Apesar disso, são raros os estudos que têm como objeto o desenvolvimento da sua militância, a sua estruturação, os seus desafios no enfrentamento das forças políticas concorrentes ou ideologicamente antagônicas. Observação que é válida para a esquerda como conjunto, e para o PCdoB em particular.

Há estudos que versam sobre as ações armadas e "de massas" na Bahia conduzidas por algumas organizações de esquerda, entre as décadas de 60 e de 70 do século passado, sem, contudo, alcançar a fase de transição política da ditadura à democracia, situada entre os anos de 1970 e os de 1980.[2] Por outro lado, os estudos sobre o PCdoB se concentraram, principalmente, sobre os aspectos gerais da sua linha político-ideológica, a incorporação de efetivos da Ação Popular ao PCdoB,[3] a Guerrilha do Araguaia (1972-1974) e os únicos que abordaram especificamente a sua seção baiana se dedicaram ao período anterior ao aqui estudado.[4]

Daí o esforço desenvolvido no sentido de preencher algumas lacunas nos estudos sobre as pessoas e organizações que, muitas vezes de maneira anônima ou clandestina, foram protagonistas do rico processo político e social ocorrido no Brasil e na Bahia no período citado. Muitas dessas pessoas continuam vivas e guardam a memória do que viram, viveram e sentiram, e, no dizer de Portelli, podem nos contar – como algumas delas efetivamente o fizeram - não apenas o que foi feito, mas o que se queria fazer, o que se acreditava estar fazendo e o que agora se pensa que fez.[5] Então se buscou partilhar de suas experiências,

---

[1] Sobre a atualidade da noção de esquerda, ver BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

[2] Cf. NOGUEIRA, Marco Aurélio. As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 157-162 e 264-270.

[3] LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

[4] SILVA, Sandra Regina B. da. "Ousar Lutar, Ousar Vencer": histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: Dissertação de Mestrado em História. PPGH/FFCH/UFBA, 2003. SANTOS, Andréa Cristiana. Ação entre Amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973). Dissertação de Mestrado em História. PPGH/FFCH/UFBA. 2004.

[5] PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente. In*: Proj. História. São Paulo. Nº. 14. Fev. 1997, p. 31.

dialogando com sua memória e outras fontes, para historicizar parte do processo histórico da época, lembrando com Pierre Nora de que:

> "A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações".[6]

Portanto, as lembranças evocadas só podem ser compreendidas referenciando-se nessa natureza dinâmica da memória e nas injunções temporais e sociais a que a mesma está sujeita.

O PCdoB perdeu muitos militantes no enfrentamento com o regime militar, com destaque para a luta guerrilheira do sul do Pará.[7] Ainda em 1976, teve grande parte de sua direção nacional assassinada ou presa pelas forças de segurança. No entanto, teve um rápido crescimento no movimento estudantil, principalmente na Bahia onde, em 1979, foi realizado o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes,[8] em que foi eleito presidente um estudante baiano, Ruy César Costa Silva, ligado ao PCdoB.[9] Assim, nesta pesquisa, tenta-se entender como se deu esse crescimento, que já vinha sendo registrado na primeira metade da década de 70 do século XX, e quais as razões que motivavam as pessoas a optarem por esta organização.

Gilberto W. Almeida e Maria Victoria E. Gonzalez fizeram algumas indicações sobre a função do movimento estudantil na rearticulação das forças políticas de esquerda na Bahia, embora sem a abordagem de vários aspectos necessários a uma compreensão mais ampla e mais profunda desse processo.[10] Então, pareceu relevante saber como os estudantes comunistas atuaram no processo de expansão da base militante do PCdoB, na capital e para o interior. Isso porque, de acordo com as fontes, vários militantes do partido que eram estudantes nos anos de 1970 vão aparecer na década seguinte atuando nas áreas sindical, de

---

[6] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In*: Projeto História. São Paulo. Nº 10. Dezembro/1993, p. 9.

[7] CAMPOS FILHO Romualdo P. Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas. Goiânia – Go: Editora UFG, 1997.

[8] GONZALEZ, Maria Victoria E. O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros. Salvador: Edufba/ALBa., p. 46. ROMAGNOLI Luiz Henrique e GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

[9] Em entrevista ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, no sítio mme.org.br/main, Ruy diz nunca haver tido vinculação partidária. Porém, alguns entrevistados por este autor confirmaram que ele foi militante do PCdoB.

[10] ALMEIDA, Gilberto W. Memórias de comunicação e construção da cidadania**:** as experiências do Convênio Cultural e do Trabalho Conjunto de Salvador. XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação – Campo Grande - MS – Setembro/2001. GONZALEZ, Maria Victoria E. 1997, Op. cit., 46-62.

bairros e parlamentar, em Salvador e outras cidades,[11] provocando significativas mudanças na geografia política da esquerda baiana nos anos de 1980, na medida em que, favorecida por um ambiente mais democrático, esta conquistava novos espaços políticos.

Segundo Iná Elias de Castro, "o espaço político é aquele circunscrito pelas ações das instituições políticas e pelas forças instituintes, que lhe conferem um limite, dentro do qual há efeitos identificáveis e mensuráveis",[12] sendo as instituições políticas aquelas cujas decisões afetam a vida em sociedade e, as forças instituintes, aquelas exercidas por atores sociais que se organizam para institucionalizar suas demandas nos limites de um território legitimamente definido para estas decisões e ações. Portanto, a abordagem do espaço aqui se dá sob uma perspectiva política, onde aquele é o lugar do conflito e da busca de sua solução.

Procurou-se ainda examinar como se davam as mudanças de atribuições ou de áreas de atuação dos militantes, se eram planejadas ou espontâneas, e como repercutiam na sua vida cotidiana, aquela vida que, segundo Agnes Heller, todos vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Para Heller, "ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade".[13] Assim, a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social e o intercâmbio são aspectos integrantes do cotidiano.

Ao analisar a historiografia dos movimentos operários, Eric Hobsbawm a identificou como produtora de narrativas tradicionais e de história institucional, sendo pouco usual apenas o seu objeto. Segundo o autor, mesmo quando surgia algum trabalho admirável e erudito, algumas lacunas restavam, pois não era possível saber quem eram os militantes de base e os simpatizantes, e o que pensavam.[14] Um dos recursos para preencher esse vazio seria o trabalho com memórias de militantes dispostos a discorrer sobre suas experiências.

Nesse sentido, Maurice Halbwachs observou que enquanto a história analisa de uma perspectiva exterior a sociedade e os grupos que a compõem, a memória, diferentemente, é a "reconstituição de experiências pessoais e sociais que se desenrolam sempre a partir de dentro do grupo, de modo a oferecer dele um quadro de analogias no qual seus membros se reconheçam".[15] No mesmo sentido, Agnes Heller afirmou que a história trata do que acontece

---

[11] CARMO, Antonio Santos do. Entrevista gravada em 24/02/2005.
[12] CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 93.
[13] HELLER, Agnes. O cotidiano e a História. São Paulo, Paz e Terra, pp. 17-18.
[14] HOBSBAWM, Eric. Mundos do trabalho. São Paulo, 1987, Paz e Terra, pp. 21 e 22.
[15] HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p. 88.

visto de fora, e as memórias tratam do que acontece visto de dentro,[16] tornando conhecido muito daquilo que ocorreu na intimidade do grupo, das suas relações internas e mesmo como tais relações foram compreendidas pelos sujeitos que as experimentaram.

Sendo assim, o trabalho de memória torna a apreensão do passado mais rica e mais complexa, embora não possa dizer-se mais verdadeira. Pois, como observou Alessandro Portelli, os relatos orais falam mais de significados do que de eventos, embora revelem eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos.[17]

Em um fragmento intitulado *Escavando e recordando*, Walter Benjamin apresenta sua particular noção de memória:

> "Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos', nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxadada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho".[18]

Metafórica e poética, a visão de memória de Benjamin assinala a natureza sublime das lembranças do que ocorreu no passado. Sejam como fatos, sejam como imagens, elas são preciosidades que não devem apenas ser inventariadas, mas devem ter o seu significado inscrito no presente, no terreno de hoje.

"Esse movimento de escavar/recordar tem em Benjamin tanto uma dimensão subjetiva, de resgate da memória, das lembranças de uma vida", afirma Sônia Kramer "como também uma dimensão coletiva, de resgate da história das lutas, dos povos, da humanidade, em diversos momentos da sua história e seus confrontos". Para esta autora, ao caminhar pela cidade, ao entrar numa biblioteca ou museu, ou ainda, ao ler um livro ou ver uma exposição, "temos a história condensada, aglutinando contradições, dizendo e calando, valorizando e omitindo, contando".[19] Biblioteca, museu, livro, exposição, todos constituindo o que Pierre

---

[16] Apud HOBSBAWM, Eric. Tempos interessantes: uma vida no século XX. São Paulo, Cia das Letras, 2002, p. 12.
[17] PORTELLI, Alessandro. Op. cit., p. 31.
[18] Apud KRAMER, Sônia. *Linguagem e história: o papel da narrativa e da escrita na constituição de sujeitos sociais. In:* FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. (orgs.) Teoria e educação no labirinto do capital. 2ª Edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001, p.171.
[19] Idem, ibidem, pp. 171-172.

Nora nomeou de lugares de memória, nos seus sentidos material, simbólico e funcional[20] e que, para Marilena Chauí, comporiam a memória objetiva, porque existente em objetos e fora de nós.[21]

Por sua vez, Jacques Le Goff descreve a memória como um fenômeno individual e psicológico, mas articulado com a vida social. As suas variações decorrem da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar traços do passado, produz uma variedade de documentos/monumentos. Assim, a apreensão da memória depende do ambiente social e político, tratando-se, portanto, da aquisição de regras de retórica e de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo.[22] Nesta noção ampla, a memória individual é construída numa relação dialética com a realidade social.

De maneira semelhante argumenta Maurice Halbwachs dizendo que a memória deve ser entendida no quadro das relações sociais. Para ele, a memória apresenta potencialidades como a reconstrução de um tempo anterior, reencontro com utopias, representação de correntes de pensamento, lembranças da vida cotidiana com todas as suas alegrias e frustrações, reativação de emoções políticas.[23]

Já Maria Ciavatta, ao discutir a natureza do conhecimento histórico, pôs em relevância o problema das mediações para uma melhor apreensão do objeto. Referenciando-se em Hugo Zemelman, a autora argumenta:

> "A mediação implica em uma perspectiva de análise que começa com a própria definição do objeto, e não constitui, *stricto sensu*, solução para uma relação insuficiente de causalidade, empiricamente estabelecida (ou dada por hipótese). A perspectiva teórica das mediações implica incluir '(...) como propriedades do objeto, as conexões que o determinam em situações de tempo e espaço determinado, única forma de encontrar a explicação de um objeto sem cair no esquema abstrato de uma relação mecânica e, simultaneamente, não perder de vista o significado que o objeto tem não apenas como singularidade, mas também, como particularidade. A mediação é o passo necessário para descrever a particularidade do objeto, a relação do aparente, singular ou contingente, com o processo mais compreensivo que o determina' (Zemelman)".[24]

---

[20] NORA, Pierre. Op. cit., p. 21.
[21] CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995, p.129.
[22] LE GOFF, Jacques. *Memória*. *In*: Enciclopédia Einaudi. Portugal: Impr. Nacional/C. da Moeda, 1997, p. 50.
[23] HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, citado por NEVES, Lucília de Almeida. Op. cit., p. 53.
[24] CIAVATTA, Maria. *O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In*: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs.). Op. cit., p. 142.

Assim, o objeto deve ser apreendido na sua historicidade, implicando isso em examiná-lo em seu tempo e espaço, refletindo, assim, o movimento, os conflitos, as disputas, etc.

Os vínculos entre memória e identidade, segundo alguns autores, são essenciais. Para Marcel Proust, a memória é a garantia de nossa própria identidade, "o podermos dizer 'eu' reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos". [25]

Ao discutir a relação entre literatura afro-americana e memória, José Eduardo F. Giraudo também sublinhou os vínculos entre o passado que se evoca e uma perspectiva de futuro para a comunidade. Giraudo afirma:

> "A possibilidade de narrar o passado, de transformar um passado que se padeceu (...) em um passado que faça sentido, ou história, marca a dimensão *ética* da poética afro-americana. Esta *po-ética* produz um passado habitável ao enquadrar os fragmentos de experiência (*Erlebnisse*) no espaço prenhe de sentido de um *éthos* tornado presente. Esta dimensão *ética* também se orienta para o futuro, prospectiva e profética: ela arranca do passado 'vivido' um sentido doloroso do tempo, projetando-o em direção ao futuro; ela abarca, segundo Glissant, 'uma visão profética do passado'". [26]

Finalmente, Santo Agostinho fez as seguintes observações:

> "Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie... Ali repousa tudo o que a ela foi entregue, que o esquecimento ainda não absorveu nem sepultou... Aí estão presentes o céu, a terra e o mar; com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que esqueci. **É lá que me encontro a mim mesmo**, e recordo das ações que fiz, o seu tempo, lugar e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem" (grifos no original).[27]

A memória, para Santo Agostinho, com seus lugares e objetos ("campos" e "palácios") guarda tudo que lhe foi entregue e que não foi vítima do esquecimento, fazendo emergir no sentido de "mim mesmo", a própria identidade de quem evoca o passado.

Foi a partir desses pressupostos que se buscou compreender alguns aspectos do processo de reorganização da esquerda na Bahia, depois dos "anos de chumbo", enfocando a experiência da militância do Partido Comunista do Brasil – PCdoB e utilizando, principalmente, os recursos oferecidos pela metodologia da história oral cuja legitimidade já

---

[25] Apud CHAUÍ, Marilena. Op. cit., 125.
[26] GIRAUDO, José Eduardo F. Op. cit., p. 47.
[27] Apud CHAUÍ, Marilena. Op. cit., p.p. 125-126.

foi demonstrada por vários autores. Michel Trebitsch, por exemplo, a qualificou de contra-história pela sua insurgência diante da hierarquia imposta pela história positiva, que remetia a tradição oral a categorias inferiores. Insurgência feita tanto quanto aos métodos quanto aos objetos. Assim, surge uma história vista de baixo, história do local, dos humildes e dos sem história e que tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou. A dimensão militante da história oral ganha relevância porque democratiza a história e a sua função de devolver a palavra aos operários, aos militantes políticos e às mulheres, por exemplo.[28]

Gwin Prins argumentou a favor da relevância da oralidade para a própria história política. Para ele nenhum historiador da alta política moderna, tendo base nos registros públicos, pode esperar ser lido com confiança, se as fontes orais não tiverem sido empregadas.[29]

Aspásia Camargo, por sua vez, definiu a história oral como fonte, problemática como as outras, e como técnica, frisando a relação entre objetividade e subjetividade. Sustentou que toda fonte é provida de aspectos objetivos e subjetivos. A história oral, como fonte, teria que necessariamente envolver um conjunto de entrevistas, expressivo do universo em análise. A autora afirmou ainda a importância da noção de ponto de saturação: quando começamos a repetir a informação, é o sinal de que aquele circuito de informação se esgotou.[30]

Michel Trebitsch, discutindo as relações entre oralidade e memória, argüiu que a emergência da memória coletiva nos estudos históricos assentou a história oral em toda sua complexidade, a de uma história "longa" da memória com o passado "recomposto".[31] Isso porque há distinção entre vivência e memória. A primeira remete às ações, ao concreto, às experiências, enquanto a segunda refere-se ao significado dado às experiências.

Tais considerações é que orientaram o uso de fontes orais no desenvolvimento da pesquisa através de entrevistas com um conjunto de vinte militantes e ex-militantes que viveram aquelas experiências. Note-se que algumas delas foram compartilhadas por mim mesmo, como militante estudantil no curso de ciências contábeis da UFBa, onde presidi o diretório acadêmico entre 1979 e 1980. E, a partir de 1981, em Feira de Santana, onde morei e atuei por orientação do PCdoB até 1993.

---

[28] TREBITSCH, Michel. *A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea*. *In*: FERREIRA, Marieta de M. (org.). Op. cit., p. 25.
[29] PRINS, Gwin. *História oral*. *In* BURKE, Peter (org.). A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 194.
[30] CAMARGO, Aspásia. *História oral e política*. *In*: FERREIRA, Marieta M. (org.). História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, pp. 80-81.
[31] TREBITSCH, Michel. Op. cit., pp. 23, 29, 30, 35 e 39.

Foram entrevistadas as mulheres Ana Maria Guedes, assistente social, dirigente estadual do partido, militante desde 1973 e egressa da Ação Popular, com atuação destacada na luta pela anistia; Julieta Maria Cardoso Palmeira, médica, também dirigente estadual da organização, atuou politicamente na Escola Baiana de Medicina e na UCSal; Maria Aladilce de Souza, vereadora, professora da UFBa e membro da direção estadual do partido, tendo atuado entre os estudantes, na luta de bairros e no sindicalismo; e Sandra Regina Soares, psicóloga, ex-militante e ex-dirigente estadual, que atuou nos movimentos estudantil da UFBa, de bairros e contra a carestia.

Alguns dos homens entrevistados foram militantes deslocados pelo partido para atuar em cidades do interior, sendo estas suas cidades natais ou não: Davidson de Magalhães Santos, economista e professor, dirigente estadual, atuou na FACCEB (Escola de Frederico) e foi dirigente do partido em Itabuna; Élcio Nunes Dourado, advogado, estudou direito na UFBa e foi dirigente estadual ligado ao trabalho no campo; Hilário de Jesus Leal, funcionário partidário, integra a direção municipal de Salvador e atuou no movimento operário e em Camaçari; Luiz Raimundo Barreiros Gavazza, professor, secretário municipal de S. Sebastião do Passé, dirigente estadual, atuou na UCSal e em Alagoinhas; e Manoel Messias Gonzaga, farmacêutico e ex-vereador em Feira de Santana, dirigente estadual, atuou no movimento estudantil da UFBa, depois foi para Feira de Santana.

Houve outros que foram transferidos para o movimento sindical, deixando a militância estudantil para trás: Antonio Renildo S. Souza, economista e professor, dirigente estadual e nacional do partido, foi estudante de física e de economia na UFBa, estagiário na indústria têxtil e operário metalúrgico; Deoclides Cardoso de Oliveira Júnior, bancário e médico, estudou e militou na Escola Baiana de Medicina e atuou no sindicalismo bancário; e Everaldo Augusto da Silva, bancário e vereador em Salvador, dirigente estadual e nacional do partido, atuou no movimento das residências e no sindicalismo, tendo sido presidente estadual da CUT.

Três deles também atuaram como parlamentares depois de haverem militado no movimento estudantil: Francisco Javier Ulpiano Alfaya, deputado estadual e ex-vereador, ex-presidente do DCE – UFBa e da UNE, dirigente estadual e nacional do partido; Luiz Henrique Sá da Nova, ex-deputado estadual, ex-presidente estadual do partido, foi membro do Comitê Central, é jornalista e professor, e atuou no DCE – UFBa e no movimento das residências estudantis; e Vandilson Pereira Costa, advogado e ex-deputado estadual, dirigente estadual do partido, também atuou no DCE – UFBa e no movimento das residências.

Foram entrevistados ainda os seguintes militantes, dirigentes e ex-membros da organização: Antônio Santos do Carmo, assessor parlamentar, foi militante e dirigente estadual do PCdoB de 1975 a 1991, tendo atuado no movimento estudantil; Arismário Sena Ferreira, professor, dirigente do partido em Ipirá, atuou no Colégio Central e no movimento das residências estudantis; Olival Freire Júnior, professor, foi presidente estadual na Bahia e em São Paulo e membro do Comitê Central, também teve atuação no movimento estudantil; Percival dos Santos Alves, professor, milita no PCdoB desde 1979, atuou entre os professores da rede estadual e na área de formação do partido; e Péricles Santos de Souza, presidente estadual do PCdoB e membro do Comitê Central, militante desde 1973, egresso da Ação Popular.

Através dos relatos provenientes dessas fontes, foram trazidas à luz informações referentes à experiência de ser militante político, às motivações da opção pela militância nesta organização comunista, referentes ao cotidiano dos narradores, etc.

As entrevistas foram realizadas com o uso de um gravador, seguindo um roteiro previamente elaborado e observando as orientações constantes em trabalhos como os de Verena Alberti, Paul Thompson e Antônio Torres Montenegro.[32] Os três autores sistematizaram orientações e regras para a boa execução da pesquisa com fontes orais, desde a preparação da entrevista e sua dinâmica, passando pela transcrição e pela questão dos direitos autorais, até a finalização e apresentação final do depoimento.

Foram observadas ainda as reflexões sobre a ética na pesquisa com fontes orais desenvolvidas por Alessandro Portelli,[33] e que são recomendáveis para orientar as relações entre entrevistador e entrevistados e a maneira de utilização dos relatos orais, de forma a evitar, entre outros problemas, constrangimentos aos últimos.

Outras fontes foram usadas como jornais e documentos partidários. Destes, foram extraídas informações sobre a conjuntura, a formação da militância, as condições de ingresso, as disputas políticas, os debates internos, etc. Enfim, o esforço foi o de levantar elementos de uma memória política da organização e examiná-la em conjunto ou contraponto com as memórias dos militantes.

O recurso a jornais da grande imprensa deveu-se à necessidade de precisar informações sobre certos acontecimentos, seus protagonistas e lugares, e analisar sua

---

[32] Cf. ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990. MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e memória**:** a cultura popular revisitada. São Paulo, Contexto, 1992. THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

[33] PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In*: Projeto História. Revista do PEPGH da PUC/SP, nº. 15. São Paulo, abril de 1997, pp. 13-33.

repercussão e como os próprios jornais fizeram o seu registro. Além disso, tais fontes foram imprescindíveis para que o próprio pesquisador tivesse noção do momento político da época.

Assim, embora a pesquisa tenha sido baseada fundamentalmente em fontes orais, outras fontes foram úteis para enriquecer as informações e descrever essas experiências, tentando entender as suas diversas dimensões e os seus significados o mais profundamente possível.

O trabalho foi intitulado "Memórias de uma esquerda em transição: militância comunista, espaço e sociedade na Bahia (1974-1991)" com o objetivo de representar o conteúdo de uma pesquisa focada num período que a historiografia e a ciência política brasileiras caracterizaram como de transição política ou de transição democrática. Saliente-se, entretanto, que a própria esquerda, no caso específico, o Partido Comunista do Brasil, promovia reorientações políticas e ajustes internos visando a influenciar a situação política de acordo com sua tática e sua estratégia e também a responder as demandas que a cambiante conjuntura apresentava. Ou seja, além das condições políticas do país, a própria organização e os seus integrantes experimentavam um processo próprio de transição, que desafiava o seu potencial de metamorfose, isto é, a possibilidade de exercer uma diversidade de papéis e de transitar entre eles,[34] procurando desenvolver práticas políticas eficazes o suficiente para dotar o partido de uma estrutura articulada e de uma base militante mais ampla e mais influente politicamente no estado.

Era nesse ambiente de múltiplas transições que a militância comunista, juntamente com aliados mais próximos ou não, procurava redefinir seus espaços de atuação na sociedade baiana criando (ou integrando-se a) os mais distintos meios e instrumentos de ação política como o Trabalho Conjunto, a tendência/corrente universitária Viração, o Comitê Brasileiro de Anistia – CBA – Bahia, o Movimento contra a Carestia - MCC, a Tendência Popular do MDB/PMDB, o Comitê de Defesa da Amazônia – CDA, o bloco carnavalesco Panela Vazia, o Centro de Cultura Operária – CCO, o Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Agrícola – CEATA, o jornal *Folha Popular*, as sucursais dos jornais *Movimento* e *Tribuna da Luta Operária*, movimentos de oposição e renovação sindical como a *Renovação Metalúrgica*, a *Corrente Sindical Classista – CSC*, a União da Juventude Socialista – UJS – Bahia, a União Brasileira de Mulheres – UBM – Bahia e a União de Negros pela Igualdade – UNEGRO. Além disso, disputando influência política ou mesmo a hegemonia, nos mais diversos segmentos sociais e frentes de atuação política, representados, por exemplo, por sindicatos e

[34] VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 79.

entidades profissionais, centros, diretórios e outras organizações estudantis, e associações de bairros, e tentando ocupar posições nas estruturas institucionais de poder.

O trabalho compõe-se de cinco partes. Na primeira, *Estudar, morar e ser militante em Salvador*, são discutidos o contexto em que os jovens do interior migravam para a capital a fim de estudar e/ou trabalhar e as dificuldades de acomodação que então se apresentavam nos pensionatos e nas residências estudantis mantidas na capital por diversas instituições, principalmente prefeituras do interior. Trata-se, ainda, das lutas e formas de organização desenvolvidas a fim de permanecerem na capital e concluírem seus estudos.

Na segunda, *Envolvendo-se com o proibido e o perigoso*, analisam-se as circunstâncias políticas em que se dava o envolvimento dos ativistas estudantis com a militância partidária clandestina e os riscos e as precauções que isso implicava, destacando-se a lentidão e as exigências que permeavam o processo de aproximação e integração ao partido.

A terceira parte, *A militância comunista e os seus porquês*, procura entender as diversas motivações apresentadas pelos entrevistados para aderir ao PCdoB, nos seus aspectos subjetivos e objetivos, cotejando com as interpretações elaboradas pelo próprio partido sobre as razões do seu crescimento.

A quarta, *A militância se diversifica*, consiste em abordar os movimentos da organização e de seus militantes em busca da ocupação de novos espaços políticos na capital e no interior, identificando os meios, as disputas e os obstáculos que marcaram essa expansão e a repercussão na vida daqueles que se dispuseram a trocar de atividade e de lugar por solicitação partidária ou por iniciativa própria.

A quinta parte, *Tempos de perplexidade e reflexão*, analisa os impactos da crise do socialismo real soviético e europeu, cujo símbolo maior foi a queda do Muro de Berlim, sobre o partido e seus integrantes e como estes reagiram. Procura-se, ainda, identificar as principais mudanças promovidas pela organização em decorrência da crise.

2. ESTUDAR, MORAR E SER MILITANTE EM SALVADOR

Para os jovens baianos que pretendiam ter acesso a um curso universitário nos anos de 1970, as maiores possibilidades encontravam-se em Salvador, particularmente na Universidade Federal da Bahia - UFBA, onde eram oferecidas vagas para mais de quarenta cursos em unidades distribuídas pelos campi situados nos bairros da Federação, do Canela e de Ondina, e em algumas unidades isoladas como a Faculdade de Ciências Econômicas, na Praça da Piedade, e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Avenida Joana Angélica.

Havia ainda a Universidade Católica do Salvador - UCSal e mais cinco faculdades: Faculdade Católica de Ciências Econômicas (Escola de Frederico), Escola de Administração de Empresas da Bahia (Trabuco), Fundação Visconde de Cairú, Faculdade de Educação Olga Mettig e Escola Baiana de Medicina. No interior, eram poucas as opções e, onde existiam, não atendiam as aspirações de todos. Cursos como os de engenharia, medicina e odontologia, por exemplo, só podiam ser encontrados na capital. Em 1970, havia 9359 estudantes matriculados na UFBA, 3202 na UCSal, 602 em instituições isoladas de Salvador e 763 em instituições localizadas no interior.[35]

Essa concentração da oferta de vagas em Salvador era o que ensejava o deslocamento de inúmeros jovens das diversas regiões do interior para a capital do estado à procura de formação superior. Mas havia aqueles que se mudavam antes mesmo de concluir o curso secundário, deixando para fazê-lo em colégios soteropolitanos. Esse movimento de jovens interioranos em direção à capital parecia ser um fenômeno nacional, como indica o seguinte depoimento de um estudante do Rio de Janeiro, Elinor Brito, líder secundarista do Centro Estudantil Calabouço, freqüentado principalmente por secundaristas e vestibulandos:

> "Cerca de 90% eram estudantes que trabalhavam: bancários, boys, comerciários, escriturários. Trabalhavam de dia e estudavam de noite. De modo geral, eram também originários do interior ou de outros estados do Brasil, procuravam o Rio para tentar mudar de vida, atraídos pela cidade grande, com mais oportunidades de estudo e trabalho".[36]

Portanto, a realização do sonho da graduação universitária e, consequentemente, a abertura de caminhos para uma profissão que garantisse a ascensão social, para a juventude do

---

[35] SEPLANTEC. Anuário Estatístico da Bahia. 1972, pp. 291-293.
[36] Apud RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP, 1993, p. 143.

interior implicava partir do seu lugar de infância e adolescência, muitas vezes deixando parentes, amigos, experiências e vivências para trás. Esse lugar era o espaço da intimidade onde o sujeito "estava submetido a uma convivência longa e repetitiva com os mesmos objetos, os mesmos trajetos, as mesmas imagens, de cuja construção participava". Tudo isso constituía uma "familiaridade que era fruto de uma história própria, da sociedade local e do lugar, onde cada indivíduo era ativo".[37] Portanto,

> "Vir para a cidade grande é, certamente, deixar atrás uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação".[38]

Evitar ou sair dessa alienação exige uma via de entendimento da cidade, já que "suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória".[39] Essa transição, entre o viver no lugar e o viver no espaço estranho até este se tornar um lugar, e seus significados emergem, implícita ou explicitamente, dos relatos de alguns desses interioranos de poucos ou médios recursos que se deslocaram para Salvador, em um período em que a cidade teve um enorme impulso demográfico, saindo de 1.007.198 habitantes, em 1970, para 1.493.688, em 1980.[40] Impulso este que foi determinado por uma industrialização exógena, espasmódica e concentradora, porque dirigida a partir de fora da Bahia, desenvolvida aos surtos, portanto, marcada por descontinuidades, e espacialmente concentrada na Região Metropolitana de Salvador.[41]

Antônio Renildo Santana Souza, por exemplo, que era filho de um pequeno comerciante, deixou Ribeira do Pombal, no norte baiano, com 17 anos. Vandilson Pereira Costa, nascido em Guanambi, no sudoeste, e cujos pais eram médios produtores rurais, partiu da cidade com 18 anos. Deoclides Cardoso de Oliveira Júnior, de Barra, situada no noroeste, filho de um "criador" médio do sertão, migrou com 20 anos. Davidson de Magalhães Santos, de Itabuna, na região cacaueira, e que era neto de latifundiários, mudou-se com 15 anos.

---

[37] SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 262.
[38] Idem, ibidem, p. 263.
[39] Idem, ibidem, p. 263.
[40] CARVALHO, Ana Lúcia B. de, FREITAS, Mário André S. de e CAMPANÁRIO, Paulo. Mudanças na dinâmica demográfica de Salvador e sua Região Metropolitana na segunda metade do século XX. In Bahia Análise & Dados, v. 10, n. 1. Salvador – Ba, julho-2000, p. 35.
[41] TEIXEIRA, Francisco e GUERRA, Osvaldo. *50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In*: Bahia Análise & Dados. Salvador – Bahia. SEI, v. 10, n. p. 87-98. Julho-2000.

Olival Freire Júnior, que era filho de comerciantes de classe média, de Jequié, partiu para a capital aos 16 anos. Também de Jequié, Hilário de Jesus Leal, filho de meeiros, seguiu para a Salvador, aos 22 anos. Julieta Maria Cardoso Palmeira, de Vitória da Conquista, no sudoeste, neta de um senhor de engenho alagoano e filha de um casal de classe média empobrecida, passou a residir em Salvador, desde os 16 anos. Everaldo Augusto da Silva, nascido em Brumado, no sudoeste, e filho de um pedreiro e de uma dona de casa de origem rural, transferiu-se para a capital, em 1978. Luiz Henrique Sá da Nova, nascido em Macarani, mas que foi criado em Itapetinga, também no sudoeste, filho de funcionários públicos, deixou esta cidade quanto estava com 15 anos. Todos chegaram a Salvador entre 1969 e 1978. Embora de cidades e origens sociais distintas, esses jovens, que tinham como projeto comum a continuação dos estudos, terminaram se encontrando nas mesmas comunidades de destino[42]: o movimento estudantil baiano e a seção estadual do Partido Comunista do Brasil, onde estabeleceram relações com outros jovens do interior, mas também da capital, como Antônio Santos do Carmo, nascido na Lapinha e "de origem muito pobre", e Francisco Javier Ulpiano Alfaya, nascido na Espanha, mas residente em Salvador desde os oito anos de idade e filho de um espanhol que era funcionário de uma indústria de bebidas. Com estes compartilharam as experiências de ser estudante, militante e comunista.

As razões que os levaram a partir para Salvador foram lembradas por alguns deles das maneiras que seguem.

Vandilson rememora:

> "Estudei a vida toda em colégio público em Guanambi até cumprir o segundo grau. Formei lá em professor e, no começo da década de 70, mais exatamente no final de 1973, me desloquei pra Salvador pra tentar a Universidade e, chegando aqui, comecei a fazer o curso pré-vestibular".[43]

Ainda sem haver concluído o curso secundário em Itabuna, Davidson freqüentaria aulas em uma escola religiosa de Salvador antes de prestar vestibular. Ele conta que veio

> "pra Salvador em 76, pra estudar, fazer o segundo grau, no Colégio Dois de Julho. Minha família toda presbiteriana, meu tio era pastor presbiteriano, eu vim estudar em um colégio presbiteriano, que era o Dois de Julho. Eu consegui uma bolsa. Na época eu também era presbiteriano, de militância presbiteriana. Eu era coordenador de escola dominical".[44]

---

[42] BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, Cia das Letras, 2003, p. 38.
[43] COSTA, Vandilson Pereira. Entrevista gravada em 14 de maio de 2006.
[44] SANTOS, Davidson de Magalhães. Entrevista gravada em 19 de março de 2006.

Nascido na Fazenda Cajueiro, de onde se deslocou aos 8 anos para a sede do município, Jequié, Hilário tornaria a se deslocar, desta vez, para Salvador, não apenas por causa dos estudos. Mas também porque a turma com quem convivia e fazia atividade política tinha ido para a capital. A outra razão era a preocupação que o amigo Pascoal Muniz expressava com a sua segurança. Pascoal considerava que Hilário podia ser vítima da repressão em Jequié e, por outro lado, em Salvador ele teria maiores possibilidades de continuar sua atuação política.[45]

Portanto, diferentemente dos primeiros, o jovem jequieense, além de querer dar continuidade ao seu processo de formação acadêmica, tinha também motivações afetivas, decorrentes do convívio com os amigos, e políticas, relacionadas com a sua própria segurança e com a possibilidade de continuar atuando politicamente, para transferir-se para Salvador.

Na capital os jovens estudantes residiam em pensionatos, como Deoclides e Vandilson, e casas dos pais ou de tios, a exemplo de Julieta e Davidson. Havia ainda as alternativas de morar com irmãos ou amigos em algum imóvel alugado, como foi a experiência vivenciada por Renildo e Luiz Nova, que moraram com seus irmãos, e nas residências estudantis, que eram unidades mantidas pelas prefeituras do interior, por instituições da Igreja ou pela Universidade, onde moraram Vandilson, depois de viver em pensionatos, Everaldo e Hilário.

Referenciando-se na experiência dos primeiros momentos em Salvador, Vandilson lembra:

> "Eu fui um errante, aqui. Eu morei em uns dez lugares distintos. Nos primeiros anos, todos em pensionato. Porque eu chegava na pensão..., a qualidade da comida era ruim, as condições de acomodação eram ruins, a gente começava a demonstrar insatisfação, aí logo, logo entrava em conflito com os donos de pensão. Existiam muitas pensões aqui em Salvador antigamente, muitas! Hoje, já reduziu bastante. Mas era uma quantidade de pensões enorme. Elas ficavam sobretudo na parte central de Salvador, entre os Barris. Minha primeira moradia foi na rua Almeida Sande, número 5. Ali na Direita da Piedade tinha muita pensão, nos Aflitos; tinham muitas pensões nos Aflitos, o 33, o 45. Até hoje tem uma casa lá que hoje dá o nome de pousada, mas era uma pensão. A cidadã era até de Boquira".

Deslocado de sua cidade natal, o narrador continuou sem se localizar por algum tempo na capital. Era "um errante" que chegou a morar "em uns dez lugares distintos". Ele morou ainda na Avenida Sete de Setembro, na Ladeira dos Aflitos e na Ladeira da Barra. Em quase todos estes endereços funcionavam pensionatos.

---

[45] LEAL, Hilário de Jesus. Entrevista gravada em 22 de maio de 2007.

Na sua evocação, Vandilson registra, também, uma função que parecia ser característica de algumas ruas do centro de Salvador naquela época: oferecer espaços para acomodação de pessoas do interior nos diversos edifícios que serviam de pensão. Muitas dessas pessoas certamente eram estudantes.

Diante da qualidade dos serviços que eram oferecidos nos pensionatos e das dificuldades para pagar aluguel, os jovens chegados do interior procuravam e lutavam por outras alternativas.

Pouco depois que chegou de Itapetinga, Luiz Nova encontrava-se estudando no Colégio Central. Era 1972, e naquele colégio não havia "quase nada" de luta estudantil. Ele que aos doze anos já havia participado de uma manifestação política contra o assassinato de um pescador em uma fazenda do prefeito da cidade onde morava, e que tinha um "sentido de justiça", aproxima-se de alguns conterrâneos e iniciam um movimento para que os estudantes tenham um local onde pudessem se acomodar na capital. Conta Luiz Nova que

> "ao vir pra Salvador esse sentido permaneceu porque eu mantive contato com gente de Itapetinga. E a briga era por uma residência de estudante pobre do interior na capital, para poder fazer o curso universitário. Então, tinha todo um sentido social, de justiça humana, sem nenhum vínculo transcendental, era muito concreto. Nesse contato é que eu me aproximei do marxismo. Não conhecia o marxismo até então, até 1972. Cheguei aqui em março e em novembro eu já me sentia no PCdoB".[46]

Entre as pessoas com quem manteve contatos havia Alberto Galvão, militante do PCdoB desde a década de 1960, e Aldo Filgueiras, possivelmente ligado ao PCB, que liderou a primeira reunião para a montagem da residência estudantil.

Vandilson parece seguir o mesmo caminho de Luiz Nova. Assim, logo depois de se estabelecer na capital passou a se reunir com outros estudantes para discutir como alterar as condições em que viviam e estudavam. Segundo o seu relato,

> "em contatos com estudantes de outros municípios do interior do estado, principalmente da região próxima a Guanambi, nós começamos a discutir a necessidade dos estudantes se organizarem objetivando buscar melhores condições de moradia e de estudo aqui em Salvador".

Foi assim que eles constataram a existência de algumas residências estudantis no centro de Salvador. Vandilson lembra que "tinha a residência de Boquira, de Macaúbas, tinha

[46] NOVA, Luiz Henrique Sá da. Entrevista gravada em 28 de abril de 2007.

a de Feira de Santana, tinha a de Juazeiro, a de Irecê. A de Juazeiro ficava ali na entrada do Banco dos Ingleses, a de Feira ficava nos Barris".

Esses foram os primeiros passos para organizar os estudantes de Guanambi na luta por uma residência coletiva em Salvador. Esse esforço, no entanto, só ganharia maior consistência com a criação do CEG - Centro Estudantil de Guanambi, em maio de 1975, quando quase todas as pessoas mais envolvidas no processo já se encontravam na Universidade. "Eu era universitário, Beto, Lielson, Luia, Fernando, Nilton Vasconcelos, Avelar Viana, que ainda era estudante, João Augusto", lembra Vandilson.

As reuniões para discutir a estruturação do centro ocorriam na Ladeira da Fonte, numa casa em que Avelar morava. Posteriormente, o CEG passou a se reunir na sede do DCE-UFBa, na rua Carlos Gomes. Nessa ocasião, já havia o CEITA – Centro de Estudantes de Itapetinga e, logo depois, foi fundado o CECCA – Centro Estudantil e Cultural de Caetité.

As atividades dos centros estudantis abrangiam um escopo maior do que a luta pela conquista e manutenção das residências. Lembra Vandilson:

> "Os centros estudantis daquela época, além de fazer (em) esse trabalho, que era um trabalho que naturalmente tinha um objetivo imediato, que era melhorar as condições de vida e facilitar pras famílias mais pobres trazer seus filhos pra estudar na capital... No primeiro momento era isso, mas os centros estudantis faziam trabalho mais amplo também, faziam um trabalho na área cultural. Em Guanambi, a gente conseguia. Nós fizemos cinco encontros culturais de 75 a 80. O que eram esses encontros culturais? Era reunir o que havia de produção nas mais variadas áreas de produção cultural na cidade pra mostrar à população os valores culturais dali. Por exemplo, a gente fazia mostra de poesias, mostra de quadros e pinturas, de esculturas. Fazia recitais. Levávamos daqui pra lá... Tinha uma troca de experiências entre as cidades, e daqui também pra lá a gente levava grupo de teatro, levamos o grupo de teatro Amador Amadeu. Levamos um que Ametista fazia parte. Então, aquilo acabava, em certa medida, dando muita credibilidade ao centro estudantil. O pessoal não via os estudantes apenas como uns porras-loucas, que tavam ali só para contestar. Queriam também, digamos assim, produzir alguma coisa que melhorasse o padrão cultural da cidade. Então, isso elevava muito a moral da gente perante a sociedade e perante os pais, né?"

Luiz Nova também registrou a importância da atividade cultural para o movimento, ressaltando os laços que este estabelecia com a comunidade através da cultura e da política propriamente dita. Conta ele:

> "Criamos um movimento forte no interior que envolvia cultura, comunidade. E a política, como algo permanente, não era o centro, era um discurso social, do estudante pobre que estudava em Salvador. A gente teve uma percepção que eu achei muito lúcida que é assim: não dava pra fazer política no interior só com estudantes, naquela época. Era preciso ter um envolvimento familiar, da comunidade, para ter a proteção do movimento. Então, nós fizemos essas lutas no interior muito mexendo com Rotary, com Lyons, entidades que não tinham nada

> a ver com política, mas que tinham a ver com a comunidade. E isso foi o que deu força ao movimento da CIVUB, à mobilização política, né? Nós, quando decidimos, em 78, apoiar um candidato a deputado, uma dupla que era... Na verdade o PCdoB tinha apoiado Élquisson estadualmente pra federal. Nós então resolvemos fazer essa combinação: federal Élquisson, e o estadual de cada região pra gente ter o argumento comunitário, por que estar apoiando aquele cara. E lá na região nós apoiamos até Jadiel Matos, que era ex-prefeito de Conquista. Não sei aonde fulano apoiou beltrano, um deputado estadual lá da região que era o candidato, o candidato da região. O pessoal de Feira apoiou Aurélio Miguel., que era o candidato do PCdoB em Salvador, mas nós não reproduzimos pro interior por causa desse sentido comunitário".

Essas atividades agitavam cultural e politicamente as cidades do interior e, ao mesmo tempo, reforçavam os vínculos dos estudantes com as famílias e com a população, facilitando a conquista de aliados importantes na busca de reivindicações relativas à manutenção das residências, pois, às vezes, as prefeituras suspendiam o pagamento do aluguel e os estudantes corriam o risco de serem despejados. Em decorrência, podiam ter inviabilizada a sua permanência em Salvador. Esses riscos não eram raros no universo das residências.

Em 1979, por exemplo, a residência dos estudantes de Guanambi encontrava-se "ameaçada de extinção pela Prefeitura devido ao corte da verba destinada ao pagamento do aluguel. Para justificar o prefeito diz: 'os estudantes fizeram campanha para o MDB'".[47] Tal medida foi interpretada como "um ato comandado pelos poderosos grupos econômicos da região que querem ter nas mãos também o poder político, e para tal lançam mão até de medidas repressivas".[48]

Argumento parecido foi apresentado pelo prefeito de Paramirim, que alegou que as atividades culturais desenvolvidas pelos estudantes na cidade eram "política" contra ele e suspendeu a verba destinada à residência.[49]

Os estudantes de Itapetinga também enfrentavam problemas com a prefeitura. Embora tivesse sido o primeiro município a ter uma casa comprada para abrigar os estudantes em Salvador, a residência ainda não havia sido instalada mais de um ano após a sua aquisição. O prefeito só queria abri-la "com o regimento interno proposto por ele, por sinal distante da realidade, contendo uma série de medidas que beiram ao fascismo, quando há um regimento elaborado pela Comissão Comunitária daquela cidade".[50]

---

[47] Jornal *Integração*. Editado conjuntamente pela AEI - Associação dos Estudantes de Itaberaba e pela REB – Residência Estudantil de Brumado. Mimeografado. Número 01, de junho de 1979, p. 6.
[48] Idem, ibidem, p. 6.
[49] Documento da CIVUB datilografado e intitulado "Residência dos estudantes interioranos: da conquista inicial às lutas atuais", provavelmente de 1978.
[50] Jornal *Integração*, editado pela AEI (de Itaberaba) e pela REB (de Brumado). Mimeografado. Número 01, de junho de 1979, p. 6.
[51] DOURADO, Élcio Nunes. Entrevista gravada em 14 de setembro de 2007.

Aludindo aos conflitos com o prefeito de Itapetinga, Luiz Nova relatou:

> "A residência de Itapetinga é interessante porque foi a primeira comprada por uma prefeitura. Só que o nosso movimento, como foi muito politizado, e aí, você tava vindo para um período de democratização, quando a residência saiu, nós não tivemos força de controle sobre a residência. Nós ganhamos a compra, a prefeitura comprou porque nós não queríamos alugada, nós queríamos comprada como algo definitivo. Isso a gente ganhou. Foi a primeira. Nenhuma prefeitura tinha comprado ainda. É, mas nós não controlamos, ela demorou de ser instalada. O prefeito comprou, mas enrolou e não instalou. Veio instalar depois. Aí eu já não era mais estudante".

Os estudantes de Caetité recorreram a uma greve de fome para barrar as ameaças de fechamento da residência. O movimento teve grande repercussão nacional e internacional, e foi vitorioso, segundo Élcio Dourado. Para ele, o prefeito

> "quis fechar mesmo a residência, chegou a não pagar o aluguel pra casa ser fechada e a imobiliária tentou tomar a casa. Nós chegamos ao extremo de realizar uma greve de fome durante 11 dias pra manter a casa. E mantiveram a casa por causa dessa luta. O governador do Estado era Antônio Carlos Magalhães e quando essa greve de fome começou a ganhar repercussão nacional, saindo nos jornais do sul, saiu ate uma matéria no *Le Monde*, ele então chamou o prefeito aqui em Salvador, na Governadoria, e disse que resolvesse o problema imediatamente porque estava criando problema pra ele, no ano de 1980. Aí, por causa disso, um programa de televisão que chamava resenha geral, do França Teixeira, no dia desse programa nós estávamos, os estudantes falando da greve de fome, etc. O prefeito então telefonou para o programa dizendo que ia manter a casa, então foi ali que se estabeleceu a vitória depois de 11 dias de greve de fome".[51]

Os residentes no Centro Universitário Padre Torrend, fundado por um padre francês na década de 1920 e mantido por instituições da Igreja Católica, também enfrentavam dificuldades. Em maio de 1977, estes se encontravam ameaçados de despejo por força de uma ação judicial impetrada pelo banco locador do imóvel situado na Rua Senador Costa Pinto, 90, onde estava instalado o centro. O imóvel achava-se com o aluguel em atraso há vários meses, porque, segundo os estudantes, a Ordem dos Jesuítas se recusava a pagar o aluguel e pretendia extinguir o centro alegando, inclusive, que os residentes eram "invasores". Os estudantes se recusaram a deixar o imóvel e contrataram um advogado para defendê-los na justiça.[52]

---

[52] *Tribuna da Bahia* de19/05/1977, p. 3.
[53] SILVA, Everaldo Augusto da. Entrevista gravada em 28 de abril de 2007.

Bairros como o Tororó, Barris, Saúde e Nazaré, mas também algumas ruas centrais, abrigaram muitas dessas residências que, além de acomodar os estudantes, eram espaços de estudo, de uma vida organizada de maneira coletiva, com distribuição de tarefas e responsabilidades individuais, de discussão política, de cultura e lazer. Como lembra Vandilson:

> "Nas residências, além de ser um ambiente de estudo, naturalmente, lá também a gente buscava desenvolver uma prática assim de convivência coletiva muito organizada, né? A gente tinha dificuldades, pra ter uma vida, digamos assim, padrão de vida elevado. Então não podia ter empregada à vontade pra fazer limpeza, pra..., no caso de Guanambi, a gente só tinha um cozinheiro, que era Elias, o resto dos afazeres internos era dividido coletivamente, então tinham tarefas...".

Para Luiz Nova havia

> "um sentido comunitário, não só esse na abordagem política de envolver os pais na luta pela residência aqui, como, dentro das residências, a distribuição de tarefas e a vida em comunidade. Então a eleição, o presidente, as regras de funcionamento ali dentro. Tinha uma disciplina de distribuição dos trabalhos".

Everaldo Augusto, por sua vez, conta que

> "cada casa tinha um regimento interno. Tinha o CEUSB, no caso, o centro estudantil que tinha personalidade jurídica, era registrado em cartório, aquela coisa toda, certo? Além disso, tinha a residência. A residência tinha um regimento interno que estabelecia as responsabilidades, o que era permitido e o que não era, certo? Às vezes todo trabalho da residência era executado pelos estudantes, às vezes não. Às vezes os estudantes se cotizavam, pagavam cozinheira, pagavam arrumadeira. Brumado mesmo a gente fazia isso. A prefeitura arcava com uma parte das despesas e a outra parte eram os próprios estudantes que arcavam. No regimento fazia uma carga muito grande nessa questão de um ambiente favorável ao estudo, certo? Mas tinha as festas, tinha confraternização. As festas eram muito famosas, porque eram os forrós, do interior, aquela coisa toda, eram festas grandes, todo mundo gostava de ir, era sempre uma novidade".[53]

Nas primeiras tentativas de organização dos estudantes de Guanambi, Vandilson e seus companheiros descobriram que havia uma entidade que representava os estudantes do interior, mas que não tinha uma atuação efetiva, segundo o mesmo.

> "Aí foi que a gente descobriu que tinha uma entidade de caráter estadual que dizia congregar os estudantes vestibulandos e universitários. Essa entidade se chamava Confederação

> Interiorana de Vestibulandos e Universitários da Bahia. Então, a gente resolveu desenvolver um plano pra ver se botava essa entidade para funcionar de fato. Por que ela existia de direito, era formalizada, tinha estatuto, tinha tudo direitinho, mas ela só existia formalmente, de fato ela não existia, não tinha esse caráter de buscar congregar os estudantes".

A CIVUB foi fundada em 28 de setembro de 1971, quando havia apenas quatro residências – as de Feira de Santana, Itaberaba, Jacobina e Vitória da Conquista -, por iniciativa de, entre outros, José Pires Caldas, nascido em Salvador, mas que residia em Feira de Santana e que foi um dos precursores do movimento das residências na Bahia. Em agosto de 1966, Caldas, que estudava administração na UFBa, foi um dos fundadores do CEUFS – Centro dos Estudantes Universitários de Feira de Santana em Salvador. Em outubro daquele mesmo ano, lembra Caldas:

> "Lancei numa folha mimeografada a tinta a idéia da Residência do Universitário Feirense – RUF, que se tornaria realidade menos de 1 (hum) ano depois, no dia 1º de Setembro de 1967, quando a RUF começou a funcionar com 30 vagas."[54]

Em 1975, quando os estudantes influenciados pelo PCdoB disputaram pela primeira vez as eleições da entidade - e perderam - já havia doze residências instaladas. Em 1980, a confederação liderava o movimento dos estudantes interioranos em cerca de cinqüenta cidades. Nesse mesmo ano contava com trinta e uma residências em funcionamento e algumas cidades em luta para instalá-las. Na época, estava prestes a ser instalada a da cidade de Barra, situada no oeste do estado. Alguns centros e residências tinham trabalhos políticos e/ou culturais nas cidades de origem. Outras tinham seus trabalhos limitados às casas onde funcionavam.[55]

Um levantamento realizado pela CIVUB, em 1978, registrou a situação em que se encontrava o conjunto das residências, sob vários aspectos.[56] Havia vinte e cinco residências que abrigavam entre vinte e trinta pessoas cada, em média. 78,2% dos residentes eram homens e 21,8% mulheres, portanto, as residências eram espaços de forte predominância masculina. As casas eram de seis a dez quartos, sendo que eram habitados, em média, por quatro a cinco pessoas. Em 17% não havia beliches suficientes para todos os moradores,

---

[54] CALDAS, José Pires. Discurso pronunciado na sessão especial da Câmara Municipal de Salvador, em homenagem aos quarenta anos da RUF – Residência Universitária de Feira, por iniciativa do vereador Everaldo Augusto (PCdoB), e realizada no dia 11 de setembro de 2007.
[55] Jornal da Chapa Arueira de novembro de 1980.
[56] Enquête da Secretaria de Assistência da CIVUB. Mimeografada. Julho de 1978.

conclui-se, então, que alguém dormia no chão. Ou adotava soluções surpreendentes como a encontrada por Elias Ramos de Souza. Ele informou que existia na residência de Feira,

> "a categoria de "penetra", alguém que não conseguia entrar formalmente pelo processo de seleção, que envolvia prefeitura, representantes da sociedade feirense, além de representantes da própria residência. Então, tinha lá cinqüenta e duas vagas na minha época, e os que não conseguiam entrar formalmente entravam como "penetras". E eu, como era aluno do segundo grau na época - eu vim pra Salvador como aluno da Escola Técnica Federal da Bahia, ali no (bairro) Barbalho - não tinha como entrar oficialmente naquela residência e não tinha também como me manter de outra forma aqui na cidade. Passei dois anos ali nessa condição. Então, dormia na cama de Djalma (Reis) "Bago", que trabalhava na época na IBM, que funcionava ali no (bairro) Canela. "Bago" trabalhava à noite, dava plantão noturno lá na IBM, como técnico de informática – ele era estudante de computação na Universidade. Então, a cama ficava vazia à noite, a cama dele. Eu dormia na cama dele. Ele voltava de manhã cedo e eu saía da cama para ir para a Escola Técnica e ele dormia durante o dia. Então, foi como eu iniciei a vida na residência de Feira. Depois, entrei pra a Universidade em 1977, passei a ser residente oficial".[57]

Na RUF, uma única cama, portanto, era usada em sistema de rodízio por dois estudantes que se revezavam por turno. Decerto, era uma solução que burlava aquilo oficialmente determinado e provavelmente não era a única.

O levantamento constatou que em 61,7% das casas os residentes bebiam água diretamente da torneira, enquanto 100% tinham geladeira para conservação de alimentos.

Em 83% das residências as prefeituras arcavam com as despesas de aluguel. Em 8,5%, o aluguel era de responsabilidade de prefeituras e estudantes. Aquelas cujo aluguel era assumido apenas pelos estudantes eram também 8,5% do total. Apenas uma residência tinha a casa comprada.

A aquisição definitiva das casas das residências, verbas para a manutenção dos residentes, consertos dos móveis e preservação do prédio, foram essas as reivindicações consideradas mais importantes por aqueles que manifestaram suas opiniões.

Portanto, todas as reivindicações fundamentais dependiam de recursos financeiros que as prefeituras não tinham ou não estavam dispostas a liberar para atender os anseios dos residentes. Por isso, a CIVUB chegou a desenvolver lutas para que o MEC - Ministério da Educação e Cultura criasse uma linha de financiamento que permitisse às prefeituras a aquisição das casas onde habitavam os residentes. Uma das iniciativas foi a elaboração de um abaixo-assinado dirigido às autoridades educacionais federais exigindo solução para a questão.

A situação dos residentes é retratada pela liderança da CIVUB em outro momento – novembro de 1980 – com uma tonalidade mais acentuada. Então, os residentes são representados como ascetas que passavam fome, só que, diferentemente dos hindus ou muçulmanos, o faziam involuntariamente:

> "Nossas residências parecem mais uns depósitos de faquis. Elas são 31 e a tendência é crescer o número em tempo hábil. Só que com a alta do custo de vida não tem dinheiro que chega. São mais ou menos mil estudantes que passam fome constantemente, 80% são obrigados a trabalhar, mais da metade tomam cursinho e são obrigados a desembolsar para isso cerca de dois mil cruzeiros por mês (o ano que vem será cerca de 4 mil). Como é que se pode produzir nos estudos com uma situação dessas?"[58]

Aqui é ressaltada a condição pessoal dos residentes, cujas dificuldades financeiras, a exigência de trabalhar e a deficiente alimentação se apresentavam como obstáculos ao bom desempenho nos estudos.

Percebe-se ainda a expectativa de um aumento crescente do número de residências que talvez não tenha se confirmado. Pois, a partir da década de 1980, crescem as oportunidades de estudos universitários para a juventude do interior que já contava com a FESPI – Federação das Escolas de Ensino Superior de Ilhéus e Itabuna, cuja frequência era paga e que posteriormente foi transformada em UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz. Passou a contar ainda com a UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana, que antes de 1980 era uma fundação, com a UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, fundada em 1980, e com a UNEB – Universidade do Estado da Bahia, instituída em 1983, com alguns campi no interior, o que se refletiria no movimento de saída dos estudantes de suas regiões.

Aliás, naquele mesmo ano a CIVUB já pautava a luta pela instalação de residências universitárias nas cidades de Ilhéus e Juazeiro.

O ensino secundário no interior também era objeto de duras críticas da liderança estudantil, que responsabilizava tanto o "governo dos generais" como o de ACM pela situação.

A uma pesquisa feita pela CIVUB em sala de aula, um estudante respondeu: "Aqui faltam boas aulas, professores, bibliotecas, aulas práticas, merenda escolar, sanitários, bebedouros e liberdade". Com algumas variações, esse relato parecia sintetizar o quadro em

---

[57] SOUZA, Elias Ramos de. Depoimento na sessão especial da Câmara Municipal de Salvador, pelos 40 anos da RUF – Residência Universitária de Feira de Santana, em 11/09/07.
[58] Jornal da Chapa Arueira de novembro de 1980, p. 2

que se encontravam as escolas públicas secundaristas pelo interior afora, conforme retratou a Chapa Arueira:

> "O ensino no país e principalmente no nosso Estado anda de mal a pior. É comum nossos pais afirmarem que não trocam o primário deles, de anos atrás pelo 2º grau ou mesmo pelo curso na Universidade de hoje. Parece mesmo que o governo está brincando com a gente . É reforma atrás de reforma, lei atrás de lei, na verdade só não muda as péssimas condições de ensino. É este governo dos generais e de ACM que afirma está (sic) interessado em melhorar a educação. A cada ano que passa cai mais ainda o nível de ensino. Pioram as condições materiais de nossas escolas, diminui o nosso estímulo e as escolas se transformam em fábricas de diplomas. Isso não muda mesmo quando chegamos à Universidade. Os poucos que conseguem a ela chegar depois de ter passado anos por escolas em tal situação. A cada dia as verbas para a educação vão diminuindo (...) Aqui no nosso Estado o governo não cumpre nem mesmo os 20% do Orçamento Estadual que deveriam ser usados na educação como garante a Constituição (...). Em várias cidades o governo retém as verbas quando a situação material das escolas é a pior possível. As diretorias começam a tirar dinheiro dos bolsos dos alunos e do povo para mantê-las, como se a educação já não estivesse paga nos altos impostos. Em Itapetinga, se faz rifa de bezerros para manter o colégio; em Guanambi os estudantes levam tijolos e outras coisas para construir a cantina; em Brumado a quadra de esportes foi construída pela Magnesita (empresa da mineração), e o comércio a toda hora é chamado para contribuir com a manutenção do colégio."[59]

Contra essa situação era que se insurgiam os estudantes do interior, mesmo num ambiente de pouca liberdade ou de forte repressão. Um estudante foi expulso da escola em Itapetinga, apenas por tentar organizar um mural, provocando uma greve que envolveu 900 estudantes. Outros foram suspensos em Juazeiro por divulgarem a realização das eleições da confederação.

A atuação da CIVUB não era circunscrita às questões específicas demandadas pelas residências e pelos centros estudantis. A confederação tinha participação ativa nas lutas políticas e sociais de natureza mais abrangente. Integrou o Trabalho Conjunto de Salvador, cuja definição e composição serão vistas adiante, participou das lutas pela Anistia, colaborou com os movimentos contra a carestia e de defesa da Amazônia.

A direção postulava o engajamento dos estudantes na luta para "unir o povo, conquistar a liberdade", porque

> "enquanto persistir a ditadura militar e a situação criada por ela, a nossa grande e gloriosa tarefa é derrubá-la, para que nos vejamos livres desse câncer que impede o nosso povo de avançar rumo a uma sociedade livre da exploração. E nesta caminhada, o povo não poderá contar, de forma decidida, com os que vacilam e conciliam com o governo. Terá que confiar principalmente na sua própria força, na força da UNIDADE POPULAR, tendo à frente a classe social que é dona do futuro, a classe operária (...) O povo só pode confiar na sua

[59] Jornal da Chapa Arueira de novembro de 1980, p. 1.

> unidade e na ajuda das forças que forem até o último instante de luta contra este regime. Por isso o nosso objetivo, após o fim deste regime, e observando a necessidade de unir o maior número possível de forças contra o governo dos generais, deve ser o de conquistar um GOVERNO DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DA UNIDADE POPULAR, este governo deverá garantir a ampla liberdade para o povo poder eleger os seus representantes à Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, que fará as novas leis do país, garantindo uma nova ordem econômica e social do país". [60]

Era assim que a direção da CIVUB percebia a situação política do País e a maneira pela qual pretendia superá-la. Ao pugnar a instalação de um "governo das forças democráticas e da unidade popular", nesse fragmento, revela-se a influência da militância do PCdoB no movimento das residências, já que esta corrente partidária era a única que, naquele momento, sustentava tal proposição.[61]

Embora houvesse a presença de outras correntes no movimento, como a POLOP – Política Operária e a APML – Ação Popular Marxista-Leninista, estas não chegavam a desafiar a hegemonia da militância comunista do PCdoB. Sequer conseguiam apresentar chapa para concorrer ao pleito da confederação.

Podiam se integrar aos quadros da CIVUB, inclusive ser da direção da entidade, quaisquer estudantes do interior, mesmo aqueles que não habitavam as residências. Luiz Nova, por exemplo, chegou a ser presidente da entidade sem nunca haver morado em residência estudantil. Embora tivesse participado do movimento inicial de luta pela instalação da residência de Itapetinga nos idos de 1972.

Da análise da composição das chapas eleitas em 1979 e em 1980, pode-se deduzir que os estudantes de algumas cidades tinham uma presença política mais significativa do que outras. Cidades como Jequié, Guanambi, Brumado, Caetité, Itapetinga, Conquista e Juazeiro, aparecem com representantes nas duas eleições, evidenciando uma forte hegemonia das cidades do sudoeste do estado no comando político do movimento estudantil interiorano.

As mulheres estão presentes na direção, mas constituem uma minoria. Em 1979, dos treze diretores, apenas quatro são mulheres – Lídia Ferreira, de Itapetinga, Maria Celeste Paixão de Oliveira, de Feira de Santana, Nena Dourado, de Irecê, Marília Cunha, de Miguel Calmon. O presidente é Elias Ramos, de Feira de Santana. Todos ou quase todos esses diretores já eram ou tornaram-se militantes do PCdoB e, posteriormente, sete deles chegaram a integrar a direção regional do partido, enquanto dois elegeram-se vereador pela legenda.

---

[60] Idem, ibidem
[61] Cf. *Tribuna da Luta Operária* de 28/06/80 a 11/07/80, p. 2.

Nas eleições de 1980, a participação feminina estava menor do que antes. Dos quinze cargos da diretoria, liderada por Élcio Dourado, de Caetité, apenas três eram ocupados por mulheres – Arlete, de Itaberaba, Lia Muniz, de Jequié, e Tânia Lessa, de Brumado. Talvez essa pequena representação feminina fosse conseqüência, além de outros fatores, da presença real das mulheres no ambiente das residências, que também era pequena, com exceção da de Uibaí, onde, segundo Everaldo Augusto, "só tinha mulher". Expressão que significa que a presença feminina era forte, mas não exclusiva. Milton Gomes, por exemplo, foi morador na residência de Uibaí.[62]

A influência política da militância do PCdoB nesse movimento podia ser percebida a partir da leitura de alguns materiais, onde encontram-se impressas as marcas do discurso característico dos comunistas na época. Em sua campanha de 1979, a chapa Arueira, ao lado das bandeiras específicas do movimento, também pugna por "uma Anistia Ampla Geral e Irrestrita, promovendo debates, comícios e todas as formas possíveis para se exigir a ampliação da Anistia, com a derrubada da Lei de Segurança Nacional e todas as leis de exceção e por leis soberanas, elaboradas democraticamente pelo povo",[63] numa abordagem claramente inspirada na linha política daquela organização.

O trabalho desenvolvido pelos militantes comunistas na CIVUB foi importante para a expansão da influência do partido pelo interior e mesmo para conquistar espaços na luta institucional, como ocorreu na campanha eleitoral de 1982. Luiz Nova lembra que

> "o fato do meu nome ter aparecido como candidato a deputado pelo PCdoB decorre da CIVUB, decorre dessa análise que... Eu acho que... o Haroldo Lima chegou a expressar isso pra mim uma vez. Porque, eu não queria ser candidato. E aí veio uma proposta da direção para que eu fosse candidato. E ele chegou a argumentar isso: porque o trabalho da CIVUB, seu nome já passou por várias cidades. Quer dizer, como o estudante, e a esquerda tinha isso, o estudante como a grande formação da esquerda naquele período, então, era muito forte essa análise. Então, o fato do nome ter presença em vários municípios, claro que era uma presença frágil. Mas era uma presença que se acreditava que podia ser potencializada. Meu nome para deputado vem daí. E, por exemplo, a força do PCdoB em Itapetinga, vem da CIVUB, da articulação da CIVUB. Lá o PCdoB passou a uma presença muito forte de eleger dois vereadores em 82, coisa que não aconteceu em nenhum outro lugar. E o PCdoB terminou sempre elegendo dois. Acho que só uma vez foi que elegeu um vereador Então, vem desse processo. Nós chegamos a articular uma disputa de prefeito em Itapetinga. Era um candidato do PMDB. Mas era claramente o nosso candidato. Nós que dirigimos o programa, a articulação política, tudo. Para a cidade era o candidato dos estudantes. Esquerda? Na verdade naquela época não se podia falar de esquerda."

---

[62] Milton Gomes é auditor fiscal do trabalho e declarou ao autor ter sido morador da residência de Uibaí.
[63] Jornal da Chapa Arueira. Edição de 1979, p. 4.

Luiz Nova foi eleito deputado estadual pelo PMDB, já que o PCdoB encontrava-se na ilegalidade, com muitos votos do interior, principalmente de Itapetinga. Nessas eleições, houve uma outra candidatura, a de Vandilson Costa, que também havia sido militante do movimento das residências e da UFBa. Vandilson também obteve boa votação no interior, sendo que a principal base da candidatura foi a cidade de Guanambi.

Assim, vários jovens interioranos, além de competir por uma vaga nas Universidades e faculdades de Salvador, viram-se obrigados a desenvolver esforços para garantir condições de acomodação apropriadas e compatíveis com os poucos recursos de que dispunham. A maioria deles logrou êxito na luta pelo estabelecimento de residências estudantis na capital sob a responsabilidade das prefeituras dos seus respectivos municípios, com as quais periodicamente tinham alguma tensão. Outros conseguiram vagas nas residências mantidas pela Universidade Federal da Bahia e pela Igreja Católica. Nesses espaços, construíram novas formas de sociabilidade, através da convivência cotidiana, do enfrentamento coletivo das dificuldades, do debate político, das atividades culturais, de estudo e de lazer. Nesse processo, travaram disputas com os respectivos prefeitos, desenvolveram lutas de contestação da ordem existente e optaram por projetos políticos que foram determinantes para a reorganização de suas trajetórias e de suas perspectivas.

Dessa forma, a vida nas residências - e o que ela proporcionava e exigia - foi uma das vias de entendimento dos estudantes do interior com a cidade do Salvador, foi uma das maneiras de tornar este espaço um novo lugar, ou seja, um espaço de relações, de novas experiências e de vivências afetivas.

3. **ENVOLVENDO-SE COM O PROIBIDO E O PERIGOSO**

"8 mil estudantes na reconstrução da UNE", foi esta a manchete de maior destaque do jornal *A Tarde*, de Salvador,[64] ao noticiar a realização, no dia anterior, da sessão solene de abertura do 31° Congresso da União Nacional dos Estudantes, o congresso de sua reconstrução, em maio de 1979. A notícia estava acompanhada de uma enorme foto da plenária do evento, onde se encontra ao microfone um camponês da região do Araguaia, um dos oradores mais aplaudidos, segundo o jornal.

O DCE – Diretório Central dos Estudantes da UFBa, no seu informativo, inicia uma das matérias sobre o congresso referindo-se à abertura do evento.

> "Em nome de todos nós estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a nação das amarras desses quinze anos de regime ditatorial, declaro aberto o XXXIº CONGRESSO DA UNE. Foi com essas palavras que o ex-presidente da UNE, JOSÉ SERRA, passou a presidência do Congresso para RUY CÉSAR, atual presidente do DCE-UFBa, que dirigiu toda a sessão de abertura, juntamente à Comissão Organizadora (UEE-SP, DCE-PUC-RIO, DCE-UFPe, DCE-UFPa, DCE-UFMG, DCE-UFRS, DCE-UnB).
> A partir desse momento DEMOS UM GRANDE PASSO NA NOSSA LUTA. Estávamos na prática reconstruindo uma entidade que foi duramente golpeada pela ditadura militar. Estávamos reconstruindo a UNE. Aos gritos de "A UNE SOMOS NÓS, NOSSA FORÇA E NOSSA VOZ", estávamos mostrando que a história não é patrimônio dos opressores, e sim do povo que luta confiante na vitória".[65]

Por conseguinte, tanto a grande imprensa como a imprensa estudantil, esta, obviamente expressando o sentimento daqueles que eram atores no processo, puseram em destaque o encontro que seria "um grande passo" do movimento dos estudantes.

O congresso contou com a participação de 2.304 delegados de todo o país. A delegação baiana teve 251 membros, ficando atrás das delegações de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O congresso escolheu uma diretoria provisória para a UNE e se definiu pela realização de eleições diretas para a diretoria no segundo semestre do mesmo ano e de campanhas por mais verbas para a educação e contra o ensino pago. Pronunciou-se favorável às campanhas pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Livremente Eleita, Democrática e Soberana.

> "Nesse momento político em que várias forças do país têm se manifestado de maneira firme na defesa de seus interesses (operários, professores e funcionários) buscando criar organizações ou fortalecer as já existentes, a realização do congresso para reconstruir a UNE

---

[64] *A Tarde* de 30/05/1979.
[65] *Beba – Boletim dos Estudantes da Bahia*, editado pelo DCE-UFBa. Junho de 1979, p. 2

> foi uma imensa vitória do povo brasileiro. Uma vitória sobre a ditadura que, embora aparentemente mais branda, é a mesma que destruiu as formas de organização existentes em 64, e que, inclusive, depredou e incendiou nossa entidade maior".[66]

Essa foi a analise feita pela diretoria do DCE-UFBa da importância do evento para a vida política do País. Antes disso, porém, o seu boletim informativo já havia registrado o envolvimento de amplos setores da comunidade baiana na solidariedade para a viabilização do congresso. Esses setores foram articulados pelo Trabalho Conjunto de Salvador, principalmente, que em uma assembléia em 05 de maio daquele ano aprovou um manifesto de apoio à realização do congresso, subscrito por 27 entidades representativas de vários segmentos.

As principais correntes políticas atuantes nas Universidades brasileiras eram: Viração e Caminhando, ligadas ao PCdoB; Nova Ação e Refazendo, à Ação Popular Marxista-Leninista; Unidade e Sangue Novo, ao PCB; Mãos à Obra, ao MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Centelha, influenciada pelo grupo trotskista O. (Organização); e Liberdade e Luta, ligada à Organização Socialista Internacionalista. Segundo as lideranças mais importantes de algumas dessas correntes o 31º Congresso da UNE foi um marco importante no processo de organização dos estudantes universitários e de grande repercussão política para o país.[67]

A preparação do congresso se deu sob muita tensão. Apesar do governo acenar com a chamada abertura democrática, era incerta a tolerância do regime com a realização do evento, uma vez que outras tentativas de rearticulação estudantil de âmbito nacional haviam sido duramente reprimidas.[68] Quinze dias antes do início do evento, o Ministério da Educação e Cultura o considerou ilegal e sem autorização.[69] Por isso, não deixou de ser surpreendente o fato de o governador Antônio Carlos Magalhães conceder o inacabado Centro de Convenções da Bahia, localizado na praia de Armação, para que os estudantes se reunissem, mesmo sem ignorar que o local era "longe da cidade e de difícil acesso para a população".[70] Provavelmente, a decisão do governador foi orientada pela busca de alguma legitimidade política na sociedade baiana, uma vez que a titularidade do cargo não havia sido conquistada nas urnas e sim fruto de indicação indireta. Aliás, alguns anos depois, numa campanha eleitoral para governador, ACM procuraria aproveitar aquele ato como se fosse uma

---

[66] Idem, ibidem, p. 4.
[67] ROMAGNOLI Luiz Henrique e GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE**:** de Ibiúna a Salvador. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa-ômega, 1979, pp. 75-81.
[68] Idem, ibidem, p. 29.
[69] *Tribuna da Bahia* de 15/05/1979, p. 3.

credencial de político democrata, através do uso de uma notícia de primeira página do jornal *A Tarde* sobre a liberação do centro para o congresso estudantil.

Uma outra razão para a concessão do espaço deve ter sido evitar o fortalecimento da oposição no episódio, já que o prefeito de Feira de Santana, Colbert Martins da Silva, do MDB, também se dispunha a acolher a UNE, oferecendo o Estádio Jóia da Princesa daquela cidade.[71]

Esse encontro foi o corolário de um longo enfrentamento dos estudantes com a ditadura militar de 1964. Antes desse importante desfecho, os estudantes haviam reiniciado suas lutas e reorganizado sua entidades, num ambiente político bastante adverso e cheio de riscos. Paulatinamente, se mobilizaram, fizeram paralisações parciais e, depois, greves gerais e nacionais. Em 1975, por exemplo, a UFBa foi paralisada quase que totalmente por uma greve geral. Quando não foi possível a luta diretamente política, optaram pelo teatro, a música e outras artes como meios de expressar-se politicamente. Fizeram atos públicos em ambientes fechados enquanto não se podiam ocupar as ruas com manifestações e passeatas, como ocorreu de maneira maciça no ano de 1977, em Salvador e nas principais cidades do Brasil. Naquele mesmo mês de maio de 1979, os estudantes de nove cursos da UFBa encontravam-se em greve e os professores e estudantes da UCSal já completavam um mês com as atividades paralisadas.[72] No estado, de fato, havia um pujante movimento estudantil dotado de lideranças de destaque nacional.[73] Nos primeiros anos após sua reconstrução, a UNE contou com três presidentes baianos: Ruy César Costa Silva, estudante de comunicação, (1979-1980), Javier Alfaya, de arquitetura, (1981-1982) e Clara Araújo, de ciências sociais, (1982-1983). Sendo que o exercício da presidência por Javier Alfaya, nascido na Espanha, foi cerceado pelo regime militar durante a maior parte do seu mandato, a partir de uma ação da Polícia Federal questionando a sua permanência no Brasil, como lembra ele próprio:

> "Houve uma série de ataques a mim na televisão feitos por França Teixeira, num programa muito demagógico que ele fazia, assim, de agressão, perguntas indiscretas aos entrevistados e tal, era um programa, assim, de muita pressão sobre o entrevistado. E eu dei uma entrevista falando dos lances da ditadura, falando do movimento estudantil, da UNE e tal. Isso depois foi usado como principal peça acusatória contra minha presença aqui no Brasil, usando essa

---

[70] *Beba – Boletim dos Estudantes da Bahia*, de junho de 1979, editado pelo DCE-UFBa, p. 2.
[71] *Jornal da Bahia* de 18/05/1979, primeira página.
[72] *Tribuna da Bahia* de 02/05/1979, p. 5.
[73] Para análise do movimento estudantil, ver, por exemplo: BENEVIDES, Sílvio. Proibido proibir: uma geração na contramão do poder – O movimento estudantil na Bahia e o jovem. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em C. Sociais. FFCH/UFBa, 1999; e OLIVEIRA, Antonio Eduardo A. de. O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. FFCH/UFBa, 2002.

> condição de estrangeiro, ainda formalmente naquela época, e usando essa lei dos estrangeiros que proibia a militância política para quem tinha nascido fora do Brasil e que morasse no Brasil. Aí, sim, foi quando veio o inquérito. (...) Eu não fui preso. Mas eu tive que ir depor lá... Me qualificaram, me fotografaram e tal, fui fichado, e aí eu saí. E a partir de então, durante um ano e meio, eu tive que me apresentar toda semana na Polícia Federal, para provar que eu não tinha saído do município".

A mobilização dos estudantes e de outros setores sociais contra essa tentativa de expulsão de Javier, foi uma das principais lutas então deflagradas pela UNE, sob o lema "Javier é brasileiro". Em junho de 1982, foi realizado um dia nacional de luta contra a expulsão do líder estudantil. Salvador marcou o dia com uma concentração na praça do Campo Grande, onde falaram vários oradores entre lideranças estudantis, da sociedade e políticos oposicionistas.[74] A expulsão não se concretizou e durante o governo da "Nova República" o inquérito foi arquivado e Javier adquiriu a nacionalidade brasileira.

Essa reconstituição do movimento estudantil, pelo menos na Bahia, significou, ao mesmo tempo, a reconstrução da base militante de algumas forças de esquerda, particularmente do Partido Comunista do Brasil. Foi ali que o partido encontrou um ambiente favorável ao recrutamento de inúmeros militantes. Dito de outro modo, muitos dos militantes que foram protagonistas das lutas estudantis ao longo dos anos de 1970, conscientemente ou não, foram também agentes da reorganização da esquerda e da sua posterior expansão e diversificação social, depois de um processo de encolhimento ou de desmantelamento pelas forças do regime, como será discutido adiante.

A primeira metade da década de 70 do século passado registrou dois momentos bastante distintos na esquerda brasileira, principalmente entre os agrupamentos que optaram pela luta armada como meio de enfrentamento ao regime militar, em áreas urbanas ou rurais. No primeiro momento, esses agrupamentos foram desestruturados pelas forças da repressão política. Dotadas de um aparato militar e de informação bastante superior, estas não mediram limites no uso de recursos como a prisão ilegal, a tortura e o assassinato para a consecução do objetivo de aniquilar a oposição armada.[75] "A repressão estatal", lembra Celso Frederico, "dirigiu-se basicamente contra os agrupamentos armados e contra os focos de resistência ao regime que tinham no movimento estudantil a sua expressão mais aguerrida".[76] No segundo momento, reavaliaram o caminho adotado e procuraram rearticular-se em novas bases e com

---

[74] *Tribuna da Luta Operária* nº. 73 de 14 a 20/06/1982.
[75] Cf. GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Ática, 1999.
[76] FREDERICO, Celso. A esquerda e o movimento operário (1964-1984). Vol. 1. A resistência à ditadura (1964/1971). São Paulo: Novos Rumos, 1987, p. 245.

outra perspectiva de enfrentamento da situação política que, com a eclosão da crise do chamado milagre econômico em 1973 e o avanço oposicionista nas eleições de 1974, dava sinais de alteração. O lançamento do projeto do general Geisel, então presidente da República, de "distensão lenta, gradual e segura" foi a resposta do regime para lidar com a nova situação.[77]

Mesmo com o arrefecimento ou a cessação das ações armadas, ocorrida em fins de 1974 com a derrota militar das forças do PCdoB no Araguaia, o regime manteve intacto e atuante o seu aparelho repressivo, voltando a fazer novas vítimas em 1975 e 1976, entre militantes do PCB e do PCdoB. Em Salvador, por exemplo, foram detidas, no mês de setembro de 1975, várias pessoas acusadas de pertencerem ao PCB.[78] Entre os presos encontravam-se Sérgio Santana, Maria Lúcia Cunha de Carvalho, Roberto Argolo e Luís Contreiras. Eram acusados de ter em seu poder livros de Karl Marx e Vladimir Lênin, panfletos que atacavam a ditadura e discursos do ex-deputado Francisco Pinto e do candidato a deputado Domingos Leonelli.[79]

Em São Paulo, em dezembro de 1976, ocorreu o episódio conhecido como "Chacina da Lapa"[80] em que alguns dos principais dirigentes do PCdoB foram assassinados, como Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Franco Drummond e, outros, presos, como Wladimir Pomar e Haroldo Lima, depois que forças do DOI-CODI cercaram uma casa onde se encontrava reunido o Comitê Central da organização.[81]

Por outro lado, a atividade política de oposição continuava constrangida pela legislação gerada após a edição do Ato Institucional nº. 5, de dezembro de 1968, perante o qual a Constituição Federal nada garantia no tocante aos direitos dos cidadãos, e que simbolizou a instalação de uma nova fase do regime ditatorial, com o recrudescimento da violência institucional e paramilitar contra pessoas e instituições. A Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1969, tornou-se um dos principais instrumentos de intimidação da oposição e com base na qual muitas prisões ou indiciamentos seriam efetuados.

Nesse ambiente, as forças de esquerda, atuando ainda na clandestinidade e constantemente assediadas pelo aparelho repressivo, encontravam muitos limites para a sua rearticulação e expansão. Principalmente porque eram raros os segmentos e espaços onde

---

[77] Cf. SALLUM JUNIOR, Basílio. Transição política e crise de Estado. I*n*: Lições da década de 80. SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda Maria (orgs.). São Paulo: EDUSP; Genebra: UNRISD, 1995, pp. 137-169.
[78] *A Tarde* de 10/09/1975, p. 3.
[79] *Tribuna da Bahia* de 10/09/1975, p. 3.
[80] Cf. POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Massacre na Lapa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
[81] GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 241.

ainda era possível alguma ação política, mesmo que especificamente corporativa.

Um dos veios explorados pela esquerda para sua reorganização foi o movimento estudantil, movimento social de jovens,[82] cujas lutas desenvolvidas eram ao mesmo tempo pela melhoria do ensino e em favor de liberdades políticas.

O potencial político desse movimento já era reconhecido pelas correntes de esquerda que, desde muito tempo, disputavam influência e a direção do movimento. Embora estivesse concentrando suas energias na preparação da guerra popular prolongada, estratégia guerrilheira inspirada na Revolução Chinesa e nas "geniais contribuições de Mao Tse-tung", cuja conseqüência foi a Guerrilha do Araguaia,[83] o PCdoB também pretendia o comando do movimento estudantil brasileiro. Nesse sentido, foi elaborado pelo seu Comitê Central, em maio de 1968, um documento com as orientações a serem seguidas pela organização. Nas notas introdutórias, o PCdoB afirma:

> "Ardorosos defensores da democracia e da soberania nacional, os estudantes estão nas primeiras linhas dos que se colocam contra a ditadura e o imperialismo norte-americano e reivindicam um governo autenticamente popular. Situam-se, assim, ao lado dos jovens que, em todos os continentes, se erguem com vigor e coragem contra os regimes retrógrados e, com seu espírito indomável, abalam as velhas estruturas da sociedade.
> A orientação do Comitê Central tem em vista organizar e unir o máximo de forças entre os estudantes e ampliar as ações revolucionárias do povo contra o governo militarista, antipopular e pró-ianque, e pela vitória da revolução.
> A política estudantil do Partido servirá para elevar o nível político e ideológico de todos os militantes que atuam nas escolas, capacitando-os a defender a linha partidária e a aplicá-la com flexibilidade e audácia. Permitirá recrutar combatentes destemerosos para suas fileiras, ajudará os comunistas a ocupar o posto de vanguarda no movimento estudantil e a propagar a chama revolucionária entre os estudantes".[84]

Essa passagem reflete bem o clima de mobilização da época, maio de 1968, no Brasil e no mundo, quando os estudantes protagonizaram protestos estrondosos contra a ordem daqui e de alhures, e o apelo revolucionário então predominante no discurso da esquerda. Um mês depois, no Rio de Janeiro, ocorreria a famosa Passeata dos Cem Mil, um protesto contra a ditadura e contra o assassinato de um estudante, onde se fizeram presentes lideranças políticas

---

[82] Juventude como categoria de transição para a vida adulta. Cf. AUGUSTO, Maria Helena O. *Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude*. *In*: Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 17, nº. 2. Novembro de 2005.
[83] Partido Comunista do Brasil (M-L). Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974, pp. 115-160.
[84] Partido Comunista do Brasil. *A política estudantil do Partido Comunista do Brasil*. *In*: Política e revolucionarização do partido. Lisboa: Edições Maria da Fonte, s/d, pp. 15-16.

e jovens artistas que se tornariam grandes expoentes da música popular brasileira: Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Edu Lobo e Nana Caimmy.[85]

As pretensões dos comunistas de crescer e liderar o movimento também estão nítidas, pois, as orientações permitiriam "recrutar combatentes destemerosos", ajudar "os comunistas a ocupar o posto de vanguarda no movimento" e a propagar "a chama revolucionária entre os estudantes".

Havia uma caracterização política e ideológica dos estudantes que, mesmo sem considerá-los a vanguarda da revolução, papel ainda reservado ao proletariado, segundo o PCdoB, os colocava como portadores de grande potencial revolucionário.

"No Brasil", diz o texto, "a combatividade do movimento estudantil já é uma tradição. Os estudantes participaram vigorosamente das campanhas populares contra a reação e o fascismo, contra o Estado Novo, (...) e a favor da guerra antifascista".[86] Os estudantes se fizeram presentes ainda nas jornadas democráticas e patrióticas do após-guerra. O documento acrescenta:

> "Objetiva e subjetivamente, os estudantes têm condições de cumprir importante papel na revolução brasileira. Como jovens intelectuais de uma nação pobre e atrasada, não encontram oportunidades para desenvolver sua capacidade criadora. São audazes nas formas de pensar e de agir, não estão presos a maiores compromissos e podem transformar-se em revolucionários conseqüentes".[87]

Mas o desafio de conquistar a hegemonia no movimento estudantil estava permeado por obstáculos. Além do ambiente político adverso que se formaria logo no final de 1968 com o recrudescimento da repressão política, o PCdoB tinha adversários no movimento, alguns dos quais detentores de grande influência política. Havia a Ação Popular que "faz esforços para colocar o movimento estudantil inteiramente sob sua direção", passagem que indica o reconhecimento pelo PCdoB de que essa corrente tinha muita força. O Partido Comunista Brasileiro – PCB, "tendência mais antiga" entre os estudantes. São identificadas ainda as presenças de correntes seguidoras de Fidel Castro, o recém-criado PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, a organização Política Operária – POLOP, os trotskistas

---

[85] RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv. Rio de Janeiro: Record, 2000.
[86] Partido Comunista do Brasil. Op. cit., p. 24.
[87] Idem, ibidem, p. 25.

vinculados à IV Internacional e um grupo intitulado Dissidência, e a Ala Vermelha, uma dissidência do próprio PCdoB.[88]

Para atingir os seus propósitos de alcançar a hegemonia junto aos estudantes, o PCdoB estabelecia, os seguintes "elementos essenciais" da sua política estudantil:

> "1º Concentrar o fogo do ataque na camarilha militar reacionária e entreguista e nos imperialistas ianques, levar as massas estudantis a lutar pela derrubada da ditadura e por um poder popular.
> 2º Levantar as reivindicações mais sentidas e imediatas dos estudantes, relacioná-las com os problemas políticos gerais, procurando ao mesmo tempo elevar o nível das lutas e de consciência política das massas estudantis.
> 3º Organizar e unir os estudantes nas lutas e para as lutas, utilizando tanto as velhas formas de organização e unidade ainda válidas como as novas formas criadas pelo movimento estudantil, tendo presente que, sob as condições da ditadura, é preciso saber combinar as formas legais com as ilegais e conquistar firmes pontos de apoio em cada escola.
> 4º Desenvolver a ação comum entre os universitários, secundaristas e estudantes técnico-profissionais para tornar mais sólidas as organizações estudantis. Propugnar a frente-única com os professores e intelectuais democratas e progressistas como também com o os trabalhadores das cidades e do campo a fim de ampliar as lutas.
> 5º Manter posição independente no movimento estudantil e não se deixar confundir com as demais correntes que nele atuam. Aplicar a política de unidade e luta pra fortalecer os setores que defendem posições progressistas, ganhar a maioria, isolar e derrotar os direitistas, trotsquistas e agentes da ditadura. Conquistar a liderança no movimento estudantil.
> 6º Esclarecer os objetivos do Partido, difundir as idéias da guerra popular, propagar o marxismo-leninismo. Fazer da linha do Partido a linha das massas estudantis".[89]

Essas orientações políticas, com algumas mudanças, continuariam em vigor durante os anos de 1970, quando se registram novos momentos de contestação estudantil. Os primeiros a se insurgirem contra as restrições impostas pela ditadura foram os estudantes universitários que, ainda em 1972, deflagaram uma importante mobilização contra a implantação do ciclo básico na UFBa, e, em 1975, protagonizaram a primeira greve geral universitária no país depois do AI-5, segundo alguns dos seus protagonistas.

Assim, o envolvimento dos agentes do movimento social com a atividade partidária, bem como a ação política, a atração de simpatizantes e o recrutamento de novos militantes desenvolvidos pela esquerda em geral e pelo PCdoB, em particular, que eram fundamentais para o seu crescimento e reorganização, estavam sob o influxo desses constrangimentos, como sugerem alguns relatos.

Antônio do Carmo, por exemplo, conta que em 1972 conheceu José Reinaldo de Carvalho, colega do curso de ciências contábeis, com quem dialogava sobre vários assuntos.

---

[88] Idem, ibidem, pp. 40-42.
[89] Idem, ibidem, pp. 28-29.

> "A gente sempre conversava, trocava idéias. Eu era espírita, e tava com essas idéias desse tal livreto ('Ouvi os clamores do povo') que tinha pegado lá no Mosteiro de São Bento. Eu tentava trazer ele pra ser espírita e ele tentava me trazer; e ele com uma atitude impressionante: ele ouvia horas e horas de conversas sobre espiritismo e ele me falando sobre a situação do país, a ditadura e tal. Aí começou o recrutamento de fato, mas só que ele não abria o partido."[90]

Nota-se nesse fragmento uma disputa de idéias. Antônio diz que "tentava trazer ele pra ser espírita", enquanto ele próprio ia sendo convencido a aderir à política do partido. Para o narrador o seu recrutamento "de fato" começou nesse momento, embora José Reinaldo não abrisse o partido. "Abrir o partido" significava, então, apresentar-se como militante da organização e discorrer sobre a mesma. Fazer isso na época representava um ato de muita coragem e de confiança no interlocutor, por isso a relevância dada pelo narrador: "mas só que ele não abria o partido". Dessa maneira, a existência de uma organização representada pelo interlocutor sempre ficava na penumbra, era algo apenas sugerido.

Gradualmente, as relações de Antônio com o militante José Reinaldo vão se estreitando e aproximando aquele cada vez mais do partido. Diz o entrevistado:

> "Aí, então, aos poucos, quando ele foi me conhecendo, aí me pedia para guardar documentos, pra reproduzir documentos. Eu trabalhava, na ASPEB[91] na época. Aí., de noite eu ia pra escola e ele me falava sobre as coisas da escola, as necessidades do movimento estudantil, um movimento muito incipiente. Tinha o DA de Economia que era na mesma escola, mais avançado. Aí em 74, 73 ou 74, ele avançou mais, aí já me passou documentos do PCdoB, já falando que existia o PCdoB., não sei o quê. Nessa época, como era o recrutamento? Ele me passou, com muito cuidado, a sintonia da Rádio Tirana e uma *A Classe Operária*, mas feita no mimeógrafo, que ele recebeu, com muito cuidado e tal, pepê, papá. Aí... (Rádio Tirana) então, porque ele não falava tudo, ele falava das coisas assim no geral, no recrutamento, né… falava das coisas no geral do País, mas não avançava muito pro PCdoB. Mas aí mandava, dava o toque pra gente ouvir a Rádio Tirana. Na Rádio Tirana..., aí falava abertamente da ditadura, do PCdoB e da Guerrilha do Araguaia, entendeu? Era uma coisa assim que..., aí isso foi me envolvendo, né, no perigoso, no proibido e também na indignação com as coisas da ditadura."

O entrevistado sintetiza o contexto da época. Desenvolver atividades de contestação à ordem política vigente significava o envolvimento com o "perigoso", com o "proibido", expressões que fazem lembrar Pollak,[92] porque "remetem mais a noções de memória, ou seja, a percepções da realidade" construídas pelo narrador, "do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções". Nesse caso, expressam os riscos que a militância política

---

[90] DO CARMO, Antônio Santos. Entrevista gravada em 24 de fevereiro de 2005.
[91] Associação de Poupança e Empréstimo da Bahia.
[92] POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. *In* Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 10, 1992, p. 201.

encerrava: perseguição, prisão, tortura, enfim, "as coisas da ditadura" que indignavam o jovem militante.

O envolvimento de Antônio com a organização partidária foi progressivo: "Aí, em 74, eu já tava reproduzindo documentos numa máquina de datilografia, com o mimeógrafo, mas ali com todo o cuidado". Enfim, "já era um militante do PCdoB". Quando ele aceitou integrar a chapa que concorreria às eleições para o DCE, em 1975, foi concluído o recrutamento: "aí que eu confirmei que entrei na chapa, ele me disse: você já era militante do PCdoB, eu sou PCdoB".

Nota-se como era longo e cuidadoso o processo de recrutamento de novos membros para a organização e que o partido tinha uma influência política que não refletia a existência de uma base militante ampla e organizada, como indica a convocação do narrador para assumir importante posição de direção do movimento estudantil, mesmo não tendo vínculo orgânico partidário. Tornam-se evidentes a precariedade e a limitação dos instrumentos de propaganda do partido, pois, apenas com mensagens veiculadas por uma rádio de sintonia praticamente desconhecida e reproduzindo materiais de propaganda em mimeógrafo, a organização não tinha como desenvolver algo de fundamental para qualquer agremiação política: uma ampla divulgação de suas idéias e propostas políticas.

As lembranças de Renildo parecem corroborar grande parte do relato de Antônio, fazendo emergir, assim, os traços de uma memória coletiva, na perspectiva de Maurice Halbwachs, para quem a memória deve ser entendida como fato social, que remonta às relações determinadas pelas instituições como família, classe social, escola, Igreja, organização política, etc.[93]

Ao entrar na Universidade em 1977, já no período de matrícula, Renildo manteve contato com os membros do Diretório Acadêmico de Física. Em seguida, integrou-se à corrente Viração, formada pelos militantes do partido e seus simpatizantes, e passou a atuar no DCE e no Trabalho Conjunto, que aglutinava vários segmentos políticos, sociais e religiosos.

Renildo ia se envolvendo com pessoas que ele imaginava serem do partido, mas isso não era revelado. "Olival falava sobre o PCdoB, sobre a Guerrilha do Araguaia, pessoas do Comitê Central e passava documentos do PCdoB para mim". Era-lhe recomendado ouvir a Rádio Tirana e a colaborar em algumas tarefas. Em certa ocasião,

---

[93] Apud NEVES, Lucília de A. *Memória e História: multiplicidade e singularidade na construção do documento oral*. *In*: Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste. Salvador: UNEB, 2000, p. 53.

> "ele me chamou para ajudá-lo no empacotamento do chamado *Manifesto aos Brasileiros*, em 1977. Eu e ele organizamos para distribuir pelos correios, para personalidades aqui na Bahia. Nós éramos muito amigos, assim, muito íntimos. Apesar dessa minha atividade política estudantil e no Trabalho Conjunto, muito intensa, Olival era muito cuidadoso na tarefa de recrutamento de novos membros. Então, eu ficava como militante, na prática, do PCdoB, mas não era admitido, não era oficializado ainda meu ingresso no PCdoB. Isso foi um processo longo de discussão minuciosa, cuidadosa, de documento por documento".[94]

À semelhança do que ocorreu com Antônio do Carmo, o processo de entrada de Renildo Souza no PCdoB também foi demorado, e só seria concluído em dois anos. No entanto, já nos primeiros momentos de contato havia a colaboração com algumas atividades próprias de militantes, no caso, o empacotamento do manifesto, o que, de alguma maneira, o vinculava à organização. Renildo revela outro aspecto da propaganda partidária. O Manifesto era distribuído pelos correios, ou seja, não havia distribuição de mão em mão, nos moldes como se passou a fazer posteriormente com a panfletagem, indicando também as limitações da propaganda partidária.

Renildo qualifica como atividade muito intensa aquela que desenvolvia na esfera estudantil e no Trabalho Conjunto. De fato, assumir responsabilidades nessas duas frentes devia exigir dedicação e esforço. Isso porque as lutas estudantis no período implicavam em panfletagens, denúncias, greves, manifestações, passeatas, seminários, congressos, eleições, etc. Por sua vez, o Trabalho Conjunto exercia a função de coordenação de quase tudo que existia de organizado e influenciado pelo pensamento político e religioso progressista.

Segundo seus dirigentes, Trabalho Conjunto significava as

> "ações realizadas unificadamente por entidades (estudantis e profissionais), sociedades de bairro, parlamentares, grupos de cristãos, paróquias, artistas, intelectuais e pessoas destacadas da comunidade, visando assegurar questões do interesse imediato da população, na sua luta por justiça, direito de participação e melhores condições de vida". [95]

Portando, o Trabalho Conjunto não tinha uma estrutura permanente e se constituía de "ações realizadas unificadamente". No mesmo documento é realizado um balanço dos principais movimentos ocorridos na cidade e que apontariam para o surgimento das "condições necessárias ao crescimento do Trabalho Conjunto".

---

[94] SOUZA, Antônio Renildo Santana. Entrevista gravada em março de 2005.

[95] " Proposta de criação da Comissão de Trabalho Conjunto da Cidade do Salvador, apresentada pelo núcleo atual da Comissão Provisória", na reunião geral, realizada no dia 16 de junho de 1977, no Mosteiro de São Bento, p. 1.

> "Mais precisamente a luta dos desabrigados pelas fortes chuvas de abril de 71, a luta dos vestibulandos da Universidade Católica contra a anulação do vestibular e a mobilização dos universitários contra a implantação do ciclo básico (1971/72) foram oportunidades concretas para que se vencesse o medo e o isolamento, surgindo daí atitudes de solidariedade entre setores distintos da população, expressas em notas de apoio e outras formas.
> A reorganização das entidades estudantis, particularmente a reabertura do Diretório Central dos Estudantes da UFBa, no final de 73, a criação do Centro Universitário de Cultura e Arte – CUCA – e sua ampliação com o trabalho cultural e artístico da cidade, bem como o surgimento do Convênio Cultural entre as Entidades de Profissionais Liberais (início de 74) contribuíram bastante nesse processo de aproximação entre setores diversos da população, à medida em que as formas de apoio inicialmente adotadas como ação conjunta ganham um conteúdo mais amplo, assegurando-se uma maior influência junto a opinião pública e penetração significativa em setores específicos da comunidade".[96]

Coube ao Trabalho Conjunto organizar a solidariedade às pessoas presas e acusadas de pertencer ao PCB, em 1975, e aos líderes estudantis detidos em 1976, e o acompanhamento aos familiares dos mesmos. Ainda em 1976, houve muita luta contra a expulsão dos moradores da invasão do Marotinho e na denúncia da violência policial que se abateu contra estes.

Definir o Trabalho Conjunto como "pronto socorro comunitário"[97] parece imputar-lhe um atributo assistencialista que não tinha. Na verdade, esse pólo de entidades e movimentos desenvolvia uma intensa articulação política entre os diversos segmentos organizados e uma ativa solidariedade às pessoas e movimentos que de alguma maneira confrontavam com o regime militar ou com outras estruturas de poder. O Trabalho Conjunto sucedeu, na prática, o Convênio Cultural, iniciativa de profissionais liberais egressos do movimento estudantil, muitos dos quais militavam no PCdoB, como Manoel José de Carvalho, arquiteto, uma das suas principais lideranças.

O Trabalho Conjunto não tinha uma estrutura consignada em um estatuto registrado em cartório. Mas tinha uma carta de princípios onde pugnava pelo direito de greve, liberdade de associação e de manifestação do pensamento, entre outros pontos.[98] Encampou a luta pela anistia política e contra a carestia. A sua representatividade pode ser verificada pela quantidade de entidades que subscreveram um cartaz comemorativo do "Dois de Julho", em 1977: Associações: de Biologia, de Geólogos, dos Sociólogos, dos Professores Licenciados, de Assistentes Sociais; Institutos dos Arquitetos, de Administradores e dos Economistas; Clube de Criação da Bahia, Associação Feminista da Bahia, Federação de Bandeirantes do

---

[96] Idem, ibidem, p. 2.
[97] GONZALEZ, Maria Victoria E. Op. cit., p. 49.
[98] Idem, ibidem, pp. 47-50

Brasil – Região da Bahia, Grupo de Teatro Amador Amadeu, Teatro Livre da Bahia, Grupo Moisés, jornais *Mutirão* (CIENA), *Nova Ação*, *Movimento*, Centro Universitário Padre Torrend, DCE – UFBa, CIVUB, Diretórios Acadêmicos de: Economia, Física, Geologia, Biologia, Ciências Sociais, Arquitetura, Psicologia, História, Veterinária, Administração e Letras da UFBA; Diretórios Acadêmicos de: Direito, Medicina, Filosofia e Ciências Humanas e Engenharia da UCSal, Comissões de Estruturação de Diretórios Acadêmicos de: Educação Física, Economia, Serviço Social, Administração e Biologia da UCSal.

Esse elenco de instituições ilustra, de certa maneira, o estágio em que se encontrava a organização dos diversos segmentos sociais e o seu nível de articulação política. É significativa a participação dos profissionais liberais, mas a OAB e a ABI não se fazem presentes. Os sindicatos também estão ausentes. Enquanto os universitários têm ampla participação, os secundaristas se fazem representar apenas por um jornal, o *Mutirão*. Percebe-se a ausência também de associações de bairro. No caso destas, embora ausentes do cartaz, há registros da integração de algumas delas no Trabalho Conjunto. Os sindicatos, no entanto, só se aproximariam mais adiante. Isso porque, "não havia ainda sindicato em mãos de setores de esquerda em Salvador, naquele momento, a não ser esporadicamente membros de oposições sindicais", conforme lembra Renildo.

Em maio de 1978, na reunião geral para discutir e aprovar sua *Carta de Princípios*, o Trabalho Conjunto contou com a presença de 183 pessoas vinculadas a diversos segmentos e entidades Não há registro da presença de sindicatos.[99] Nessa época, as reuniões ocorriam toda semana, na sede do Instituto dos Arquitetos, na Ladeira da Praça, e no Mosteiro de São Bento, na Avenida Sete de Setembro, sob as bênçãos de D. Timóteo Amoroso, mas também no Colégio Dois de Julho, no Garcia, e na sede do DCE-UFBa, na Rua Carlos Gomes. Quem coordenava esse fórum era um núcleo do qual Renildo Souza participou durante certo tempo. Segundo ele,

> "logo foi criado um núcleo de direção do Trabalho Conjunto de Salvador. Não se identificava como núcleo do partido, embora todos nós soubéssemos que era um núcleo do partido. Não era oficializado como direção do Trabalho Conjunto. Era uma articulação informal, mas era o núcleo dirigente de fato do Trabalho Conjunto. Era um núcleo muito organizado, muito estruturado, com reuniões, pelo menos uma vez por semana, às vezes mais de uma reunião por semana. E era dirigido por Manoel José de Carvalho, que era o principal dirigente do Trabalho Conjunto, que hoje é Pro-Reitor de Extensão da UFBa, da direção municipal do PCdoB e ainda militantes ou simpatizantes do PCdoB... Edmilson Carvalho, arquiteto, dirigente do IAB, Instituto dos Arquitetos, Mundico, jornalista, Paulo Jackson, que era engenheiro da

[99] Trabalho Conjunto. Boletim Informativo Semanal, n° 1, mimeografado, s/d (Provavelmente de fins de maio de 1978).

> EMBASA, acho, que mais tarde foi deputado pelo PT, eu, Lúcio Flávio, estudante, do PCdoB, que era de Miguel Calmon".

Assim, as estréias políticas de Antônio e de Renildo ocorreram depois do seu ingresso na Universidade, onde se ligaram às lutas estudantis, estabelecendo relações políticas e pessoais com a militância do PCdoB e com outros segmentos sociais, assumindo, na prática, tarefas e responsabilidades específicas de militantes.

Experiência diferente ocorreu com outros militantes, que já tinham tido alguma participação política ou sido influenciados pelo ambiente político, antes mesmo de prestarem vestibular, como foram os casos de Javier Alfaya, Vandilson Costa, Davidson Magalhães e Olival Freire Júnior. Estes, ainda no curso secundário, mantiveram contatos com colegas que se relacionavam politicamente com o partido e pareciam estar bem informados sobre o que ocorria no país.

Javier lembrou assim os seus primeiros passos em direção ao ativismo político estudantil e à militância comunista:

> "Nos (Colégio) Maristas havia um grupo de pessoas que tinha contato com pessoas dentro da Universidade. Eu me lembro que Nilton Vasconcelos, que era meu colega de turma dos Maristas, falava de um irmão dele que já era militante na Universidade Federal, que era Marcos Vasconcelos. Então, em síntese, ele e outras pessoas tinham parentes ou conhecidos na Universidade que faziam o movimento estudantil possível daquela época. Então, a primeira vez que ouvi falar da existência do Partido Comunista do Brasil na Universidade foi o comentário de uma pessoa que, fazendo referência a esses contatos do PCdoB fez restrições a eles, disse assim: ah! mas é por que o que tá rolando aí é a articulação da Ala Jovem do PMDB e esse pessoal aí é um pessoal mais ligado a uma visão clandestina. Mas o que me interessava era a visão clandestina. Já havia uma simpatia, por uma série de referências anteriores e tal. Certamente muito romântico, mas enfim era o que cabia, eu tinha dezessete anos, dezoito anos, era o que nós tínhamos na cabeça como idéia, como valores, como simpatia, identidade, etc". [100]

Com essas referências, Javier não teve dificuldades para se situar politicamente no ambiente universitário. Em 1975, quando ingressou na UFBa, diz ele: "eu já sabia a quem procurar, que era aquela turma que agitava, que levava à frente o movimento estudantil da UFBa, que era essa turma ligada ao PCdoB". Não sabia os nomes das pessoas, mas sabia que era o grupo que estava "ali à frente, em arquitetura, em geociências, que estava à frente do DCE".

A sua entrada na UFBa coincidiu com a realização de assembléias estudantis das quais

---

[100] ALFAYA, Francisco Javier Ulpiano. Entrevista gravada em 09 de julho de 2006.

participou ativamente. Foi nesse período que aconteceu uma grande mobilização contra o jubilamento – "acadêmico e político', segundo Javier. Este era um meio de exclusão dos estudantes dos quadros da Universidade antes de terminar o curso. Essa mobilização culminou com a greve geral da UFBa entre setembro e outubro de 1975.

O movimento teve início nos cursos de geologia e de geografia, do Instituto de Geociências, no dia 24 de setembro, às vésperas da reunião da Câmara de Graduação da UFBa, cuja pauta, segundo os estudantes, incluiria novas formas de jubilamento. Na assembléia estudantil foi aprovada a paralisação das aulas contra as possíveis decisões da Câmara e devido às "deficiências" do curso. Ao contrário, portanto, do que registrou outro autor, para quem essa foi uma greve de apoio aos estudantes de medicina. [101]

O movimento foi imediatamente tachado pela direção do instituto de "grevista e ilegal" e qualquer reunião nas dependências universitárias foi proibida.[102] As lideranças procuravam refutar o caráter político que a direção da Universidade tentava atribuir ao movimento, como lembra Luiz Nova que, então, era diretor do DCE-UFBa, juntamente com Antônio do Carmo, Sinval Galvão, Valdélio Silva, Frederico Torres, Tinoco Melo e Conceição Tupinambá:

> "A greve na verdade é uma seqüência do movimento contra o provão em 72. Ou seja, é um momento político difícil. Essa é a leitura que eu faço. É um momento político difícil e você tem a história do ciclo básico batendo na porta direto. Nego consegue acabar com o provão, mas o jubilamento com dois anos, você botar para fora se o cara perder os dois anos, isso permanecia. Então, a greve na verdade, ela começa muito como um movimento assim... É uma coisa impressionante porque não havia um ambiente de greve. Tanto é que não se chamava nem greve. O ambiente era tão duro que era paralisação das atividades didáticas, nós não estávamos fazendo greve. Porque o governo dizia que greve era política, que nós estávamos fazendo política, e tal. Então, naquele momento, até esse jogo de linguagem tinha que ser feito, e tal".

Percebe-se aí uma dura disputa no âmbito dos discursos elaborados sobre o movimento. As autoridades universitárias, como que querendo criminalizá-lo e isolá-lo politicamente, o declara "grevista e ilegal", características que são rechaçadas pelos estudantes que dizem estar apenas paralisando as atividades didáticas, conforme Luiz Nova.

Os próprios deflagradores do movimento rejeitaram o discurso oficial à sua própria maneira. Em uma nota os estudantes de geologia e geografia fizeram questão de

---

[101] BENEVIDES, Sílvio. Op. cit., p. 90.
[102] *Jornal da Bahia* de 25/09/1975, primeira página.

> "tornar claro que a nossa atitude não é, de modo algum, uma manifestação política, sendo, portanto, desprovida do caráter grevista que alguns lhe querem atribuir. Significa a tomada de decisão coerente com a nossa consciência da necessidade de alertar a opinião pública e de nos colocarmos atentos visando a resolução dos problemas que prejudicam a nossa formação profissional, comprometendo, dessa maneira, a nossa atuação perante a sociedade".[103]

Essa abordagem do movimento como uma paralisação também foi feita pela imprensa. Pelo menos nas notícias e matérias veiculadas nos primeiros momentos da mobilização estudantil não há registros referentes a "greve", com exceção dos casos que correspondem às manifestações das autoridades universitárias ou do governo. A imprensa não informava o nome das lideranças estudantis que conduziam o movimento, mesmo quando eram fontes das informações veiculadas pelos jornais. Uma exceção foi a citação de Sinval Galvão, presidente do DCE - UFBa, quando este foi recebido, com outros líderes, pelo reitor em exercício, Augusto Mascarenhas, depois das gestões desenvolvidas pelo Cardeal D. Avelar Brandão Vilela.[104]

Na semana seguinte à deflagração da paralisação, foi a vez das escolas de Economia e Arquitetura aderirem. No final de setembro já eram três mil estudantes de braços cruzados, com a adesão da Escola Politécnica.

Provavelmente no mês de outubro ocorreu um episódio que pareceu bastante significativo para aqueles que dele foram protagonistas. Emocionado, Antônio do Carmo o relatou:

> "Marcou-se uma assembléia na frente da faculdade de Engenharia. Aí, teve uma passeata. A gente saiu..., uma das primeiras passeatas, de Arquitetura para Engenharia. E aí, a polícia..., era o coronel Luiz Arthur,[105] o secretário de Segurança Pública na época, pegou e fechou o tráfego todo lá abaixo do cemitério, ali no Campo Santo. E fechou também do outro lado, lá na TV Itapuã. Aí, de repente, a gente tava na assembléia discutindo sobre a continuidade ou não da greve. Aí parou o trânsito de um lado, parou o trânsito do outro e, aí, tal, ficou aquele clima, uma imagem terrível de repressão ou não da greve, polícia de tudo quanto é lado, tropa de choque, e veio o coronel Luiz Arthur em pessoa, com a farda de gala e a porra toda, farda de milico mesmo, ele era coronel! Entrou na assembléia dando prazo de x minutos para dissolver... E a porra toda lá embaixo. Aí nesse momento, todo mundo ali cantando as palavras de ordem, aí Olival chegou e fez um discurso: se fosse preciso derramar o sangue da militância, dos estudantes que estavam ali e tal, que ele então derramasse, que estava na mão dele, que ele pudesse dar o primeiro tiro, dar a primeira porrada, porque os estudantes estavam lutando por isso, por isso, por isso e a greve ia continuar, ta, ta, tal. (...) Foi uma coisa tão fantástica que as pessoas continuaram onde estavam! E ele era um secretário de Segurança Pública truculento... Foi uma coisa tão violenta que desarmou completamente ele. Aí ele se

[103] *Jornal da Bahia* de 25/09/1975, p. 3.
[104] *Jornal da Bahia* de 08/10/1975, p. 3
[105] Este coronel foi acusado de praticar torturas em presos políticos. Cf. JOSÉ, Emiliano. Galeria F: lembranças do mar cinzento. São Paulo: Casa Amarela, 2000, p. 25.

> afastou e chamou a direção para negociar. Aí, a turma foi, negociou, não sei o quê, que ia encerrar a assembléia, tomar a decisão na assembléia e a partir daí dissolver e tal, e ele aceitou fazer isso, sem a repressão, que ficava de um lado pro outro".

Esse fragmento é rico de elementos constitutivos da memória, como concebidos por Michael Pollak: personagem, acontecimento e lugar.[106] O líder estudantil e o chefe da repressão são personagens centrais. Um simboliza a resistência política, o outro a natureza repressiva do Estado. Os acontecimentos são múltiplos - uma greve, uma assembléia, uma passeata, uma negociação, etc. - e os lugares também: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Arquitetura, o cemitério do Campo Santo, a TV Itapuã. Tudo isso indicando como os processos mnemônicos na rememoração de Antônio se desenvolvem por associação, compondo as imagens de um episódio decisivo para os seus protagonistas e que Antônio selecionou para narrar dessa maneira. O quanto foi significativo para Antônio o gesto de Olival está representado em duas expressões fortes: "coisa tão fantástica" e "coisa tão violenta". Afinal, não era comum naqueles tempos respostas desse tipo a um secretário de Segurança, muito menos se tratando de um coronel do Exército.

Mas esse episódio foi lembrado também por Luiz Nova, que agrega outros elementos:

> "Numa das últimas assembléias na porta da Escola Politécnica, quando a polícia cerca a assembléia-geral da greve e o coronel Luiz Arthur invade a assembléia, invade no sentido de entra, e ele dialoga com a direção da assembléia, dizendo que a direção da greve seria responsável pelo que acontecesse com aqueles todos ali. Que ele tava vendo alunos dele como Chicão, que era um cara de Geologia, que tinha sido aluno dele em um curso secundário ou o conhecia de família, algo assim, que podiam sofrer por causa disso, que os líderes é que eram importantes... Aí tem uma grande marca, uma grande presença, que é Olival. Olival faz uma intervenção nessa assembléia ao dizer que não tinha líderes ali! Que ali era um movimento coletivo. Se fazer política é lutar pelo direito então ele tava fazendo política, algo assim.. Mas é um discurso que marca! E cria uma unidade tão grande nessa assembléia, que a gente sai em passeata dali da Politécnica até a Piedade, né? Então é uma força criada, uma sinergia criada naquele ambiente. Que não havia uma ligação política assim, no sentido de ditadura, esse movimento é contra..., ainda não. O movimento de massa ainda não tava com esse contexto. Mas era um movimento com reivindicações muito práticas, muito concretas, que mobilizava a maioria das pessoas. A polícia vai-nos acompanhando na passeata dali até cá atrás. Detona com a passeata na Piedade... Eu lembro bem que aí, Antônio Gute-gute tava comigo assim lado a lado caminhando. E a gente discutindo o que é que a gente podia fazer. Porque, logicamente, com a ameaça do cara as principais lideranças foram tratar de se preservar, para não serem presas no trajeto. Então, enquanto a gente tava fazendo a marcha, os principais tinham que.... aproveitar aquele momento e se esconder. O Luiz Arthur disse que os líderes ali ele sabia quem eram. Disse: eu sei quem são. Eu e Antônio, que éramos jovens, tínhamos entrado na Universidade em 75. Então, éramos da direção do DCE, mas éramos sem experiência, então ficávamos dizendo: o que fazer agora com isso aqui na mão? O que fazer?"

[106] POLLAK, Michael. Op. cit., pp. 201-202.

No relato de Luiz Nova, a tentativa de intimidação do movimento pelo chefe da repressão policial e a reação de um dos líderes dos estudantes também tem um lugar de destaque. Ele se refere ao efeito contagiante do discurso de Olival sobre os presentes, a sinergia que impulsionou o movimento, promovendo efeitos contrários àqueles pretendidos pela autoridade policial, que era intimidar os presentes, principalmente as lideranças, e obter a imediata dissolução da assembléia e a dispersão dos seus participantes.

Olival lembrou desse episódio, imprimindo também uma tonalidade muito própria ao seu relato:

> "Eu me lembro de uma assembléia que teve aqui na porta da Escola Politécnica, o pessoal da Arquitetura veio defendendo que a greve acabasse, o pessoal da Arquitetura era o pessoal do PCdoB, era o Manoel José, era o Fred que tá na Bahia, hoje, o Frederico, era a Salete. E teve um incidente na assembléia. Tinha uma turma que não queria acabar a greve. O pessoal da Geologia não queria acabar a greve e tava na assembléia, portanto, falando a favor. Outra falando contra. E era o pessoal do PCdoB, falando contra e a favor da greve. Nessa época já se tinha liderança de outros grupos. Na Medicina tinha a liderança do Jorge Macarrão. Nitidamente nessa assembléia a divisão era o tempo todo da liderança do PCdoB e a assembléia acabou não tendo confusão porque uniu todo mundo por um fator externo. O secretário de Segurança na época, o coronel Luiz Arthur veio até a assembléia para tentar acabar com a greve. Com a habilidade própria de um coronel e chefe de segurança publica, ele chegou na assembléia fazendo ameaças, que podia prejudicar lideranças, cortar lideranças e quando ele saiu não deu outra. Eu mesmo fui o primeiro a falar, fiz um discurso inflamado, que as lideranças não iam se intimidar, que se precisasse rolar sangue, rolaria. Aí não deu outra, a assembléia por unanimidade tomou a decisão, a divergência anterior acabou devido a presença do coronel Luiz Arthur, não tivesse ele ido a assembléia, a assembléia ia enfrentar uma votação terrível, extenuante e talvez a greve tivesse acabado aí. A greve não acabou. A Universidade foi invadida depois pela polícia e a greve durou mais umas duas semanas. Terminou sendo acabada..., acabando aos poucos com o campus ocupado pela Polícia Militar".[107]

O que Olival narra traz elementos coincidentes com os dois relatos anteriores, a saber: o ambiente de tensão, o local da assembléia, os principais personagens e os discursos e os seus efeitos. De maneira semelhante a Luiz Nova, ele destaca os reflexos da intervenção do coronel no revigoramento do movimento e na retomada da unidade, só que se refere às lideranças do PCdoB que teriam se mostrado divididas na assembléia. Tais lembranças apresentam-se então como traços de uma memória coletiva que se mantiveram relativamente imutáveis[108] nos três relatos. Porém, ao mesmo tempo, Olival agrega aspectos ignorados pelos outros narradores que, por sua vez, também aludiram a ocorrências que foram ignoradas por Olival. Tudo isso revela que há características muito particulares em cada subjetividade.

---

[107] FREIRE JÚNIOR, Olival. Entrevista gravada em 23 de maio de 2007.
[108] POLLAK, Michael. Op. cit., p. 201.

Assim, as lembranças de uma experiência comum ao mesmo tempo em que revelam aquilo que foi significativo para o grupo e para cada um dos seus membros, apresentam variações que podem ser decorrentes de transposições ou de projeções[109] de experiências de outros lugares ou de outros tempos, de falas ouvidas ou de textos lidos. Ou podem se assemelhar à releitura de um livro, por exemplo. Para Bosi, "não se lê duas vezes o mesmo livro, isto é, não se relê da mesma maneira um livro. O conjunto de nossas idéias atuais, principalmente sobre a sociedade, nos impediria de recuperar exatamente as impressões e os sentimentos experimentados a primeira vez".[110] A autora completa:

> "A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual: impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados".[111]

Os relatos dos três narradores permitem argumentar que sendo a experiência coletiva, porque vivida pelas mesmas pessoas em tempo e espaço comuns, não deixa de ser reconhecida como "experiência individualizada no seu modo de perceber e contar os acontecimentos".[112]

Essa greve foi num crescendo e chegou a atingir trinta e dois cursos no meio do mês de outubro,[113] apesar das ameaças das autoridades educacionais quanto aos prejuízos que poderiam ter os estudantes e de outras iniciativas do governo para impedir a divulgação do movimento.

Por meio do controle exercido sobre a imprensa de todo o país, o governo federal tentou circunscrever o movimento ao estado da Bahia. Em 17 de outubro de 1975, por exemplo, a Agência Folhas distribuiu um comunicado a seus editores nos seguintes termos:

> "Através de telefonema, o agente Nilo Ferreira, da Polícia Federal, transmitiu-nos a íntegra do "rádio" proveniente do DPF de Brasília, cujo texto segue abaixo, informando tratar-se de uma solicitação aos jornais:

---

[109] Idem, ibidem, p. 202.
[110] BOSI, Ecléa. Op. cit., p. 58.
[111] Idem, ibidem, p. 59.
[112] CARDOSO, Heloisa Helena P. *Narrativas de um candango em Brasília*. *In*: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº. 47, 2004, p. 163.
[113] *Tribuna da Bahia* de 15/10/1975, p. 9.

> ‘Face problema estudantil Bahia estar sendo explorada agitação antinacional, solicita-se a colaboração do prestigioso órgão de comunicação no sentido de não ser dada cobertura àquela manobra’”. [114]

O governo revelava assim o temor de uma ampliação do movimento para outras regiões do país e fazia tudo para isolá-lo e derrotá-lo. Segundo Ana Cecília B. Alves de Souza,

> “após um mês de greve a Universidade é invadida por forças policiais armadas. Os estudantes retornam às aulas protestando contra a repressão policial e a quebra, mais uma vez, da autonomia universitária. Um ano depois, o Conselho Universitário suspende a aplicação de todas as formas de jubilamento, exceto a de tempo máximo de permanência na Universidade”.[115]

Acabava assim o movimento conduzido por líderes estudantis, em sua maioria ligados ao PCdoB, como aqueles com os quais Javier Alfaya mantinha relações pessoais e políticas.

Embora soubesse que convivia com militantes do partido há meses nas lides estudantis, o primeiro contato propriamente partidário, no entanto, só foi ocorrer no ano de 1976, quando Javier estava envolvido na estruturação do grupo de teatro de Arquitetura, “Sonhos e Concretos”, e uma pessoa o abordou e

> “falou assim: olha, você sabe que além desse movimento existem organizações, e tal, e tal, aí falou do PCdoB. Essa pessoa que falou pra mim foi Salete Silva, foi quem abriu o partido, como se diz, e perguntou se eu tinha interesse. Eu disse que eu já estava esperando que acontecesse isso e não acontecia. E aí ela falou assim: olha, temos que conversar sobre o que é o partido, você vai ter que ler, etc. e tal. Isso vai levar um tempo, né? Soube depois que o partido observava o comportamento da pessoa pra saber se a pessoa tinha estrutura mesmo para entrar no partido, etc. e tal. Seja por razões de segurança, seja por, talvez, um excesso, hoje a gente vê, um excesso de rigor, ou um suposto rigor ideológico, enfim era muito da cultura de uma época”.

Nesse relato, pontifica um elemento novo: a presença de uma mulher em posição de destaque na militância estudantil e comunista. Liderança na sua escola e na Universidade, Salete Silva, ex-presidente do DCE, tinha ainda a responsabilidade partidária de conseguir novos adeptos para a organização.

O narrador, além de relatar sua experiência, ele a qualifica, dá-lhe significados. Assim,

---

[114] KUSHNIR, Beatriz. *De ordem superior... Os bilhetinhos da censura e os rostos das vozes*. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro – RJ, Editora FGV, 2004, p. 362.
[115] SOUZA, Ana Cecília B. Alves de. *Estudantes ontem e hoje*. *In*: Caderno do CEAS, nº. 52, novembro/dezembro de 1977, p. 32.

a opção pela "visão clandestina" lhe parece, hoje, "romântica", mas justificada pelos dezessete ou dezoito anos que tinha. Os cuidados na política de recrutamento lhe parecem excessivos, mas relativiza sua crítica e os considera próprios da cultura de uma época.

De qualquer maneira, apesar da identidade política anteriormente existente e do seu envolvimento prático na atividade política, Javier só terá a formalização do seu ingresso na organização em 1978, mesmo tendo respondido na primeira abordagem "que já estava esperando que acontecesse isso (o convite) e não acontecia". Javier parece, então, determinado a entrar na organização, numa atitude semelhante à de Juvêncio, personagem de Jorge Amado que, depois de Zé Tavares falar sobre a missão dos comunistas e convidá-lo a aderir ao partido, respondeu: "Mas era isso que eu estava procurando".[116] Posição bem diferente teve o legendário comunista Gregório Bezerra, quando surgiu a possibilidade de ingresso no partido, que já vinha lhe educando politicamente, desde os começos de 1928. Para Gregório

> "foi grande a minha vacilação para entrar nas fileiras do PCB, apesar de saber que era o partido da classe operária. Receava não me adaptar à sua férrea disciplina e, além disso, achava que o militante comunista devia renunciar a todos os seus interesses pessoais em função dos interesses da classe operária e de seu partido, para ser um verdadeiro bolchevique, como os bolcheviques da URSS. Eu ainda não tinha renunciado a nenhum dos meus interesses pessoais. Mas, refletindo melhor, achei que, se me adaptava à disciplina militar, cujos regulamentos me tiravam o direito de opinar, poderia muito bem adaptar-me a uma disciplina consciente a serviço da classe operária e do povo".[117]

Outro militante que tinha participação política anterior à vida universitária é Vandilson Costa, que fez a sua estréia logo quando passou a residir em Salvador e a estudar em um curso pré-vestibular, um "cursinho", como era chamado na época, 1973.

> "Naquele tempo não tinha tanta percepção assim, mas no decorrer do tempo a gente descobriu que algumas pessoas que tentaram nos ajudar, e pela posição política, que a gente foi identificando mais tarde a gente sabia que eram pessoas que tinham algum vínculo com o partido, né? Alguns tinham vínculo mesmo de serem militantes clandestinos e outros tinham identidade com a política do partido. E foi desde então que a gente passou a ter uma orientação, a ter uma atuação. Posso identificar algumas pessoas, assim, Pascoal (Muniz), que foi uma pessoa que passou a ter mais contato com a gente, Alberto (Galvão) de Itapetinga, Fredão (Frederico Torres), depois, ainda na fase secundarista, Calucho (Carlos Olímpio de Carvalho)".

---

[116] AMADO, Jorge. Seara Vermelha. 7ª Edição. São Paulo: Martins Editora, 1951, p. 272.
[117] BEZERRA, Gregório. Memórias. Primeira parte: 1900-1945. Terceira Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 214.

Então, foi no esforço de organizar os estudantes do interior que Vandilson terminou estabelecendo as primeiras relações com a militância do PCdoB, mesmo sem sabê-lo.

Em 1975, Vandilson foi eleito presidente do Diretório Acadêmico de Veterinária, estando já mais ou menos vinculado à tendência política que dirigia o DCE, cujos integrantes lhe haviam estimulado a dedicar-se mais à Universidade.

No entanto, contato formal com a organização partidária só viria acontecer em 1976 ou 1977, em lugar bastante afastado do centro da cidade, com uma militante chamada Conceição (Tupinambá), pouco antes desta seguir para a Albânia.

Vandilson levaria mais de três anos atuando na corrente estudantil ligada ao PCdoB, lendo os materiais partidários que recebia pelo correio - sem saber quem eram os remetentes - e seguindo as orientações que circulavam naquele meio, sem vincular-se organicamente ao partido.

A iniciação política de Davidson Magalhães também ocorreu antes da condição universitária. Quando freqüentava as aulas do Colégio Dois de Julho, no bairro do Garcia, Davidson não resistia à sedução provocada pelas passeatas dos estudantes universitários, que geralmente se concentravam no pátio da Reitoria da UFBa, no bairro do Canela, antes de saírem pela Rua João das Botas, passarem pelo Campo Grande e seguirem pela Avenida Sete de Setembro. Isso quando não eram violentamente dispersados pela repressão policial.

Davidson, ainda no curso secundário, foi co-editor do jornal *A Luta*, em parte financiado pela sua mesada, e manteve contatos com estudantes universitários mais engajados politicamente, embora tivesse uma certa desconfiança em relação ao pessoal vinculado às tendências políticas da época.

Segundo ele:

> "Em 1977, 78, é que eu comecei uma militância mais no movimento estudantil secundarista. A gente ficava no Dois de Julho vendo as passeatas passando ali próximo do Garcia, aí, eu particularmente comecei a ficar muito interessado naquele movimento estudantil, grandes passeatas. Aí, comecei a acompanhar as passeatas, inclusive saía do Colégio Dois de Julho para acompanhar as passeatas e, às vezes, fechavam o portão do Dois de Julho pra gente não sair. Mas ainda assim era muito disperso. Em 1978, comecei a participar de algumas reuniões para reorganizar o grêmio estudantil lá no Dois de Julho. Aí é que eu conheci Carlos Andrade, Carlinhos, que hoje está na Leiaute. Carlinhos já tinha uma relação com a tendência Viração, que era ligada ao PCdoB. O cunhado dele era Sinval que era presidente do DCE e Virgínia, irmã dele, que parece também que tinha sido presidente do DCE ou do diretório acadêmico".

Davidson, portanto, encontrava-se encantado com as passeatas, eram elas que o atraíam fortemente para a política. No entanto, algumas tentativas dos estudantes de realizarem passeatas não se concretizavam devido à intervenção policial.

No rastro das manifestações que vinham ocorrendo em várias cidades do país, desde a prisão de alguns estudantes no Primeiro de Maio de 1977, aconteceu em Salvador, no dia 19 de maio, uma manifestação estudantil para marcar o Dia Nacional de Luta pela Anistia. Na véspera, os estudantes anunciavam que a concentração se realizaria nas imediações do Hospital das Clínicas, no bairro do Canela, apesar da proibição e das ameaças brandidas pelo secretário da Segurança, coronel Luiz Arthur de Carvalho, e informavam que seria distribuída uma "carta aberta à população", explicando que o objetivo do movimento era exigir "fim às prisões e perseguições políticas, libertação imediata dos companheiros presos, anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos, e liberdades democráticas".[118]

Para o coronel do Exército, a manifestação era "um desafio às autoridades", que não podia ser tolerado. Certamente, entre essas autoridades desafiadas o coronel incluía a si próprio, que era quem assumia as posições do governo diante das movimentações políticas e sociais de rua na Bahia, e o então governador Roberto Santos, um intelectual tido como liberal, mas que havia chegado ao governo da Bahia, em 1975, através de eleição indireta e por indicação do general-presidente Ernesto Geisel, depois de articulações políticas que levaram a uma composição do indicado com os grupos de Luiz Vianna Filho e Juracy Magalhães, e ao isolamento de Antônio Carlos Magalhães. Este, que estava deixando o Governo do Estado, passou em seguida a ocupar o posto de presidente da Eletrobrás, de onde se iniciam suas relações próximas com segmentos do empresariado nacional e a recuperação de sua influência junto ao Palácio do Planalto.[119] Por outro lado, a oposição institucional representada pelo MDB encontrava-se fragilizada pela pouca representatividade e pela divisão interna. Dos 26 deputados federais que cabia ao Estado, o MDB tinha apenas 5. Numa Assembléia Legislativa de 50 membros, somente 9 eram do MDB. E o partido ainda encontrava-se polarizado entre "autênticos" e "adesistas", que raramente se entendiam, mesmo porque os últimos, majoritários e sob a liderança de Ney Ferreira, eram muito próximos dos governos aos quais deveriam fazer oposição.[120] De fato, o avanço oposicionista verificado em 1974 não havia se estendido à Bahia.

---

[118] *Tribuna da Bahia* de 19/05/1977, p. 3.
[119] DANTAS NETO, Paulo Fábio. "Surf" nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. *In*: Caderno CRH. Salvador, n. 39, jul./dez. 2003, pp. 226-227.
[120] GUIMARÃES, Ari. *As eleições de 1978 na Bahia*. *In*: As eleições nacionais de 1978, vol. II. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979, p. 77.

Sob tensão, a concentração se realizou conforme definido pelos estudantes. Dela participaram cerca de 5000 estudantes. No entanto, quando uma parte destes decidiu se dirigir ao centro da cidade pela Rua João das Botas, as tropas da Polícia Militar desencadearam uma onda de espancamentos e perseguições contra estudantes, jornalistas e fotógrafos, sendo que estes últimos ainda tiveram suas máquinas fotográficas apreendidas e os filmes danificados. Os policiais portavam cassetetes e se faziam acompanhar de cães.

"A incompetência armada", como foi denominada a operação policial na época por um jornal da grande imprensa, se desenrolou da seguinte maneira:

> "Depois de um ato público pacífico, realizado sem incidentes pelos estudantes, no campus da Universidade Federal da Bahia, componentes da Polícia Militar dedicaram-se, mais uma vez, a demonstrar o mais absoluto despreparo para o exercício de suas funções. Entre oficiais nervosos e descontrolados e praças em estado de semi-histeria, os membros da corporação – a qual não cessa de freqüentar, como denunciada ou acusada, as páginas policiais dos jornais – passaram a invadir residências, atacar passantes, e, principalmente, coagir, prender, espancar e intimidar a imprensa, quando esta apenas cumpria sua obrigação de estar presente ao fato. Além disso, como de hábito, policiais militares apropriaram-se de filmes e máquinas fotográficas (...) O mais trágico, em todos os acontecimentos de ontem, é precisamente o fato de que Polícia se caracterizou como a única responsável pelos incidentes havidos. O ato público já tinha terminado e se dispersava. Certamente a tensão a que soldados e oficiais estavam submetidos, combinada com a notória incompetência que muitos sempre exibem, fez com que agissem como amadores assustados. Assim, além de não saberem controlar seus próprios cachorros, também (agiram com a costumeira) fúria contra a imprensa, como provam os inúmeros exames de corpo de delito a que se submeteram repórteres, fotógrafos e redatores de diversos jornais, daqui e de outras cidades. Pois à incompetência de homens da PM, soma-se a crença de que, se a imprensa não noticiar, o fato não existe (...)."[121]

Essa nota, que omite a responsabilidade do coronel e do governador, é o retrato da indignação da imprensa com as ocorrências do dia 19 de maio. As ruas João das Botas, Araújo Pinho e Padre Feijó lembravam campos de batalha, em que estudantes, profissionais de imprensa e populares corriam à procura de um abrigo que os protegessem das cassetetadas, murros e pontapés dos policiais e das mordidas dos seus cachorros e, eventualmente, da prisão.

Mesmo o Bar Avalanches, na Rua João das Botas, para onde os estudantes e populares acorriam, e as residências cujos proprietários abriam as portas para abrigar as pessoas da violência policial não estavam imunes às arbitrariedades policiais.

Não era a primeira vez que os estudantes tinham escaramuças com autoridades do governo naquela área da cidade. Na década de 1960, um episódio tornou-se marcante para o

---

[121] *Tribuna da Bahia* de 20/05/1977, p. 3.

então ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, que o registrou no seu livro de memórias. O ministro, ao dirigir-se em um veículo ao cemitério do Campo Santo, para visitar o túmulo de um filho, deparou-se com uma manifestação de estudantes contra os acordos MEC - USAID próximo à reitoria da UFBa. Ao ser reconhecido, "os estudantes começaram a nos bombardear com paralelepípedos. Nesse momento resolvi enfrentar a rapaziada. Abri a porta do carro, saí à rua e gritei:

- Vocês não podem fazer isso. Respeitem seu ministro".[122]

De nada adiantou. A chuva de paralelepípedos continuou e o seu assessor, major Mansur de Carvalho, acabou sendo atingido na face, que ficou desfigurada pelo resto da vida.

Aquela manifestação foi uma das primeiras de uma série que ocorreria ao longo do ano, sempre procurando ganhar as ruas da cidade, rumo ao centro histórico, muitas vezes depois de algumas escaramuças com a polícia, e atraindo outros estudantes e transeuntes.

Concomitantemente com a participação nos movimentos de rua, Davidson foi participando de outras atividades e ampliando seu conhecimento sobre a realidade do país e, desse modo, foi firmando maior compromisso com a atividade política.

> "Então nós começamos a fazer vários debates dentro do Dois de Julho e a puxar o negócio do movimento estudantil. Aí, sim, comecei a militar no movimento estudantil secundarista. Nessa época Carlinhos era mais ligado a Viração. Eu era contra tendências. Não gostava muito das chamadas tendências políticas. Na minha visão na época, eu, vendo de fora, assim, achava que quando chegava esse pessoal da Universidade, achava que esse pessoal fazia a cabeça da turminha nova e eu era meio independente. Foi nas manifestações que eu conheci o pessoal. E, depois que eu passei em Economia na Frederico, passei a ler o jornal *Movimento*, aí eu me interessei pelas questões da defesa da Amazônia".

A combinação do envolvimento prático com as lutas políticas da época, aquelas especificamente estudantis e a questão nacional envolvida na defesa da Amazônia, com a leitura da imprensa alternativa de esquerda, é que pavimentará o caminho de Davidson para um crescente envolvimento com a militância. Ainda em 1978, mesmo sem idade suficiente para requerer o título de eleitor, engajou-se na campanha de Élquisson Soares, a deputado federal, e Aurélio Miguel, a deputado estadual, pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro, ambos candidatos apoiados pelo PCdoB. Lembra Davidson que, entre outros militantes comunistas, atuavam aí Tinoco e Beto Bulhões.

Ao entrar na Faculdade Católica de Ciências Econômicas, conhecida como Escola de

---

[122] MAGALHÃES, Juracy e GUEIROS, José Alberto. O último tenente. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1996, pp. 356-357.

Frederico, Davidson envolve-se no movimento estudantil da escola e se aproxima mais da tendência "Viração", onde também atuava o seu antigo colega do Dois de Julho, Carlos Andrade, que agora cursava economia na UFBa. Apesar disso, foi no âmbito do Comitê de Defesa da Amazônia que ele foi abordado por um militante do PCdoB, Antônio Olavo. Durante um encontro no sanitário da Escola de Economia da UFBa, Olavo entregou-lhe uns jornais *A Classe Operária*, mimeografados a álcool, e marcou um "ponto" com ele no final de linha do bairro do Garcia. "Eu fiquei tão emocionado quando passou o negócio que eu fui um dia antes", revela Davidson. Quem foi ao "ponto" encontrá-lo foi Luiz Nova, que depois passou o contato para Antônio do Carmo. Antes disso, no entanto, Davidson já havia lido o livro *O que fazer?* de Lênin, que teria achado muito interessante.

Os primeiros passos políticos de Olival Freire Júnior se dão de maneira indireta, mediados por atividades culturais desenvolvidas no interior, na cidade de Jequié, mesmo quando ele já estudava em Salvador e, como Antônio, com alguma influencia da Igreja Católica. As suas lembranças foram narradas dessa forma:

> "Eu tive duas experiências que foram importantes para mim. Primeiro, quando eu morava ainda lá (em Jequié), o padre da cidade, Dom Jairo Rui Matos, tinha uma atitude que para a época era uma atitude muito progressista. A Igreja de Jequié era uma Igreja muito voltada para a elite da cidade e o progressismo dele na época era voltar a Igreja pra a assistência social aos pobres. Na época era uma novidade na cidade. Mas, ele também apoiava um conjunto de atividades culturais. E eu lembro, então, de ter ensaiado, embora no final a gente terminou não apresentando, a peça Morte e Vida Severina, em 68. Então a convivência com aquele grupo de teatro foi uma experiência importante".[123]

Olival lembra de outras experiências que, segundo o próprio, devem ter tido bastante significado na sua formação, ainda no campo cultural, mas com forte conotação política. Uma delas foi a convivência com o grupo de cinema na cidade que era organizado por Robinson Roberto, do Banco do Brasil. Uma outra foi com

> "uma turma de amigos de Jequié. E essa turma, justamente no período que aumenta a repressão política, de 69 pra frente, essa turma... nós tínhamos, portanto, quinze, dezesseis, dezessete anos, a ditadura chegava até nós principalmente através da censura à cultura. Esse grupo de amigos, éramos cerca de dez, nós nos tornamos leitores viciados em um jornal da época, que era um jornal muito importante, o *Pasquim*. Nós lemos todas as edições do *Pasquim* até 71, 72, e líamos todo o jornal! Eu acho que é uma coisa que seguramente eu não fiz, por exemplo, com experiências posteriores, com o jornal *Movimento*, com o jornal *Tribuna da Luta Operária*, provavelmente eu não lia a edição da primeira palavra à última palavra".

[123] FREIRE JÚNIOR, Olival. Entrevista gravada em 23 de maio de 2007.

Aflora nessas lembranças, além da maneira como os jovens percebiam a realidade do país, o dinamismo das práticas culturais desenvolvidas pela juventude da cidade de Jequié, uma cidade de porte médio. Práticas culturais permeadas de forte sentido político e, no caso do grupo de leitura do *Pasquim*, abertamente contestatória ao regime, em um dos aspectos onde a repressão era mais rude e dura: a censura à cultura e à informação.[124] Sem dúvida, ainda que não existisse como projeto, como conduta organizada em busca de um objetivo, ali se praticava uma experiência de resistência e de contestação à ordem.

Como Antônio e Olival, Julieta também teve contatos com a política em ambientes católicos antes de ingressar na atividade partidária, ainda quando residia em Vitória da Conquista. Julieta conheceu

> "uma pessoa que se chamava Maria José e o marido dela que se chamava Eládio, que também comentavam coisas de política, etc. Mas eu via que tinha alguma coisa de diferente, de clandestino, nessa época. Eu não tinha uma noção grande da ditadura militar na época, eu tinha que era uma ditadura, mas eu não tinha noção grande das coisas que estavam acontecendo. Tinha uma história que meu tio era secretário da Educação aqui, Palmeira, e ele teve que ir clandestino pra Conquista no golpe militar de 1964. Isso também marcou minha vida. E o outro era a clandestinidade do meu irmão, Gileno. É uma pessoa que eu não via, sumiu de repente. As pessoas diziam que ele sumiu por causa da ditadura, então essas coisas e a minha curiosidade foram me dando uma ansiedade em querer fazer alguma coisa.. Aí, eu entrei para um grupo de jovens da Igreja, mas eu não conseguia uma empatia com isso. Aí, tinha uma biblioteca lá no grupo de jovens que tinha um livro do deputado cassado Márcio Moreira Alves. Eu peguei o livro pra ler e o padre da época virou e falou assim: é bom você não levar pra casa, senão pode ser mal interpretado, que eu to passando algum livro de política para vocês. Mas eu quero ler é esse mesmo e meu pai não proíbe, nem minha mãe, que eu leia livro de política".[125]

Julieta salienta como a curiosidade política tomava conta de si. Certamente isso tinha a ver com os acontecimentos que envolviam o seu irmão e o seu tio, tidos como contestadores da ordem política vigente desde 1964. Ela imaginava que algo acontecia no país, algo de "clandestino". A sua percepção era de que

> "a gente não podia fazer muita coisa, que os livros estavam proibidos, mas não tinha consciência da prisão das pessoas. Mas tinha consciência de que existia comunismo, essa consciência eu tinha, o que era comunismo. Eu lia e as pessoas me falavam, que era uma sociedade em que todas as pessoas eram iguais, era um mundo em que todo mundo era igual, essa era a idéia do comunismo, e isso me encantou".

---

[124] Cf. KUSHNIR, Beatriz. Op. cit., pp. 357-378.
[125] PALMEIRA, Julieta Maria Cardoso. Entrevista gravada em 25 de março de 2007.

Foi depois de entrar na Escola Baiana de Medicina que Julieta vinculou-se de maneira mais concreta a um trabalho político, a partir de um convite de dois membros do diretório acadêmico – Albino Canelas Rubim e Augusto Costa Conceição - para participar das reuniões e a fazer um trabalho voluntário no bairro do Bom Juá. Foi nessas reuniões do diretório, conta Julieta, que "eu tive meu primeiro contato com a política mesmo". Quando já cursava o segundo ano e participando do diretório acadêmico, Julieta conta que foi colocada, "dentro da minha bolsa, uma publicação mimeografada do jornal *A Classe Operária*, pequenininho. Não sei se era Augusto ou se Albino". Ela ficou surpresa e animada, e comentou:

> "Pôxa, eu recebi um papel dentro da minha pasta, esse jornal aqui. Aí, tinha outro colega meu que não queria nada comigo: você recebeu isso? Porque só você recebeu isso? Então, tinha aquela curiosidade, e eu comecei a mostrar o jornal para todo o pessoal da minha sala. Muitas pessoas da minha sala de aula não tinham nada a ver com política, diziam que era um jornal clandestino... Mas era de uma forma orgulhosa: pôxa, esse negócio chegou na minha mão".

Aos 17 anos, em 1975, Julieta foi eleita presidente do diretório acadêmico da escola. Então, foi procurada por Antônio do Carmo para discutir a união dos estudantes da Escola Baiana de Medicina com os estudantes das outras Universidades. Para Julieta:

> "Foi aí que começou a discutir comigo a política de um modo geral, certo? É, pela primeira vez, me abriu o Partido Comunista do Brasil. (Disse) que existiam pessoas que eram de partidos políticos e queriam acabar com a ditadura militar. Começou a me passar materiais sobre a Guerrilha do Araguaia, que tinha acontecido na região do Araguaia, e ficava assim olhando. Então, passou a ser pra mim assim, uma coisa das mais estrondosas assim, sabe?"

Nota-se que o partido já tinha presença no movimento dos universitários de outras escolas e procurava consolidar essa presença com a conquista de adeptos entre as novas lideranças, através do ataque à ditadura e da abordagem de acontecimentos como a Guerrilha do Araguaia, motivo de orgulho para muitos militantes da organização e que integrava o seu trabalho de propaganda.

Depreende-se, assim, que os envolvimentos políticos dos narradores foram motivados ou marcados pela sua participação em lutas concretas, pelas relações políticas e pessoais, pela sedução exercida sobre si pelos acontecimentos da época e pelas leituras realizadas, principalmente dos jornais *Opinião, Movimento* e *Pasquim*.

Além disso, identificou-se como agiam os militantes comunistas, distinguiram-se as bandeiras que abraçavam e revelaram-se alguns dos recursos de que dispunha o PCdoB para desenvolver suas atividades.

Tudo isso sempre perpassado pela presença, aberta ou velada, do regime militar e pela resistência política que parecia ser a argamassa a dar unidade a esse conjunto de experiências que revelam práticas políticas e sociais voltadas para o alcance das liberdades de todos os tipos: de reunião, de manifestação, de informação, de organização, expressão, etc. Mas também para a criação ou fortalecimento de organizações vinculadas a projetos de mudança política e social.

Essa presença do regime militar, como já visto, impunha muitas limitações às ações do Partido Comunista do Brasil, chegando a fazê-lo fingir-se de morto para evitar as investidas da polícia política da ditadura, inclusive através de infiltração de agentes na organização. Assim, aqueles que se envolviam nas lutas políticas e que, segundo a visão partidária, tinham potencial para ser militantes, passavam por um longo ritual de discussão e, ao mesmo tempo de observação, para tornar-se um integrante da organização.

Os documentos partidários são enfáticos na definição de requisitos para a consecução da entrada de novos membros na organização. Nos estatutos, por exemplo, que foram aprovados na VI Conferência Nacional de 1966, algumas condições são estabelecidas. No seu artigo 1º lê-se que "membro do partido é todo aquele que aceita o Programa e os Estatutos do Partido, cumpre suas decisões, paga as contribuições estabelecidas e milita em uma de suas organizações".[126] Programaticamente, a organização tinha como objetivo final o socialismo e o comunismo, embora vislumbrasse uma "etapa nacional, democrática, agrária e antiimperialista" para a revolução brasileira. Para isso, diziam os estatutos, "esforça-se para que a classe operária, em aliança com os camponeses, conduza as forças patrióticas na luta para liquidar a dominação imperialista norte-americana no país e abolir o sistema do latifúndio". Empenhava-se, também "em levar o povo brasileiro à conquista de um governo popular revolucionário que assegure a independência e o progresso do Brasil, garanta as liberdades e promova o bem-estar das grandes massas trabalhadoras".[127]

Em outro documento, *Persistir na linha revolucionária*, de 1971, o PCdoB sublinha a importância do programa para os comunistas, recorrendo a uma citação do líder revolucionário russo Vladimir Lênin, para quem "sem um programa é impossível que o Partido seja um organismo político mais ou menos integrado, capaz de manter sempre uma linha ante todas as viragens dos acontecimentos". O programa é ainda "a bússola que dá rumo

---

[126] Parti do Comunista do Brasil. Política e revolucionarização do partido. Lisboa – Portugal: Maria da Fonte, 1977, p. 128.
[127] Partido Comunista do Brasil. Op. cit., p. 127.

seguro para o trabalho e a ação dos comunistas em todos os terrenos da luta pela libertação nacional e social de nosso povo".[128]

Dessas assertivas, conclui-se que era imprescindível a discussão do programa e dos estatutos partidários para a admissão de novos membros. Pelo que indicam os testemunhos, tais recomendações não eram completamente observadas no processo de recrutamento, pois, discutiam-se documentos os mais diversos, inclusive o programa. Mas, os estatutos, não foram lembrados em nenhum dos testemunhos. Aliás, parece que, de fato, não havia uma maneira única de se buscar novas pessoas para as fileiras partidárias. Os relatos indicam isso, Antônio, por exemplo, declara:

> "Nessa época, aí é que tá, nessa época, não tinha uma metodologia, a metodologia, aliás, tinha, a metodologia era essa de levar dois, três anos com..., as pessoas. Sabiam que estavam sendo dirigidas por alguma coisa. Sabiam que era o PCdoB porque recebia a orientação de ouvir a Rádio Tirana, circulava *A Classe Operária*, digitada e tal, não sei o quê, com muito cuidado, com muito não sei o quê, entendeu? Muito cheio de dedo, e... é..., mas só que não tinha nenhum tipo de organização, não existia nenhum tipo organização no movimento estudantil. Não, não tinha. Não, aí..., tinha, assim, as pessoas individualmente vinham, aí indicavam pra ler um livro, ler um determinado livro. Muito..., né. Mas não tinha uma metodologia de recrutamento, não tinha uma forma de organização".

A inexistência de uma metodologia única resta evidente nas declarações dos depoentes. O que parecia ser comum na atividade de recrutamento eram os cuidados devido a questões de segurança e a lentidão com que ocorria. Já os materiais que eram objetos de discussão variavam bastante. Vandilson, por exemplo, lembra que discutiu, primeiramente, o livro *Princípios elementares de filosofia*, de Georges Politzer. Depois foram discutidos os documentos *50 anos de luta*, o programa partidário de 1962 e o *Acerca da luta antiimperialista*. Em seguida, foi a vez de discutir algumas obras de Lênin, como *O que fazer*, e *Um passo à frente, e dois atrás*. Vários livros e textos que abordavam assuntos diversos. O primeiro é um documento que apresenta um balanço da experiência partidária de 1922 a 1972. O segundo trata da interpretação que o partido fazia da formação social do país e as alternativas propostas nos campos político, econômico e social. O terceiro, fortemente influenciado pelas idéias expressas por Lênin em *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*, defende a atualidade da luta nacional contra o imperialismo. As duas obras de Lênin discutem os fundamentos ideológicos, políticos e organizativos do partido revolucionário.

---

[128] ARRUDA, Diógenes. Condições para ser militante comunista. In: A educação revolucionária do comunista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982, p. 5.

Já Renildo diz que, "salvo engano", o primeiro texto que discutiu foi uma resolução da 6ª Conferência Nacional do PCdoB de 1966, intitulado *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, que o impressionou. "Esse era um documento importante" diz o narrador. "Eu o estudei muito" prossegue Renildo, "e me chamou a atenção, muito forte, do documento sobre a realidade camponesa, sobre o trabalho entre os camponeses, sobre a importância da massa camponesa na frente política brasileira, sobre as perspectivas da participação camponesa na revolução brasileira". Essa ênfase relativa aos camponeses refletia a influência do pensamento político e estratégico de Mao Tsé Tung e o impacto da revolução chinesa na esquerda brasileira, principalmente no PCdoB e na Ação Popular. Posteriormente, a orientação estratégica gerada naquela conferência seria objeto de críticas. Jacob Gorender, por exemplo, afirma que "numa cópia quase sem retoques da linha do PCCh durante a guerra antijaponesa, a direção do PCdoB formula a tática da *união dos patriotas*. Portanto, uma frente amplíssima para qual se oferece um programa de reformas".[129]

Uma outra crítica, de maneira indireta, surgirá dentro do próprio PCdoB pela escrita do então vice-presidente nacional da organização, ao assinalar que

> "durante certo tempo, (...) nosso pensamento estratégico, refletindo um método vulgar, analisava as duas maiores experiências revolucionárias deste século, a russa e a chinesa, buscando mais as vias de identidade e a semelhança com a nossa realidade, sem, no entanto, alcançar o modo de sistematização que pudesse instruir a construção de um projeto próprio, peculiar".[130]

Para Renildo, as discussões se assemelhavam a um processo de estudo, que incluiu ainda o programa de 1962 e o documento *Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular* que, lembra o narrador, "tratava da importância, do papel da liberdade política na história brasileira". Neste documento, com edição de maio de 1976, há uma ampla análise da situação do país, destacando-se alguns aspectos da violência política institucionalizada. Em uma passagem, registra-se:

> "Quanto à forma, o Estado evoluiu para o fascismo, que se confunde com a ditadura das Forças Armadas. Estabeleceu-se pesada e custosa aparelhagem burocrática e requintado mecanismo de repressão ao povo. A cada dia surgem novos quartéis e crescem os efetivos militares, extensa é a rede de espionagem, as chamadas seções de segurança, que funcionam em toda parte com o fim de controlar e vigiar a atividade dos cidadãos.

---

[129] GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 1999, p. 118.

[130] RABELO, Renato. *Evolução do pensamento programático do PCdoB*. *In*: Construindo o futuro do Brasil – Programa socialista – PCdoB. Documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdoB. Partido Comunista do Brasil. São Paulo: Anita, 1995, p. 42.

> Em tais circunstâncias, a defesa do Estado não passa de preservação do despotismo e dos interesses que ele protege. Órgão de dominação de classe, representa os setores que exploram do modo mais cruel as massas trabalhadoras das cidades e do campo. Atua como elemento de contenção brutal dos anseios populares, como força de choque dos piores exploradores e saqueadores. É um Estado-policial que se mantém através do terrorismo".[131]

Diante de tal quadro, o PCdoB considerava que "a questão decisiva e imediata que se apresenta aos brasileiros é a conquista da liberdade política". Isso porque, "presentemente, o regime militar-fascista é o obstáculo maior que se ergue no caminho do povo e necessita ser afastado para facilitar a marcha rumo à libertação nacional e social".[132] Conquistar a liberdade significava, para os comunistas, a extinção de todos os entraves à livre atividade do povo, e deveria ter expressão no

> "direito de constituir partidos políticos, formar sindicatos, ligas e uniões camponesas, centros estudantis e qualquer tipo de organização popular sem interferência governamental; na livre manifestação do pensamento; na edição de livros e jornais isentos de censura; na autonomia universitária; na criação artística sem empecilhos oficiais; na indicação popular de candidatos aos cargos eletivos, na eleição direta e secreta dos governantes; no direito de contestar, criticar, reunir, realizar greves e manifestações públicas".[133]

Para materializar a liberdade pretendida, o PCdoB preconizava o recurso à violência revolucionária. As pressões de massa e ações mais limitadas eram tidas como importantes para ajudar a mobilização popular e isolar o regime militar, mas insuficientes para alcançar mudanças substanciais na situação política.

O processo de recrutamento durante um determinado período sob o regime militar, de fato, não se desenvolvia exatamente como definido nos estatutos. Pelos testemunhos colhidos, percebe-se que os candidatos a militante experimentavam uma verdadeira rotina de formação teórica e de observação antes de ser admitido na organização, e que não tinha um modelo único. Podiam ser discutidos documentos da atualidade, sobre conjuntura, como também documentos históricos e obras clássicas do marxismo.

Por outro lado, as demoradas observações pelas quais passavam os candidatos a membro do partido, em larga medida, deviam-se aos riscos representados pelas ações dos diversos órgãos de polícia política atuantes durante o regime militar, que compunham um

---

[131] AMAZONAS, João. Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular. In: Pela liberdade e pela democracia popular. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982, p. 25.
[132] Idem, ibidem, p. 33.
[133] Idem, ibidem, pp. 35-36.

sistema de informações e repressão, cuja missão era identificar e prender, e às vezes, torturar e assassinar, militantes e simpatizantes de organizações de esquerda. Dos longos acompanhamentos dados aos candidatos a militantes poderiam nascer, como efetivamente ocorreu, laços de amizade entre o militante do partido e o aspirante. Mas o que predominava era a aproximação e a construção de algum grau de intimidade como necessidade política e de segurança, sendo as eventuais amizades conseqüências do envolvimento político e não o contrário, como parece crer Andréa Cristiana Santos ao sustentar que o processo de recrutamento para o partido comunista era intermediado por relações afetivas, o que caracterizaria a militância comunista como uma "ação entre amigos". A autora argumenta que

> "em tempo de normalidade democrática, o convencimento pela lógica racional, pela palavra, pelo discurso talvez fosse mais preponderante do que as relações de amizade, mas em tempos de exceção, como se configuraram os regimes ditatoriais, as relações de confiança e de amizade entre as pessoas seriam atrativos significativos para aderir à organização política, ainda mais se ela atuava na clandestinidade".[134]

Embora seja inegável a existência de adesões partidárias marcadas por relações afetivas, o autor não encontrou evidências de que essas fossem preponderantes ou que excluíssem razões de natureza política ou ética. O estudo da própria autora apresenta evidências nesse sentido.[135]

Os órgãos de segurança tinham como centro articulador o Serviço Nacional de Informações – SNI, criado nos primeiros momentos do regime militar, em junho de 1964.[136] Os seus agentes buscavam se infiltrar nos movimentos políticos e sociais e mapear as suas lideranças para eventuais ações repressivas.

O PCdoB tinha consciência do perigo que rondava os seus militantes e dirigentes. O partido foi um dos alvos preferidos dos órgãos de repressão política durante as operações guerrilheiras na região do rio Araguaia, no sul do Pará, entre 1972 e 1974, e ainda posteriormente, quando teve alguns dos seus principais dirigentes presos ou assassinados em dezembro de 1976, no episódio conhecido como "Chacina da Lapa". O sargento do Exército Marival Chaves Dias do Canto, que atuou no DOI-CODI, fez uma declaração esclarecedora da importância que tinha o PCdoB para a repressão, ao comentar a chacina dos comunistas:

---

[134] SANTOS, Andréa Cristiana. Op. cit., p. 89.
[135] Idem, ibidem, pp. 112, 127, 176 e 178.
[136] FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. Mulheres, militância e memória. Editora FGV, 1996, p. 31.

> "Não tenho dúvida de que estava tudo planejado para estourar, prender e matar. Todos ali eram pessoas marcadas para morrer. Se levarmos em conta o extermínio do PCB, que havia abandonado a perspectiva da luta armada, que via como forma de chegar ao poder a luta de massas – com os antecedentes do Araguaia, em função de o PCdoB figurar sempre na prioridade um, para efeito de repressão, não tinha como deixar vivos. Dirigentes de organizações menos importantes morreram, imagine o PCdoB, estava sempre presente a questão da luta armada (sic)".[137]

Na verdade, ações policiais contra os comunistas do PCdoB ainda serão registradas dez anos após o encerramento da guerrilha, nas vésperas do fim do regime militar, como será abordado adiante.

No documento *Honrar o título de membro do partido*, publicado no jornal clandestino *A Classe Operária*, de fevereiro de 1977, estão registradas as orientações e as exigências da organização para com seus membros:

> "Sejam quais forem as tarefas a enfrentar e as lutas a desenvolver, os riscos e as vicissitudes, as dificuldades e sacrifícios, o comunista tem o dever de dar o melhor de si ao Partido, inclusive sua própria vida, ter desprendimento e valentia, amor e paixão revolucionários. Todo membro do Partido tem por dever conservar aguda vigilância revolucionária e não subestimar a atividade insidiosa do sistema repressivo, saber que uma pessoa prudente e precavida vale por dez, ser particularmente rigoroso no trabalho ilegal ou entre as massas para produzir mais e melhor para o Partido"... "Nas câmaras de tortura não dizer uma só palavra nem fazer qualquer declaração que comprometa o Partido ou qualquer camarada e amigo, não ter ilusões no inimigo de classe e não se deixar enganar em nenhum momento, conservar o sangue frio e manter alta a chama de sua dignidade de comunista que não vacila, não concilia nem se verga".[138]

Escrito pouco mais de dois meses após as perdas de alguns dos principais quadros políticos da organização em decorrência de violenta ação repressiva, esse texto provavelmente refletia o ambiente interno, permeado pela preocupação com a sobrevivência da organização e dos seus militantes, e indicava que os comunistas interpretavam como muito adversa a situação política daquele momento. O que exigia bastante prudência.

Havia uma literatura sobre as relações dos comunistas com a polícia que circulava entre os integrantes do PCdoB. Uma das obras mais lidas era *O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão,* publicada pela primeira vez em 1925, de Victor Serge, nascido na Bélgica e filho de exilados russos. Nele, o autor faz uma alentada exposição sobre os métodos de atuação da polícia do regime dos czares, a Okhrana russa, fala da clandestinidade,

---

[137] POMAR, Pedro Estevam da Rocha. Op. cit., p. 186.
[138] ARRUDA, Diógenes. A educação revolucionária do comunista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982, pp. 14 e 15.

prescreve orientações para a conduta dos revolucionários frente à ação policial e discute a repressão organizada pelos próprios revolucionários. Essa era uma obra muito lida e discutida pelos comunistas baianos pelo menos até os primeiros anos da década de 1980, quando os cuidados com a atividade clandestina vão diminuindo, na medida em que o partido procurava conquistar, de fato, o direito de existir legalmente, desenvolvendo ações como a até então inédita aparição das bandeiras vermelhas e as notas das direções partidárias distribuídas nas celebrações do 1º de Maio em 1982, em São Paulo e outros estados.[139]

Passar ou discutir documentos da organização, bem como obras de autores marxistas ou considerados subversivos era algo que reclamava muitos cuidados. Muitas vezes, tais ações ocorriam em lugares inusitados como banheiros de faculdades, ou em bairros da periferia de Salvador. Vandilson, por exemplo, lembra assim do primeiro material que lhe foi passado para discussão:

> "Lembro-me como hoje. Conceição marcou um encontro comigo lá na casa do chapéu, no subúrbio, hoje eu sei que é perto lá do Lobato, naquela região, porque eu peguei esse ônibus, e ela sentou do meu lado e botou o livro do lado, ela não chegou a entregar o livro assim. Ela já tinha me dito que eu tinha que ter muito cuidado, que ela ia deixar e se acontecesse qualquer coisa que eu me virasse. Então, esse livro chegou em minhas mãos todo enrolado em papel de embrulho".

Apenas para receber um livro, marcava-se um "ponto" em um ônibus que circulava por uma das localidades mais distantes do centro da cidade na época, no caso, o bairro de Lobato. Depois, algo parecido se repetiria várias vezes, no mesmo ou em outros bairros, como Itapuã, para discutir o livro ou documento recebido.

Segundo Antônio, as precauções se estendiam ainda aos locais de reunião, os chamados aparelhos. O partido chegou a ter, segundo o narrador, um quarto alugado em Arembepe e usava também uma casa na localidade conhecida como Areal, no bairro do Nordeste de Amaralina, lugar tido como muito perigoso.

A prudência dos comunistas alcançava muitos aspectos do seu cotidiano. A impressão de materiais, quando possível, deveria ser feita em papel de seda, para tornar fácil engolir em uma emergência. Deveria se ter sempre algum dinheiro à mão para facilitar a fuga em um táxi. Os relógios deviam estar ajustados pela Rádio BBC de Londres para evitar desencontros entre os militantes. Nas reuniões, o bater de palmas era substituído pelo estalar de dedos. Às vezes era necessário vendar os olhos para ter acesso aos locais de reuniões ou de cursos.

---

[139] *Tribuna da Luta Operária* nº. 68 de 10 a 16/05/82, p. 5.

Evitar guardar materiais partidários nas próprias residências, era outro cuidado que havia. Os núcleos organizados deveriam ter um número reduzido de membros. Os "pontos", encontros clandestinos entre os militantes, deveriam ser realizados em locais distantes, em geral na periferia das cidades. Todos usavam codinomes, pelo menos até a primeira metade da década de 1980.

Hilário Leal lembrou de um episódio que envolveu a si próprio, com muita ironia, ao integrar uma reunião do organismo de que participava:

> "Uma vez, nós estávamos fazendo uma reunião - eu, Cida, Hostiano e uma outra menina que eu não lembro o nome - quatro pessoas, no Farol da Barra, sentados, muita gente, de noite. Sentamos os quatro lá fazendo a reunião. Em determinado momento apareceu um cidadão que queria sentar na roda, pensando que a gente tava fumando maconha. Ele puxou um cigarro de maconha do bolso e disse que ele também tinha um e queria sentar pra participar da roda. Depois a gente comentou, pôxa, a gente corre o risco de não ser preso por uma questão política, mas pode ser preso por uma questão do cara aí que é (...)".

Apesar de tudo isso, os militantes não estavam de todo imunes à ação dos órgãos de polícia política. É o que demonstram alguns relatos. Davidson, por exemplo, conviveu com um agente da repressão, com o qual chegou a ter relativa intimidade. Ele conta que conheceu

> "um cara chamado Milton, um barbudinho. Fiz amizade com esse cara. Esse cara andava pela (Faculdade) Frederico. Levei-o um dia na casa de minha tia, por que eu morava na casa de minha tia. Ele disse: ah, Davidson, me empreste uns livros. Aí, eu dei uns livros a ele e tal. Nessa época eu ainda não tinha uma militância de partido, não. Eu era de esquerda, tava no movimento. Minha tia ficou assim desconfiada e perguntou se eu o conhecia. Aí, eu disse que não, o cara é aí do movimento e tal. Aí, (...) eu tinha namorado com essa menina, com Mariazinha, Nilce. Aí um dia ela encontrou esse Milton comigo na Escola de Economia da Ufba (...). Aí ela me procurou dizendo que ele era do CENIMAR. Aí ela disse: olhe você, cuidado que ele é parente da gente, e a gente sabe que ele é do CENIMAR. Eu acho que ele tava sondando qual era o meu nível de participação. Aí, (...) eu avisei o pessoal. Aí armaram um esquema pra confrontar com ele. Eu acho que depois que ele me viu com Nilce ele sumiu. Nunca mais eu vi esse cara. Sumiu, mesmo".

Percebe-se como atuavam os agentes do regime militar, no caso, aqueles vinculados ao Centro de Informações da Marinha - CENIMAR. O agente ganhava a confiança do militante o suficiente para que o levasse até a própria residência, certamente como um primeiro passo para conseguir as informações de que precisava. Mas, também, evidencia-se a ingenuidade do ativista que não tinha a arguta intuição da desconfiada tia que, ao primeiro contato, teria notado algo de estranho no visitante. É o acaso – o encontro fortuito na Escola de Economia – que o torna livre da presença do agente.

A atividade dos órgãos de informação e repressão não se circunscrevia ao movimento estudantil. O seu escopo parecia ser todo e qualquer movimento social ou político que incomodasse o regime. A atuação política nos bairros, por exemplo, também era mantida sob os olhos vigilantes do regime. Os militantes detectaram a presença policial de maneira surpreendente: dentro das próprias fileiras partidárias. Relatando sua experiência no trabalho de bairros, conta Vandilson que "por incrível que pareça, recrutamos um sacana que era da Polícia Federal, Alberto, que atuou com a gente. Depois, descobrimos e aí ele se picou para o Mato Grosso". "Eu acredito", acrescenta, "que a polícia infiltrou ele propositadamente". Aladilce também se recordou dessa infiltração, ao comentar a estruturação do partido nos bairros:

> "Nós chegamos a ter inclusive, nessa época, um cara da Polícia Federal dentro do nosso organismo, na Federação, fui eu que recrutei, a partir do movimento de bairro, (chamado) Alberto. Ele si picou daqui. O partido já tava praticamente na legalidade. Ele era um cara que se destacava. Entrou como se fosse estudante. Ele morava no Calabar. Ele foi morar no Calabar com a intenção clara de se infiltrar no partido. Nós ficamos um tempo analisando se recrutava ou não recrutava, recrutava ou não recrutava. Depois eu tive sinal verde da direção para recrutar. Aí botamos o cara dentro do partido. Depois a gente descobriu. (...) E ele sumiu. Mas ele era um militante que impressionava. Participava de tudo e foi muito ativo no período do 'quebra-quebra'".

Assim, percebe-se que a atividade política de oposição ao regime militar era objeto de meticuloso acompanhamento pelas forças de segurança e que estas procuravam exercer a vigilância sobre as organizações políticas também a partir de dentro, buscando infiltrar os seus agentes entre os próprios quadros partidários.

Um outro episódio, de maiores proporções pela quantidade de envolvidos e pelas prisões efetuadas, ocorreu na noite do dia 1º de julho de 1982, quando do lançamento da revista *Guerrilha do Araguaia*, que já havia sido lançada em outros estados. Naquela noite, a sede da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, no centro de Salvador, foi invadida por dezenas de policiais federais, alegando que um agente infiltrado no evento havia sido agredido e teve tomado de suas mãos um gravador, que seria "patrimônio da União".[140] Membro da mesa diretora dos trabalhos, como presidente do Comitê de Anistia e Diretos Humanos, Ana Maria Guedes

> "estava fazendo a abertura do ato, a Elza Monnerat ia falar sobre os guerrilheiros, porque ela conheceu, ela teve na guerrilha, era dirigente nacional do PCdoB. E nisso, eu vi uma movimentação no fundo assim da sala, e a Polícia Federal invadiu alegando que algumas

[140] *Tribuna da Luta Operária* nº. 77 de 12 a 18/07/1982, p. 3.

> pessoas que estavam ali presentes, treze precisamente - uma mulher e doze homens -, tinham atacado um policial federal e tinham tomado e dado fim no gravador, e que ninguém ia sair dali enquanto o gravador não aparecesse. Aí, eu me lembro que eu levantei, eu era presidente do CADH, e fui na maior calma... Depois é que a gente fica agoniada... Eu disse: olhe, gente calma, não vai acontecer nada a ninguém, ninguém fez nada de mais, isso aqui é um ato legal".

Lídice da Mata, presidente do DCE - UFBa, chamou o vereador Marcelo Cordeiro e o deputado Nestor Duarte para intercederem junto aos delegados, mas de nada adiantou. Dando continuidade à ação, os policiais

> "fizeram uma busca nos arredores e disseram que acharam o gravador em cima do telhado e prenderam as pessoas que o agente da Polícia Federal saiu apontando quem tinha atacado ele, e no meio tava Liége, que era a única mulher. Tava Liége (Rocha), Jéferson Braga, Nilton Ribeiro, Walter Ribeiro, Nivaldino Félix, metalúrgico Roque Assunção, Lourival Gusmão, da Associação dos Engenheiros Agrônomos, Cid Pires Lima, Marcos Pires Lima, dois irmãos, Fernando, um menino do bairro de Amaralina. Todos esses. E levaram o pessoal para algum lugar que a gente não sabia. Nós passamos três dias tentando localizar, até que localizamos na delegacia do Beiru, atual bairro de Tancredo Neves. Ficaram os homens todos numa cela imunda cheia de rato. E Liége, sozinha, em outra cela. Aí, eles transferiram os presos para o quartel do Barbalho".

Os treze – quase todos militantes do partido - ficaram presos durante vinte dias e foram indiciados em inquérito policial com base na Lei de Segurança Nacional, o que provocou muitas denúncias e iniciativas de solidariedade dentro e fora do país. A *Tribuna da Luta Operária*, por exemplo, deu como manchete principal: "Bando fascista prende e arrebenta na Bahia".[141] Quando foram soltos, os presos denunciaram vários maus tratos a que teriam sido submetidos: fome, espancamentos, ameaças de morte, falta de banho, choque elétrico e humilhações.[142] Outras pessoas também foram convocadas a depor no inquérito e foram igualmente indiciadas, como a própria Ana Guedes. Ela foi a primeira a ser chamada

> "porque eu era presidente do CADH. Então, era o delegado chamado Teixeira, fascista, e veio um Veronesi, de Brasília, que era um da turma, dos guetos da extrema direita. E esses dois só faltavam voar no meu pescoço. Eu com Ronilda Noblat, que era minha advogada, do lado... Foi o pior dia da minha vida, esse, foi horrível, me senti acuada, mas tranqüila, porque eles iam perguntando... O Comitê de Anistia tem sede, tá registrado no cartório. É um ato pelo desaparecimento, é um direito da sociedade saber... Eu fui assim... Aí, foi quando eles passaram um papel, um bilhete... E queriam que eu aceitasse coisas que não eram verdade. Fui dizendo, dizendo, dizendo. Foram quatro horas de depoimento."

---

[141] *Tribuna da Luta Operária* nº. 77 de 12 a 18/07/1982, p. 1.
[142] *Tribuna da Luta Operária* nº. 79 de 26 /07 a 1º/08/1982, p. 5.

O inquérito durou muitos meses e ninguém voltou a ser preso ou foi julgado pelo que aconteceu. Quando tudo isso ocorreu, o ministro da Justiça era Ibrahim Abi Ackel e o governador do Estado era Antônio Carlos Magalhães que, no dia seguinte, determinaria a prisão de seis pessoas durante as comemorações do Dois de Julho.

Dois anos mais tarde, enormes manifestações de massa exigindo a realização de eleições diretas para presidente da República e o fim do regime militar tomaram as praças do país. No segundo semestre de 1984, com a derrota das iniciativas institucionais, a maioria das forças de oposição inclinou-se por travar a disputa dentro do Colégio Eleitoral. Apesar disso, organizaram novas manifestações de massa em apoio à candidatura do governador mineiro Tancredo Neves à presidência da República. Por sua vez, o partido do regime militar, o PDS, enfrentava inúmeras dissidências de setores que se recusavam a apoiar Paulo Maluf. Até Antônio Carlos Magalhães tornara-se dissidente.

Foi nesse contexto que a Polícia Federal desencadeou uma ofensiva nacional contra o PCdoB que, ao contrário do PT, que já era legal desde 1980, ainda se encontrava constrangido à ilegalidade. As ações se concentraram em São Paulo – onde foi preso o suplente de deputado Vandilson Costa, do PMDB baiano -, Goiânia, Belém e Salvador. Houve a invasão de residências de comunistas de renome como João Amazonas, de centros de estudos, de sedes do jornal *Tribuna da Luta Operária*, de escritórios e gráficas. Várias pessoas foram seqüestradas e presas e muitos documentos apreendidos, sem ordem judicial. Nos interrogatórios, havia o propósito de vincular os presos a tentativas de organização de partido clandestino e, assim, indiciá-los na Lei de Segurança Nacional. Na Bahia foram seqüestrados e presos Péricles de Souza, Carlos Valadares, Olival Freire, Loreta Valadares, Pedro Augusto Pereira, Ronaldo Neves, Javier Alfaya e Teresa do Espírito Santo. Uma comitiva de deputados liderada pelo presidente da Assembléia Legislativa, Luis Eduardo Magalhães (PDS), filho do governador ACM, tentou avistar-se com os presos, sem sucesso.[143]

Péricles de Souza, um dos alvos da Polícia Federal, ainda guarda lembranças dessa ação. Em sua opinião, foi o então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, acusado de envolvimento com contrabando de pedras preciosas, que deu ordem para no Brasil todo serem atacadas, ocupadas e revistadas as sedes tidas como do PCdoB e as casas dos dirigentes. Segundo Péricles,

---

[143] *Tribuna da Luta Operária* nº. 192 de 05 a 11/11/84, p. 10.

> "aqui na Bahia eles foram em três pontos, a casa de Carlos Valadares, prenderam ele, a minha casa e a sede do partido[144] que ficava em Nazaré. Na sede do partido eles só pegaram materiais, até hoje nós ficamos..., bibliotecas inteiras, coleção de obras completas de Lênin e tal. Da minha casa levaram muita coisa e devolveram quase tudo. E levaram eu acho que foram umas 15 pessoas, 12 a 15 pessoas, não me lembro muito bem, me lembro de Pedro Augusto, Loreta, Carlos, eu. Não me lembro de outras pessoas mas acho que mais de 10 pessoas."

Os presos passaram o dia na Polícia Federal, onde foram qualificados para a formalização de um processo que, segundo Péricles, não deu em nada. O dirigente comunista lembra em detalhes a sua prisão:

> "A minha casa eles invadiram (com) 12 caras armados de metralhadora. Eu tava sozinho em casa e meus filhos iam chegar da escola. Eu ficava com medo das crianças chegarem da escola e ver aquela cena. Teve um episódio interessante na minha casa: é que eles tiraram o telefone do gancho e eu dizia que só saía depois que eu me comunicasse com o advogado e eles diziam que não e eu dizia: então não saio. Ficava sentado lá. Aí eles disseram, então ligue para o advogado e tal. Aí, eu liguei pra Luiz Nova, que era deputado. Aí chamei Dr. Luiz e tal como se ele fosse advogado, e disse o que estava acontecendo, descrevi: a Polícia Federal tá na minha casa e gostaria que o senhor tomasse as providencias. Desliguei o telefone, tentei ganhar um pouco de tempo, mas mesmo assim eles me levaram.."

Logo depois que os policiais e Péricles deixaram a residência deste, ali chegaram os deputados Luiz Nova, do PMDB (mas vinculado ao PCdoB) e Luís Eduardo Magalhães que, logo, seguiram para a sede da polícia. Lá, segue a narrativa de Péricles:

> "O Luís Eduardo Magalhães teve um bate boca violento com o superintendente da Polícia Federal. A essa época, o Luís Eduardo já estava com ACM vindo para o apoio a Tancredo, e ele esbravejou com o delegado, esculhambou, xingou e tal, e nós passamos o dia. No período da tarde, fomos soltos. Um policial tentou me agredir na saída, botando a perna pra eu tropeçar, alguma coisa assim, uma provocação. Eu denunciei, gritei pra o Fernando Schmidt que tava lá também como vereador. Nós saímos da Polícia Federal e fomos pra Câmara e fizemos um ato na Câmara em cuja mesa tava o Luís Eduardo, na mesa desse ato de desagravo pelas prisões. Foram vários pronunciamentos, do Luís Eduardo e do Schmidt, o presidente da Câmara de Vereadores."

O ex-deputado Luiz Nova lembra da

> "prisão de Péricles, inclusive eu articulei, como deputado, a denúncia da prisão dele que, se não me engano, era do escritório político do Haroldo (Lima), alguma coisa assim..., a legalidade como era feita... E eu participei e consegui levar o Luís Eduardo Magalhães, que era o presidente da Assembléia, até a Polícia Federal, para querer vê-lo. Claro que nós não conseguimos vê-lo, mas pelo menos eu articulei com a direita pra ir lá defendê-lo e consegui,

[144] Ainda não era sede oficial do partido, já que sua legalização só ocorrerá em 1985.

> ele foi liberado logo depois. Não foi algo de grande fôlego também não. Ele ficou preso na Polícia Federal, mas nós fizemos um ato na Câmara, depois, de recepção dele. E era um momento assim, a democratização tava muito presente, porque até a articulação do Antonio Carlos aqui na Bahia já tinha o Tancredo como segunda opção, ou seja, se o Andreazza não der certo eu vou pra Tancredo não vou ficar com Maluf, isso já era uma coisa que eles tinham estrategicamente montado. Então, toda ação do grupo carlista aqui na Bahia já era uma coisa meio de distensionando para se essa opção viesse acontecer. Então, por exemplo, Luis Eduardo referendar meu discurso na Assembléia e ir comigo à Policia Federal porque Péricles de Souza estava preso lá, foi uma coisa só mesmo daquele interesse de momento especifico."

Luiz Nova recupera dessa maneira o que ocorreu e, deixando de ser narrador, passa a interpretar – como Péricles - aquilo que ele próprio narra procurando explicar a inusitada participação de um dos principais líderes da direita baiana no esforço para libertar os comunistas presos como parte dos movimentos que os carlistas faziam em direção à candidatura oposicionista de Tancredo, que já era apoiada pelo PCdoB.

Ao tempo em que são as últimas ações policiais do regime militar contra os comunistas na Bahia, esses episódios simbolizam as contorções políticas que os grupos dominantes na política da Bahia faziam para trocar de lugar no xadrez político nacional, dando mais sentido à famosa vocação governista das elites baianas. As mudanças políticas que se anunciam, tornariam mais ágeis e flexíveis os meios e as formas de incorporação de novos membros ao partido dos comunistas, permitindo ampliar as campanhas de recrutamento e padronizar os métodos de recrutamento de acordo com os estatutos, deixando o esforço de formação dos novos militantes para a fase seguinte à sua integração à organização. Após 1985, com a conquista da legalidade, tais campanhas passam a ser freqüentes e ganham características de filiação em massa.

Percebe-se nos relatos de Luiz Nova, Péricles de Souza e de tantos outros que as lembranças individuais, embora referidas a momentos distintos ou narradas de forma individualizada ou com estilos muito próprios, constituem relatos de uma experiência comum, uma vez que muitos fragmentos de suas lembranças são referenciados na memória coletiva do grupo.[145] De outra parte, argumenta Halbwachs que "se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo".[146]

De fato, o ato de rememorar e narrar é peculiar ao indivíduo. É ele que seleciona o que deve ser lembrado/esquecido, e a forma ou o estilo da narrativa. No entanto, uma vez que a

---

[145] POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. *In*: Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 2, nº. 3, 1989, p. 1.
[146] HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p. 51.

linguagem é o próprio ar que se respira,[147] aquilo que se lembra e se narra nunca é fruto de um ato estritamente individual. Mesmo porque as experiências narradas foram vividas em grupo e os significados que a elas se atribui são construídos coletivamente, muitas vezes utilizando vocábulos e signos que são comuns ao grupo e que podem dar aos seus membros sentido de pertencimento, tornando-os singulares perante a sociedade envolvente.

[147] EAGLETON, Terry, apud GIRAUDO, José Eduardo F. Poética da Memória: uma leitura de Toni Morrison. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1997, p. 25.

4. A MILITÂNCIA COMUNISTA E OS SEUS PORQUÊS

A indagação sobre o que motivava os ativistas estudantis ou outros a se tornarem militantes de uma organização como o Partido Comunista do Brasil, num período em que este amargava a clandestinidade imposta pela ditadura militar e as conseqüências daí decorrentes, pode ser respondida de maneiras diferentes em função do caminho que for percorrido à procura de respostas.

Um caminho fácil e de resposta simples é verificar as condições estabelecidas pela organização para o ingresso de novos membros em suas fileiras. A resposta seria a de que as suas adesões derivavam da concordância que tinham com o programa e com os estatutos partidários. Uma vez que esta era uma condição exigida para fazer parte da agremiação.

Uma outra opção seria analisar nos balanços políticos e organizativos como o partido interpreta as razões do seu próprio crescimento. No informe de organização ao 6º Congresso, realizado em 1983, por exemplo, diz-se o seguinte:

> "O nosso Partido, (...) mesmo nas mais duras condições do fascismo, não só manteve a sua organização como ampliou-a e consolidou-a. Devemos compreender que tal fato foi fruto do acerto de nossa política, das táticas, métodos e formas de ação e organização que permitiram a permanente ligação com as massas, defendendo seus interesses imediatos e apontando consequentemente o caminho revolucionário (...).
> Mantendo e aplicando uma política revolucionária conseqüente, o nosso Partido atraiu os mais conseqüentes e combativos elementos que se opunham ao regime retrógrado implantado pelos generais".[148]

No 7º Congresso, de 1988, a avaliação do desempenho do partido na frente sindical segue o mesmo modelo de análise anterior: "Esse crescimento se deve fundamentalmente ao acerto da nossa linha sindical",[149] afirma Ronald Freitas, dirigente do Comitê Central.

Tratando-se de uma organização partidária, como é o caso do PCdoB, nada mais legítimo do que creditar a conquista de novos adeptos aos acertos de sua própria linha política, que se expressa através do programa, das orientações táticas e das palavras de ordem. O caso da incorporação de militantes e quadros dirigentes da Ação Popular, ocorrida entre

---

[148] Partido Comunista do Brasil. Informe de organização ao 6º Congresso. S/d, p. 49.
[149] FREITAS, Ronald Freitas. A frente sindical e nossas tarefas. *In*: Partido Comunista do Brasil. A política revolucionário do PCdob. 7º Congresso do PCdoB. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989, p. 147.

1973 e 1974, ao partido, dá mais sentido ainda a esse argumento, devido aos debates teóricos e políticos então desenvolvidos.[150]

Mas, nessas duas maneiras de responder a indagação apresentada, o sujeito portador das respostas é sempre o partido, é o sujeito coletivo que, indiretamente, identifica as razões pelas quais as pessoas se tornam seus membros. E quanto àqueles sujeitos individuais que optaram pela organização em lugar de outras existentes? O que teriam eles a dizer sobre as suas próprias motivações para entrar no PCdoB? É das respostas requeridas por essas questões que emerge um quadro mais completo e mais complexo de tais motivações. E é o que será visto mais adiante.

Indagar aos militantes sobre o que os levou a essa opção político-partidária significa, na verdade, fazê-los revelar o que hoje eles consideram haver sido importante na sua escolha, ou seja, implica em inquirir sobre a dimensão subjetiva dessa opção. No entanto, caberia saber também quais as condições que os levaram a escolher o PCdoB e não outra organização. Isso remete, portanto, à discussão sobre os aspectos subjetivos e objetivos dos motivos que levam os indivíduos a implementar determinada ação.

O sociólogo suíço Alfred Schutz discute a noção de motivação, distinguindo "motivos a fim de" e "motivos por quê" e situando a relação entre subjetividade e história de vida:

> "Diz-se frequentemente que as ações, dentro do significado de nossa definição, são comportamento motivado. Apesar disso, o termo 'motivo' é equívoco, e abrange dois conjuntos diferentes de conceitos, que temos de distinguir. Podemos dizer que o motivo do assassino era obter o dinheiro da vítima. Aqui, 'motivo' quer dizer o estado de coisas, o fim em função do qual a ação foi levada a cabo. Chamaremos esse tipo de motivo de 'motivo a fim de'. Do ponto de vista do ator, essa classe de motivos refere-se a seu futuro. Na terminologia que sugerimos, podemos dizer que o ato projetado, isto é, o estado de coisas pré-imaginado, que será acarretado pela ação futura, constitui 'o motivo a fim de' desta última".[151]

O sociólogo, assim, e liminarmente, associa a noção de motivo com algo almejado pelo sujeito, no caso, obter dinheiro. Mas poderia ser, num outro exemplo, pretender alterar uma ordem política ou uma condição social. Mas Schutz aduz outros elementos que tornam mais complexa a sua noção de motivação.

> "No entanto, o que é motivado por esse tipo de 'motivo a fim de'? Obviamente, não é o projeto em si. Na minha fantasia, posso projetar cometer um assassínio sem ter nenhuma

[150] Ver, por exemplo: LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB. São Paulo: Alfa - Omega, 1984.
[151] SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 124.

> intenção de realizar tal projeto. O que é motivado pelo modo de 'a fim de', portanto, é a palavra de ordem voluntária, a decisão: 'Vamos!', que transforma a fantasia interior em desempenho ou ação que afeta o mundo exterior.
> Em oposição à classe de 'motivos a fim de', temos de distinguir outra, que sugerimos chamar de 'motivos por quê'. O assassino foi motivado a cometer seus atos porque cresceu num ambiente de tal e tal tipo, porque, como mostra a psicanálise, teve na sua infância tais e tais experiências, etc. Assim, do ponto de vista do ator, os 'motivos por quê', remetem a experiências passadas. Essas experiências determinaram que ele agisse como agiu. O que é motivado numa ação no modo 'por quê' é o projeto de ação em si. O ator teve diversas outras possibilidades de satisfazer sua necessidade de dinheiro além de matar um homem; por exemplo, trabalhar por ele numa ocupação remuneradora. Sua idéia de conseguir esse objetivo matando um homem foi determinada por sua situação pessoal, ou mais precisamente, por sua história de vida, conforme sedimentada nas suas circunstâncias pessoais". [152]

O autor completa o seu raciocínio, destacando a importância do ator na observação posterior dos seus próprios atos para a identificação daquilo que genuinamente poderia ser identificado como motivos pelos quais aqueles foram praticados:

> Até aqui analisamos o aspecto subjetivo das duas categorias de motivos, isto é, o aspecto do ponto de vista do ator. Ficou demonstrado que o 'motivo a fim de' se refere à atitude do ator que vive o processo de sua ação em curso. Ele é, portanto, uma categoria essencialmente subjetiva, que só é revelada ao observador se ele pergunta qual o significado que o ator atribui à sua ação. O 'motivo por que' genuíno, entretanto, como descobrimos, é uma categoria objetiva, acessível ao observador, que tem de reconstruir a partir do ato realizado ou, mais precisamente, a partir do estado de coisas provocado no mundo exterior pela ação do ator, a atitude do ator em sua ação. Somente na medida em que o ator se volta para o seu passado, e assim se torna um observador de seus próprios atos, é que ele pode captar os 'motivos por que' genuínos deles".[153]

O sociólogo suíço elabora, assim, uma noção de motivação para a ação que tem duas dimensões que se articulam. Uma que se localiza na subjetividade do ator e uma outra que vincula-se com a sua trajetória e o ambiente onde se desenvolve a ação.

Por sua vez, ao discutir a noção de representações sociais, Ciro F. Cardoso abordou um ponto relativo à "averiguação das causas de os seres humanos, individualmente ou em grupo, agirem como agem". Segundo este historiador,

> "toda conduta humana, seja individual, seja coletiva, pode ser apresentada como resultado final de dois processos de seleção. O primeiro é a passagem pelo filtro definido pelo conjunto de limitações estruturais - sobre os quais os agentes não exercem controle -, que reduz as possibilidades alternativas de agir, de seu número teórico a um conjunto menor de ações

[152] SCHUTZ, Alfred, Op. cit., p. 125.
[153] Idem, ibidem, p. 126.

> efetivamente possíveis. O segundo é outro filtro, o do mecanismo que leva a escolher, dentre as ações factíveis remanescentes, aquela que será efetivamente realizada".[154]

Cardoso observou que os cientistas sociais, ao buscarem explicar as escolhas, em geral adotam posições contrastantes, focalizando ora a intencionalidade, ora a causalidade cultural ou estrutural.

Portanto, no entendimento de ambos os autores, os motivos em razão dos quais os atores desencadeiam suas ações não são informados por elementos meramente subjetivos. Há de se examinar, assim, a ocorrência de outros motivos que são independentes da vontade dos atores e que se inscrevem no que Schutz nomeou de "motivo por quê" e, Cardoso, de causalidade.

De qualquer maneira, o historiador parece ter razão ao sustentar a impossibilidade ou a grande dificuldade de se "chegar a conhecer, de forma diretamente comprovável, as motivações dos agentes em si mesmas (...), o movimento conducente às decisões que comandam as escolhas em matéria de ação individual ou coletiva".[155] Portanto, seria necessário "inferir indiretamente as motivações ou os processos decisórios". Assim, recomenda Cardoso, "um conhecimento das representações sociais em curso na sociedade (e na época) em estudo pode ser de enorme valia, relativamente ao entendimento de qualquer dos processos ou filtros aludidos".[156] Porém, se os narradores indicaram certas motivações como aquelas que os levaram a praticar determinada ação é por que foram aquelas que pareceram ter mais significado para eles. É a natureza seletiva da memória que faz com que seja dessa forma: fica – na memória - o que significa.[157]

As motivações que levavam aqueles estudantes a optarem pela militância partidária, como se verá adiante, parecem permeadas pelos "motivos a fim de" e "motivos por quê" e apresentam-se bastante diferentes entre si e, às vezes, marcadas por certa ambigüidade.

Olival Freire Júnior seleciona vários aspectos da sua trajetória de jovem envolvido com a cultura rebelde dos anos de 1960 como motivos que o levariam a entrar em qualquer grupo de esquerda da época. Mas não ignora o compromisso que já havia estabelecido com a atividade política no movimento dos estudantes, na luta contra o provão em 1972, que se

---

[154] CARDOSO, Ciro F. *Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In*: CARDOSO Ciro F. e MALERBA, Jurandir. Representações: contribuição a um debate interdisciplinar. Campinas – SP: Papirus, 2000, p. 33.
[155] CARDOSO, Ciro F. Op. cit., p. 34.
[156] Idem, ibidem, p. 34.
[157] BOSI, Ecléa. Op. cit., p. 66.

constituiu na mobilização dos estudantes em torno de um mandado de segurança para evitar a realização daquilo que seria um segundo vestibular, dessa vez, já cursando a Universidade e, depois, o vitorioso boicote à realização das provas, já que o mandado de segurança não havia sido obtido.

O estudante de engenharia elétrica, que depois se transfere para física, relata que

> "finalmente, em fevereiro de 73, o Eduardo me perguntou se eu não queria entrar no PCdoB. E aquilo pra mim veio como uma pergunta que era mais ou menos óbvia. Já me sentia comprometido de tal ordem com aquela atividade política que eu não pensei duas vezes. Mas eu acho que na minha decisão, além da experiência do provão, tiveram outros fatores, que são fatores talvez mais de ordem individual. Eu já citei o meu interesse na vida cultural, então isso me predispunha contra o regime militar na época independente dessa história do provão. Eu não entrei no PCdoB por que o PCdoB era um partido marxista, eu entrei no PCdoB por que eu queria lutar contra a ditadura e à época, para lutar contra a ditadura foi a alternativa que chegou até mim."

Portanto, para Olival, mais do que uma adesão ao marxismo, a entrada no PCdoB significou o encontro com uma possibilidade concreta de luta organizada contra a ditadura. Mesmo as distinções que havia entre algumas correntes só seriam percebidas algum tempo depois, como argumenta ele:

> "Eu diria que se chegasse a alternativa de um outro grupo de esquerda provavelmente a minha trajetória teria sido dentro de um outro grupo de esquerda. Eu só vim compreender distinções importantes entre o PCdoB e outros grupos de esquerda muito depois. Um pouco depois eu compreendi melhor as distinções do PCdoB com o Partidão, que tinha uma certa presença na Universidade, aí por volta de 73 pra frente, eu vou falar, era o Dida, que era o presidente do D.A. de História, Eduardo Santiago, se eu não me engano, tá aí ativo hoje na política, né. Dida e a mulher dele, Lena, aí eu não me lembro o nome dela todo. Então eu entendia a distinção entre o PCdoB e o PCB mas eu já estava no PCdoB. E a distinção na época era muito simples: era uma distinção de que o PCB tinha sido contra a luta armada e que o PCdoB era a favor da luta armada, portanto era uma distinção absolutamente simplista."

Mas, segundo o interlocutor, há outras razões que o teriam impulsionado a abraçar a militância comunista e que se relacionam com certos valores muito presentes entre a juventude de classe média da época. Segue o relato:

> "Tanto na minha trajetória quanto na do Rogério pra gente chegar ao PCdoB, eu acho que tem um traço também assim pessoal, que é ligado a esse interesse cultural, e que tem a ver também com a expressão que tinha o *Pasquim*. E é um traço que é só hoje com o passar do tempo é que eu compreendo melhor. E é o fato de que nós vínhamos de uma família de classe média bem arrumada, a Universidade era a ascensão social pra gente. O Rogério entrou em Administração, eu entrei em Engenharia Elétrica, mas, através um pouco da cultura, nós passamos a contestar fortemente o que a gente chamava na época os valores pequeno-

> burgueses. Os valores pequeno-burgueses eram: se formar, casar, enriquecer. Então, nós nos rebelamos contra isso, como tantos..., visto em retrospectiva, tantos jovens da época se rebelaram contra isso. Muitos se rebelaram pelo caminho do movimento hippie, drogas. Então, é sintomático que tanto eu quanto Rogério, a gente chegou a fazer uma pequena experiência no movimento hippie, coisa talvez de uma semana. Nós fizemos uma viagem daqui pro interior, com mochila nas costas, de carona, isso deve ter sido em meados de 72, ou no final de 72. Então, eu digo que isso contou por que na decisão de entrar no partido naquela altura era claro pra mim de que aquela idéia de estabilidade na vida, uma ascensão social não era um valor tão forte, e isso deve ter facilitado a minha decisão de entrar no partido que na época entrar no partido era uma coisa que é..., isso também era absolutamente claro, que podia representar no dia seguinte ser preso, e torturado e, eventualmente, assassinado".

As motivações alegadas por Antônio do Carmo indicam para outra direção, em certo sentido, apenas. Por que o elemento de contestação da ditadura também se faz presente. Ele relata assim como sua trajetória de jovem curioso e inquieto, que "queria saber das coisas" o levou ao PCdoB:

> "O que me levou a entrar no partido não foi tanto uma consciência sobre o que tava acontecendo. Eu sou de origem bem pobre, nasci e me criei na Lapinha, um bairro pobre de Salvador; e sempre li muito. Comecei a trabalhar numa distribuidora de livro e de revista. Nessa distribuidora, tinha um jornal chamado *Opinião*. Aí, eu lia esse jornal, achava interessantes algumas matérias. Aí, comecei a procurar alguma coisa. Procurei, entrei na Universidade Federal da Bahia em 72. Aí, eu fui no Mosteiro de São Bento. Cheguei lá, entrei e procurei um padre lá, o primeiro que me atendeu, aí eu falei que eu queria saber mais das coisas (...), ele virou e disse: me aguarde aqui. Aí, foi lá dentro e voltou com um documento da Igreja. O título do documento era *Ouvi os clamores do meu povo*. E era um documento da Igreja, assim..., bem forte, era um documento contra a ditadura! E ele com muito cuidado, teve certo cuidado, me passou esse documento, me passou outras coisas, uns quatro ou cinco livretinhos, esse ficou na minha memória. E, depois, eu não voltei lá. Na Universidade, em 1972, eu fiz ciências contábeis, aí começou, eu ficava vendo..., procurando ver as coisas e tal".[158]

O narrador parece indicar que as suas origens sociais e a busca por saber das coisas é que o levaram ao PCdoB. Antônio diz, ainda, que a opção partidária não decorreu "tanto de uma consciência sobre o que tava acontecendo". Aqui, ele parece se subestimar, uma vez que o mesmo já lia o jornal *Opinião*, de esquerda, onde, segundo ele próprio, havia umas "matérias interessantes". Além disso, logo após o ingresso na UFBa, já havia estabelecido contato com o clero progressista, de esquerda, e com as opiniões destes contra a ditadura. Esse contato, pelo tom da narrativa, teve grande significado. Ao referir-se ao material entregue pelo padre, diz Antônio: "era um documento bem forte, contra a ditadura!" e que "ficou na minha memória".

---

[158] DO CARMO, Antônio Santos. Entrevista gravada em 24/02/2005.

Seguramente, o documento *Ouvi os clamores do povo* era um texto cheio de significados, principalmente de natureza política, pela abrangência e pela contundência que continha. De autoria de bispos católicos do Nordeste brasileiro e publicado em maio de 1973, esse texto foi considerado por Márcio Moreira Alves "o documento mais radical que uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964".[159] Em uma das suas passagens lê-se:

> "A inviolabilidade do lar, o hábeas corpus, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária. Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. O terrorismo oficial instituiu o controle através da espionagem interna e da policia secreta recorrendo com freqüência à tortura e ao assassinato". [160]

Sem dúvida, foi um texto de impacto, que expressava toda indignação do clero diante da asfixia política imposta à sociedade pelo regime militar. O documento teve proibida a sua publicação na imprensa.

Um outro autor, Dermi Azevedo, observa que a prática gerada a partir das mudanças de orientação da Igreja, iniciadas no Concílio Vaticano II, em 1964, leva a Igreja a direcionar a sua atuação, na sociedade brasileira, a partir da situação dos pobres e dos excluídos. Para o autor, no início dos anos de 1970, "a Igreja concentra sua atuação nas áreas econômica e política, em dois focos: no modelo econômico vigente, que considera elitista e concentrador de rendas e no regime de exceção, diante do qual se compromete a lutar para o restabelecimento da ordem democrática".[161] É assim que um marco simbólico dessa fase da Igreja estabelece-se com a publicação, em 1973, de três documentos episcopais: *Ouvi os clamores de meu povo*, *Documento do Centro-Oeste* e *Y-Juca-Pirama - o índio, aquele que deve morrer*.

A motivação de Antônio para ingressar no PCdoB diferiu daquelas apresentadas por outros militantes, como Vandilson, por exemplo. Este considerou como decisivo para a sua opção a identidade que tinha com as bandeiras políticas levantadas pela organização. Diz ele: "primeiro a identidade que eu tinha... Eu me identifiquei com as bandeiras políticas

---

[159] ALVES, Márcio M. Apud ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. CEAS - A resistência de setores da Igreja Católica durante o regime militar. Artigo capturado na internet: endereço www.cehila_brasil.com.br/Bilioteca/arquivo_108.doc.
[160] Caderno do CEAS Nº 27, 1973, p. 50, apud ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. Op. cit., p. 02.
[161] AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. Estudos Avançados. Vol.18 nº 52. São Paulo. Dezembro de 2004, pp. 04-05.

levantadas e que, logo depois, eu não tive dificuldade de saber que aquilo ali era de uma corrente política, que era vinculada ao PCdoB". Trata-se da defesa das liberdades democráticas, da convocação de uma Assembléia Constituinte, além das bandeiras especificamente estudantis. O narrador lembra ainda que rejeitava as posições dos trotskistas, que criticavam as alianças propostas pelo PCdoB, e

> "eu achava que a luta tinha que ampliar o máximo porque sempre entendi que, para vencer o regime militar e conquistar uma nova sociedade, tinha que contar com o maior leque possível de forças participando e atuando para poder conseguir imprimir a derrota aos militares. Nesse passo aí, eu, tendo acesso aos documentos do partido, me envolvendo cada vez mais, porque, de qualquer sorte, eu acabei tendo um envolvimento digamos assim, embora eu não fosse orgânico, uma ligação muito pessoal, com as pessoas que hoje eu identifico como pessoas que eram do partido, como Olival Freire, (Eduardo) Tinoco, Manoel José (de Carvalho)".

Em suma, a entrada de Vandilson no PCdoB decorreu do grau de aceitação que o mesmo tinha das posições político-partidárias, do seu anterior envolvimento com as lutas estudantis e das relações pessoais construídas nesse processo.

As bandeiras partidárias também estiveram entre as motivações apresentadas por Manoel Messias Gonzaga, que agrega a defesa do socialismo e a luta anticapitalista:

> "As bandeiras que o partido levantava, isso tinha muito a ver com o que eu imaginava também. Primeiro, a reforma agrária, liberdade, Constituinte Soberana, no caso do movimento estudantil, as bandeiras que levantava pela Universidade pública, gratuita e de qualidade , democracia, todas as bandeiras que o partido levantava..., e o socialismo! Ah! Não posso esquecer esse detalhe! Esse era o partido da classe operária! Esse era o partido que lutava pelo fim do capitalismo. Que aí eu já era consciente!"

Sandra Regina Soares, que estudou psicologia na UFBa, elegeu as relações que tinha com algumas militantes comunistas no curso, tidas como pessoas muito simpáticas, como razão importante para que passasse a integrar a organização. Mas ela acrescenta razões de natureza pessoal e outras decorrentes do contexto do curso e do país.

> "Lá, só o PCdoB atuava, então, não tinha outra corrente dentro do curso. E as pessoas do PCdoB eram pessoas muito simpáticas: Isnaia, Bolota. Pessoas que até mesmo nesse processo de conquista de adeptos, de militantes, se vestiam de um processo de sedução que era uma porta de entrada. Então, acho que tinha essa questão, assim, de ser a única corrente que atuava lá. Porque, como eu falei, eu tinha uma relação anterior à faculdade com pessoas do PCB, talvez se o PCB estivesse lá e aquelas pessoas antigas tivessem me recomendado, me colocado em contato com pessoas que estivessem porventura lá, não sei se seria tão simples. Porque, no início, as idéias, elas não eram muito claras. O que é mesmo que distingue uma coisa de outra? O desejo de mudar, o desejo de enfrentar isso era uma coisa que eu tinha latente, apesar, como

> eu falei antes, de eu ter resistência a greve logo que eu entrei, mas porque eu achava que ia prejudicar o curso e tal. Mas eu tinha muita insatisfação já em relação a várias coisas: a questão do machismo, as desigualdades sociais. Me sensibilizava muito o pobre, a criança passando fome, essas coisas. Então, tinha uma insatisfação com a realidade. Tinha uma postura simpática, amigável com alguns militantes lá, e a teoria, quando eu fui me apropriando, ela foi fazendo sentido. O marxismo, a questão do machismo era uma coisa... A visão marxista em relação ao papel da mulher é uma coisa forte para mim. Eu tinha contradição com meu pai, a relação dele com minha mãe. Então, eu achava que homem nenhum prestava. Então, tinha coisas assim que eu fui aos poucos... Mas isso aí já foi na seqüência. Primeiro, foram esses dois elementos que eu falei: ser só o PCdoB lá e as pessoas serem simpáticas".

A presença do regime militar - tida como muito forte no cotidiano das pessoas e do país - e a necessidade de sua derrubada aparecem como as motivações da opção partidária de Everaldo Augusto da Silva, que lembrou assim:

> "Derrubar o regime militar, derrubar o regime militar. Por que a presença do regime militar era algo bem visível, no dia a dia, em tudo quanto é coisa, entendeu? Na situação do país, no trabalho, na organização do povo, na imprensa. Então, o regime de ditadura era facilmente percebido e existia toda uma perspectiva de que a solução para os problemas do povo passava pelo fim do regime militar, e que era impossível dar conta dos problemas sociais do país, dos problemas econômicos, da liberdade, da democracia, da representação, da eleição direta preservando a ditadura militar, ou então melhorando a ditadura militar. Isso era uma coisa inconcebível, não tinha como."

Outra foi a principal motivação apresentada por Deoclides. Ele, que tinha uma atuação política antes mesmo de entrar na Universidade, como ativista em grêmio estudantil no interior, relata assim as razões da sua adesão à organização comunista:

> "Olha, uma das coisas é o sentimento, primeiro, de justiça. Eu achava que tinha alguma coisa para consertar, via que, é..., com os contatos que eu tinha... foram vários, até realmente chegar a esse contato com Olival. Depois, eu tive contato com algumas pessoas que tavam tendo o mesmo acompanhamento que eu. Foi Eliana, Fred... Então era uma questão de justiça e, também, se via que o..., era um partido que... eu não tinha bem clareza..., eu não tinha notícia nenhuma, fora desses contatos, da existência do partido. Eu vim do interior... Até mesmo aquelas notas que saíram sobre o Araguaia, eu não tinha acesso, eu só vim saber depois. Mesmo aquelas notas que saíram na Folha de São Paulo, em 1975, me parece, eu não sabia. E sabia que as lideranças que estavam ali, que dirigiam o movimento na Baiana eram desse partido também e, de qualquer maneira, isso aí foi uma referência".[162]

Ao contrário dos narradores que o antecederam, Deoclides apresenta razões éticas – o "sentimento de justiça" – para a sua opção político-ideológica. O que talvez tivesse a ver com

[162] OLIVEIRA JUNIOR, Deoclides Cardoso. Entrevista gravada em 20 de março de 2006.

as suas ligações com a doutrina social da Igreja Católica, uma vez que na adolescência ele havia sido católico praticante na função de "coroinha". Ele acrescenta, no entanto, uma outra razão, também evocada por um dos outros narradores, que era o fato de que as lideranças do movimento na sua escola pertenciam à agremiação comunista.

Aladilce identifica sua opção de militância com o ideal socialista, mas também com a experiência de estudante em escola religiosa:

> "Eu acho que (foi) a perspectiva socialista, a perspectiva de acabar com as injustiças. Talvez eu tenha uma formação humanista que pode estar relacionada com a minha educação em colégio de freira e isso se confunde com o ideal socialista. Então eu acho que vem daí a minha opção por militar no partido".

A segunda metade dos anos de 1970, particularmente o ano de 1977, foi marcada pelo retorno dos estudantes às ruas em passeatas permeadas por brados e faixas que expressavam palavras de ordem em defesa de melhor qualidade no ensino, contra a ditadura e por liberdade política. Era comum se ver ou ouvir os estudantes clamarem expressões como "abaixo a ditadura, que mata e tortura!", "unidade popular, pra derrubar, a ditadura militar!", "anistia ampla, geral e irrestrita!", "abaixo a repressão!". Talvez esse contexto explique o fato de, em que pese já haver lido algumas obras marxistas, Davidson relatar assim as motivações para militar no PCdoB:

> "Pra mim, que vim do interior, foi o clima da rebeldia jovem, aquela resistência, aquela luta, o enfrentamento da luta democrática, as grandes manifestações estudantis, quer dizer, eu fui levado muito assim pelo ambiente de contestação, de rebeldia da juventude. Eu acho que foi uma conseqüência mais ou menos natural ingressar num partido de esquerda. É, quer dizer, eu vim pra Salvador. Eu sempre fui um cara assim muito certinho, todo organizado, participava da Igreja, jogava muito futebol. Quando eu vim pra aqui, eu me soltei um pouco nessa área, então, aí comecei a fazer farra com a galera. E, e o que vi assim no movimento estudantil... O que me levou foi muito essas manifestações estudantis. Muito impressionado com o enfrentamento com a polícia, todo esse ambiente de contestação, foi isso aí que me entusiasmou".

Assim, ao revelar as suas motivações para a militância partidária o narrador põe em relevo a sedução que exercia sobre si as manifestações estudantis e o ambiente de contestação política. Sedução essa que já vinha desde os tempos de estudante secundarista, no Colégio Dois de Julho, na Avenida Sete de Setembro, de onde saía com outros colegas para acompanhar as passeatas dos universitários. Isso, no entanto, só ocorria quando os seguranças do colégio não fechavam os portões para evitar as escapulidas juvenis em busca de ação

política. Mas ele, ao dizer "pra mim que vim do interior", também procura marcar os efeitos sobre si da mudança de lugar, já que ele antes de vir para Salvador "era todo certinho".

Alguma identidade política, origem pobre, sentimento de justiça e sedução pelas mobilizações populares foram apresentadas como motivações que definiram a opção pela militância partidária em uma organização que atuava num contexto de pouca liberdade política. A rigor, com exceção de Vandilson e Messias, que falam das posições políticas defendidas pelo PCdoB e com as quais tinham identidade, os demais apresentam motivações que os poderiam levar a qualquer uma outra organização, o que não ocorreu. Assim, pode-se inferir, que apesar das razões que marcaram as lembranças desses narradores, outras condições fundamentais para o seu ingresso no PCdoB foram o seu envolvimento político, a presença de militantes da organização no movimento estudantil e a influência política que exerciam, enfim, os "motivos por quê", na acepção de Schutz.

Por outro lado, cabe notar que o que pareceu significativo aos depoentes é um daqueles aspectos do mundo escolhidos pelo indivíduo "de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um".[163] Gilberto Velho argumenta no mesmo sentido, valorizando mais a biografia - ou trajetória. Este autor, em uma de suas pesquisas, ao se deparar com "indivíduos ou famílias que, sob critérios sócio-econômicos descritivos tipo renda, ocupação, educação etc., seriam incluídos na mesma categoria, mas que apresentavam fortes diferenças em termos de *ethos* e visão de mundo", sustentou que "sem dúvida uma explicação ou um caminho é buscar na trajetória, e não apenas na posição do indivíduo, família ou grupo, a explicação ou base para seus comportamentos, preferências, aspirações".[164]

Assim, tanto a localização social como a história de vida emergem como elementos fundamentais para o entendimento das posições individuais diante dos fatos do cotidiano e da história. Tais elementos são partes constitutivas de um campo de possibilidades, diante do qual os indivíduos elaboram e re-elaboram as suas interpretações e que terminam por refletir na formulação de algum projeto, ou seja, aquilo que "enfatiza a margem de manobra existente na sociedade para opções e alternativas". Já que, de qualquer maneira, "um sujeito decide e escolhe um caminho específico". Quando se trata de histórias de vida "há momentos particularmente dramáticos que podem ser reconstituídos quando o indivíduo se vê diante de

---

[163] BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis – RJ: Vozes, 1985, p. 176.
[164] VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 106.

encruzilhadas. Pode ser a mudança de bairro, a conversão a uma religião, a adesão a um partido político, o fim de um casamento, etc.”.[165]

[165] Idem, ibidem, p. 43.

5. A MILITÂNCIA SE DIVERSIFICA

O ano de 1988, em que foi promulgada a "Constituição Cidadã", transcorreu sob o signo da "Nova República", de José Sarney, cujo governo sustentava-se numa ampla conjunção de forças político-partidárias denominada Aliança Democrática, que se baseava num eixo composto pelo PMDB e pelo PFL. O regime militar tinha saído da cena política desde 1985 sem ser derrubado, como preconizara o PCdoB e outras forças de esquerda que anos antes haviam optado pela luta armada, mas derrotado no Colégio Eleitoral criado pela ditadura para dar a si própria um arremedo de legitimidade, e após uma intensa campanha de massas por eleições diretas para presidente da Republica, com comícios de mais de um milhão de pessoas.[166]

Naquele ano, o PCdoB, que havia saudado o surgimento da "Nova República" como algo positivo, apesar de ressaltar suas ambigüidades e contradições, tecia sérios ataques ao governo Sarney. Ao apreciar o desdobramento da conjuntura política do país, o PCdoB baiano afirmara que:

> "O governo da "Nova República" surge maleável às pressões populares e, de alguma forma, enfrenta as exigências dos banqueiros internacionais, do latifúndio e da direita mais conservadora. São do primeiro período do governo Sarney o rompimento prático das relações com o FMI, o Plano Nacional de Reforma Agrária, liberdade de imprensa, fim da censura, fim das intervenções nos sindicatos, liberdade de organização partidária. Todas conquistas limitadas mas significativas diante do quadro anterior".[167]

No entanto,

> "Longe de se afirmar como governo de transição, o governo Sarney vai-se consolidando, sobretudo após a reforma ministerial de fevereiro de 86, como governo a serviço do projeto da grande burguesia brasileira e que vai cedendo à pressão do capital internacional e do latifúndio, e se pondo cada vez mais submisso às ordens dos militares. As diferenças com os banqueiros internacionais que se salientaram no período do cruzado I, e que nos levaram a 'atacar em duas frentes' – o governo e os interesses imperialistas – foram desaparecendo. A política do congelamento de preços sem as medidas complementares (dívida, juros, etc.) terminou virando manobra eleitoreira. Os banqueiros puseram Funaro para fora. Hoje o governo Sarney prepara a volta ao FMI, pratica um arrocho salarial nunca visto, joga a polícia nas manifestações populares, abandona o tímido plano de reforma agrária e aplica a Lei de Segurança Nacional contra opositores do governo...".[168]

---

[166] *Tribuna da Luta Operária* de 23 a 29/04/1984, p. 3
[167] Documento de convocação da II Conferência Regional Extraordinária do PCdoB – Bahia, de 31/10 a 02/11/1987, pp. 01.
[168] Idem, ibidem, pp. 01e 02.

Além dessas alterações, o PCdoB criticava ainda as investidas do governo federal contra a Constituinte e adotava a orientação de "nos opormos firmemente ao governo Sarney buscando sua substituição logo após a promulgação da nova Carta".[169]

Enquanto isso a Bahia experimentava o "governo democrático" de Waldir Pires (PMDB), fruto de uma estrondosa vitória da oposição baiana sobre o carlismo em 1986, quando, além do governador, eleito com 67% dos votos válidos, o PMDB conquistou as duas vagas para o senado, vinte e duas das trinta e nove para deputado federal e trinta e quatro cadeiras das sessenta e três de deputado estadual. O PCdoB ficou com duas de deputado federal e uma de estadual. O PCB elegeu um deputado federal, o PT um estadual e o PDT dois estaduais. As demais vagas – 14 de deputado federal e 25 de estadual – foram conquistadas pelo PFL e partidos a este coligados.[170]

Para o PCdoB, a vitória de Waldir Pires na Bahia significou um "golpe profundo nos setores mais reacionários do estado e certamente abre espaços para o crescimento dos setores progressistas e melhora a correlação de forças em plano nacional. A aliança que se formou foi muito ampla e necessária". Em que pese o PCdoB, juntamente com o ex-deputado Francisco Pinto e o ex-prefeito Mário Kértesz, haver contestado "a composição da chapa majoritária com presença de três candidatos recém-oriundos dos esquemas políticos da ditadura"[171], a saber: Nilo Coelho, candidato a vice-governador, e Ruy Bacelar e Jutahy Magalhães, candidatos ao senado.

Apesar de integrar a frente oposicionista vitoriosa com a eleição de Waldir Pires, o PCdoB foi deixado de fora do primeiro escalão do governo, o que o levou a sentir-se discriminado diante do seu desempenho eleitoral e a optar por uma posição de independência frente ao governo. Essa posição fica evidente em uma passagem de um documento da direção estadual que assinala:

> "Temos mantido em relação ao governo do estado posição independente. Temos nos colocado, tanto na Assembléia Legislativa como no movimento de massas, contra várias medidas do governo em relação ao funcionalismo público. Temos também manifestado nosso desacordo à morosidade das mudanças nos escalões inferiores e à falta de arrojo na tomada de decisões firmes e imediatas como, por exemplo, em relação à violência policial e à violência do latifúndio".[172]

---

[169] Idem, ibidem, p. 2.
[170] GUIMARÃES, Ary. A eleição da mudança. In: GUIMARÃES, Ary e NETO, Joviniano. O voto da mudança. Salvador, EGBA, 1988, pp. XVII-XX.
[171] Documento de convocação da II Conferência Regional Extraordinária do PCdoB – Ba, de 31/10 02/11/1987, p. 5.
[172] Idem, ibidem, p.5.

De fato, o PCdoB havia registrado um avanço significativo nas eleições de 1986, ao conquistar duas vagas de deputado federal, com Haroldo Lima, reeleito, e Lídice da Mata, e duas de deputado estadual, com a reeleição de Luiz Nova e Vandilson Costa, sendo que este último o fora ainda pela legenda do PMDB.[173]

Nessa fase, marcada por maior liberdade política e de que a própria legalidade do PCdoB era exemplo, esta organização não só tinha adquirido maior expressão político-institucional como também consolidara-se como força importante no movimento sindical, principalmente nas categorias de petroquímicos, metalúrgicos, têxteis, bancários, professores e funcionários públicos, além de estar organicamente estruturada na capital e no interior.

É perceptível a euforia da direção regional com os êxitos alcançados no processo de construção partidária, ao abordar a preparação de uma conferência partidária que se realizara naquele ano de 1988:

> "A Conferência Regional que o Partido Comunista do Brasil inicia nesta sexta-feira, 29 de abril, em preparação ao primeiro Congresso Nacional do nosso partido na legalidade, é a mais importante e representativa dos últimos 20 anos na Bahia.
> A preparação da Conferência envolveu mais de 2.500 militantes em assembléias de base e cerca de 50 conferências municipais e distritais (nove em Salvador, o restante no interior). Estas assembléias surpreenderam não apenas pelo expressivo índice de presença como pelo alto nível dos debates. Em assembléias de base discutiu-se desde o revisionismo, passando pela vida e o papel revolucionário de Josef Stalin, pelo engodo da 'glasnost' e da 'Perestroika' na União Soviética, até temas políticos da atualidade, especialmente o balanço da rica experiência do nosso partido nos últimos anos e as tarefas políticas do momento".[174]

O otimismo da direção partidária é tão grande que a conferência mereceu o título de "a mais importante e representativa em vinte anos", enquanto as assembléias de base foram surpreendentes pelo "expressivo índice de presença" e pelo "alto nível dos debates". O partido contava, então, com cerca de 10 mil filiados, dos quais 2730 haviam participado dos debates preparatórios à conferência.

Observando as origens social e espacial dos conferencistas, o texto destaca a participação de operários comunistas do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu, e de cidades como Camaçari, com 520 militantes nas assembléias de base e 52 delegados à conferência regional, Canavieiras, com 185 militantes e 19 delegados, Itabuna com 164 militantes e 17 delegados e Ilhéus, com 130 militantes e 13 delegados.

---

[173] Vandilson Costa assumiu a legenda do PCdoB em julho de 1987. Cf. *A Semana Comunista* nº 7 de 9-16/07/1987.
[174] "*A Semana Comunista* nº 40 de 28/04 a 05/05 de 1988, primeira página.

Salvador ainda era o principal espaço de ação política do PCdoB, com 743 militantes na base e 78 delegados. No entanto, considerando o tamanho do eleitorado, Camaçari surgia como o município de maior presença da militância comunista naquele momento. Isso, certamente, era decorrente de anos de construção partidária e de vitórias políticas importantes como a conquista da prefeitura municipal em 1985, com o comunista Luiz Carlos Caetano que havia sido eleito pela legenda do PMDB.

Além de Salvador, onde contava com três vereadores – Jane Vasconcelos, Lídice da Mata e Ney Campelo - em cidades como Feira de Santana, Alagoinhas, Itapetinga, Jequié, Canavieiras, Juazeiro e Xiquexique, o PCdoB já contava com representantes nas Câmaras Municipais, todos eleitos em 1982 pela legenda peemedebista.

Na conferência havia representação de municípios de todas as regiões do estado, incluindo alguns onde durante muito tempo imperara o mandonismo político local, com os partidos governistas e conservadores (ARENA, PDS, PFL) exercendo forte controle sobre o eleitorado, como Irecê, Ipirá, Casa Nova e Seabra.

Esse perfil político e organizativo do PCdoB na Bahia no final da década de 1980 era bastante diferente daquele que possuía dez anos antes, quando a sua presença política limitava-se ao movimento estudantil, principalmente universitário, ao movimento de profissionais liberais e ao trabalho de bairros, ainda incipiente, e com uma presença muito fraca e inexpressiva em pouquíssimas cidades do interior, como Feira de Santana e Vitória da Conquista.

A consolidação de uma forte base estudantil no final da década de 70 do século passado, principalmente na UFBA, o retorno do exílio, a saída da vida clandestina ou da prisão de quadros políticos mais experimentados, após a anistia de 1979, e uma intensa e ofensiva atividade política foram alguns dos principais fatores que determinaram o processo de expansão partidária, cujos primeiros movimentos ocorreram ainda na primeira metade dos anos de 1970, quando o movimento popular ganhava maior dinamismo na luta por reivindicações próprias, contra a ditadura e por liberdades democráticas.

Até por volta de 1978, o crescimento partidário era paulatino, decorrente de uma "política recuada",[175] excessivamente cuidadosa e a favor de o partido "fingir-se de morto".[176] Essas posições contrastavam com o ímpeto de algumas lideranças estudantis que queriam "ir

[175] CARMO, Antônio Santos do. Entrevista gravada em 24 de fevereiro de 2005.
[176] FREIRE JUNIOR, Olival. Entrevista gravada em 23 de maio de 2007.

pras cabeças"[177] e com a avaliação e as orientações traçadas na VII Conferência Nacional do PCdoB ou elaboradas pelo Comitê Central da organização.

Ao definir a orientação tática do partido, a conferência, cuja segunda parte foi realizada no início de 1979, constatou que:

> "O curso dos acontecimentos no país indica: que o sistema político arbitrário dos generais está em crise, não podendo já manter-se na antiga forma; que as divergências no seio das classes dominantes abrem brechas significativas, inclusive nas Forças Armadas; que a crise em que se debate o Brasil, não só econômico-financeira, mas também estrutural, se aprofunda; que o movimento oposicionista avança e nele ganha destaque e importância a presença da classe operária; e finalmente, que se vai gestando uma situação revolucionária no país".[178]

Esta análise do quadro político nacional, feita pela liderança comunista, inspirara-se claramente nas formulações do líder bolchevique russo Vladimir Lênin. Este escrevera em 1915 que:

> "Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da "cúpula", crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que "a base não queira mais" viver como outrora, mas é necessário ainda que "a cúpula não o possa mais"; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima da atividade das massas, que se deixam, nos períodos "pacíficos", saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria "cúpula", para uma ação histórica independente". [179]

Prosseguindo as suas elaborações, os comunistas concluíram:

> "Em face desta situação, as diferentes forças políticas e sociais movimentam-se intensamente e apresentam seus programas, suas soluções, suas táticas. Os militares esforçam-se para dividir os adversários e tentar consolidar o regime, adaptando-o à situação criada. O Partido Comunista do Brasil, como força de vanguarda, apresenta suas proposições, que já vêm sendo levantadas, mas precisam ser enriquecidas de novos elementos.
> A política do Partido para a presente situação consiste em:
> 1 – Defender firmemente as três palavras de ordem: abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrários; anistia geral e irrestrita; e convocação, por um governo provisório democrático, de uma constituinte livremente eleita.

---

[177] Idem, ibidem.
[178] Documento da VII Conferência Nacional do PCdoB, realizada no início de 1979, mimeo, p. 3.
[179] LÊNIN, Vladimir. A falência da II Internacional. São Paulo: Kairós, 1979, pp. 27-28.

> 2 – Dar ênfase maior à conquista da liberdade política mais completa possível, considerando que o conteúdo das três palavras de ordem acima referidas é precisamente este. É necessário ir conquistando na prática as liberdades, como o direito de greve, de organização, de reunião sem esperar que o regime atual desapareça de todo".[180]

Diante da conclusão de que se ia "gestando uma situação revolucionária", aparentando, dessa forma, ser portador de um otimismo excessivo, o PCdoB tinha que adotar uma postura política mais ofensiva. E, ao apontar a necessidade de se ir conquistando "na prática as liberdades", a organização sugeria claramente que a oposição popular e democrática deveria desafiar cada vez mais o regime militar, enfim, sair de uma posição de resistência e intensificar as lutas populares e as investidas contra o regime e, no curso desse processo, fortalecer-se política e organicamente.

A organização voltaria a insistir, ainda naquele ano, quanto às possibilidades de maiores avanços do movimento popular e da luta democrática naquele momento, apesar de perceber que era preciso resguardar a própria organização das ações repressivas. Em abril de 1979, a direção nacional do PCdoB notara que:

> "As condições que se criam em nosso país são amplamente favoráveis ao maior desenvolvimento da atividade revolucionária de nosso Partido: a classe operária está em ebulição e em luta; crescem os movimentos de oposição popular e democrática; amplos setores de nosso povo contestam abertamente o regime militar, a opressão, a exploração, a fome, o entreguismo; o regime militar está em crise, não pode nem deve continuar – este é o sentimento que se generaliza e que prenuncia grandes lutas.
> Estão em gestação os fatores de um novo fluxo revolucionário. Temos de levar rapidamente à prática as novas tarefas indicadas com justeza e oportunidade pelo *Manifesto à Nação*, lançado pelo CC de nosso Partido, em março último. Há todas as possibilidades para avançarmos mais resolutos no fortalecimento do nosso Partido, a fim de que ele possa desempenhar seu papel de vanguarda revolucionária conseqüente do proletariado brasileiro. É como iremos atuar. É o que iremos cumprir com honra!!".[181]

Quatro meses depois um dirigente nacional, em intervenção feita nos debates internos, chamaria a atenção para a necessidade de a organização promover "reajustes" para se adequar ao novo momento político que vivia o País:

> "Por que precisamos fazer reajustes? Porque estamos vivendo um período de transição política. Há na situação política do País novos fatores a serem considerados. Se é certo que na essência o regime pouco mudou, não é menos certo que este regime está em crise. O movimento popular entrou em uma fase de ascenso e neste ascenso já se faz presente com grande força a classe operária, a classe mais revolucionária da sociedade brasileira. O Brasil

[180] Idem, ibidem.
[181] *A Classe Operária* n° 135 de abril de 1979, p. 7.

> vive uma situação de agravamento de todos os seus problemas básicos, de efervescência política e social, que pode desembocar num vasto oceano de convulsões populares. Em tal situação, o Partido deve se preparar em todos os terrenos para cumprir bem o seu papel de dirigente do proletariado e do povo. Justamente esta preparação constituiu o motivo central dos nossos debates nestes cinco pontos da ordem-do-dia".[182]

O mesmo dirigente apontara para a necessidade de mudar a maneira de atuação do partido e as formas de relacionamento com as massas, preocupado em melhorar as condições da disputa política e a defesa da identidade mesma da organização. Então, argumenta:

> "O Partido precisa crescer. Esta é uma questão fundamental. As formas e métodos até agora empregados justificavam-se numa outra situação. As condições agora são mais favoráveis. Impõe-se procurar novos meios para impulsionar o crescimento do Partido, sem perder a vigilância e considerando a classe operária como setor prioritário. É preciso abrir novos canais de comunicação com as massas. São valiosas as opiniões dos camaradas que mostram as grandes possibilidades para o trabalho de massas. Os comunistas devem atuar, e em geral vem atuando, em todas as organizações de massas. Mas na situação atual deve ser examinado concretamente, e isto ao lado desse trabalho nas organizações de massas leva a ver condições de abrir canais de comunicação direta do Partido com as massas. É imperioso fazer a mais ampla divulgação da política do Partido, da sua correta orientação. Todas as possibilidades legais devem ser aproveitadas, inclusive para editar e distribuir os materiais do Partido.
> De grande importância é o aparecimento público do Partido, a exigência mesma de sua legalização. Não seria correto que o Partido, em particular no momento em que todas as forças políticas disputam abertamente a conquista das massas, permanecesse encerrado em si mesmo, falando través de terceiros. A hegemonia da classe operária no processo político exige que o Partido atue junto às massas com a sua própria fisionomia e não somente através de sua política".[183]

A liderança nacional dos comunistas compreendia, em suma, que o regime estava em crise, que se acumulavam fatores favoráveis a uma situação revolucionária, que havia um ascenso do movimento social e oposicionista e que a organização partidária precisava crescer, principalmente entre os operários, para enfrentar os desafios que se avizinhavam, e procurava, insistentemente, percebe-se, irradiar essa compreensão para o conjunto dos militantes e simpatizantes da organização.

Na Bahia, apesar da posição mais cuidadosa da direção regional, o PCdoB experimentou um grande e rápido crescimento no movimento estudantil entre 1978 e 1980, quando logrou estruturar uma rede de organizações de base em várias escolas ou cursos da UFBa, mas também na UCSal e em escolas isoladas como a Faculdade Católica de Ciências

---

[182] *A Classe Operária* n° 139 de agosto-setembro de 1979, p. 7.
[183] *A Classe Operária* n° 139 de agosto-setembro de 1979, pp. 7-8.

Econômicas (Escola de Frederico) e na Escola Baiana de Medicina. O elemento propulsor desse crescimento, segundo Antônio do Carmo, foi o Comitê Estudantil, formado em 1977 ou 1978, e inicialmente integrado por ele próprio, Olival Freire e José Reinaldo de Carvalho.

Foi com entusiasmo que Antônio narrou o processo de formação desse comitê e principalmente o convite que recebeu para ser um dos seus integrantes.

Um dia, depois de uma greve, José Reinaldo

> "vem, me chama, com toda uma história e tal, que tinha uma coisa muito importante para falar comigo, não sei o que. Que eu tinha sido escolhido pela direção do partido pra ser um dos membros do Comitê Estudantil, aí falou que eu ia ver a composição, que... Aí, eu disse: mas, eu? Comecei a gaguejar. Ele disse que eram três pessoas: ele, eu e uma outra pessoa. Eu disse: sim, mas que três pessoas, eu, com tantas pessoas é..., mil vezes mais capazes, que falam melhor e tal, eu te listo um bocado. Aí, tal, não sei o quê, eu falei algumas pessoas e ele deu risada, e disse: espere e tal. Aí, foi pra reunião. Ele só disse que era o camarada Gonzaga; que era eu, ele e o camarada Gonzaga. E, aí, quem era o camarada Gonzaga? - Você vai ver no dia da reunião. Eu disse: mas, rapaz, vocês estão tomando a decisão certa? Não tá vendo que esse negócio não tá certo. Como é que eu, novo, você, eu que entrei tem pouco tempo, você me botar no Comitê Estudantil e tal? Aí, não, mas é isso e tal. (...) Aí, nós fizemos a primeira reunião do Comitê Estudantil. Quando eu chego lá o camarada Gonzaga era Olival. Aí, eu fiquei extremamente orgulhoso, contente, eu, um cara novo. Não era Tinoco. Como é que Tinoco não era do Comitê Estudantil? Como é que Sinval não era do Comitê Estudantil? Elza (Kraychete), de Economia, não era do Comitê Estudantil? Olavo, de Engenharia, não era do Comitê Estudantil? Manoel José, não, já se formou. Manoel José deve ser da direção. A mulher de Sinval, Oh! meu Deus, Telma, Telma, não era do Comitê Estudantil. É... Augusto, da Baiana, não era do Comitê Estudantil. Julieta, da Baiana, não era do Comitê Estudantil. Aí, aí, ele deu risada, calma, calma. Aí começou a reunião, vamos ver, Comitê Estudantil, ta, ta, tal, para dirigir, a principal tarefa é construir o partido no movimento estudantil, logo, assim na lata de acabar a greve".

O espanto de Antônio viria se dissipar ao saber que algumas daquelas pessoas ainda não eram militantes partidários e que, outras, não tinham as características consideradas necessárias para acelerar o processo de recrutamento de novos membros e dar curso à organização efetiva da militância, que se iniciara com a estruturação do Comitê Estudantil. Antônio continua, dizendo que José Reinaldo

> "fez um relato que existiam várias pessoas que, em tese, seriam do partido. Algumas eram do partido, mas que eram extremamente recuadas pra fazer recrutamento, né? Apesar de... tará, tará. O recuo no fazer recrutamento era da direção regional, mas também era dessas pessoas, tipo Sinval, e que, aquelas pessoas ali, que vieram, as duas, olhe só, vieram duas do comitê regional, que eram Zé Reinaldo e Olival, e me escolheram. E não Tinoco, e não Valdélio, e não sei quem, não sei quem. Então, aí, pronto. Então, vamos embora, vamos embora. Eu disse, mas não é possível, mas não é possível. Não sei quem não é (do partido), não sei quem não é. Aí passamos a limpo toda a relação que nós tínhamos.(...) A maioria das pessoas eram nossas. Nas..., nos confrontos que tinham nas assembléias com um pouquinho de pessoal da AP que tinha em Medicina, com um porra-louca que tinha em Geologia, que foi o porra-louca que

> começou a greve. É... e um outro assim perdido por aí, tipo um de Comunicação. E as lideranças... Cada escola tinha um comando de greve ou um D.A., não é? (...) Nessa primeira reunião do Comitê Estudantil constatou que aquele povo todo, de liderança, de tudo quanto é escola... Olha, nós tínhamos gente em todas as escolas! D.As. que a gente pegava, de massa, formava o D.A. e tal, ninguém do PCdoB. Aí, um escândalo, um escândalo, um escândalo, pronto, vamos formar, vumbora, não, vumbora formar."

Na opinião de Antônio, cabia ter cuidados no recrutamento entre os estudantes na época, pois, a polícia ainda ficava na espreita, mapeando as organizações de esquerda para eventuais medidas repressivas ou de intimidação, no entanto, critica:

> "Era uma preocupação excessiva, porque a partir da formação do Comitê Estudantil, na mesma época, na mesma época é..., que nós, por exemplo, ainda, nós que datilografávamos *A Classe Operária* em..., depois rodava em mimeógrafo a álcool. O partido fez uma mensagem aos brasileiros que foi toda datilografada na máquina, pela gente, na minha casa. A gente rodou e imprimiu no mimeógrafo a álcool, na minha casa. E a gente distribuía tudo num esquema e tal. Eu acho até que por isso que talvez eu tenha sido escolhido pra coisa, porque eu era um pouco mais ofensivo, entendeu? Talvez tenha sido por isso. E ele disse que já há um tempo que tentava formar o partido no movimento estudantil e as pessoas que lá estavam, Sinval, Telma, não sei quem, não sei quem, que eram do partido, que eram poucas, elas eram meio recuadas pra fazer o trabalho, entendeu? Tinoco, o próprio Tinoco e tal. Por isso que fez aquela composição. A partir daí, é... começou a expansão do partido no movimento estudantil."

Logo no início, a determinação do Comitê Estudantil foi a de arrolar as pessoas passíveis de serem recrutadas para o partido, curso por curso, principalmente aquelas que já eram de alguma maneira simpatizantes ou politicamente influenciadas por suas orientações, e quem iria fazê-lo. Disse Antônio que

> "foi aí que se definiu que aquelas pessoas... Onde é que tem militante? Aqui, aqui, aqui, aqui... Só isso? Era meia dúzia, meia dúzia. Aí definiu, onde que nós vamos formar células? Aí foi toda aquela concepção de organização, do organismo do partido em cada escola, que a gente foi listando as lideranças que existiam, que eram gente nossa, de confiança e partimos pra cima pra recrutar, vumbora recrutar, vumbora recrutar. Ah, fulano de tal quem vai recrutar? Eu, você, aquele... é... Pronto, aí mudou. Nessa fase, passou a ser mais ofensivo. Partia pra cima com a *Mensagem aos brasileiros*, passar pra pessoa, chamar, passar escondido pra pessoa com toda uma história, aí, chamar pra discutir e chamar pra entrar no partido. (Discutiam-se) nessa fase, a *Mensagem aos brasileiros* e *A Classe Operária*, não tinha nada de estatuto impresso e tal. Aí, só que existia uma parcela razoável de pessoas que já tinham sido estimuladas a comprarem livros, que ouviu a Rádio Tirana, que sabia que era o PCdoB que tava dirigindo e tal. Tanto é que nessa época vários recrutamentos que foram feitos, várias pessoas diziam assim: ah eu já sabia, poxa demorou, não, pra mim é uma honra, não sei o que, aí o partido foi crescendo dentro da UFBa. Aí, o que acontecia, em Economia, você tinha Elza que era do partido, da direção, e tinha lá uma, turma grande que não era do partido. Tinha você, inclusive, que não era do partido [referindo-se ao entrevistador]. Aí foi decidido, vumbora recrutar aquele, aquele e aí começamos a listar quem recrutar. De repente, em pouco tempo, no movimento estudantil o negócio já explodiu, já, é..., é..., a diferença da atitude. Nós

> formamos..., o Comitê Estudantil rapidamente formou vários organismos. Por quê? Vários organismos com pessoas que eram de coração do partido, que ouviam a Rádio Tirana, alguns recebiam documentos, foram liderados pela gente na greve e não eram chamados a entrar no partido. Então, foi formalizada a entrada de muita gente na UFBa., formou-se os vários organismos, e aí começou-se a discutir nesses organismos."

Percebe-se, assim, que havia, de fato, potencialidades no movimento estudantil favoráveis ao crescimento da esquerda, no caso, do PCdoB, que apenas seriam aproveitadas em larga escala depois da criação do Comitê Estudantil. Este fato parece ter sido um divisor de águas na história da constituição de uma forte base militante comunista estudantil em Salvador.

Na medida em que crescia e se consolidava na UFBa, e acompanhando o desenvolvimento da luta política e social, o PCdoB ia abrindo novas frentes de atuação política, disputando, conquistando ou criando novos espaços em Salvador e voltando-se, também, para o interior. Concomitantemente, procurava estabelecer novos núcleos organizados de militância partidária. Esse processo se desenvolvia com militantes atuando em mais de uma frente política ou "de massas", com o recrutamento de novos membros ou com o deslocamento de militantes mais experientes para outros setores ou cidades.

Para atender tais demandas, muitos militantes terminaram amadurecendo "a carbureto",[184] no dizer de Antônio do Carmo, ou seja, se formando rapidamente e assumindo responsabilidades na estrutura da organização e no movimento social.

Nesse momento, precisamente, no ano de 1979, o partido, nacionalmente, tomara a iniciativa de criar o jornal *Tribuna da Luta Operária*, editado a partir de outubro, com um perfil político-ideológico bem definido. A publicação deste jornal, que logo passaria a veicular as posições da organização, e a aparição pública de conhecidos dirigentes comunistas, como João Amazonas e Haroldo Lima, após a anistia de 1979, assinalaram a entrada do partido numa fase de semi-legalidade.

Essa fase, que se estenderia até maio de 1985, quando o partido conquistou o registro legal no Tribunal Superior Eleitoral, praticamente, confunde-se com a mudança das atenções da organização para o movimento sindical e para a atividade institucional ou parlamentar. No entanto, na Bahia, o PCdoB já havia tido uma certa participação na disputa eleitoral através do apoio a candidatos do MDB nas eleições de 1978, candidatos estes que não eram organicamente vinculados ao partido, e uma presença anterior na oposição sindical bancária.

---

[184] No interior da Bahia usa-se o carbureto, um composto químico, para acelerar o amadurecimento da banana.

Comentando essa fase de expansão e particularmente um dos primeiros movimentos dos comunistas para penetrar na classe operária baiana, Olival Freire afirmou:

> "Você tinha um processo de expansão, que eu diria natural do partido como um grupo político de esquerda que vai acumulando forças e vai buscando se ramificar. Eu sou capaz de identificar, por exemplo, alguns casos que foram exatamente dentro desse perfil. Então, um exemplo que eu acompanhei muito de perto, o Renildo (Souza). O Renildo foi meu colega aqui no curso de Física. Era uma liderança estudantil nata, se projetou logo como liderança estudantil, entrou pro PCdoB...Isso deve ter sido em 77 e eu conversei com ele. Quer dizer, eu sabia que Renildo tinha vindo de uma escola técnica, aquela de Nazaré (Escola Eletrotécnica). O Renildo tinha tido experiência de trabalho na época, eu acho que no Pólo Petroquímico, e, por exemplo, fui eu que discuti com o Renildo. Renildo, você não tem vocação pra ficar sentado nesses bancos estudando física e matemática, meta as caras aí e volta pra fábrica, pra meter a mão no sindicato. E o Renildo fez isso. Terminou indo, não para uma indústria petroquímica que era o projeto inicial, e ele vai inicialmente, se eu não estou enganado, pra uma indústria têxtil que era próxima da petroquímica, mas depois nós descobrimos que era um outro sindicato. E é por esse caminho que Renildo mete a mão no Sindicato dos Têxteis. É aí, nesse contato, que ele conhece o Daniel (Almeida).[185] O Daniel começa a se projetar como liderança e é o Renildo que recruta o Daniel. E, depois, o Renildo..., então eu acho que ele é demitido eu não sei bem, ou vai pra o metalúrgico. Então, esse é um exemplo típico."

O relato de Olival registra uma das primeiras experiências, nessa fase de transição política, de deslocamento de um estudante para atuar no meio operário. Mas essa iniciativa não parece fazer parte ainda de um plano de expansão propriamente dito com objetivos e metas claramente definidos. Embora signifique um dos primeiros passos para o PCdoB tornar-se uma força política significativa no meio operário e na luta geral dos trabalhadores baianos. Nesse momento, o PCdoB, embora estivesse enfatizando a prioridade do trabalho no meio da classe operária e dos trabalhadores, ainda não havia elaborado uma orientação política destinada aos militantes que atuavam ou que seriam deslocados para atuar nessa área. O próprio jornal *Tribuna da Luta Operária*, de maneira indireta, chamara a atenção, em junho de 1980, para essa lacuna na política partidária:

> "A onda grevista que sacode o país há dois anos veio colocar com força redobrada o problema dos sindicatos para a classe operária e os trabalhadores em geral. O velho peleguismo que imperou desde 1964 entrou em processo de decadência. Colocou-se na ordem do dia, para os operários conscientes, a elaboração de uma política sindical combativa e flexível, capaz de orientar a reconquista dos sindicatos".[186]

---

[185] Daniel Almeida foi presidente do Sindicato dos Têxteis e, depois, da CGT- Ba. Em 1988, foi eleito vereador pelo PCdoB em Salvador.

[186] *Tribuna da Luta Operária* nº 15 de 31/05 a 14/06/1980, p. 8.

Diante de tal situação, a *TLO* chama a atenção para algumas características da luta sindical, destacando o papel do sindicato como arma importante da luta dos trabalhadores, devido a sua capacidade de aglutinar grandes massas de operários e de outros trabalhadores e critica as atividades sindicais paralelas à estrutura sindical existente, sustentando a posição de enfrentamento do peleguismo dentro do sindicato".[187]

Somente em 1981 é que o Comitê Central do PCdoB estabelece, de maneira sistematizada, as linhas gerais de sua atuação entre os operários e demais trabalhadores, no documento *Por um movimento operário, unido, combativo e consciente*. Neste, entre outros temas, há uma avaliação da situação da classe operária e da "crescente resistência dos trabalhadores à exploração e opressão" e uma apreciação política sobre os militares no poder, tidos como "cada vez mais isolados e odiados". Ao observar as correntes atuantes no movimento, identifica o PCB como corrente oportunista que se apóia, "de maneira geral, em velhos pelegos"; "uma tendência social-democrata representada por grupos ligados ao denominado Partido dos Trabalhadores"; correntes trotskistas e ligadas à Igreja; e, o próprio PCdoB é identificado como "a única corrente autenticamente proletária que propugna a liquidação definitiva do sistema de exploração e de opressão". Entre as tarefas principais dos comunistas estão: "intensificação da luta do proletariado; fortalecimento da organização de massas dos trabalhadores; a defesa da unidade sindical; a luta pela liberdade e autonomia dos sindicatos; e o estímulo da luta política no movimento operário".[188]

O próprio Renildo relatou esta sua experiência de troca da sala de aula pelo chão da fábrica, ou seja, sua transferência da Universidade para a indústria, cuja discussão se deu ainda quando não estava formalizado o seu ingresso no PCdoB. Para ele

> "não teve nenhum problema, porque eu vivia em respirar atividade política o tempo todo, era uma atividade obsessiva, permanente. Quanto mais aprofundasse, quanto mais radicalizasse estava de acordo com a lógica do meu comportamento, do meu entendimento na época, e pra organizar o PCdoB na área operária era um desafio, uma novidade, uma coisa que tinha que acontecer. Também tinha muita expectativa, que o processo político iria evoluir rapidamente, que iria se radicalizar muito rapidamente, então havia uma expectativa extremamente otimista. E era um ambiente que..., também em 1977 começaram as greves do ABC, o movimento operário estava ressurgindo, as greves estavam sendo retomadas. Essas greves desde 1977 começaram a se espalhar pelos mais diversos setores, inclusive os professores começaram a fazer greve como ocorreu na greve de 77 do setor, 77 ou 78, da rede oficial de ensino na Bahia e assim por diante. O ano grevista começou em 77, 78, 79, 80, a onda grevista no país, o movimento operário, o movimento sindical era uma coisa, uma novidade, uma coisa que despertava interesse, atenção, e o PCdoB, foi um partido que se propunha a ser uma

[187] Idem, ibidem.
[188] Partido Comunista do Brasil. Por um movimento operário unido, combativo e consciente. 1981.

> vanguarda, a ser um partido de classe, era lógico que toda aquela força que o PCdoB tinha na Universidade, tinha que se expressar também na área operária".

O narrador considera, assim, a sua mudança de atuação política como um desdobramento lógico dentro das expectativas próprias e do ambiente de avanço do movimento sindical, operário ou de outras categorias, como a dos professores. Ele lembra também que a expansão para a área operária era uma questão crucial para a identidade da organização que "se propunha ser uma vanguarda, a ser um partido de classe".

Portanto, Olival e Renildo estavam em sintonia com as interpretações e as orientações elaboradas pela direção central do PCdoB, que, nitidamente, pregavam uma postura política mais ofensiva, mais agressiva de combate ao regime militar, de intensificação da mobilização popular e de conquista de novos espaços de atuação política para os comunistas, tendo como prioridade o trabalho junto à classe operária.

Renildo teve pouca dificuldade para encontrar uma vaga na indústria têxtil e, logo que começou a trabalhar, estreou na movimentação político-sindical fazendo parceria com um operário católico de origem italiana, com o objetivo de enfrentar os pelegos que dirigiam o Sindicato dos Têxteis, cujo presidente era José Antônio Fernandes, o Madeira, que havia transformado a sede do sindicato em criatório de passarinho.[189] Para Renildo

> "a forma mais fácil de entrar na fábrica foi apresentando-me como estagiário. Emprego em fábrica naquele período no Pólo Petroquímico, no Centro Industrial de Aratu, não era muito difícil, pra técnico, então, consegui entrar na FISIBA - Fibras Sintéticas da Bahia, no Pólo Petroquímico de Camaçari. Entrei em junho/julho de 79, como estagiário, junho de 79. Já em julho, tudo é muito rápido, os pelegos da diretoria do Sindicato dos Têxteis comparecem ao restaurante da fábrica pra fazer sindicalização. E lá na fábrica tinha um italiano, operário de lubrificação da mecânica, chamado Antônio Lazarotto. Como eu era da instrumentação, era área de manutenção, logo eu fui identificando todo mundo e nas conversas fui logo percebendo que o Antonio Lazarotto estava ali com as mesmas intenções que eu, ou seja, agitar aqueles trabalhadores. Antônio Lazarotto tinha entrado ali através da Igreja, seguindo os interesses dos setores esquerdistas da Igreja Católica, comunidades de base, setores radicalizados da Igreja Católica, salvo engano. Ele nunca abriu o jogo comigo, mas, nós éramos muito amigos, fizemos uma grande amizade, estávamos sempre juntos e ele falava que pertenceu na Europa a uma organização religiosa da Igreja Católica, chamada Irmãozinhos, uma dessas organizações da Igreja Católica na Europa, não sei se ele foi padre anteriormente, porque existia essa coisa dos padres operários, né? Então, o Antônio Lazarotto disse: Renildo, o pelego estava com um papel na mão, escondendo, eu peguei assim: deixe eu ver, deixe eu ver, deixe eu ler, olhar isso aí, ele ficou escondendo. Era uma convocação de uma assembléia, eles iam fazer uma assembléia de campanha salarial, campanha salarial não, que pelego não falava em campanha salarial. Assembléia para fazer acordo salarial, na data base, em agosto, salvo engano, em 16 de agosto. Então, a partir dessa informação, isso aí foi o rastilho de pólvora. A partir daí, incendiamos a fábrica."

---

[189] Entrevista de Edson Sales na *Tribuna da Luta Operária* nº 5 de 12/01/1980, p. 5.

Para "incendiar" a fábrica, Renildo e Lazarotto recorreram ao apoio do SINDIQUIMICA, único sindicato de trabalhadores que na época não estava sob controle de pelegos ou de sindicalistas burocratizados que não mobilizavam suas categorias, e que se firmara como um dos principais suportes materiais e políticos dos mais distintos movimentos de oposição sindical e de ação popular. O Sindicato dos Bancários era presidido por Eraldo Paim, o dos metalúrgicos, por Manoel dos Santos, o dos rodoviários, por Braulino Leite, o dos trabalhadores na construção civil, por Cândido Veloso, e o dos comerciários, por Osvaldo Gonçalves, etc.

No SINDIQUIMICA, os dois ativistas conseguiram colaborações importantes para intervir na mobilização dos têxteis. Segue o relato:

> "A partir daí, eu e Lazarotto nos organizamos pra começar a atividade de organização e da agitação entre aqueles trabalhadores da FISIBA, e na categoria dos têxteis em geral. Então, eu e o Lazarotto fomos imediatamente, à noite. Saímos da fábrica à noite, fomos no SINDIQUÍMICA, que o SINDIQUÍMICA tinha sido fundado em março, salvo engano, março de 78, sucedendo a Associação de Petroquímicos, que era uma associação desde já os anos 60. Nessa primeira diretoria o presidente era Valter Ribeiro,[190] o tesoureiro era Nilson Bahia.
> Então, nos apresentamos lá, relatamos o caso dos pelegos, da assembléia e falamos dos nossos planos, e imediatamente, o SINDIQUÍMICA abriu as portas. Então, eu, lá no SINDIQUÍMICA, peguei uma máquina de datilografia e lá mesmo fiz o primeiro boletim, na hora".

Nascia assim a oposição sindical têxtil, que iria atuar em toda a campanha salarial de 1979, com grandes assembléias sendo realizadas na Associação dos Funcionários Públicos, na Rua Carlos Gomes, e que, inclusive, comporia a comissão de negociação da campanha salarial. Nesta campanha, os têxteis, somando mais de dez mil operários na base, chegaram a realizar uma assembléia com dois mil e quinhentos operários presentes, fruto de "um árduo trabalho de contatos e mobilização em portas de fábricas". Situação bem diferente da época em que as assembléias eram realizadas "numa sala onde só cabiam 30 pessoas".[191]

Renildo, como era apenas estagiário, acompanhava as negociações, redigia os boletins e traçava orientações, mas não participava formalmente da comissão. As comissões de negociação constituíam um meio das oposições sindicais interferirem nas negociações com os patrões e neutralizarem, de certa forma, as manobras dos dirigentes sindicais com aqueles comprometidos. Os integrantes dessas comissões que não eram da diretoria do sindicato,

---

[190] Militante do PCdoB desde a década de 1980.
[191] Entrevista de Edson Sales na *Tribuna da Luta Operária* nº 5 de 12/01/1980, p. 5.

muitas vezes, adquiriam estabilidade provisória no emprego, o que os protegia e facilitava o esforço de mobilização dos trabalhadores.

Finda a campanha salarial, Renildo e Lazarotto foram demitidos pela FISIBA, em outubro. Entretanto, deram continuidade ao trabalho de organização da oposição sindical têxtil, que se reunia toda semana na residência do Padre Sérgio, na paróquia da Igreja Católica do Alto do Peru, e se preparava para as eleições do sindicato previstas para o início de 1980. Um dos freqüentadores dessas reuniões era Daniel Almeida, da COBAFI, que viria a ser presidente do sindicato e militante comunista e um dos responsáveis pela estruturação do PCdoB na categoria têxtil. A oposição divulgava o jornal Fibra, escrito por Renildo.

A oposição disputou confiante na vitória nas eleições. Foi Edson Sales, da COBAFI, o líder da chapa. Esta foi derrotada, provavelmente devido a fraude envolvendo troca das cédulas eleitorais, quando as urnas ficaram guardadas na sede sindical de um dia para o outro. Edson chegou a ser convidado por Renildo para integrar o PCdoB, mas recusou o convite. No entanto, utilizando o jornal *Tribuna da Luta Operária* e tentando recrutar novos membros para a organização, Renildo conseguiu aproximar muitos operários têxteis do PCdoB, embora, naquele momento, não houvesse logrado a formação de nenhuma base partidária na categoria. Isso só iria ocorrer algum tempo depois.

Além das reuniões, Renildo fazia contatos com os operários através de visitas às suas residências, no meio da semana, à noite, e também no fim de semana. As discussões sobre os problemas dos têxteis eram recheadas com abordagens sobre o PCdoB, que contava em seus quadros apenas com mais três operários, dispersos em fábricas diferentes, de acordo com as lembranças de Renildo:

> "Ao mesmo tempo que tinha a campanha salarial, eu estava conversando com os operários sobre o PCdoB. É porque aí, já a essa altura, em setembro de 1979, já tinha havido a anistia, já tinha saído o jornal *Tribuna Operária*, já era uma outra situação, já não tinha mais todos aqueles receios e cuidados e restrições no recrutamento ao modo de Olival. Agora já era pra abrir partido, já era pra..., sobretudo na área operária."

Com os poucos militantes operários que podia contar, o PCdoB estruturara sua primeira organização de base operária, com a atribuição de implantar o partido nas fábricas da região metropolitana de Salvador. Como conta Renildo:

> "Na área operária, quando nós começamos em 79, nós tínhamos, eu, na Fisiba, Hilário de Jesus Leal trabalhando numa fábrica de papel no bairro do Rio Vermelho, em Salvador. Essa fábrica inclusive foi demolida e deu lugar pra o MacDonalds, o Posto Shell, etc. Não existe

> mais essa fábrica. E era Irenio. E, mais tarde, já no final de 79 e início dos anos 80, já tínhamos a primeira célula operária do PCdoB na Bahia. Nessa fase recente era composta por mim e o ex-bancário e ex-estudante, militante do PCdoB, estudante secundarista de origem, de Caetité, que era morador da residência de Caetité, chamado Zezinho, que através de nossas orientações, orientação minha e de Sandra, mulher de Olival, conseguiu entrar na Alcan pra trabalhar no almoxarifado da fábrica. Então, passou a ser eu, Zezinho e o operário da Acrinor , uma fábrica do Pólo Petroquímico, chamado Irenio. Irenio, era o cunhado de Jadson Oliveira, que era membro do secretariado do Comitê Municipal do PCdoB em Salvador. Jadson Oliveira era jornalista do jornal *Movimento* e do *Jornal da Bahia*".

Porém, a tentativa de consolidação dessa célula como meio de construção partidária entre os operários terminou fracassando, em razão da luta interna que permeara o partido de alto a baixo entre os anos de 1979 e 1981. Renildo optara por alinhar-se com as posições oficiais, enquanto Irenio e Zezinho preferiram seguir as posições do grupo dissidente, o que tornou inviável o funcionamento da célula.

Em uma das reuniões dessa organização de base, realizada na casa de Irenio, no Alto do Cabrito, no subúrbio, as discussões sobre as questões em torno das quais se formou a dissidência começaram por volta das 7 horas da noite e foram até o dia amanhecer com Renildo defendendo as posições oficiais da organização e os outros dois sustentando as opiniões divergentes. A avaliação da experiência guerrilheira no Araguaia, a interpretação da conjuntura política e a adoção de uma postura politicamente mais ofensiva eram alguns pontos da polêmica.

Essas discussões, que eram longas e inconclusas, dificultavam o desempenho do trabalho da célula e, com saída dos dissidentes, ela simplesmente deixou de existir. Acabou-se dessa maneira, e sem produzir qualquer resultado para o partido, uma das primeiras medidas organizativas tomadas pelo PCdoB para estruturar-se entre a jovem classe operária da Região Metropolitana de Salvador.

Imediatamente após a sua demissão, Renildo, com a colaboração de Sandra Regina Soares, militante do PCdoB que era estagiária de psicologia no setor de recrutamento da empresa, entrou como instrumentista na ALCAN – Alumínio Canadense, onde permaneceria durante alguns anos. Ao lado de empresas como a CEMAN – Central de Manutenção, a USIBA – Usina Siderúrgica da Bahia S/A, a Equipetrol – Equipamentos de Extração de Petróleo S/A, a FERBASA – Ferros e Ligas da Bahia S/A, a SIBRA – Siderúrgica Brasileira S/A, a Mendes Júnior S/A, a Caraíba Metais S/A e a ENGEX S/A, a ALCAN formava o núcleo orgânico da indústria metalúrgica e mecânica da Bahia, concentrando o grosso da força de trabalho e do capital investido no setor.

Convidado a trabalhar na Nitrofértil, Renildo optou por manter-se na ALCAN devido a razões políticas. Diz ele:

> "Depois que eu entrei na ALCAN eu recebi uma convocação da Nitrofértil, mas, aí... A Nitrofértil já era uma das que pagavam melhor, era a fábrica onde Nilson Bahia trabalhava, diziam que pagava altos salários. Os salários naquela época na petroquímica eram belos salários, eram salários razoáveis. Nas fábricas metalúrgicas, os salários inclusive na ALCAN, os salários eram bem menores. Na época eu comentei com os colegas lá dentro da ALCAN, uns colegas meus, eu comentei, olha, não vou pra..., minha decisão é não ir para a Nitrofértil, eu vou ficar aqui na ALCAN, porque na Nitrofértil já tem o SINDIQUIMICA, já tem a luta dos petroquímicos. Então, não precisam de mim, já tem muita gente, tá precisando de mim aqui na metalúrgica, o sindicato na mão dos pelegos, Manoel dos Santos, aqui é que tá precisando".

A decisão de ficar na ALCAN foi definida por Renildo como política e pessoal e foi tomada, segundo ele, porque era melhor para radicalizar e fazer política, então, "carreira, salário, essas coisas não entravam na conta".

Uma das exigências para a admissão na ALCAN era residir em Candeias. Renildo, portanto, teve que transferir sua residência para aquela cidade, onde morou em um quartinho alugado em uma favela, em condições muito ruins. Ali, participou das atividades do segmento juvenil do único partido de oposição institucional da época, o MDB.

Imediatamente, Renildo começou a atuar nas lutas da categoria e a ir para as assembléias sindicais, confrontando a direção sindical e procurando manter contatos entre os operários para criar as condições para disputar as eleições sindicais de 1982. Antes disso, já em 1980 ou 1981, tornara-se integrante da comissão de negociação, escolhida para discutir a pauta de reivindicações da categoria com o sindicato patronal. Tudo isso implicando o risco de perder o novo emprego.

Quando o PCdoB iniciou sua organização na categoria metalúrgica, já havia um grupo de metalúrgicos politicamente engajados e desenvolvendo um trabalho de oposição sindical. Assim lembrou Renildo:

> "Quando eu cheguei aos metalúrgicos já havia uma oposição sindical metalúrgica. Quando eu estava à frente da oposição têxtil, já havia essa oposição metalúrgica e eu cheguei a comparecer a uma reunião dessa oposição que se reunia no Instituto BETA, no Cine Roma, no largo de Roma. Olhei, estive lá e tal, participei, me entrosei bem com todo mundo e tal. Edval Passos, Edlauro Santos, Benjamin (Ferreira). Mas não era aí do ponto de vista do PCdoB. No meu entendimento, na minha interpretação, não era por aí a forma de que o PCdoB podia marcar sua presença e se destacar nos metalúrgicos. É porque aí era uma composição basicamente de trotskistas com setores de igreja, outros setores organizados de militância de esquerda e que seria muito difícil abrir espaço para a intervenção do PCdoB".

O caminho, então, foi desenvolver esforços - muitos esforços, pelo relato a seguir - procurando organizar um grupo exclusivamente influenciado pelo PCdoB, ainda que dele participassem algumas lideranças sem vinculação orgânica com qualquer corrente política clandestina. Prossegue Renildo:

> "Então, eu pensei que deveria ser criada uma outra oposição metalúrgica a que nós chamamos de *Renovação Metalúrgica* e eu comecei a fazer contato com os metalúrgicos. É que nas campanhas salariais eu me destacava nas assembléias, me destacava dentro do sindicato, me enfrentando com o pelego, na comissão de negociação. E, nessas campanhas salariais eu conheci muitos trabalhadores metalúrgicos, nas mais diversas empresas metalúrgicas e fui fazendo contato através... E um instrumento importante que eu usava era a *Tribuna Operária*, para ir formando uma identidade em torno do PCdoB. A *Tribuna Operária* era um recurso. Eram os tribuneiros, os que vendiam e trabalhavam na *Tribuna Operária*. Então, a *Tribuna Operária* eu usei, usava muito a *Tribuna Operária* dentro da ALCAN. Nas fábricas, eu desenvolvia um trabalho insano, absolutamente insano. Morava em Candeias e fazia..., todo final de semana, todos os sábados e domingos. Eu tinha uma listagem de endereços de operários em Salvador, e eu saía visitando esses operários, na casa desses operários durante todo dia de sábado, todo dia de domingo, andando de ônibus, com um pacote de *Tribuna Operária*, um pacote grande. Discutia a conjuntura política, discutia os problemas do sindicato, das fábricas. Entregava lá o pacote da *Tribuna Operária* para passar para frente".

Renildo circulava de um lado ao outro da cidade, visitando operários em bairros tão distantes entre si como a Boca do Rio, próximo à orla marítima de Salvador, o IAPI, mais próximo da saída norte da cidade, e o Lobato, na zona do subúrbio. Era um trabalho "insano, absolutamente insano" objetivando estabelecer bases partidárias na categoria metalúrgica e acumular forças para disputar o comando do sindicato. Desses esforços é que surgiu o grupo *Renovação Metalúrgica*, cuja primeira reunião ocorreu na sede da *Tribuna da Luta Operária*, na Rua Senador Costa Pinto, no centro, sempre procurando fixar o jornal como uma referência política entre os operários.

A partir desses esforços é que a militância do PCdoB criaria as condições para participar da chapa de oposição que tornou-se vitoriosa nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, no final de 1982, deslocando Manoel dos Santos da presidência da entidade. A chapa também contou com o apoio decisivo da diretoria do SINDIQUÍMICA. A diretoria eleita era politicamente bastante heterogênea, como notou Ivan, militante do PT e integrante daquela diretoria:

> "A nossa primeira diretoria foi uma diretoria de composição. Procurou-se pegar o que de melhor tinha na categoria e formar uma chapa. Um troço engraçado que em 82, na direção, tinha mais tendências do que essa representação de 87. Na verdade, tínhamos 6 tendências. Tinha o presidente que era do PMDB, mas que fechava com o PCdoB. Tinha o PCdoB, o

> PCBR, a Força Socialista, os independentes e os independentes dos independentes, que não podiam ouvir falar do PCdoB, nem do PT, que tinha briga, saía faca, era um negócio sério (...). Na realidade, existia união na luta nas portas das fábricas, mas dentro do sindicato era tiro, era murro, era um negócio louco".[192]

Essa heterogeneidade garantia uma significativa pluralidade de opiniões políticas na gestão do sindicato, mas era fonte de muitos conflitos internos. Estes marcariam os dois primeiros mandatos em que os militantes do PCdoB e do PT compartilhavam a liderança dos metalúrgicos, disputando palmo a palmo a hegemonia nesse importante segmento de trabalhadores industriais. Indicando o equilíbrio de forças existente entre si, os metalúrgicos elegeram o próprio Renildo Souza presidente em 1985 e Pery Falcón, do PT, em 1988, desta vez com apenas 18 votos de diferença. Em seguida, o PCdoB voltou à presidência com Roque Assunção, em 1991, com 300 votos a mais, e consolidou-se como força majoritária.

Pery Falcón chegou a acumular a presidência do sindicato com a presidência estadual do Partido dos Trabalhadores. Já Renildo tornou-se presidente estadual do PCdoB em 1993, embora já fosse membro da direção estadual desde o início da década de 1980, quando integrou o grupo que passou a articular a defesa das posições da maioria do Comitê Central da organização, denominado "grupo de defesa do partido", que fora o embrião do novo Comitê Regional surgido no processo de reorganização partidária iniciado em 1981, com a expulsão ou saída dos dirigentes que divergiam da linha oficial.

Desse núcleo participavam o engenheiro e ex-preso político Haroldo Lima, o ex-bancário e ex-preso político Arthur de Paula, e o casal Carlos Valadares, médico e Loreta Valadares, professora, que haviam chegado do exílio de cinco anos na Suécia, em janeiro de 1980, o professor Olival Freire Júnior e Antônio do Carmo.[193] Com exceção destes dois últimos e do próprio Renildo, todos os outros haviam sido militantes e dirigentes da Ação Popular e haviam se incorporado ao PCdoB desde 1973. Péricles de Souza, que também era egresso da AP, não integrou esse grupo. Ele era o membro do Comitê Central a quem coube comunicar a destituição da direção regional dissidente e a indicação do "grupo de defesa do partido", ao qual assistia em nome da direção nacional.

Outros líderes sindicais metalúrgicos tornaram-se também membros do Comitê Estadual do PCdoB ao longo dos anos de 1980 e 1990: Roque Assunção e Hélio Soares, que,

---

[192] GUIMARÃES, Antônio S. (et al.). Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta. Salvador: CEPAS; CEAS; UFBA – FFFCH – Mestrado em Sociologia. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994, p. 337.

[193] VALADARES, Loreta. Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005, p. 187.

como Renildo, também eram da ALCAN, e Pascoal Carneiro, que embora fosse empregado da pequena Metalúrgica Moreno, exercia liderança também na SIBRA.

A mudança no comando sindical das categorias de trabalhadores, com a saída de cena dos dirigentes pelegos e a entrada de operários vinculados a concepções e práticas voltadas para a mobilização dos trabalhadores, quase sempre ligados às correntes de esquerda, geralmente implicava em alterações substanciais na atuação do sindicato, tornando-o mais dinâmico e combativo. No caso dos metalúrgicos, não demorou muito para que isso se fizesse sentir. No mesmo mês em que tomou posse – dezembro de 1982 - a nova diretoria liderou uma greve de quatro horas na Metalúrgica Cimba devido ao atraso no pagamento do 13° salário dos 80 operários. [194] Ao longo do ano de 1983 foram várias as greves e distintos os seus motivos e dimensões. A Equipetrol, com dois mil e quatrocentos trabalhadores, parou por seis dias devido às demissões em massa. Na Mendes Júnior, os três mil e duzentos trabalhadores cruzaram os braços, durante quinze dias, "pela estabilidade no emprego, pela demissão do repressor chefe da vigilância João Machão, pelo fim imediato do esquema de repressão contra os operários, através dos vigilantes, pela melhoria da alimentação, por água potável, etc".[195] Outras cinco empresas metalúrgicas de menor porte enfrentaram paralisações naquele mesmo ano, principalmente no mês de julho, quando ocorreu a primeira greve geral no país no período da ditadura.

Outras categorias que haviam renovado suas direções sindicais também travaram lutas importantes naquele momento. Os petroleiros pararam a Refinaria Landulfo Alves, por cinco dias e, os têxteis, a Banylsa, por quatorze horas.

As empresas reagiam de formas variadas. Negociavam a pauta de reivindicações ou apelavam à repressão policial e às demissões para intimidar os grevistas e os sindicalistas. Algumas iam além dessas respostas. Contando com a ativa colaboração do Ministério do Trabalho, elas conseguiam mudar o seu enquadramento sindical com o objetivo de retirar a representação dos seus trabalhadores do alcance de sindicatos combativos. Na Bahia, isso ocorreu primeiro com a CEMAN – Central de Manutenção, que era da base do SINDIQUIMICA e foi colocada na área do Sindicato dos Metalúrgicos, quando este estava sob controle do pelego Manoel dos Santos. Em 1983, foi a vez da Mendes Júnior ser enquadrada "sem processo, sem nada, em menos de 72 horas" como sendo da área de

[194] SOUZA, Renildo. Op. cit., p. 12.
[195] Idem, ibidem, p. 24.

construção civil, cujo sindicato também era dirigido por um pelego, José Cândido Veloso,[196] apesar da empresa fabricar plataformas de extração de petróleo.

Alianças complexas como aquela que dirigia o Sindicato dos Metalúrgicos também podiam ser encontradas em outras categorias, como a dos bancários, onde havia um trabalho de oposição sindical desde pelo menos 1976. Quando esta se organizara, contava com a participação de Edelson Ferreira, do Banorte; e Smitson Oliveira, Paulo Morais, Valdimiro Lustosa, Carmerino Prates e Euclides Fagundes, do Baneb. Mais adiante, incorporaram-se Antonio Carlos e Pedro Barbosa, do Banco do Nordeste do Brasil; José Donizete e Ivonísia, do Banorte; Jocélio Teles e José Fernandes, do Bradesco; Joelino, da Processa, e Vanusa Macedo, do Baneb. Todos integravam o "*Movimento Bancário Participação e Organização*" e vários deles eram militantes ou simpatizantes do PCdoB.

Para Euclides Fagundes Neves

> "A influência do Partido Comunista do Brasil entre os ativistas sindicais tinha uma expressão significativa. O jornal *Tribuna da Luta Operária*, instrumento de divulgação das idéias do PCdoB, era vendido dentro da categoria bancária pelos seus militantes e por ativistas sindicais que não faziam parte do partido, como, por exemplo, Pedro Barbosa, no BNB".[197]

Na opinião de Deoclides Cardoso,

> "a oposição bancária era praticamente o partido. Era o partido que fazia isso, ainda sem racha. Era o Antônio Carlos Moedinha. Pedro Barbosa não era do partido, mas era influenciado. Tinha um que foi até vereador em Seabra por um partido de direita. Acho que era Jéferson. Eu sei que era praticamente a gente a oposição bancária. Tinha o Bebé. Todos eram do partido. Não tinha nenhuma outra força. Tanto assim que surgiu depois um núcleozinho em torno de Beraldo, que era ligado ao PCB. E depois apareceu Waldir Régis como independente e coisa e tal. Mas a oposição que funcionava e que distribuía boletim, que tinha um papel mesmo constante, efetivo era dirigida pelo partido. De qualquer maneira, houve divergência entre a gente e esse pessoal aproveitou e entrou. Surgiu Beraldo. Surgiu Osvaldo Laranjeiras. Esse pessoal nunca chegou a fazer parte da oposição. Surgiram núcleos diferentes".

Embora tivesse um trabalho mais antigo entre os bancários, o PCdoB participou com apenas cinco nomes na chapa de oposição vitoriosa nas eleições sindicais de 1981, e que tinha um total de vinte e quatro membros. Esta chapa foi encabeçada pelo petista Osvaldo Laranjeiras, do BANESPA, e contava com bancários do PCB e outros do PT.

---

[196] Idem, ibidem, p. 36.
[197] NEVES, Euclides F. Op. cit., p. 288.

Essa pequena participação decorreu da perda de força política do PCdoB, provocada pela saída de quase todos os militantes bancários da organização no processo de luta interna no período 1979-1981. Dos mais antigos restara apenas Euclides Fagundes. Aqueles que deixaram a organização comunista em sua maioria migraram para o PT, mudando a correlação de forças na categoria.

Para enfrentar a nova situação, o partido reorganizou o trabalho entre os bancários, buscando reforços entre os estudantes. Da Escola Baiana de Medicina, transferiu para o sindicalismo o estudante Deoclides Cardoso, funcionário do Banco do Nordeste do Brasil. Nesse mesmo período, incorporaram-se Francisco Alberto, recrutado por Arthur de Paula, e Álvaro Gomes, pelo próprio Deoclides. Outro estudante transferido para o sindicalismo foi Everaldo Augusto. Ele estudava educação artística na Católica e era militante no movimento das residências estudantis. Nessa época ele já trabalhava no antigo BANEB – Banco do Estado da Bahia.

Foi com esse núcleo que os membros do PCdoB passaram a disputar espaço dentro da categoria bancária. A sua referência principal era o jornal *Tribuna da Luta Operária* e eles próprios eram reconhecidos como tribuneiros. Mas eles divulgavam também o jornal *Tribuna Bancária*. O grupo ligado ao PCB lançou o *Rumo Certo* e, mais adiante, o *Unidade Bancária*. Já os petistas publicavam o boletim *PT Bancários*.[198] Em 1983, entre os três grupos havia divergências quanto à oportunidade de fundar a CUT, o processo de preparação da greve geral e o pluralismo sindical.

Nas eleições sindicais de 1984 houve um realinhamento político entre as forças atuantes entre os bancários. O PT disputou com chapa exclusiva tendo Laranjeiras como candidato à reeleição para a presidência. O PCdoB e o PCB formaram uma aliança com Beraldo Boaventura, ligado ao PCB, na presidência, e cada força política preencheu metade dos vinte e quatro cargos disponíveis. Estes ganharam as eleições com 4287 votos, contra 2855 dados aos petistas. A grande polêmica da eleição era se a oposição brasileira deveria disputar a presidência da República no Colégio Eleitoral com Tancredo Neves enfrentando Paulo Maluf. Os comunistas eram a favor, os petistas, contra.

Três anos depois houve uma nova rearticulação das forças políticas. Desta vez foi o grupo ligado ao PCB que decidiu disputar com chapa exclusiva, recusando-se a participar de uma convenção onde se buscaria a construção de uma chapa de unidade. Entre os petistas houve uma diferenciação, com o grupo chamado *Nós Bancários*, formado em parte por alguns

[198] Idem, ibidem, p. 295.

egressos do PCdoB, lançando uma chapa própria. O PCdoB optou por uma aliança com o grupo majoritário do PT. Na convenção, Álvaro Gomes, comunista, foi escolhido presidente da chapa. Os comunistas indicaram treze nomes e ao PT coube a indicação de outros onze membros.[199]

Esse desfecho favorável aos bancários do PCdoB, depois de vários anos de disputa com as outras correntes, foi resultado de alguns fatores. Everaldo explicou que os comunistas compreenderam melhor certas mudanças que vinham ocorrendo entre os bancários como o crescimento numérico da categoria e da disposição de luta, e a mudança de seu perfil, na medida em que nos bancos havia um contingente grande que já freqüentava a Universidade e, portanto, tinha um nível de informação política maior, permitindo uma boa recepção do discurso político do PCdoB contra o regime militar e em defesa das liberdades políticas.

Segundo o narrador, havia outras características que tornavam a atuação dos bancários do PCdoB distinta. Uma era o fato de o PCdoB haver se tornado "a força mais organizada" na "parte que cresceu muito na categoria bancária nesse período (que) foi justamente nos bancos privados". A outra

> "era também a questão organizativa, vamos dizer assim, dentro dos bancos. Isso aí era outro grau de diferenciação. Nós levantávamos a necessidade das comissões por empresa, como uma forma de enraizar o sindicato dentro dos bancos. Nos bancos públicos foram conquistadas algum tempo depois, com as greves a partir de 1985. Não somente comissão de empresa, como diretor-representante dos funcionários eleito para o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste. Conquistou também a representação por eleição direta dos funcionários em outras entidades vinculadas a essas empresas estatais. E nos bancos privados essa reivindicação também era posta.".

Mas o crescimento da militância do PCdoB entre os bancários demora um pouco a se refletir na representação dessa corrente na direção do sindicato. O PCdoB, como força majoritária, só apareceria no comando político do sindicato depois de 1987.

Para tanto, os comunistas vão contar com o seu próprio trabalho cotidiano de organização dos bancários, mas também com os erros políticos daqueles que eram aliados e, ao mesmo tempo, concorrentes. É o que se pode perceber no seguinte relato.

> "A greve de 1985, acho que foi um grande momento pra isso. Mas antes, antecedendo, nas vésperas da greve de 85, houve o processo eleitoral no sindicato onde, por diversas razões, o PT se isolou dentro da diretoria. Se isolou com um discurso muito sectário em relação à CUT, porque a CUT que era para nascer unitária, não nasceu. Houve um processo de diferenciação e o PT se isolou das demais forças políticas ali. E também em relação ao projeto político mais geral do PT. Quando nasceu tinha uma necessidade muito grande de demarcar campo com as

[199] Idem, ibidem, pp. 297-313.

> outras forças políticas. Então, ele estava isolado politicamente e persistiu nesse isolamento ao querer demarcar campo com as outras forças políticas e querendo, na verdade, diminuir o espaço das outras forças políticas na direção do sindicato. Isso possibilitou uma aliança PCdoB-PCB, que era mais encarada como do PCdoB com o grupo de Beraldo, porque Beraldo era uma liderança. Houve proposta de manter a unidade, e assim por diante. Mas o PT não queria ceder espaço. Não queria discutir a presidência do sindicato ou ceder outros espaços que compensassem a sua presença na presidência do sindicato. Isso possibilitou a aliança do PCdoB com o PCB e, já nessa aliança o PCdoB ficou com a secretaria-geral do sindicato e uma boa participação no conjunto da diretoria".

A vitória dessa chapa em 1984, sem a presença da militância petista e com a ampliação dos espaços que couberam aos membros do PCdoB, nas vésperas de ser deflagrado um amplo movimento grevista da categoria, parece ter sido crucial para a ampliação da influência e o aumento da força política desse partido. Continuando sua narrativa, Everaldo disse:

> "Quando o movimento grevista estava maduro para acontecer, o PT não estava mais na direção do sindicato. Tava o PCdoB e o PCB. E o PCdoB, das forças que estavam no sindicato, foi quem mais construiu aquele momento. Então, quando ocorrem as greves há uma liderança quase que natural do PCdoB no processo de greve, nos bancos públicos e particulares. As greves de 85 eram, acho que até 89, eram greves gerais da categoria. O grande salto de qualidade na organização do PCdoB, foram as greves. (...). A categoria era muito numerosa na época, piquetes gigantes. Tinha piquetes nas compensações dos bancos. Então, era comum ter piquete com cem trabalhadores na porta do banco. Passeatas, que subiam a Avenida Sete, enfim. E o PCdoB liderava isso. Então, se colocou muito em evidência nessa questão. A partir daí, o PCdoB se credenciou a ser uma força dirigente do sindicato. Na prática a categoria enxergava o PCdoB como a força dirigente".

Depois dos episódios da composição das chapas para as eleições de 1984, e que levaram os petistas à derrota, dois anos depois foi a vez de Beraldo Boaventura, principal liderança do grupo ligado ao PCB, passar por um processo de isolamento parcial entre os bancários, com efeitos nocivos à sua tentativa de reeleição para presidente do sindicato. Tal isolamento decorreu de problemas surgidos nas negociações entre os sindicatos e os bancos, devido às peculiaridades dos bancos oficiais, sobre as quais o próprio sindicato não teve responsabilidade. Segundo Everaldo, o então presidente do sindicato foi

> "responsabilizado pela categoria, de uma certa forma, de ter retirado o Banco do Brasil de uma greve unificada. Isso foi, salvo engano, em 86. A greve era unificada, só que a dinâmica da negociação levou a greve a ter um desfecho mais rápido nos bancos oficiais, no caso, o Banco do Brasil. O Banco do Brasil teve que sair do movimento, fazer uma assembléia em separado. E aquilo foi creditado como um ato que enfraqueceu o movimento geral. Isso teve repercussão no processo eleitoral seguinte. O PCdoB pleiteou a presidência e Beraldo não quis negociar a presidência. Tentou trazer o PT para o lado dele, para compor uma chapa e isolar o PCdoB,

> mas ocorreu o inverso. Aí, o PCdoB costurou uma chapa de aliança com o PT, aí o PCdoB na presidência e o PT participando da direção do sindicato, como uma força secundária. O presidente foi Álvaro, aí se estabelece o processo que vem até hoje".

Assim, em seis anos, a militância do PCdoB deixou de ser uma corrente minoritária entre os bancários e tornou-se uma corrente forte e consolidada na categoria, com uma ampla base militante dentro dos bancos e com lideranças e quadros dirigentes partidários, como o próprio Everaldo Augusto, Álvaro Gomes, Geraldo Galindo, Adilson Araújo, Euclides Fagundes, João Milton, entre outros.

O Sindicato dos Bancários tornou-se uma importante estrutura de apoio político e material a outros movimentos políticos e sociais, principalmente aqueles de renovação e de oposição sindical que ainda existiam nos meados da década de 1980, como a oposição sindical dos trabalhadores da construção civil, onde havia um pequeno núcleo de antigos militantes comunistas integrado por Washington José de Souza, ex-presidente do Sindicato dos Oficiais Eletricistas do Estado da Bahia, cassado em 1964, Daniel Santos, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores da indústria de óleos, e Pedro Paulo, que também havia sido operário da indústria de óleos. Os três já eram do PCdoB desde antes de 1964 e estavam trabalhando na construção civil. Segundo Everaldo, um continuava como eletricista, um virou carpinteiro e o outro, armador. Ora trabalhavam como autônomos, principalmente Washington, ora em empresas, até estas descobrirem suas ligações políticas e os demitirem.

Foi com base nesse núcleo que se formou a chapa de oposição que disputou a primeira eleição em 1987, perdendo por um voto. Everaldo conta que a chapa tinha operários mais jovens, mas a característica dela era de operários antigos, com militância antiga no PCB ou no PCdoB, e que no processo de oposição se aglutinaram. Mas era uma "chapa de velhinhos". O confronto, então, foi "entre os velhinhos combativos e os velhinhos pelegos". Para Everaldo estava

> "se vivendo um processo de crescimento da indústria de construção civil, nesse período, em Salvador. Grande crescimento de obras, canteiros em todo lugar. Havia um sentimento grande na categoria de mudar a direção do sindicato e a oposição soube galvanizar esse sentimento e ganhar a eleição, porque perdeu na contagem de votos. Fora os outros episódios, a pancadaria. Haroldo Lima participou desse processo, Renildo, Arthur de Paula. Tem foto. Tá tudo documentado".

Depois desse resultado, algumas providências foram adotadas para reforçar o trabalho dos comunistas entre a oposição. Então, segue Everaldo,

> "Houve uma deliberação do partido que foi implementada pelo CCO (Centro de Cultura Operária), pela *Tribuna Operária* e outras instâncias partidárias, os distritais de Salvador, de fortalecer esse trabalho. Então, não houve transferência de militantes, mas de responsabilizar alguns militantes para participar e acompanhar mais de perto aquela oposição. E aí deu resultado, porque pegaram alguns bancários, rodoviários, metalúrgicos, advogado, que foi (Marco Antônio) Anthas, que era novinho na época, e o pessoal do CCO. Tinha Hostiano. Bancários, éramos eu, Nole (Fraga), Ada Barbosa, que era funcionária do sindicato. Rodoviários eram (Paulo) Colombiano, Zelito. Metalúrgico era Roque "Tarugo" (Assunção). Aparecida que era do CCO. Edvar (Fagundes) também ajudava".

Com esses apoios, a oposição experimentaria novos enfrentamentos com a diretoria liderada por José Cândido Veloso, o pelego, que não encaminhava as lutas da categoria. Então, coube à oposição mobilizar a categoria e pressionar o sindicato. Em uma campanha salarial, com os trabalhadores ameaçando fazer greve, o sindicato aceitou fazer um acordo "muito abaixo da capacidade de luta que a categoria tava demonstrando, muito abaixo da expectativa, portanto, que se tinha de reajuste salarial", conforme Everaldo. Houve uma assembléia no Hotel São Bento em que o presidente Veloso foi informar o acordo que tinha fechado com os patrões – sem consultar os trabalhadores. "Aí, os trabalhadores invadiram o hotel, quebraram tudo no hotel. O pelego fugiu para o sindicato. Invadiram o sindicato também, quebraram o sindicato e tal". O acordo assinado, contudo, passou a vigorar, mas a oposição ganhou força.

Em 1989, houve uma segunda campanha e o acordo assinado também foi ruim. Em junho do mesmo ano, o partido se reuniu e decidiu fazer uma campanha salarial de emergência, só que liderada exclusivamente pela oposição e em um momento em que havia muita insatisfação entre os trabalhadores. Everaldo lembra que

> "houve discussão em porta de obra, teve assembléia que aprovou a pauta e entregou a pauta para o patrão. O patrão não quis receber. Depois, de novo, entregou, deu prazo para responder. Aí, continuou o processo de mobilização. Findo o prazo, o patrão não tinha respondido. Aí a oposição começou a discutir a greve. Era uma coisa nova, porque até então não havia uma discussão assim de uma greve geral dos trabalhadores da construção civil. Mas existiam duas coisas: um clima de insatisfação muito grande na categoria, com os salários, as condições de trabalho e um crescimento muito grande da categoria."

Na época, bairros inteiros estavam sendo construídos. Em Brotas e em Stela Mares, os conjuntos Vila Verde e Petromar, respectivamente, encontravam-se em obras. De fato, era uma categoria numerosa e

> "submetida a condições de trabalho aviltantes. Predominavam os "gatos",[200] não tinha água potável, refeição. Às vezes, no final de semana, o "gato" sumia e dava o calote. (Havia) muitos "bate-pau" dentro das obras pra reprimir os trabalhadores. Tinha cárcere privado, o peão, (por) qualquer coisa ele ia lá para aquele cárcere, tipo uma cadeiazinha. E o sindicato não fazia nada".[201]

Nas mobilizações, Washington de Souza, de 64 anos, despontava como líder, sendo acompanhado por outros companheiros da categoria, como Daniel Santos, dos mais antigos e Raimundo Brito, da turma nova, e apoiadores, como Everaldo Augusto.

As tentativas de negociações se deram com os trabalhadores já em greve e com a mediação do Delegado Regional do Trabalho, Waldir Régis, ex-sindicalista bancário, que trabalhou para que as negociações ocorressem. No início, os patrões não quiseram negociar, afirmando que só o fariam com o sindicato. As lideranças reagiram reafirmando a continuidade da greve. "Depois aceitaram negociar com a oposição, mas com o sindicato presente", disse Everaldo. Essa greve durou os dias de 18 e 19 de outubro de 1989. As ruas e praças centrais de Salvador foram ocupadas por passeatas e concentrações que reuniam de 20 a 30 mil trabalhadores, configurando o que a imprensa chamou "A revolta dos peões". Segundo Washington de Souza, líder do movimento, "uma das importantes conquistas da greve, que não teve o apoio do presidente do sindicato, José Cândido Veloso, foi incorporar escriturários, mestres de obras, apontadores, entre outros setores, à categoria".[202]

Dois meses depois, a oposição sindical ganhou as eleições. Quando os novos dirigentes tomam posse em 09 de fevereiro de 1990, encontram o sindicato arrasado, endividado e com funcionários fantasmas cobrando indenizações. Enquanto os patrões agridem a nova diretoria, promovem demissões em massa e descumprem os acordos coletivos.[203] Em 05 de março, os trabalhadores voltaram à greve pelo cumprimento do acordo de janeiro e reivindicando novo reajuste e, novamente, ocupam o centro da cidade, enquanto o principal líder, Washington de Souza, agora com 65 anos, encontra-se hospitalizado, mas acompanhando atentamente o movimento.

Mais ou menos no mesmo momento em que os operários da construção travavam a primeira queda-de-braço com os patrões, em novembro de 1989, os servidores técnico-administrativos da UFBa aderiam à greve nacional da categoria, sob a coordenação da

---

[200] Como eram chamados aqueles que terceirizavam os serviços, os empreiteiros.
[201] SILVA, Everaldo Augusto da. Entrevista citada.
[202] *A Semana Comunista* nº. 89 de 08 a 15/11/1989, p.2.
[203] *A Semana Comunista* nº. 94 de 16 a 23/02/1990, p. 3.

ASSUFBA-Sindical, então presidida por Alice Portugal, ex-estudante de farmácia daquela Universidade e também militante do PCdoB.[204]

A presença da militância comunista entre os servidores públicos já era registrada mesmo antes da década de 1980, particularmente entre os professores da rede estadual.

Percival dos Santos Alves, ex-estudante de medicina e ex-operário da Ciquine, atuava, em 1979, como professor do Instituto Beta, no Largo de Roma. "Já em 79, a gente forma um organismo que é praticamente eu, Olival e José Fernandes. E, logo depois, Maria José. Em 80, 81, outros companheiros vão se aglutinando".[205]

As atenções desses militantes estavam voltadas, sobretudo, para a Associação dos Professores Licenciados da Bahia - APLB, á qual ainda podiam se filiar tanto os professores da rede pública, como os da rede particular. No SINPRO - Sindicato dos Professores da rede particular os comunistas eram apenas filiados.

Foi na APLB onde a militância do PCdoB cresceu e ganhou força política na primeira metade dos anos 80, com Maria José Rocha Lima se tornando uma liderança forte entre os professores e com a chegada ou recrutamento de novos militantes, como Jussara Bittencourt, Elza Mello, Luiz Raimundo Gavazza, Marilene Betros e Marinalva Nunes.

A liderança do partido tornou-se hegemônica entre os professores e trabalhadores da rede oficial de ensino a partir de 1985, quando os seus militantes ganharam as eleições para a diretoria da APLB, talvez a maior entidade sindical do estado em número de sindicalizados. Nessa área, foram organizadas longas e massivas greves durante quase todas as administrações estaduais que se sucederam no decorrer dos anos seguintes. Esse processo culmina com a eleição de Maria José Rocha para deputada estadual em 1990, com grande votação. Pouco tempo depois de assumir o mandato ela se desligaria do partido. No entanto, o PCdoB continuaria sendo a força política principal no movimento dos professores nos anos seguintes.

Entre os servidores da área da saúde pública, os comunistas criaram uma das primeiras bases de atuação no antigo Hospital Getúlio Vargas, o HGV, instalado durante muitos anos no bairro do Canela. Aladilce Souza rememora:

> "Eu trabalhava no Hospital Getúlio Vargas, que era o principal hospital da rede pública estadual e eu, uma militante comunista, não podia trabalhar num lugar que tinha tantas contradições e ficar apenas assistindo. Então, eu começo a atuar, e não é nem por orientação do partido. Eu comecei a atuar de maneira secundária, mas acabou sendo definida (como)

[204] *A Semana Comunista* nº. 89 de 08 a 15/11/1989.
[205] ALVES, Percival dos Santos. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2008.

> minha atividade principal, porque na época a gente tinha um sistema de saúde muito limitado e muitas contradições nesse hospital, um hospital antigo, da década de 50 ainda, mas era o principal hospital. A gente passava mais tempo lutando para melhorar as condições de trabalho do que trabalhando efetivamente para assistir o doente".

Mas naquela unidade de saúde, a principal liderança era o médico Luís Humberto Pinheiro, ligado ao PCB, mas que também atuava no PMDB. Então, a primeira grande greve na área da saúde da Bahia ocorre ainda sob a ditadura e tem entre suas principais lideranças este médico. Ele, alguns anos depois, se elegeria deputado estadual com muitos votos dos funcionários da saúde.

Aladilce inicia sua atuação no Sindicato dos Enfermeiros, na época em que era presidido por Cristina Melo e, depois, por Jussara Carneiro, que teve uma breve passagem pelo PCdoB. Com a saída de Jussara do partido, conta Aladilce:

> "Eu passei a militar com mais freqüência no movimento sindical e fui deixando o trabalho de bairro. A década de 80 toda eu fazia as duas coisas. Primeiro, mais intensamente, o movimento de bairro. Depois, na medida em que outras pessoas no bairro também foram assumindo a presidência da associação, eu passei a ter uma prioridade no movimento sindical e a organizar o partido na área da saúde".

Ainda nos anos 80, formou-se a célula de implantação do partido na área da saúde, com a presença de médicos e enfermeiros, muitos dos quais egressos do movimento estudantil, como: Gil Freire, eleito depois presidente do Sindicato dos Médicos, Lígia Vieira, que seria secretária de Saúde de Camaçari, Margarida França, Cristina Melo, Alziêmia, Fátima, Dulce, Raimunda e Alfredo Boa Sorte. No final da década, foi fundado o SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores na Saúde do Estado da Bahia, inicialmente aglutinando todos os funcionários, inclusive médicos, e Aladilce tornou-se sua primeira presidente.

Nessa época, a penetração e o crescimento do Partido Comunista do Brasil em novas áreas extrapolavam o movimento operário e sindical, embora neste pudesse ser percebido um dinamismo maior do que em outras áreas. Mesmo porque a conquista de um sindicato significava ter acesso a recursos de poder nem sempre disponíveis em outros movimentos, por um lado. Por outro, o ambiente de maior liberdade que se ia conquistando e as contradições sociais que empurravam os trabalhadores à luta faziam surgir novas lideranças com potencial para se incorporar a uma ou outra das organizações de esquerda ali presentes.

Na agenda política dos comunistas também estavam presentes as questões de gênero e de raça. A abordagem teórica e política dos problemas de gênero já tinha um amadurecimento maior na organização, que permitiu até a organização do I Congresso Nacional das Mulheres Emancipacionistas, em Salvador, em 1988.[206] Havia uma revista específica sobre o tema, a *Presença da Mulher,* e a UBM – União Brasileira de Mulheres e suas seções estaduais e municipais eram os instrumentos de aglutinação e de intervenção das comunistas nesta frente. Na Bahia, à frente desse trabalho estavam, entre outras, Loreta Valadares, Lídice da Mata, Gisélia Santana, Ana Guedes, Elisa Fortes, Julieta Palmeira e Lídia Rodrigues.

Já a temática racial, embora constasse das discussões políticas e estivesse sempre presente na pauta da revista *Princípios*, especialmente, através de textos do sociólogo Clóvis Moura, foi somente em julho de 1988 que, na Bahia, o partido se estruturou de fato para intervir no movimento anti-racista com uma organização própria, fundando a UNEGRO – União de Negros pela Igualdade e elegendo sua primeira diretoria, em cuja composição estavam Antônio do Carmo, presidente, Nivaldino Félix, vice, Tereza do Espírito Santo, secretária-geral, entre outros.[207]

Uma outra vertente importante dessa expansão comunista foi a luta comunitária dos bairros, onde havia presença mais antiga de forças ligadas à Igreja Católica e ao Partido Comunista Brasileiro. Na verdade, como apontou Espiñeira, a presença dos comunistas nas lutas dos bairros de Salvador data, pelo menos, da década de 1940, quando havia apenas o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB. A invasão do Corta-braço, hoje Pero Vaz, tornou-se emblemática como ato inaugural da participação direta dos comunistas na organização de uma ocupação urbana em Salvador, cuja divulgação era amplamente realizada pelo jornal estadual do partido, o *Momento*.[208]

Os primeiros contatos do PCdoB com a luta de bairros se deram através da atuação dos seus militantes, profissionais liberais e estudantes, através do Trabalho Conjunto. Mas era uma atuação mais voltada para atos de solidariedade, devido aos efeitos das chuvas que provocavam calamidades nos bairros pobres e em decorrência das violentas ações policiais que visavam o despejo daqueles que ocupavam terrenos urbanos em busca de uma moradia, como ocorreu com as cerca de quatrocentas famílias que ocuparam a área do Marotinho, na Fazenda Grande, em março de 1976.

---

[206] *A Semana Comunista* nº. 50 de 21 a 28/07/1988, p. 1.
[207] Idem, ibidem, p. 4.
[208] ESPIÑEIRA, Maria Victória. Op. cit., pp. 31-32.

A industrialização baiana ocorrida nas décadas de 1960, com a implantação do Centro Industrial de Aratu, e de 1970, com o Pólo Petroquímico de Camaçari, portanto, fortemente concentrada na Região Metropolitana de Salvador, ao lado da acumulação capitalista de riquezas, provocara também um rápido e desordenado crescimento de Salvador e outras cidades circunvizinhas, que não produziam unidades habitacionais em quantidades suficientes para atender a crescente população pobre que acorria a essas cidades em busca de oportunidades de trabalho. Como notou Andrade, essa população que chegava era resultante da alteração dos movimentos migratórios que assumiam predominantemente um caráter intra-regional, provocada pela criação de pólos industriais no Nordeste.[209]

A solução encontrada por boa parte dos migrantes que chegavam eram as ações coletivas de ocupação de terrenos baldios, públicos ou privados, e resistir o quanto fosse possível para garantir a posse de um pedaço de terreno e em seguida levantar um barraco ou um quarto de tijolos aparentes. Durante a segunda metade da década de 70 do século passado e ao longo dos anos de 1980 muitas foram as ocupações que ocorreram na cidade e cujos moradores resistiram às ordens de despejo expedidas pela justiça.

Alguns militantes do PCdoB atuaram nesse processo, que envolviam pessoas sem renda ou de baixa renda, e também participaram de mobilizações em bairros já estruturados e habitados por setores médios da população, como Brotas e Federação.

Julieta Palmeira contou que, quando freqüentava o primeiro ano na Escola Baiana de Medicina, foi convidada a ir fazer trabalho de bairro no Bom Juá. Isso era estimulado por Augusto Costa Conceição e Albino Canelas Rubim, seus colegas de curso e membros do diretório acadêmico da escola, e o objetivo era discutir os problemas com a comunidade. Mas não era um trabalho consistente do ponto de vista partidário. Julieta mesma ainda não era militante.

Ao contrário do que ocorreu com Sandra Regina Soares. Essa estudante de psicologia da UFBA achava-se agastada com o movimento estudantil, que ela considerava elitista, e terminou provocando sua transferência para a luta de bairros, para atuar junto com o povo, que era a sua preferência. Ela lembrou assim:

> "Eu que pedi, eu acho que eu que fiz a escolha, eu queria. Porque era uma forma também de eu me sentir importante, me sentir útil. Eu acho que repercutia na minha auto-estima, porque estava num movimento onde você era tarefeiro e não jogava papel do ponto de vista das decisões. Eram só alguns homens que falavam lá, aí eu quis fazer o trabalho de bairro".

---

[209] ANDRADE, Raquel Maria de A. Migração e industrialização: o caso do CIA. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Humanas da UFBa. Salvador: 1973, pp. 39-40.

Nesse pequeno fragmento, a ex-militante comunista frisa o significado pessoal que a mudança de lugar de atuação política proporcionou. Mudar de atividade requereu outras mudanças na vida de Sandra. Então,

> "Nós mudamos, eu e Olival, para o IAPI por conta dessa minha nova tarefa. Eu comecei a fazer um trabalho em uma invasão, invasão Nova Divinéia, e esse trabalho, acho que começou com a alfabetização de adultos, com o método Paulo Freire, que eu fazia numa igreja, uma igreja lá do IAPI. Esse trabalho de alfabetização de adultos fazia parte também da dissertação de mestrado de um amigo meu. Só que eu também tava lá pelo PCdoB e ele não sabia disso. Então, ao lado desse trabalho de alfabetização de adultos eu fazia um trabalho com as mulheres e a associação de moradores de reivindicação de melhoria das condições do bairro. Era uma invasão muito problemática, esgoto a céu aberto e aí a gente foi articulando gente e daí surgiu esse Movimento Contra a Carestia, do qual eu era dirigente."

Nessa época, além de Sandra, havia outros militantes comunistas procurando organizar os moradores para exigir dos poderes públicos a solução de problemas básicos que existiam nos bairros e que, junto com esse trabalho, desenvolviam esforços para estruturar nos bairros – mas não somente neles - o Movimento Contra a Carestia, experiência que havia nascido em São Paulo, e que ganhou notoriedade ao organizar protestos contra os reajustes das tarifas de transporte coletivo e pela melhoria da qualidade do serviço prestado pelas empresas do setor. Nessa atividade, os comunistas faziam agitação política nos ambientes mais distintos, como lembrou a narradora:

> "Tinha eu, tinha Jane Vasconcelos, tinha Ney Campelo lá pela Ribeira (bairro). E Jane, como era médica, aparecia assim como a grande líder, mas a dirigente do partido era eu. E aí, nessa época, a gente foi fazendo um trabalho que foi bem interessante, um trabalho que começou miudinho, miudinho, passando de casa em casa um abaixo-assinado contra o aumento dos transportes e eu me lembro que ali por aquela região do IAPI tinha muita igreja evangélica. Aí, uma vez eu entrei na igreja - a igreja era uma casinha - e lá no fundo tinha o altar e o pastor tava lá falando. Eu entrei e pedi para falar para os presentes, quando ele se deu conta eu falava contra a situação e pedia a assinatura das pessoas no abaixo-assinado ele me interrompeu. Aí, na hora em que eu fui passar o abaixo-assinado, o pastor fez toda uma preleção contra o enfrentamento, que tinha que aceitar e tal, toda aquela coisa. Aí, eu fiquei no confronto com o pastor e disse: olha, aqui tá difícil, denunciei a atitude dele e o pessoal perplexo sem saber o que fazer. Eu disse, não me lembro bem os termos: Olha, vocês tem livre arbítrio, procurem a gente".

Percebe-se nessas lembranças de Sandra a satisfação que esta tinha em fazer aquele trabalho "miudinho, miudinho", "de casa em casa", mas que era "bem interessante" e a presença, já na virada da década de 70 para a de 80 do século XX, de igrejas evangélicas em áreas de população pobre ou de baixa classe média de Salvador, onde era pregado o conformismo diante das dificuldades cotidianas. Mas ela continua:

> "Eu me lembro que a gente tinha uma sede na Barroquinha, do Movimento Contra a Carestia. Foi um movimento assim, que começou com essa catequese, da gente entrar em ônibus, isso que hoje esses caras fazem aí a gente que começou. Lá da Barroquinha, o ônibus saía e a gente: "pessoal atenção, por favor". No início, o pessoal ficava assim de cabeça baixa. Eu me lembro que a gente usava muito essa coisa que baiano não é cordeiro. Aí, na hora em que a gente falava essa frase o pessoal levantava a cabeça e olhava pra gente demonstrando se sentir tocado. Eu fiz muito isso! Nisso eu me sentia bem, eu gostava de trabalhar com essa coisa, de mexer com as consciências, de sentir o quanto, assim, que palavra, que idéia, que coisa mudava a atitude deles, fazia eles levantarem a cabeça. Aí, diziam: eu quero assinar, eu quero assinar! E a gente passava o abaixo-assinado no ônibus. Então, foi todo um processo que foi gerando mudança de atitude mesmo nas pessoas que no inicio resistiam, rejeitavam".

Nesse relato, ganha importância o sentido de pioneirismo na forma de comunicação adotada então pela militância comunista através de contados diretos com os usuários de transporte coletivo, ao que parece, por meio de comícios relâmpagos. Esta era outra prática que evidentemente agradava a narradora.

Além do IAPI, situado entre os bairros da Caixa D'água e do Pau Miúdo, o trabalho político dos comunistas chegava a outros bairros, às vezes por caminhos diferentes. Sandra lembra que tinha trabalho na

> "Liberdade, pela região do Cabula, naqueles bairros ali tinha. Essa penetração nos bairros foi facilitada pela criação da União de Mulheres. A União de Mulheres é anterior ao Movimento Contra a Carestia e ela tinha na diretoria, pessoas de classe media, estudantes, profissionais liberais e tinha também pessoas de bairro, de origem bastante humilde. Então, por meio dessas pessoas a gente também começou a chegar aos bairros e depois foi juntando tudo nessa ampliação do Movimento Contra a Carestia. A gente se reunia ali no (bairro) Alto do Peru durante um tempo com aquele padre..., um fortinho assim, que era a favor da anistia. Eu não me lembro o nome dele. Então, a gente foi se espalhando, hoje eu não lembro exatamente, mas a partir desse movimento as pessoas se interessavam na rua, a gente dizia, vamos criar um núcleo lá no seu bairro e paralelamente a gente ia recrutando pessoas. E nesse processo também, eu não me lembro cronologicamente, teve o movimento de invasão de terreno abandonado pelo povo humilde que a gente também apoiava".

Novamente, a presença religiosa se faz sentir nos bairros populares. Desta vez, porém, ela se dá através da Igreja Católica onde há segmentos que adotam atitudes diferentes daquela do pastor evangélico encontrado por Sandra. Ao invés do conformismo, esses católicos agiam prestando apoio e solidariedade e, muitas vezes, eram suas as iniciativas de organizar setores da população. Mas a Igreja, analisa o Frei Betto, "se de um lado incentiva a criação de movimentos, de outro resiste à perspectiva de que conquistem autonomia – até mesmo em

relação à instituição eclesiástica, que demonstra tendência a consolidar sua força e prestígio social na rede de 'povo organizado' mantida sob tutela clerical".[210]

Os comunistas atuavam nos bairros organizando e procurando elevar a consciência política da população. No entanto, pretendiam ainda estabelecer-se em cada área de atuação com uma organização partidária, com um núcleo de militantes, por isso, conta Sandra, "paralelamente, a gente ia recrutando" novos membros para o partido.

O crescimento do PCdoB, pelo relato a seguir, já demandava uma estrutura partidária mais complexa. Assim, surgiram em Salvador novas instâncias partidárias, com a própria Sandra assumindo a responsabilidade de dirigir uma delas, como ela própria relatou:

> "Eu acho que já tinha o Comitê Distrital um que era responsável, essencialmente, pelo trabalho político do partido na Universidade, mas também integrava os bairros próximos como Alto das Pombas, Federação, etc. Aí, foi criado o distrital dois, do qual eu era dirigente, tinha Nei (Campelo), tinha Jane (Vasconcelos), Nilton Vasconcelos, não me lembro mais. No distrital um tinha Aladilce (Souza) que era da (bairro) Federação, Adson (França), aí acho que depois... Bom, durante um tempo era comitê distrital um e dois. O dois era forte nessa coisa de trabalho de bairro e aí a gente organizava, o pessoal invadia, a gente ia pra lá pra ordenar, pra levar política pro trabalho dos invasores. Tem uma invasão grande ali já consolidada na (Avenida) Barros Reis, ali embaixo do IAPI. Aí, algumas pessoas a gente recrutou, um negro que eu não me lembro o nome dele agora, outro claro. Tinham personalidades assim bem distintas, o negro era bem malandro, se pudesse usar o terreno, o espaço ali pra vender e ganhar dinheiro com isso..., era uma pessoa assim que dava trabalho. A gente tentava mudar um pouco a postura dele, e já tinha esse outro que era uma figura maravilhosa, trabalha com artesanato e tal, chamavam ele eu acho que era de Lourinho, e era uma figura assim de um caráter muito íntegro. A gente ficou muito amigo, ele não tinha escolaridade, mas a gente fez um bom trabalho juntos. Era uma luta, era de manhã, de tarde e de noite. Aí, tava em casa e daqui a pouco, a polícia chegou e tal e lá se vai a gente pra ver como é que articula com as pessoas."

Vandilson Costa foi outro militante que, depois de atuar durante vários anos entre os estudantes universitários, foi deslocado para "fazer trabalho de bairros", por solicitação partidária. Portanto, foi diferente de Sandra, que pedira à organização para mudar de "tarefa política". Ele morava no conjunto residencial Catavento, no bairro de Brotas. Onde residia a atividade de organização dos moradores não foi adiante "porque era um conjunto esquisito". Isso porque "tinha uma parte que morava em cima, tinha uma parte intermediária e a parte lá embaixo, depois dos Comerciários. A sede era lá, era onde tinha menos gente para reunir".

A estrutura do conjunto fazia com que o esforço de tentar organizar os próprios vizinhos fosse "um sufoco. A gente nunca conseguia fazer uma reunião representativa. Aí, a

---

[210] BETTO, Frei. A mosca azul. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p. 202.

gente acabou vendo que não dava resultado. Eram poucas famílias. Eram treze cá, mais 13... Deviam ter o que? Umas oitenta famílias".

Diante de tais dificuldades, o jeito foi redirecionar sua atuação. "Aí a gente preferiu a luta dos mutuários e as áreas de ocupação. Eu fazia as duas coisas", contou Vandilson. Ele se envolveu em algumas invasões, em que o partido se fazia presente dando apoio ou mesmo estimulando as ocupações. O narrador lembra que "teve a do Alto da Terezinha, teve a da San Martin. Teve a de São Marcos". No desenvolvimento desse trabalho, ele integrava um organismo partidário do qual eram membros Calucho (Carlos Olímpio Carvalho), Lídice da Mata, à época casada com o próprio Calucho, Sandra Soares, Itamar e Alberto, um agente da polícia federal que foi logo desmascarado e desapareceu.

Eles atuavam no Movimento Contra a Carestia, formando núcleos, e faziam a seleção de pessoas a serem recrutadas para a organização. Vandilson integrou ainda a diretoria da associação dos mutuários, presidida por Emérita Ramos, ligada ao PDT, e que promoveu muitas manifestações e patrocinou diversas ações judiciais procurando anular os reajustes - considerados exorbitantes - das prestações do sistema financeiro de habitação na primeira metade da década de 1980.

Portanto, a penetração do PCdoB na luta comunitária em Salvador se deu através da criação ou da participação nas associações de moradores, no Movimento Contra a Carestia, na União de Mulheres e na solidariedade política àqueles que ocupavam terrenos urbanos, objetivando conquistar, na prática, o direito à moradia. Alguns dos principais protagonistas desse processo, como demonstrado, eram ou haviam sido militantes estudantis.

Esse trabalho, que havia começado "miudinho, miudinho", no dizer de Sandra, cresceria o suficiente para provocar importantes conseqüências políticas no período 1981-1982. A primeira foi o protesto que resultou em um dos maiores quebra-quebras de ônibus da história do país. A segunda foi a expressiva vitória do PCdoB nas eleições municipais de Salvador, em 1982, elegendo exatamente lideranças que eram emblemáticas deste movimento, Jane Vasconcelos e Ney Campelo, além da líder estudantil Lídice da Mata. As votações obtidas por Haroldo Lima, para deputado federal, e por Luiz Nova, para estadual, em Salvador, também se explicam, em parte, pela pujança desse movimento. Como o PCdoB ainda amargava a semi-legalidade, todos foram eleitos na legenda do PMDB.

O Movimento Contra a Carestia – MCC havia se iniciado em Salvador no final dos anos de 1970. O movimento lançou o seu primeiro manifesto nas comemorações do 1º de Maio de 1979, organizadas pelo Trabalho Conjunto, no bairro da Fazenda Grande.

Em função de divergências internas, o MCC se afastou do Trabalho Conjunto. Na verdade, tais divergências decorriam da luta interna que grassava no PCdoB, organização que tinha entre aqueles que atuavam no Trabalho Conjunto militantes e dirigentes que contestavam a orientação política predominante no partido. A idéia de que essa "briga" foi resultado de uma "discussão entre João amazonas e Pomar acerca do método de atuação"[211] é superficial, por que não representa a amplitude e nem a profundidade das divergências então existentes e que versavam sobre a experiência guerrilheira do Araguaia, as relações do PCdoB com o movimento comunista internacional e questões de estratégia e de tática política diante da nova conjuntura de "abertura" política, entre outros pontos.

A partir daí, registra Oto Filgueiras, "das forças políticas, a única que sustenta a idéia é a *Tribuna da Luta Operária*",[212] ou seja, o PCdoB, cujos militantes seguirão buscando estruturar o movimento.

> "Só no final de 1980 é que o Movimento Contra a Carestia passou a existir formalmente, quando realizou uma assembléia no bairro do IAPI, com a participação de 40 pessoas representando quatro bairros que elegeram a primeira e atual coordenação provisória. A psicóloga Sandra Soares, o estudante Ney Jorge (Campelo), o funcionário Vivaldo Félix,[213] uma secretária, dois representantes do bairro do Maciel, e mais Jane Vasconcelos e Laurentino Alves foram eleitos para dirigir o MCC".[214]

No ano de 1981, os empresários de transporte coletivo urbano pleitearam e conseguiram do prefeito Mário Kértesz duas majorações das tarifas cobradas dos usuários dos seus serviços. A primeira, aplicada em fevereiro, foi de 30% e não encontrou uma oposição muito forte. "A atuação do MCC limitou-se à distribuição de panfletos e a reuniões em poucos bairros".[215] Já a segunda, anunciada em junho, teve tratamento diferente, começando pela adesão da FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador e as vinte associações filiadas, às movimentações do MCC para impedir a concretização do reajuste. O MCC organiza uma manifestação no terminal rodoviário da Barroquinha e colhe oito mil assinaturas contrárias ao reajuste e que são entregues na prefeitura. Ao mesmo tempo, os dirigentes do movimento ganham espaço na mídia para criticar a majoração prevista e a qualidade do serviço.

---

[211] ESPIÑEIRA, Maria Victoria. Idem, ibidem, p. 33.
[212] FILGUEIRAS, Oto. *O quebra-quebra em Salvador. In*: Caderno do CEAS – Centro de Estudos e Ação Social. Nº. 76. Salvador. Novembro-dezembro de 1981, p. 19.
[213] O nome do funcionário é na verdade Nivaldino Félix.
[214] FILGUEIRAS, Oto. Op. cit., p. 19
[215] Idem, ibidem, p. 19.

A movimentação ocorrida não convence o prefeito, e o reajuste, dessa vez de 61%, entra em vigor no dia 16 de agosto, quinze dias depois da data inicialmente prevista. O MCC, então, organiza uma passeata no dia 19, saindo do Campo Grande em direção à prefeitura para exigir a revogação do reajuste da tarifa. O prefeito recusa-se a avistar-se com a coordenação do movimento e escala o secretário Pedro Gordilho para receber um abaixo-assinado que lhe é entregue pelos manifestantes, reivindicando, além da anulação do aumento, a instituição de meia passagem para estudantes e operários e o passe livre para desempregados. Em seguida, realiza-se um comício ali mesmo na Praça Municipal, com oradores do MCC, do PT e do PMDB. Encerrando a atividade, a direção recomendou aos presentes que se dispersassem. Mas,

> "Os manifestantes não atendem à palavra de ordem da coordenação para que todos fossem para casa. O descaso de Mário Kértesz, negando-se a receber a comissão foi a gota d'água que fez transbordar a insatisfação popular. As primeiras pedras são atiradas nos ônibus do Terminal da Praça da Sé. Nas filas, populares descontentes com o aumento e impacientes com a demora costumeira dos coletivos vão aderindo ao quebra-quebra, que explode rapidamente em outros pontos da cidade. Da Sé, os manifestantes descem para o terminal da Barroquinha apedrejando ônibus. De lá, deslocaram-se rapidamente para o Campo da Pólvora, Nazaré e Avenida Joana Angélica".[216]

A revolta popular explodiu pelo centro da cidade e espalhou-se em direção a avenidas e bairros mais distantes, como Vasco da Gama, Barros Reis, Suburbana, Retiro, Liberdade, São Caetano e IAPI.

O governo reagiu colocando forte contingente policial militar nas ruas, principalmente a Tropa de Choque, que age com violência para tentar conter os protestos populares. Invade o Colégio Central procurando agredir ou prender supostos envolvidos nos episódios. Imediatamente, a polícia efetua várias prisões de populares e de lideres do MDB, entre estes Haroldo Lima, que volta à prisão cerca de dois anos após ter sido anistiado e que era tido como dirigente do PCdoB. Ele é o último a ser liberado. Outro preso foi Jairo Santos, chefe da sucursal do jornal Hora do Povo, e supostamente ligado ao MR-8. Além disso, dá busca em residências de vários militantes do MCC e de lideranças políticas tidas como pertencentes ao PCdoB. Os diretores do DCE- UFBA se abrigam na Reitoria da Universidade para evitarem a própria prisão.

Os protestos se prolongaram por duas semanas, deixando presos e feridos, mais de quinhentos ônibus depredados e alguns incendiados. No entanto, o prefeito não revogou o

---

[216] FILGUEIRAS, Oto. Op. cit., p. 20.

aumento das tarifas. A Polícia Federal entrou em cena e prendeu Valdemar Oliveira, líder da FABS e assessor do deputado Domingos Leonelli (e ligado ao PCB), o estudante Diego Hita, de engenharia na UFBA, e o ex-preso político e chefe da sucursal do jornal *Tribuna da Luta Operária (TLO)*, Arthur de Paula.

A *TLO* deu a seguinte manchete na primeira página: "Ônibus caro dá guerra na Bahia". Também na primeira página, dizia: "a paciência do povo acabou", em meio a três grandes fotos dos episódios.

Alguns dias depois o governador Antônio Carlos Magalhães e o prefeito Mário Kértesz resolveram testar a sua popularidade junto ao povo, se fazendo presentes à inauguração do Viaduto dos Arcos, próximo ao terminal rodoviário do Aquidaban, na Baixa dos Sapateiros, com um grande comício. Mas o povo não deixou.

> "O povo lotou o local da inauguração atraído pelo trio elétrico. São mais de cinco mil pessoas presentes. A uma certa altura, começam a vaiar e a chamar o governador e o prefeito de "ladrão, ladrão". Os dois e toda a comitiva oficial são expulsos a pedradas. São literalmente corridos da praça pública. Não conseguem nem fazer os discursos. Tudo indica que no local não esteve presente nenhum militante de oposição. Toda a oposição e o próprio MCC, provavelmente, não tinham dúvidas que o governador seria aclamado pela multidão. Mas não foi, o quebra-quebra começou, só que agora com dinâmica própria. É completamente espontânea a explosão popular, provocada pela petulância do governador e do prefeito que julgaram que a massa estaria esquecida. A inauguração do Viaduto do Arco no dia 2 de setembro não aconteceu. O carnaval da alegria foi substituído pela ira do povo indignado. Dezenas de ônibus foram apedrejados, houve um desfeche trágico. Um garoto, Arnaldo Eleotério, é morto com um tiro nas costas desfechado por um policial".[217]

Ao invés de aplausos, vaias. No lugar de aclamação, forte rejeição. Ali, Max Weber parecia ter razão quando afirmara que "o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente".[218] Assim, ficou claro que naquele momento os dois principais dirigentes políticos - da capital e do estado - experimentavam um considerável isolamento popular.

Estes episódios pareciam anunciar o que iria ocorrer no ano seguinte em Salvador.

Em novembro de 1982, com ACM e o agora ex-prefeito Kértesz rompidos politicamente, realizaram-se as eleições gerais no país, excetuando-se as escolhas do presidente da República e de prefeitos de capitais, ainda impedidas pela legislação imposta pela ditadura militar. Sob a égide da vinculação geral de votos que obrigava o eleitor a votar - de vereador a governador – em candidatos de um mesmo partido, e voltando a experimentar o

---

[217] FILGUEIRAS, Oto. Op. cit., p. 25.
[218] WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1968, p. 108.

pluripartidarismo, o eleitorado baiano escolheu o candidato situacionista ao Governo do Estado, João Durval Carneiro e, entre os candidatos a deputado federal e estadual, sufragou uma ampla maioria de nomes do PDS, o partido do governador Antônio Carlos Magalhães.

No entanto, o resultado saído das urnas de Salvador foi bastante oposto. Os soteropolitanos fizeram da cidade a "capital da oposição" no Brasil, ao elegerem vinte e seis vereadores do PMDB, puxados pela votação da candidata Eliana Kértesz, e apenas seis do PDS. Pela legenda do PMDB, os comunistas do PCdoB elegeram Jane Vasconcelos, Ney Jorge Campelo e Lídice da Mata, sendo que os dois primeiros eram lideranças do Movimento Contra a Carestia. Haroldo Lima, que era um dos líderes da Tendência Popular do PMDB, elegeu-se deputado federal com o slogan "Este bota pra quebrar" – claramente alusivo ao quebra-quebra de 1981 – e grande votação em Salvador. O PCdoB elegeu ainda o ex-líder estudantil Luiz Nova, também com grande votação na capital.

Essas eleições marcaram a entrada de militantes comunistas na atividade parlamentar nos três níveis. Foram eleitos vereadores também em cidades do interior, onde os candidatos a deputados foram igualmente sufragados. Dessa forma, abria-se um novo campo de atuação política para homens e mulheres comunistas que há pouco tempo envolviam-se principalmente nas lutas estudantis, alguns dos quais já vivendo e atuando em outras cidades para onde foram residir em anos passados com a missão de construir o partido.

Entre os municípios escolhidos como destino para os militantes deslocados pela organização, estavam Itabuna, Feira de Santana e Camaçari.

Ainda sem concluir o curso de Economia que freqüentava na Escola de Frederico e saturado da militância no movimento estudantil da sua faculdade, Davidson Magalhães tomou a iniciativa de propor a sua volta para o interior, no caso a cidade de Itabuna, no sul do estado, a fim de concluir o curso e de abrir novas possibilidades de atuação política, uma vez que dificilmente teria uma atuação de abrangência mais ampla do que o espaço de sua própria escola. Então, conta o narrador:

> "Em 81, eu tava no terceiro ano, aí eu pedi transferência da Frederico. Aí, eu já tava militando no partido, mas eu tava com saco cheio de movimento estudantil! Aí, eu já tinha ido pra... Participei do núcleo de reconstrução da UEB. Aí, era eu, Clarinha, Liu, a Baixinha. Mas eu tava querendo ter uma atuação diferenciada. Eu acho que eu já tinha batido no teto. Porque eu era de escola pequena. Então, eu jamais ia ter uma atuação de UNE, de UEB, porque a minha escola era muito pequena. Então, eu disse, ah, eu não vou ficar aqui não. Não havia outra perspectiva de atuação, aí eu propus ao partido. Olha, eu não vou ficar aqui, não, eu vou pra Itabuna. Tem uma área muito grande pra crescer lá. Não tem nada do partido lá. O partido não tem nada lá, eu vou pra lá. Aí eu propus".

As aspirações de Davidson de voltar para a sua cidade convergiram com o movimento que o PCdoB desenvolvia em direção ao interior. A organização aceita a solicitação e a mudança se efetiva no início de 1982. Ele consegue transferência de sua matrícula para a FESPI – Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna, situada na rodovia Itabuna – Ilhéus, emprega-se na Prefeitura Municipal de Itabuna e entra como estagiário na agência local da Caixa Econômica Federal. Trabalhava de dia e estudava à noite, e morava com a própria mãe, a vereadora do PMDB, Zenaide Magalhães, aliada do prefeito Fernando Gomes.

Antes da chegada de Davidson, o PCdoB já tinha alguma presença política na região, especificamente na FESPI, através de um núcleo de militantes composto por duas mulheres e dois homens. Marina, aparentemente com origem nos estratos sociais dominantes e com laços muito fluidos com o partido. No entanto, era a vice-presidente do DCE – FESPI. Delza, negra e pobre, ficou pouco tempo na organização. Um dos homens, Lafayete, costumava chegar atrasado às reuniões partidárias porque estava empinando papagaio (pipa). O outro fazia a atividade política, mas também "fazia a cabeça". Ou seja, eram jovens engajados na militância política, mas que tinham outras características comuns a parcelas significativas da juventude. Foi com essa turma que Davidson começou a estruturar o partido na região.

Na época ocorreu

> "um fato importante, que foi um aumento significativo no preço da matrícula. A Universidade era paga. Tinha um outro cara também que botei no partido, que hoje é vereador, que é o irmão de Jabes (Ribeiro),[219] Joabs. Eu recrutei ele pro partido pela Universidade. Ele era batista e perguntou se tinha algum problema com a religião. Eu disse: de jeito nenhum, tem não. Numa conversa com ele, ele disse: mas eu sou batista. Aí eu disse: porra, bicho, mas sua religião é uma coisa, sua opção política é outra. Você pensa igual Clériston Andrade[220] pensa? Ele é batista também. Aí, ele disse: não, não. Nessa época, era ele que era o presidente do DCE. Aí, nós começamos a fazer um núcleozinho, tinha reunião. E teve essa primeira contenda, que foi o aumento da mensalidade. Como esse aumento da mensalidade foi grave, aí nós organizamos o movimento. Eu reuni com eles, aí nós montamos um plano de boicote à matrícula, no governo de João Durval. Foi aí que começou mesmo o movimento estudantil lá. Movimentamos os estudantes. Quem dirigiu o movimento foi essa Marina, a burguesinha".

Essa mobilização ganhou muita força e chegou a envolver no boicote à matrícula cerca de 85% dos estudantes. Esse fato marcou o início do movimento estudantil universitário e o surgimento de novas lideranças, como Jorge Barbosa,[221] de idéias social-democratas, mas que

---

[219] Ex-prefeito de Ilhéus e cunhado de Davidson.
[220] Clériston Andrade era da Igreja Batista, presidente do BANEB – Banco do Estado da Bahia e pré-candidato ao Governo do Estado pelo PDS – Partido Democrático Social, governista.
[221] Jorge Barbosa tornou-se dirigente partidário e foi eleito, depois, presidente do Sindicato dos Comerciários de Itabuna.

logo ingressou no PCdoB. Na mesma época, Davidson tornou-se politicamente conhecido em Itabuna. O primeiro recrutamento que ele fez para o partido foi de um amigo chamado Antonio Profeta.

A movimentação política na cidade, então, se dava a partir do movimento universitário, onde vendiam trezentos exemplares da *Tribuna da Luta Operária* e de uma escola secundarista que era dirigida por sua mãe, a vereadora Zenaide Magalhães, do PMDB. Nesta escola, onde recrutou Josenaldo Cerqueira, Jô, o PCdoB iniciou a construção de bases entre os secundaristas.

Depois de Davidson, houve o deslocamento de mais dois militantes comunistas de Salvador para a região: Fátima Freire, estudante de direito da UCSal, com quem Davidson se casou, e Gustavo Silveira, médico formado pela Escola Baiana de Medicina. Gustavo tinha como tarefa construir o partido em Ilhéus.

Com esses reforços, forma-se o Comitê Municipal de Ilhéus e Itabuna, sob a direção de Davidson, com a participação de um militante chamado "Bode" e um outro. Segundo Davidson, este núcleo é que daria impulso à organização dos comunistas e ao aumento da sua influência política. Essa forma de organização – um comitê para duas cidades – duraria de 1983 a 1986. Nesse período, os comunistas atuavam em outras frentes, além do movimento estudantil universitário, como se percebe nas lembranças de Davidson:

> "Fundamos a primeira associação de moradores de Itabuna, no bairro de Santa Inês. Aí começamos a recrutar um pessoal popular. Eu acompanhava essa turma da área popular. Depois começamos um trabalho de luta pela terra num bairro chamado São Lourenço, foi a segunda associação. E eu comecei a participar da coordenação da campanha de um dos candidatos a prefeito do MDB, que eram três. Um era Ubaldo, outro era Maurício, o outro era Fernando Vita. Eu tinha uma relação boa com Fernando Gomes, ele era do MDB, ele era anticarlista e era da oposição na região. Ele começou a me admirar, a me convidar pra ir para as reuniões do MDB. Aí eu comecei a ter uma certa articulação ali dentro. Comecei a coordenar a campanha de Fernando Vita até a convenção do PMDB".

As relações do PCdoB com o principal líder oposicionista da cidade, no entanto, se deteriorariam, devido a conflitos político-eleitorais. Os planos dos comunistas não contemplavam o apoio a Fernando Gomes para deputado federal, como parecia ser sua expectativa. Então, no curso da campanha, a militância do partido lançou na cidade os nomes de Luiz Nova, para deputado estadual, e Haroldo Lima, para deputado federal, através de uma grande pichação. Isso terminou gerando conflitos com Fernando Gomes, chegando a haver, em um comício, tentativas de agressão física contra militantes do PCdoB por parte de seguidores do peemedebista. Nesse mesmo período, tiveram uma disputa com os militantes

do MR-8, que distribuíam o jornal *Hora do Povo*, pelo controle do setor jovem do PMDB, e ganharam. "E aí começamos a bater de testa com a *Hora do Povo*, começamos a vender muita *Tribuna Operária",* disse Davidson.

Diante das desavenças, foi retirado o apoio do PCdoB e da vereadora Zenaide Magalhães, ao candidato de Fernando Gomes, Fernando Vita, e transferido para Ubaldo Dantas, que ganhou a convenção do PMDB e as eleições, tornando-se prefeito de Itabuna.

Com a posse do prefeito Ubaldo Dantas, alguns militantes comunistas passaram a ocupar posições na prefeitura, no segundo escalão de governo. Ainda assim, era com o grupo ligado ao prefeito com quem os comunistas mais competiam politicamente nos bairros populares da cidade, "era uma disputa renhida", diz Davidson.

Concomitantemente, o PCdoB procurava interferir no movimento dos trabalhadores, fazendo contatos com os principais dirigentes dos sindicatos de bancários, comerciários e dos trabalhadores rurais que eram pelegos, segundo Davidson, para lançar a Unidade Sindical, uma forma de articulação entre as entidades. No entanto, o primeiro sindicato a ficar sob a influência comunista foi da área industrial, como lembrou o narrador:

> "O primeiro sindicato de fato que nós ganhamos foi o SINDICACAU, que era o sindicato dos operários das fábricas de beneficiamento de cacau, que naquela época era um peso, tinha mil e tantos funcionários. Um cara me procurou para ajudar a organizar o sindicato".

Nos contatos sindicais, houve uma aproximação política maior de José Higino, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabuna e Ilhéus que terminou organizando uma dissidência na diretoria. Higino, com a colaboração de Fátima Freire, que era advogada da entidade, conseguiu fazer muitas filiações ao sindicato. Na disputa eleitoral seguinte saiu vitoriosa a chapa ligada ao partido e sob a liderança de Higino. A conquista deste sindicato, cuja base se estendia a muitos municípios, foi importante para ampliação da influência partidária na região.

Antes desta vitória, o partido já tinha militantes atuando no campo e dirigindo sindicatos de trabalhadores rurais em alguns municípios baianos. Em Caetité, por exemplo, como resultado de um longo trabalho político na região, em 1982, foi reorganizado o sindicato dos trabalhadores rurais do município, sob a presidência de Manézinho (José Ferreira de Mello), comunista pernambucano que residia na região há doze anos. Havia ainda o STR de Correntina, que era presidido pelo veterano militante, Wilson Martins Furtado.

Wilson foi eleito secretário-geral da FETAG – Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Bahia, posteriormente.

Em 1989, a militância comunista se estabeleceu com mais força nos meios sindicais grapiúnas com a vitória da chapa *Consciência Bancária,* encabeçada por Luis Carlos Sena Ribeiro, do Banco do Brasil, sobre a chapa situacionista, *Bancário Consciente*. Esse era o resultado de um trabalho iniciado durante as grandes greves bancárias de 1985.

Nesse mesmo ano, quando o partido tornou-se legal,

> "a gente já era um partido bem respeitado na cidade, era o principal partido de esquerda, inclusive mais forte do que o PT. Já tínhamos uma presença política maior do que o PT. O PT tinha uma base maior por conta da CEPLAC. O negócio assim mais ou menos definido: o PT na CEPLAC e o PCdoB na Universidade. O MR-8 foi-se diluindo, depois da eleição de Ubaldo. O MR-8 perdeu esse espaço, que a gente foi conquistando. O MR-8 ficou uma coisa residual na cidade. A campanha da legalidade foi muito boa, nós fizemos grandes atos, lá!. O ato lá de Olival... Me parece até que Olival era o presidente do partido na época. Nós fizemos lá em Itabuna um grande ato, fizemos um grande ato. Aí sim, a gente ainda tava no governo de Ubaldo. Ubaldo foi, o prefeito, muitos vereadores. Na época nós botamos quinhentas pessoas no auditório. O auditório dava umas quatrocentas pessoas e estava entupido, entupido, entupido, gente saindo pelo ladrão. Aí veio o núcleo do pessoal nosso de Ilhéus. Umas coisinhas que a gente já tinha na área rural. Foi um grande ato! Haroldo foi. Foi um ato da porra!"

A *Tribuna da Luta Operária* noticiou o evento de lançamento do PCdoB na cidade, ocorrido em setembro, praticamente nos mesmos termos lembrados por Davidson. Depois de registrar que o auditório Zélia Lessa foi pequeno para as mais de 500 pessoas presentes, o jornal observou:

> "O comparecimento popular ao ato evidenciou o crescente prestígio dos comunistas na região do cacau. Estavam presentes delegações de diversos bairros, camponeses de Buerarema, Itacaré, Maraú, Ubaitaba e Canavieiras – área onde vêm de ser desapropriadas para fins de reforma agrária as terras das fazendas Poxim e Sarampo, palco da ação de grileiros (...)".[222]

Percebe-se, dessa maneira, que o partido já tinha uma abrangência que ia além do eixo Itabuna – Ilhéus, principais cidades da região.

As eleições de 1988 encontraram o PCdoB rompido com o prefeito Ubaldo Dantas, devido às disputas que ocorriam nos bairros pelo controle das associações e, devido a sectarismo e estreiteza política de ambas as forças políticas, na opinião do narrador. Nenhuma tentativa de entendimento deu certo. O PCdoB, então, alia-se novamente com Fernando

---

[222] *Tribuna da Luta Operária* nº. 234 de 16 a 22/09/1985, p. 3.

Gomes, que sai vitorioso no pleito em que o próprio Davidson conquista uma vaga de vereador. Com o mandato, o comunista e a organização tornam-se mais influente ainda na cidade e na região, criando condições, inclusive, para disputar a prefeitura local anos depois, embora sem conseguir eleger-se prefeito.

Feira de Santana, a segunda maior cidade do estado, onde atuava o ex-deputado Francisco Pinto, um dos principais líderes oposicionistas, também era um espaço almejado nos planos do PCdoB. Ali, a maioria dos membros do pequeno núcleo que o partido tinha, liderado pelo médico Antonio Ozzetti, se desligou da organização no processo de luta interna de 1979-1981 e migrou para o Partido dos Trabalhadores. No PCdoB, havia ficado apenas a estudante de economia Maria Celeste Paixão de Oliveira. A esta iriam se juntar alguns militantes deslocados de Salvador para atuar na cidade com a missão de reestruturar o partido. Entre outros, passaram a morar em Feira de Santana, primeiro, o farmacêutico Manoel Messias Gonzaga, cuja família já residia na cidade, e o professor de economia da UEFS, Frederico Torres. Ambos ex-militantes estudantis na UFBa durante a década de 70 do século anterior. Messias Gonzaga foi do diretório estudantil do curso de farmácia e do DCE, e Frederico, o Fred Furacão, havia militado no diretório de economia e também no DCE. Frederico foi um dos presos, em 1976, em Minas Gerais, quando se dirigia a um encontro nacional de estudantes para discutir a reorganização da UNE.[223]

O meu destino também foi a *Princesa do* Sertão, para onde me mudei em 1981, já como professor de contabilidade na UEFS, por orientação partidária. Isso ocorreu poucos meses após haver deixado o movimento estudantil da UFBa, onde atuei no Diretório Acadêmico de Ciências Contábeis. Logo depois, chegaram a médica Julieta Maria Cardoso Palmeira e a bancária Elisa Maria Silva Fortes. Julieta, como já dito, havia estudado na Escola Baiana de Medicina, atuando politicamente ali e também na UCSal. Ela ficaria na cidade por muito pouco tempo. Elisa foi dirigente do Diretório Acadêmico de Economia da UFBa, teve uma breve passagem pelo sindicalismo bancário em Salvador e era funcionária do Banco do Brasil.

Todos trocaram de cidade com objetivos exclusivamente políticos, apesar de oportunidades de trabalho oferecidas em outras localidades. Messias Gonzaga, por exemplo, que havia concluído o curso em 1980, teve ofertas de trabalho em dois lugares diferentes e muito distantes. Mas o partido tinha outra proposta para ele. Então, conta Messias:

---

[223] BENEVIDES, Sílvio César. O. Op. cit., p. 91.

> "É o seguinte: quando eu me formei nós estávamos tendo na época a divergência interna do PCdoB em 79. A divergência se aflorou e vários membros do partido, da direção estadual do partido, começaram a sair do partido. Foi aí que criou o PT, parte dessa turma nossa foi pro PT. Nós ficamos no partido. Então, Feira de Santana era uma cidade importante e tinha o partido lá, mas só que toda a direção de Feira de Santana passou pro lado do PT, largou o partido, traiu o partido, então ficou sem ninguém. E agora?"

Diante das dificuldades do partido em Feira, Messias, cuja família já morava lá, era uma das possibilidades para ajudar no reforço da organização. Segue o relato:

> "Aí, bom, eu me formei e arranjei logo um emprego na cidade de Propriá, em Sergipe. Aí, o partido analisou. Propriá não tinha partido, tinha conflito de terra, não era um lugar... Politicamente não ia ter muito ganho, aí eu não fui. Perdi o emprego. Depois arranjei em Barreiras. O emprego em Barreiras era pra trabalhar em laboratório particular, muito distante, também não tinha muita coisa lá. Rapaz é melhor Feira de Santana. Feira, você precisa estar em Feira por essas questões: o partido tá esfacelado, não tinha ninguém que comandasse o partido, e eu aceitei. Então, vou voltar pra Feira de Santana. Peguei, fiquei oito meses desempregado e qual foi o instrumento pra eu chegar em Feira de Santana? Foi a *Tribuna da Luta Operária*, foi o nosso jornal, um jornal legal do PCdoB. Eu já trabalhava com ele aqui em Salvador, então, levei o jornal para Feira de Santana, então, era um instrumento legal que eu tive para me introduzir no movimento político da cidade."

As atenções iniciais desse núcleo estavam voltadas para a Universidade, onde logo se constituiu uma pequena base formada por estudantes de economia e de enfermagem, para o trabalho de bairros e para a política institucional através da participação nas atividades do PMDB, aliando-se ao grupo liderado pelo ex-deputado federal Francisco Pinto e o prefeito Colbert Martins. Também havia as atividades de divulgação e venda organizada do jornal *Tribuna da Luta Operária* nas fábricas do Centro Industrial do Subaé, nas escolas e nas feiras dos bairros da Estação Nova e da Cidade Nova, principalmente, onde faziam comícios relâmpagos com o uso de megafones.

Em 1981, a militância do PCdoB, ainda sem núcleos de base organizados, dirigia alguns centros acadêmicos na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, como o do curso de enfermagem, onde havia algumas pessoas ligadas ao partido, como Alaíde, Meire, Soraya e Tânia Lessa, e de economia onde estudavam a própria Maria Celeste Oliveira e Dorian Serra. Posteriormente, o partido se estruturou entre os estudantes de ciências contábeis e teve alguma presença no curso de administração, com Marco Antônio Pires, e em história, através de Clóvis Frederico Ramayana.[224] Em balanço realizado em 1987, a direção local do partido concluía:

---

[224] Panfleto intitulado *Nós apoiamos Messias Gonzaga – Vereador – PCdoB,* provavelmente de 1988.

> "Aqui em Feira, diferentemente de Salvador, nunca chegamos a ter grande presença na Universidade. O movimento estudantil foi iniciado na UEFS por setores ligados ao PT e se mantêm hegemonicamente na mão destes setores até hoje. (...) Mantemos influência entre os estudantes nos cursos da noite. O movimento estudantil é mais forte nos cursos de dia, nos quais não contamos com militantes."

Apesar dessa frágil presença entre os universitários, surpreendentemente, os comunistas, no ano seguinte, ganharam as eleições do DCE-UEFS, com uma chapa construída por iniciativa do estudante Adinelson Alves dos Santos, que militava entre os comerciários e freqüentava a Universidade há pouco tempo. Foi a eleição mais disputada até então, com três chapas influenciadas por PT, PCB e PCdoB. A ligada ao PCdoB ganhou com apenas um voto de diferença. Mas o partido, embora sempre tivesse alguma presença entre os universitários, não chegou a se constituir como uma força política de grande expressão.

Entre os secundaristas, o PCdoB também enfrentou dificuldades para se estruturar. O partido chegou a ter militantes no Colégio Municipal Joselito Amorim, no Colégio Estadual e na Escola Técnica Federal. No entanto, não chegou a estabelecer-se como força política de peso e de maneira duradoura. Somente em 1983, com o movimento chamado "Força Estudantil", sob a liderança da estudante Telma Cristina,[225] do Colégio Estadual, foi que a militância secundarista do partido teve um momento político mais importante, chegando a aglutinar centenas de estudantes em torno da "Força", na disputa pela direção da Casa do Estudante de Feira de Santana, historicamente vinculada ao PCB e aos mais diversos prefeitos.

Por iniciativa de alguns membros do partido, foi fundada a Associação de Moradores do Bairro da Cidade Nova, em 1981, cujo primeiro presidente foi Manoel Messias Gonzaga. Logo após a fundação, a associação desenvolveu várias manifestações pela melhoria do transporte coletivo urbano. Messias ganhou destaque na cidade pela atuação que tinha à frente dessa entidade. Outra associação de bairro que os comunistas passaram a dirigir, em 1985, foi a dos moradores do Conjunto João Paulo II, onde a prioridade era a luta pelo calçamento das suas ruas.

Devido à repercussão das lutas da associação da Cidade Nova, o PCdoB lançou Messias como candidato a vereador no pleito de 1982, pela legenda do PMDB. Ele foi

> "ganho pra idéia a muito custo. Me lembro que foram Haroldo Lima e Péricles de Souza a Feira de Santana me convencer a ser candidato a vereador na eleição de 82. O partido, até então, tinha muita distância do parlamento, nós até ajudávamos lá, apoiávamos, mas nós próprios não concorríamos. Então, eu tinha muito ranço, não era a minha praia, nunca tinha

[225] Panfleto de campanha da Chapa Força Estudantil.

> imaginado ser parlamentar. Mas aí fui convencido de que eu era o quadro naquele momento com maior densidade eleitoral pra ser candidato a vereador e o partido era clandestino. Isso foi em 81 mais ou menos. Nós éramos filiados ao PMDB, porque o partido era clandestino, e eu fui convencido".

A resistência a participar diretamente da disputa eleitoral ou da atividade parlamentar não era exclusividade de Messias. Durante alguns anos o partido pregara o voto nulo nas eleições e a mudança de posição exigiu discussão e convencimento. Alguns escritos de Vladimir Lênin sobre a importância da participação comunista nos parlamentos foram divulgados pela organização para convencer os seus integrantes e aliados.[226]

Messias relatou que teve oportunidade de participar de "memoráveis campanhas políticas com Chico Pinto, na ativa, com Colbert Martins, com maiores lideranças do campo da esquerda, onde tinha os grandes comícios. 10, 15 a 20 mil pessoas participavam dos comícios". Para o narrador, ele próprio

> "tinha um bom discurso, porque tinha uma consciência política, então me destaquei muito nos comícios, na campanha enfim e não é que me elegi? Fui o ultimo da coligação, também eram dois partidos só - a ARENA (sic) e PMDB -, eram os permitidos, e eu fui o último da coligação, tive mil duzentos e vinte e quatro votos e fui eleito. Foi uma guerra. A partir de então se abriram novas perspectivas, porque aí era um mandato comunista na Câmara Municipal e se destacou de imediato em relação aos demais parlamentares. Isso foi em 82. Em 85, nosso partido foi legalizado já com o fim da ditadura militar, aí eu assumi o partido. Eu fui logo um dos primeiros que assumi o partido, num ato político da câmara espetacular com Haroldo Lima, que era o nosso deputado federal, era o maior expoente do partido, enfim toda a direção do partido na Bahia, a militância, nós tínhamos militância em Feira de Santana. E em 88 eu fui reeleito o mais votado da cidade pelo PCdoB."

O vereador foi reeleito sucessivamente, inclusive após assumir a legenda comunista em 1986, conquistando mandatos em cinco legislaturas. Apesar de várias tentativas desde 1988, o partido nunca conseguiu eleger mais de um vereador, mesmo em coligação com outras agremiações. De qualquer maneira, ter um vereador com atuação política de destaque era principalmente o que fazia do PCdoB uma organização politicamente mais influente na cidade.

Ao longo da década de 1980, o PCdoB feirense se consolidou em alguns movimentos sociais e adquiriu prestígio político na cidade, mas continuou sendo uma organização muito pequena para as dimensões de Feira de Santana.

Ao mesmo tempo, o PCdoB procurava se envolver com o movimento operário e sindical feirense, tentando atrair os sindicatos locais para as lutas mais gerais como a

---

[226] Ver, por exemplo, LÊNIN, Vladimir. Os comunistas e as eleições. São Paulo: Anita Garibaldi, 1983.

organização do 1º de Maio e das greves gerais, como a que ocorreu em julho de 1983, paralisando totalmente o comercio da área central da cidade. Também se esforçava para a conquista de espaços próprios. A primeira oportunidade de penetração concreta no meio operário surgiu durante as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, com base na cidade. Coube aos comunistas de Feira de Santana fazer contatos para viabilizar a participação de operários locais na chapa de oposição, que seria vitoriosa no pleito de dezembro de 1982. Foi aí que se aproximaram do partido os metalúrgicos Gildásio, da Metalúrgica Orion, Aroldo Santana Rocha, que havia trabalhado na Companhia Metalomecânica e Carlos Moreira de Oliveira, da fábrica de arames e pregos Jossan da Bahia, controlada pela Belgo-mineira. Essa foi uma área onde o partido mais cresceu na cidade, conquistando dezenas de militantes ao longo dos anos 80, principalmente depois que foi organizado um sindicato próprio da categoria, sob a presidência de José Américo da Silva "Caxixi".

Outro setor operário feirense onde os comunistas conseguiram se consolidar foi a categoria dos trabalhadores borracheiros, concentrados principalmente na Indústria de Pneus Pirelli. Foi organizada uma associação profissional, liderada pelo comunista Antônio dos Santos Leal Filho, que havia sido demitido durante a greve na Construtora Mendes Júnior alguns anos antes. Esta associação liderou uma greve na Pirelli no início de 1987. Durante o movimento, cerca de trezentos operários realizaram uma passeata desde a fábrica até o centro da cidade, percorrendo 6,5 quilômetros, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública e de se avistar com o prefeito José Falcão da Silva, que estava ausente da cidade.[227]

A reação da direção da Pirelli foi dura. A empresa manteve-se inflexível quanto às negociações e demitiu todos os diretores da associação, apesar da estabilidade no emprego garantida em lei. Pressionados, todos ou quase todos fizeram acordo judicial com a empresa e deixaram a categoria. Outros operários ligados ao partido, como Genázio Bispo, o Guarda, da Reformadora de Pneus Tyresoles e Jaime Barros de Alencar, da Pirelli, reconstruíram o trabalho e transformaram a associação em sindicato.

Havia ainda uma atividade de oposição sindical dos comunistas entre os bancários, em aliança com setores do PT, onde atuavam Elisa Fortes e Antônio Carlos Lima Rios (Ney). Ao disputar a eleição sindical de 1986, esse bloco oposicionista foi derrotado, obtendo menos de 30% dos votos.

---

[227] *A Tarde* de 30/01/1987.

O PCdoB, nessa época, permaneceu ausente do sindicalismo rural, sob hegemonia de correntes ligadas à Igreja Católica e ao Partido dos Trabalhadores. Mas, no povoado de Pé de Serra, chegou a estruturar um trabalho através da União de Mulheres, que era coordenada por Julieta Palmeira e Elisa Fortes.

A União de Mulheres também se estruturou em alguns bairros e era uma referência na abordagem e na luta específica das mulheres.

Portanto, foram múltiplas as frentes de atuação da militância na cidade. Muitas delas, no entanto, não ganharam consistência e se dissolveram com o tempo. Apesar de contar com várias lideranças, como o então vereador Messias Gonzaga e outras nas áreas sindicais e populares, o partido permaneceu organicamente com dimensões muito pequenas para o tamanho da cidade.

A estruturação do partido em Camaçari, importante cidade industrial da Região Metropolitana de Salvador e sede de um grande pólo petroquímico começou em 1979/1980, quando a direção partidária, considerando aquela como área prioritária para organizar o PCdoB, "deslocou alguns quadros que se integraram na vida e na luta das massas locais",[228] como o professor José Carlos Alves Silveira, que era estudante de ciências contábeis na UFBa, Luiz Carlos Caetano, formado em farmácia também pela UFBa, e a professora Luiza Maia. José Carlos deixou o partido devido à luta interna. Em seguida, Hilário Leal também chegou à cidade com a missão de atuar na luta política de massa, no entanto, a sua prioridade era organizar os militantes que estavam sendo recrutados. Diferentemente de Itabuna e Feira de Santana, Camaçari não possuía Universidades. Portanto, o perfil da militância era um pouco diferente do daquelas outras cidades.

A frente mais importante, inicialmente, foi a da luta pela moradia. Na época, o Pólo Petroquímico estava em expansão e adotava uma política de exigir dos operários que residissem na cidade para diminuir custos de transportes, já que grande parte dos trabalhadores preferia morar em Salvador. As exigências do empresariado levaram

> "o Estado a construir uns cinco grandes conjuntos habitacionais na cidade. Só que os trabalhadores do Pólo Petroquímico não aceitavam ir morar lá porque a cidade não tinha vida cultural. Então, os trabalhadores do Pólo Petroquímico, em geral considerados bem remunerados, não tinham o desejo de morar em Camaçari. Então, esses conjuntos habitacionais eram construídos e ficavam lá fechados. E na população da cidade muita gente morava em invasão, não tinha onde morar, e esses conjuntos fechados. Então, uma das reivindicações das pessoas era de que essas casas fossem distribuídas por sorteios. Como isso não aconteceu, algumas pessoas começaram a organizar invasão, ocupação dessas casas".[229]

[228] Informe político. Conferência Regional do PCdoB. Salvador, abril de 1991, p. 4.
[229] LEAL, Hilário de Jesus. Entrevista gravada em 22 de maio de 2007.

Além de atender as exigências do empresariado do Pólo Petroquímico, a política habitacional do governo estadual tinha natureza clientelista e provocava forte reação entre as camadas populares carentes de moradia. Por outro lado, o sistema habitacional fazia inscrições de candidatos às casas, que nem sempre eram respeitadas, como lembrou Hilário:

> "Algumas pessoas estavam inscritas. Também falava-se que essas casas não seriam entregues porque, como era também outra característica, de se construir os conjuntos habitacionais perto de época eleitoral e se entregar nas vésperas das eleições. Então, ia lá o candidato a governador entregar as casas ou então loteava com os candidatos a deputado, vereadores, prefeito. Cada um ficava com dez, vinte casas e entregava como se fossem favores. Como as pessoas estavam inscritas, fez uma pressão e então houve a ocupação dessas casas, e foi liderada pelo partido, Caetano, Luiza. E nesse processo, eles recrutaram lá outras pessoas. Me lembro de um operário da CEMAN que chamava Ivo. Nailson, que era um operário que trabalhava numa indústria de cerâmica e que era uma grande liderança lá também".

Ao lado do movimento pela moradia, o sindicalismo procurava se consolidar com o nascente SINDIQUÍMICA. Então, "nós estávamos orientando algumas pessoas nossas que tinham feito cursos técnicos a ir procurar emprego no Pólo", lembra Hilário. Izanor Pereira, por exemplo, formado pela Escola Técnica Federal da Bahia e que morava na Residência Estudantil de Brumado, mudou-se para a cidade sede do Pólo, onde trabalhava na fábrica de produtos químicos BASF e passou a dividir um apartamento com o próprio Hilário. Posteriormente, foi transferido outro militante chamado Francisco, operário na indústria têxtil COBAFI, e foram recrutados dois outros operários: um da indústria SANSUI e outro da fábrica de telhas e tanques Eternit.

Em decorrência das lutas pela moradia, principalmente, nos conjuntos residenciais da Gleba B e da Gleba C, onde residiam, Luiz Caetano e Luiza Maia elegeram-se vereadores em 1982, pelo PMDB. Juntos com um outro vereador, o taxista José Clemente, formaram o Comitê Político Popular e o instalaram em uma casa, onde, de fato, funcionaria a sede do PCdoB, ainda ilegal. Hilário tornou-se, a partir de 1983, assessor dessa bancada de vereadores, encerrando um período de desemprego que já se arrastava há mais de um ano. A Câmara Municipal era composta, em sua maioria, por vereadores de direita e comprometidos com o prefeito nomeado, Humberto Ellery, uma vez que a cidade não tinha direito de eleger o seu principal mandatário.

O PCdoB e seus vereadores tornaram-se, a partir de 1983, uma força importante na luta pela realização de eleições para prefeito em áreas consideradas do interesse da segurança nacional, como eram classificadas Camaçari e outras sete cidades da Região Metropolitana de

Salvador pela legislação ditatorial. No caso de Camaçari, a alegação era o fato de abrigar o Pólo Petroquímico.

O prestígio do vereador Luiz Caetano na cidade e a força adquirida pelo partido em cerca de cinco anos de organização no município, principalmente nos bairros populares, mas também com presença entre os estudantes e operários, tornam possível o aparecimento do líder comunista como candidato capaz de aglutinar outros partidos para a disputa de 1985, quando, finalmente, as capitais dos estados e os municípios tidos como área de segurança nacional readquirem o direito de eleger seus representantes no Poder Executivo. Como registrou o próprio ex-vereador:

> "Em 1985, articulamos e dirigimos uma frente política ampla, composta por quase todos os partidos que tinham representação em Camaçari: PT, PMDB, PTB, dissidência do PDS e PDT, além de líderes do movimento popular. Derrotamos eleitoralmente a direita com 3 mil votos de frente".[230]

Segundo a direção estadual do partido, o seu candidato fora eleito "à frente de um grande movimento popular que realizou concentrações nunca vistas na cidade e que participou ativamente, aos milhares, da boca de urna e da fiscalização da contagem de votos".[231]

Luiz Caetano torna-se prefeito e estrutura o governo com a participação de todas as forças políticas que haviam integrado a campanha, cabendo ao PCdoB, agora já legalizado, as secretarias de saúde, educação e desenvolvimento social.

Mas parte das forças que compõem o governo no início da administração vão afastando-se ao longo do mandato, como assinalou o ex-prefeito :

> "Esta frente, por ter setores fisiológicos e oportunistas, foi aos poucos se estreitando. Justificava-se divergências políticas e administrativas; espaço no governo; dificuldade na relação com o Partido, principalmente nas bases. No fundo, o partido estava praticando uma política de hegemonização e exclusivismo. Esta política foi se expressando na definição da candidatura de L. M., já em 1985, no apoio exclusivo a H.L. e L.N. (sic),[232] em 1986; no controle do PMDB; na postura de "rei na barriga" que o Partido passou a adotar; no lançamento de quatro candidatos a vereador, em 1988, além da candidatura à prefeitura na legenda do PCdoB".

---

[230] CAETANO, Luiz. *A experiência que não fracassou*. *In*: *A Semana Comunista*. Edição especial, n. 6. Abril de 1991, p. 4.
[231] Informe político da Conferência Regional do PCdoB. Salvador, abril de 1991, p. 4.
[232] L.M. é Luiza Maia, H.L., Haroldo Lima e L.N., Luiz Nova.

Para Luiz Caetano, essa condução política dada pelo partido revelava que os comunistas subestimavam a nova correlação de forças que ia se formando no município, desta vez, com o empresariado do Pólo financiando e dirigindo a força política adversária. Um dos lideres dos adversários viria a ser o vice-prefeito Isac Marambaia, eleito na chapa do próprio Caetano. Essa avaliação era compartilhada pela direção estadual do partido.

Aos erros políticos na relação com os aliados, somaram-se as dificuldades com a Câmara Municipal, eleita em 1982 e com maioria de direita. Essa maioria ameaçava permanentemente com um possível impeachment do prefeito alegando irregularidades. A maneira de tratar tais ameaças era a barganha política, depois considerada um erro pelos próprios comunistas. Tais problemas políticos, juntamente com erros administrativos e uma disputa política desigual – devido à inegável tomada de posição pelo empresariado do Pólo e a instalação de uma rádio que agredia impunemente os comunistas - determinaram a derrota da candidatura comunista de Luiza Maia, em 1988, por uma diferença de 14000 votos, num eleitorado de 50000. Diferença contestada por Luiz Caetano sob o argumento de que o próprio juiz eleitoral apurou a transferência irregular de 7000 títulos eleitorais para o município.

A administração, segundo balanço feito pela direção estadual do PCdoB, em dezembro de 1988, colaborou na organização do povo e deixou realizações importantes. Então, a prefeitura

> "(...) deu apoio político e material às principais lutas dos trabalhadores do Pólo, participou, apoiou e patrocinou iniciativas relacionadas às lutas políticas nacionais e estaduais como as da Constituinte e por diretas já. De 85 a 88 multiplicaram-se as associações de moradores incentivadas e assistidas pela prefeitura.
> O marco mais importante do objetivo prioritário de elevar o nível de mobilização e organização do povo em Camaçari foi a construção, pela prefeitura, do Centro Sindical, um prédio moderno, com auditório para trezentas pessoas e concha ao ar livre para duas mil (...).
> Entre 85 e 88, a prefeitura de Camaçari foi, de longe, no Estado, a que mais contribuiu com ônibus, passagens e recursos materiais para vários encontros, congressos e reuniões nacionais e estaduais de trabalhadores, mulheres, moradores e jovens. (...) Saúde pública foi outra prioridade estabelecida pela administração. Na área da melhoria das condições de vida da população estão nossas maiores vitórias. É uma experiência citada pelas mais respeitadas organizações de saúde do país e da América Latina. Camaçari tem hoje o maior número de médicos por habitante no Estado (...).[233]

Entretanto, na área da saúde, segundo a mesma fonte, não houve os investimentos que eram exigidos na parte de infra-estrutura sanitária, importante para a melhoria da saúde e da

[233] PCdoB. Executiva Regional da Bahia. Sobre a experiência de Camaçari. Dezembro de 1988, p. 2.

qualidade de vida da população.

Na educação, foram registrados alguns êxitos. Por exemplo, no primeiro ano de governo "atingiu-se a meta de nenhuma criança sem vaga escolar na rede municipal." Também, foram "criadas dez mil novas vagas e construídas 132 salas de aula". No entanto, essa extensão da rede não se fez acompanhar da "garantia da qualidade e das condições mínimas de ensino. Havia vagas para todos, mas havia o crescimento da reclamação pela falta do material escolar, pelas condições dos prédios, etc."[234]

A política salarial do município parece ter sido bastante generosa no quadro do Estado da Bahia. A média salarial dos barnabés municipais era a maior entre os municípios, incluindo Salvador, e superior à do funcionalismo estadual. Mas, observa a direção do PCdoB:

> "A contrapartida de uma política salarial avançada foi o sacrifício de grande parte da receita com esta conta. É verdade que o afastamento de cerca de dois mil funcionários (irregulares, fantasmas, etc.) não significou melhoria da situação financeira já que cerca de dois mil foram também contratados durante a gestão de Luiz Caetano e, o que é pior, a maioria sem concurso público, atendendo a interesses de vereadores fisiológicos e outros menores, e até contrariando decisão da Direção Municipal do Partido".[235]

De fato, apesar de contar com uma receita invejável, o município experimentava uma situação financeira difícil desde os primeiros meses da gestão, com uma dívida que correspondia a mais de doze vezes a receita mensal do município, segundo Luiz Caetano.[236]

Era um quadro que exigia austeridade. Para o PCdoB esta, juntamente com simplicidade e transparência, deveria ter prevalecido largamente. O contrário foi o que ocorreu.

> "No geral não passamos a imagem de uma administração austera (na questão dos funcionários), profundamente diferente das outras. Não que as figuras mais destacadas da prefeitura e do Partido tenham praticado corrupção ou coisa semelhante. Quanto a isso portaram-se com dignidade, honestidade e dedicação, colocando os interresses do povo acima dos seus pessoais. Mas não fomos suficientemente vigilantes para abandonarmos a prática tradicional dos prefeitos de participar de refeições em restaurantes caros, dadas para grupos selecionados e pagas pela verba de representação do gabinete. Companheiros mudaram seus hábitos, fizeram reformas em suas casas , compraram carros novos e deixaram de freqüentar os bares e botequins simples da cidade".[237]

---

[234] Idem, ibidem, p. 2.
[235] Idem, ibidem, pp. 2-3.
[236] CAETANO, Luiz. Op. cit., p. 2.
[237] PCdoB. Executiva Regional da Bahia. Sobre a experiência de Camaçari. Dezembro de 1988, p. 2.

Percebe-se, portanto, que havia algo de sedutor no exercício do poder a atrair pelo menos uma parte daqueles que dirigiam o município ou os que tinham algum prestígio junto aos titulares do governo.

Enfim, a trajetória do PCdoB camaçariense, distinguiu-se pelo forte envolvimento nas lutas dos bairros populares, por um crescimento rápido e intenso e, logo, pelo desafio de governar a cidade. Constituiu-se na principal base política do partido no interior durante toda a década de 1980, apresentando-se com as mais expressivas delegações aos eventos partidários de nível estadual e nacional.

No entanto, o partido caracterizou-se como uma organização predominantemente composta de funcionários públicos e de pessoas originárias de camadas mais pobres da população e do lumpemproletariado.

Com a derrota eleitoral de 1988 na disputa da prefeitura, essa caracterização vai sofrer modificações, perdendo força a presença de funcionários. Mesmo porque alguns dirigentes que haviam ido para a cidade para colaborar com a administração, deixam o município e retornam para a sua cidade de origem, principalmente Salvador. Para a Câmara Municipal, de quatro candidatos, o PCdoB elege apenas um, Izanor Pereira, o operário da BASF.

Pouco mais de dois anos depois desse revés político e no âmbito dos debates da Conferência Regional de abril de 1991, tomada pelas discussões da crise do socialismo, o ex-prefeito Luiz Caetano afirmava:

> "Entendemos que apesar da derrota eleitoral, houve saldo positivo no campo da administração, da política e da organização popular. Como exemplo temos o trabalho de saúde, educação, as conquistas do funcionalismo público, as obras realizadas, os 11 mil votos obtidos na eleição e a eleição de um vereador operário. Haroldo Lima foi o deputado mais votado em 1986 e em 1990 esteve entre os mais votados (obtendo em Camaçari a maior votação do estado depois de Salvador). Luiz Nova foi, em 86, o deputado mais votado e em 90 ficou em segundo lugar, além de Zezé e Lídice que alcançaram uma boa votação".[238]

Caetano destacou ainda a situação do partido nos movimentos sociais, notando que os comunistas ocupavam posição de direção nos sindicatos dos professores, eletricitários, funcionários públicos, comerciários, bebidas, motoristas e cerâmicos, da cooperativa de táxi e de várias entidades populares e estudantis.

Procurando refutar qualquer dúvida sobre a lisura da administração que comandou, o líder comunista foi incisivo:

---

[238] CAETANO, Luiz. Op. cit., p. 5.

> "As difamações e as mentiras orquestradas pela burguesia na prática foram desmascaradas. Nossas contas foram aprovadas pelo tribunal carlista após sucessivas auditorias. O atual prefeito não apresentou, até hoje, uma denúncia comprovada contra nós. Continuamos morando no município e levando uma vida simples. Somos considerados o partido mais forte da oposição."[239]

Apesar disso, o partido dos comunistas encolhera em termos orgânicos e políticos, ao perder muitos militantes e as posições que ocupara no município. Em Camaçari, o período de expansão partidária no município havia se encerrado antes mesmo dos impactos do neoliberalismo e da crise do socialismo. Pouco menos de um ano após os seus escritos, o próprio Luiz Caetano, principal referência da organização, desligava-se dos seus quadros, migrando para o PSB – Partido Socialista Brasileiro. Então, o partido se reorganiza, agora sob a presidência do vereador Izanor Pereira, e num ambiente de muita discussão sobre duas experiências importantes para o partido naquele momento: a de Camaçari e a do socialismo europeu.

A década de 1980 foi, seguramente, o período em que o Partido Comunista do Brasil alcançou um crescimento de duplo caráter: intensivo, em Salvador, já que penetrou nos mais variados segmentos sociais, e extensivo, em direção às cidades do interior, como Feira de Santana, Itabuna e Camaçari, onde houve experiências com suas próprias particularidades, mas também com uma característica comum: nenhuma dispensou a participação de militantes que haviam se envolvido nas pelejas estudantis e contra a ditadura ainda nos anos de 1970.

---

[239] Idem, ibidem, p. 5.

6. TEMPOS DE PERPLEXIDADE E REFLEXÃO

> "Vivemos uma época essencialmente trágica;
> Por isso nos recusamos a tê-la como tal. O grande desastre aconteceu; achamo-nos entre ruínas, forçados a construir novos **habitats**, a criar de novo pequeninas esperanças. Trabalho bastante duro. Já não há caminhos fáceis à nossa frente: temos de contornar os obstáculos, pular por cima deles – e isso porque temos de viver, seja qual for a extensão do desastre havido".
> (D. H. Lawrence)[240]

A realização de eleições diretas para presidente da República no final de 1989 fechava o ciclo de transição política no Brasil, com o embate entre as candidaturas de Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo, sendo este último o vitorioso com 53% dos votos no segundo turno. Ainda assim, a Frente Brasil Popular, formada pelos partidos de esquerda PT-PSB-PCdoB, obtivera um resultado eleitoral bastante expressivo – 47% dos votos -, indicando que este espectro de forças políticas encontrava-se num momento favorável, apesar da derrota eleitoral.

Esse quadro, positivo para a esquerda brasileira, era bem diferente do que ocorria em outras partes do mundo, naquele mesmo ano, e que não tardaria a produzir os seus efeitos também por aqui.

Em junho de 1989, na China, uma dura repressão se abateu sobre estudantes que protestavam na Praça da Paz Celestial, exigindo a democratização do país e questionando o poder exercido pelo Partido Comunista Chinês. Foram muitas as mortes. Restou marcante a imagem de um jovem tentando bloquear a passagem de um tanque militar. Em novembro do mesmo ano, ocorria a queda do Muro de Berlin, uma enorme cortina de pedra a dividir a Alemanha em duas e um dos símbolos da Guerra Fria protagonizada pelos blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Nos países que compunham esta união e naqueles do Leste Europeu que haviam optado pelo caminho socialista, as estátuas de líderes comunistas eram postas abaixo por iniciativa de manifestações de massa. Mesmo o "bastião albanês", aparentemente imune ao vendaval que varria a Europa, veio a ruir. A pequena Albânia, então considerada pelo PCdoB o farol do socialismo no mundo,[241] e com a qual este

---

[240] Citado em CARVALHO, José Reinaldo de. *Modificações na situação internacional*. *In*: *Princípios – Revista teórica, política e de informação,* nº 32, de fevereiro-abril de 1994. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, p. 40.
[241] Documento da VII Conferência Nacional do PCdoB, realizada em 1979.

partido mantinha fortes laços, também viu dissolver o regime dirigido pelo Partido do Trabalho da Albânia – PTA e a migração de milhares de cidadãos para países vizinhos, particularmente a Itália, em busca de outras oportunidades. Tais cenas

> "foram transmitidas via satélite para o mundo, carregadas de todo um simbolismo do fim de uma época, a da luta de classes, e do início de outra, a da eternidade do mercado, do lucro e da sociedade burguesa.
> Um publicista mais afoito, Francis Fukuyama, funcionário do Pentágono norte-americano, chegou a prognosticar o fim da história, a partir do que não restaria outra alternativa senão a vida sob os valores e as instituições criadas e desenvolvidas pela sociedade capitalista".[242]

Nesse contexto, comenta José Reinaldo de Carvalho, da direção partidária, o movimento revolucionário experimentara uma conjuntura crucial, "marcada por pessimismo e desesperança, oportunismo e renúncia aos princípios, derrotismo e liquidacionismo".[243] Houve, inclusive, "quem capitulasse ou fizesse concessões inaceitáveis, agravando os efeitos devastadores da ação reacionária".[244] Sob o olhar de uma mulher, Jô Moraes, o cenário de dificuldades ganha tonalidades levemente diferentes. Para esta dirigente do PCdoB, ocorreu uma exacerbação do individualismo e procurou-se "negar a possibilidade de qualquer projeto coletivo" e "enfraquecer igualmente as práticas coletivas". Ao lado disso, foi instaurada uma ordem em que

> "apenas o mercado e os negócios dele decorrentes são a fonte da verdade. A produção cultural, as artes, o lazer, o saber, tudo ficou submetido às leis do mercado. (...) Os valores humanos da solidariedade e da fraternidade foram colocados no rol das coisas superadas. (...) Criou-se um caldo de cultura favorável à capitulação e ao abandono da opção revolucionária. Para muitos, o projeto socialista passou a ser um objetivo longínquo, utópico, enfraquecendo convicções, levando a que os projetos individuais tivessem mais relevância".[245]

Há bastante tempo, o PCdoB tecia duras críticas às sociedades realmente existentes na União Soviética e nos países do Leste Europeu. Qualificava-as de sociedades burocratizadas e os partidos dirigentes de revisionistas e traidores do marxismo-leninismo.[246] Então, a

---

[242] REBELO, Aldo. *Os desafios atuais da luta pelo socialismo*. *In*: União do Povo contra o neoliberalismo: documentos e resoluções do 9º Congresso do PCdoB. Outubro de 1997. AMAZONAS, João et al. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998, p. 153.
[243] CARVALHO, José Reinaldo de. *Novo marco nas relações internacionais do PCdoB*. *In*: AMAZONAS, João et al. Op. cit., p. 145.
[244] Idem, ibidem, p. 153.
[245] MORAES, Jô. *A luta ideológica e a formação de quadros*. *In*: AMAZONAS, João et al. Op. cit., pp. 123-124.
[246] SALES, Jean Rodrigues. O PCdoB e o movimento comunista internacional. In: História: questões & debates, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001. Editora da UFPR; AMAZONAS, João. Os acontecimentos na Polônia. In: Princípios. Revista teórica, política e de informação, nº. 4. São Paulo: Anita Garibaldi, maio de 1982, pp. 4-9.

organização poderia evocar essa postura para eximir-se de qualquer acusação de postular para o Brasil um modelo de sociedade que estava sendo rejeitado pelos povos daqueles países. A dificuldade de fazê-lo residia principalmente no fato de a Albânia também haver sido arrastada pela profunda crise política e social na qual se envolvera aquela parte do continente europeu. Mas não apenas por isso. Aqueles partidos e regimes estruturaram sociedades em nome do marxismo ou do marxismo-leninismo, portanto, toda a esquerda que se reivindicava pertencente a essa tradição estava sendo colocada em xeque. Inclusive o PCdoB.

Uma das primeiras iniciativas partidárias para enfrentar a nova realidade foi a antecipação da convocação do congresso partidário para 1992, ao invés de deixá-la para o ano seguinte como estava previsto estatutariamente, tendo como principal tema a avaliação das experiências socialistas no mundo. Durante o ano de 1991 e boa parte dos anos seguintes, o partido, de certa forma, voltaria para dentro de si, envolvendo-se em intensos debates sobre as experiências de construção socialista no mundo e à procura de respostas para os inúmeros questionamentos que eram colocados pelos militantes e aliados e pelos mais variados interlocutores. Na Bahia, o partido chegou a realizar duas conferências em um mesmo ano – abril e dezembro de 1991.[247]

A conferência de abril havia sido convocada com o objetivo de discutir a orientação política do partido na Bahia, o desempenho da organização no estado, as tarefas organizativas e a eleição do comitê regional. Essa era a pretensão da direção partidária, já que o VIII Congresso estava para ser convocado e implicaria na realização de uma conferência específica para debater os temas a ele relacionados. No entanto, essa conferência "terminou invadida pelos grandes temas da crise do socialismo. A situação na Albânia colocou o debate no PCdoB sobre a crise do socialismo num outro patamar",[248] conforme escreveu Péricles de Souza, presidente regional do partido. De fato, os debates terminaram se desenvolvendo em torno de três temas: os problemas organizativos do partido na Bahia, a crise do socialismo e suas conseqüências e a experiência político-administrativa do PCdoB em Camaçari.

Embora não tivesse sido objeto de decisão nesta conferência, a crise do socialismo permeou todos os debates, inclusive nos grupos e na plenária final.[249] A própria imprensa partidária chamara mais a atenção para o momento de dificuldades ideológicas. Por exemplo, a divulgação do início do processo de discussão, em dezembro de 1990, se deu com a seguinte

---

[247] *A Semana Comunista* de março de 1991, p. 1; e *A Semana Comunista* de novembro de 1991, p. 1.
[248] *A Semana Comunista* de abril de 1991, p. 1.
[249] *A Semana Comunista* de maio de 1991, p. 1.

manchete: "Os desafios de uma nova época".[250] E, ao divulgar a última "tribuna de debates", *A Semana Comunista* apresentava a chamada "Desafios de um novo tempo". Essa expressão, ao ser inscrita na logomarca da conferência, provocou enorme polêmica entre os delegados presentes. Episódio que Julieta Palmeira, responsável pela propaganda partidária, lembrou dessa forma:

> "Até aconteceu um incidente numa conferência do partido aqui onde... A gente procurou apresentar esse novo momento para o PCdoB, e isso não foi muito entendido, que é o novo momento do socialismo no mundo. Até alguns nos consideraram com idéias..., que nós estávamos abandonando as idéias do partido. Onde a gente tinha colocado um slogan assim: 'os desafios de um novo tempo". Que era exatamente o negócio da queda do Muro de Berlim, do fracasso, da débâcle do socialismo no mundo. Então, isso foi uma coisa forte na minha militância. Eu passei uma conferência inteira no Centro de Convenções... Acho que eu não saí do partido ali naquele momento... Tipo assim, não é o caso, mas de ser uma conflagração, uma agitação na conferência, como se a gente tivesse cedendo às idéias de o socialismo é impossível".

A logomarca terminou ocupando parte das discussões e chegou a ser objeto de votação na plenária final. A maioria dos delegados demonstrou não concordar com a logomarca.

Ao lado dessas discussões sobre o socialismo realmente existente, desenvolvia-se uma outra relacionada às tentativas de resistência à ofensiva neoliberal e conservadora no Brasil e no mundo, que então encontrava mais possibilidades de se consolidar. No Brasil, essa ofensiva estava representada pelo governo do presidente Fernando Collor, que foi alvo de muitas denúncias de corrupção e de uma intensa campanha pelo seu "impeachment". Isso o levaria à renúncia em dezembro de 1992. Na Bahia, em meio a essa onda, voltara ao governo do estado, o senhor Antônio Carlos Magalhães. ACM havia sido eleito em 1990, no primeiro turno, com 50,7 % dos votos válidos, derrotando os candidatos Roberto Santos (PMDB), que ficara com 32,1% dos votos válidos, Lídice da Mata (PCdoB), 9,5%, Luiz Pedro Irujo (PSC), 3,5%, José Sergio Gabrielli (PT), 3,5%, e Antônio Mendes Filho (PMN), 0,7%.[251] Portanto, a disputa se deu em um quadro de dispersão das forças políticas adversárias, e após as malsucedidas administrações estaduais peemedebistas de Waldir Pires e Nilo Coelho (1987-1991).[252]

---

[250] *A Semana Comunista* nº 103 de dezembro de 1990, p. 1

[251] NICOLAU, Jairo Marconi (org.). Dados eleitorais do Brasil (1982-1996). Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ – UCAM, 1998, p. 137.

[252] GOMES, João Carlos Teixeira. Memórias das trevas: Uma devassa na vida de Antonio Carlos Magalhães. São Paulo: Geração Editorial, 2001, pp. 323-418.

Nessa eleição, o PCdoB, ainda sem tradição de disputa de cargos majoritários estaduais, liderou a chapa "cor de rosa" da Frente Popular, também chamada de "as três marias", devido à sua inédita composição exclusivamente feminina: a deputada federal Lídice da Mata, do PCdoB, era a candidata a governadora, e tinha como companheiras de chapa Salete Silva, do PSB, na vice, e a vereadora Bete Wagner, do PCB, postulando uma vaga no Senado. Apesar da novidade representada pela chapa, ela não teve um desempenho expressivo. O partido reelegeu o deputado federal Haroldo Lima e conquistou apenas uma vaga de deputado estadual, logo perdida com o desligamento de Maria José Rocha (Zezé Rocha). Luiz Nova e Vandilson Costa, deputados estaduais que disputavam a reeleição não lograram êxito. Enquanto o PT, concorrente direto dos comunistas, havia eleito três deputados estaduais e dois federais.[253]

Tudo isso se constituiria em obstáculos à continuidade do processo de expansão que a organização vinha experimentando nos anos anteriores. Para o partido era grande a necessidade de preservar os militantes e quadros, apresentando respostas convincentes e atualizando-se teórica e politicamente para enfrentar aquele momento em que a própria identidade comunista estava solapada, particularmente, pelo abandono dos símbolos – a foice e o martelo, a bandeira vermelha, o nome, etc. – que ia sendo praticado por inúmeras organizações comunistas, como o influente PCI - Partido Comunista Italiano, que se transformara no PDS - Partido Democratico della Sinistra (Esquerda).[254] Aqueles que discordaram, optaram por formar o PRC - Partido da Refundação Comunista, agremiação surgida em uma reunião, numa sala, na cidade de Rimini, em 1991, mas que se firmou no cenário político italiano ao obter cerca de 10% da preferência do eleitorado, chegando mesmo a eleger o presidente da Câmara dos Deputados. Posteriormente, enfrentou uma dissidência que se agrupou no PdCI – Partido dos Comunistas Italianos, provocando seu relativo enfraquecimento.[255]

Alguns autores analisaram os modos como reagiram à crise os partidos comunistas no

---

[253] NICOLAU, Jairo Marconi (org.). Op. cit., pp. 77 e 195.

[254] Para uma análise dos fenômenos ocorridos na Europa e suas repercussões, ver: HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995; SADER, Emir (org.). O mundo depois da queda. São Paulo: Paz e terra, 1995; POMAR, Wladimir. A ilusão dos inocentes. São Paulo: Scritta, 1994; e LOSURDO, Domenico. Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje. São Paulo: Revan, 2004.

[255] COSSUTA, Armando. *A refundação comunista na Itália*. *In*: Princípios. Revista teórica, política e de informação, n. 44. São Paulo: Anita Garibaldi, março-abril de 1997, pp. 37-40; LIGUORI, Guido. A esquerda européia e italiana depois da derrota de junho. Capturado em 21/02/2008 e postado em 1999 no sítio "Gramsci e o Brasil" no seguinte endereço: http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv100.htm

Brasil – o PCB e o PCdoB[256] - e os impactos da mesma sobre tais organizações.

Em um estudo sobre o processo de construção da identidade do Partido Comunista Brasileiro – PCB, ao longo dos quase setenta anos da organização, Dulce Pandolfi discute alguns aspectos relacionados com a reação dessa organização frente às ocorrências na URSS e nas suas imediações, particularmente as posições predominantes durante o seu IX Congresso. Realizado em maio e junho de 1991, esse conclave é marcado por uma profunda divisão que vinha de anos anteriores e que ganhara novos contornos com os episódios que a historiografia condensou na "Queda do Muro". A autora identificou duas posições que polarizavam o debate. Uma era representada pelo grupo "*Fomos, somos e seremos comunistas*", liderado pelo arquiteto Oscar Niemeyer que insistia em adjetivar a democracia. Para esse grupo

> "as concepções originais de Marx, Engels e Lênin deveriam permanecer como o guia fundamental do PCB. Apesar dos 'desvios', não aceitavam o fracasso do 'socialismo real'. Acreditavam que nos países do Leste Europeu forças revolucionárias já estavam emergindo, para retomar o curso do socialismo. A crise do PCB tinha como causa a subestimação da questão operária em detrimento da valorização dos aspectos institucionais. O modelo de partido marxista-leninista permanecia universalmente válido e o centralismo democrático tinha que ser preservado".[257]

O outro grupo, majoritário, liderado por Roberto Freire e Salomão Malina, adotava posições bastante distintas. Segundo seus componentes,

> "a democracia era um ideal universal e não um mero instrumento de impulso ao projeto revolucionário. Afirmavam de forma enfática o fracasso do 'socialismo real'. Diferentemente do passado, já não admitiam mais nenhum modelo-guia. O grande desafio dos então autodenominados 'socialistas' deveria ser elaborar um novo projeto político: uma alternativa tanto para o esgotado socialismo real, como para o ainda atual *wellfare-state* social-democrata. A sociedade civil, desse ponto de vista, deveria ser sempre soberana perante o Estado. Propunham um partido de novo tipo, pluralista, sem os antigos dispositivos rígidos, formais e hierárquicos. Não aceitavam mais o centralismo democrático".[258]

Os dois grupos também divergiam quanto à maneira de olhar o mundo. Enquanto um privilegiava expressões como pluralismo, humanismo e paz mundial, outro preferia centralismo, luta de classes e internacionalismo proletário.

Em que pese existirem divergências tão profundas, o congresso elegeu uma direção

---

[256] Ambos os partidos reivindicam-se herdeiros do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Porém, a maioria dos autores tem o PCdoB como uma dissidência daquele partido surgida em 1962.
[257] PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 239.
[258] Idem, ibidem, pp. 239-240.

nacional composta de membros dos dois grupos, tendo como presidente Roberto Freire. "Para não destruir o partido, conciliaram o inconciliável",[259] comenta a autora. Essa "conciliação" teria vida brevíssima. Em janeiro de 1992, a maioria decidiu pela autodissolução e optou pela criação do Partido Popular Socialista – PPS, enquanto um grupo menor reivindicou, até na Justiça Eleitoral, a continuidade do antigo partido, com os mesmos nome e símbolos.

Jean Rodrigues Sales analisou, para a coleção História do Marxismo no Brasil, as definições ideológicas e a trajetória política do PCdoB, reservando alguns comentários sobre as repercussões da "crise do socialismo real" sobre a organização. Inicialmente, o autor registra que o partido não via como ameaça o que ocorria na União Soviética na década de 80 do século passado, pois considerava a própria "Perestroika", a tentativa de reestruturação econômica liderada por Mikhail Gorbatchev, como alternativa revisionista, uma "estratégia dos renegados soviéticos".

"Entretanto", comenta Sales, "a questão ultrapassou as fronteiras da União Soviética e do Leste Europeu, atingindo os partidos comunistas do mundo inteiro". A partir daí, segue o autor, "o partido sentiu-se obrigado a convocar o VIII Congresso para discutir a situação internacional".[260] Neste congresso, foram adotadas resoluções cujo alcance "marcou profundamente a identidade política e ideológica do partido, trazendo conseqüências para sua atuação prática. Entre outros aspectos, cabe destacar a crítica feita a Stálin, o abandono da teoria da revolução por etapas e o realinhamento de sua política internacional".[261]

Acompanhada de ressalvas positivas sobre a atuação do líder soviético na luta contra o nazismo, a crítica feita pelo PCdoB a Stálin, e assinalada pelo autor, é dura: "Stálin, como principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS". Além disso, para o partido, Stálin, "particularmente no final da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduziu à subestimação do partido enquanto organização de vanguarda".[262]

A luta imediata pelo socialismo, deixando de lado a noção de uma etapa intermediária nacional e antiimperialista, também parece ao autor uma mudança significativa. Para Sales,

---

[259] Idem, ibidem, p. 240.
[260] SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil. Definições ideológicas e trajetória política. In*: História do Marxismo no Brasil. (Orgs.) RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. Campinas – SP – Editora da UNICAMP, 2007, p. 93.
[261] Idem, ibidem, p. 93.
[262] Idem, ibidem, pp. 93-94.

"o abandono da teoria da revolução por etapas, bem como a crítica feita a Stálin, serviram para uma atualização de sua identidade política. A partir de então, o PCdoB ficou livre de um anacrônico legado teórico".[263]

Outra novidade foi a maneira do PCdoB se relacionar com os partidos e países comunistas, como China, Cuba, Vietnã e Coréia do Norte. Estes, ao invés de revisionistas e inimigos, passaram a ser tratados como aliados fundamentais, no momento em que há "um ataque concentrado do inimigo de classe em plano mundial".[264] O que sugere um posicionamento partidário mais marcadamente político e menos ideológico.

Concluindo sua análise, Sales considera que o PCdoB superou bem esse momento extremamente difícil para si e para o movimento comunista internacional, pois, afirma o autor:

> "O partido saiu fortalecido do VIII Congresso. É de ressaltar que os ventos do Leste Europeu varreram do mapa muitas organizações comunistas e reduziram outras a uma atuação politicamente insignificante. Por esse prisma, o PCdoB pode-se considerar um partido vitorioso. Ainda que com um número restrito de militantes, tem conseguido relativo crescimento político, sendo, entre os comunistas brasileiros, o grupo de maior expressão".[265]

Portanto, na análise de Sales, o PCdoB teria tido êxitos no enfrentamento do vendaval que sacudia as organizações comunistas no mundo naquele período crucial para estas.

Marcelo Siqueira Ridenti desenvolveu um exame mais abrangente – e bem anterior – à análise de Sales. Ridenti adotou como critério analítico fundamental a comparação entre as formulações adotadas pelo PCdoB no seu 7º Congresso, realizado em maio de 1988, antes, portanto, dos acontecimentos no Leste Europeu, e aquelas consignadas nos documentos do 8º Congresso, que ocorreu em fevereiro de 1992, sem, no entanto, deixar de contemplar algumas posições do presidente nacional da organização, João Amazonas.

Em primeiro lugar o autor compara o grau de importância dado pelos dois congressos à situação na União Soviética sob Gorbachev e no momento da crise na União e nos outros países socialistas, medido pelo espaço concedido aos temas. Então, analisa Ridenti:

> "O informe do 7º Congresso dedicava oito páginas à chamada "contra-revolução revisionista, comandada na União Soviética por Gorbachov (Inforrme, 1988, p. 37-44). Cerca de 20% do informe político referiam-se ao tema da crise do socialismo, cuja tônica era a crítica 'marxista-leninista' à *Perestroika*, combatida como a negação revisionista da revolução, do socialismo,

[263] Idem, ibidem, p. 94.
[264] Partido Comunista do Brasil, apud SALES, Jean Rodrigues. Op. cit., p. 94.
[265] SALES, Jean R. Op. cit., p. 95.

> da luta de classes e do materialismo histórico, acelerando a 'transição do socialismo ao capitalismo'. Já o informe do 8º Congresso, na esteira do colapso do socialismo burocrático no Leste Europeu, dedicou 22 páginas, ao menos 40% do documento, aos eufemisticamente chamados 'contratempos do socialismo (O socialismo vive, 1992, p. 34-56). Agora, agregada à crítica ao revisionismo da era pós-Stálin, surgia um esboço de crítica à atuação de Stálin e do Partido Comunista soviético nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, por terem permitido o surgimento do revisionismo no seio do partido".[266]

Portanto, de um congresso para o outro, o partido reservou um espaço quase três vezes maior às abordagens referentes ao movimento comunista internacional e às experiências socialistas – sem contar os inúmeros artigos publicados na revista *Princípios* no período de 1989-1992 e os intensos debates preparatórios do congresso de 1992. Tudo isso a indicar que o partido havia sido atingido em cheio pela crise e que esta consumia parte importante da agenda de discussões da organização. Cabe lembrar, que uma das principais resoluções desse último congresso é pronunciar-se pela realização de uma conferência nacional para debater a elaboração de um novo programa partidário.

As mudanças identificadas acima por Sales, também chamaram a atenção de Ridenti, que agregou outras observações. Ridenti opinou que "de um ponto de vista externo ao PCdoB, as críticas a Stalin foram relativamente tímidas". Segundo o autor, "ele recebeu vários parágrafos elogiosos, por não ter deixado 'cair a bandeira revolucionária', defendendo o leninismo, sistematizando 'a contribuição inestimável do chefe da Revolução de Outubro ao enriquecimento da teoria de Marx e Engels'",[267] entre outros elogios. O autor destaca, ainda, as críticas feitas ao líder soviético, praticamente, nos mesmos termos lembrados por Sales. Mas ele procura ressaltar as ambigüidades da posição do PCdoB expressas nesta passagem:

> "Rechaçamos a propaganda insidiosa da reação. Não somos stalinistas. Tampouco somos anti-stalinistas. Avaliamos a figura de Stalin no plano histórico. Ele esteve, juntamente com o Partido Bolchevique, à frente das grandes batalhas pela transformação radical do velho mundo capitalista. Nesses embates, a par dos méritos incontestáveis, mostrou falhas e deficiências, cometeu erros que prejudicaram a causa do proletariado".[268]

O próprio autor tentou situar tais ambigüidades no ambiente interno do partido, observando:

---

[266] RIDENTI, Marcelo S. *O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992. In*: Perspectivas. Revista de Ciências Sociais. UNESP. São Paulo: 17-18, 1994/1995, p. 75.
[267] Idem, ibidem, p. 82.
[268] Partido Comunista do Brasil apud RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., p. 83.

> "Esse balanço crítico, procurando avaliar a "figura de Stalin no plano histórico" foi considerado corajoso no interior do PCdoB, onde até então as críticas explícitas mais tímidas a Stalin poderiam ser consideradas revisionistas. O informe do 8º Congresso – que ora acentuava, ora amenizava as críticas a Stalin, sempre destacando suas 'contribuições' – provavelmente foi fruto de uma composição interna entre os dirigentes mais propensos a mudanças e outros mais tradicionalistas".[269]

O autor, percebe-se, não discute o mérito daquilo que o PCdoB considera positivo na trajetória de Stalin e parece cobrar críticas mais duras ao dirigente soviético. Certamente, como um partido político, a condução dada pela organização na apreciação da trajetória de Stalin foi encaminhada de maneira a preservar a unidade partidária. O que seria difícil fazer, naquele momento, sem alguma ambigüidade.

Outro enfoque dado por Ridenti é o relativo ao fim do socialismo albanês. O autor considera raras e pouco significativas as citações à Albânia feitas nos documentos do 8º Congresso. Para ele há "um silêncio sobre o fim da experiência socialista albanesa" que "contrasta com o informe político do Congresso de 1988, que exaltava o Partido do Trabalho da Albânia (PTA), como vanguarda que dirigiria, ao lado da classe operária, 'com êxito a construção da nova vida de progresso, cultura, liberdade e justiça social', mantendo 'vivas e resplandecentes as idéias de Marx, Engels, Lênin e Stalin, bem como as do fundador do Estado Socialista Albanês, o camarada Enver Hoxha' (Informe, 1988, p. 11, 29)".[270]

Essa defesa apaixonada da experiência socialista albanesa era comum ao longo da segunda metade dos anos de 1970 e dos anos de 1980 e se manifestava através de documentos oficiais, de artigos na imprensa partidária e de livros escritos por membros do partido. Segundo Ridenti, "o socialismo albanês era descrito idilicamente, por exemplo, em *Albânia – horizonte vermelho nos Bálcãs*" (1985), de autoria do comunista paranaense, Luís Manfredini. Outra obra lembrada por Ridenti foi *O bastião albanês* (1990), do jornalista e dirigente do PCdoB de São Paulo, Bernardo Joffily, lançado em plena onda de transformações no Leste Europeu que, segundo o próprio Ridenti, já começava a atingir a Albânia. Nesta obra, o pequeno país dos Bálcãs era apresentado como o "bastião marxista-leninista contra os revisionistas, em defesa do socialismo". Há indícios de que esta obra, pelo seu conteúdo e pelo fato de haver sido publicada no calor dos acontecimentos provocados pelo "ciclone anticomunista",[271] contribuiu para o estado de perplexidade em que se envolveu a militância do PCdoB. Julieta Palmeira, por exemplo, lembrou que

---

[269] RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., p. 83.
[270] Idem, ibidem, p. 84.
[271] HOXHA, Nexmieje. *Mensagem*. *In*: AMAZONAS, João et al. Op. cit., p. 194.

> "na época da crise, você tem um livro sobre a Albânia que foi aquele livro do Bernardo Joffily. Que foi o que ele viu lá, né? Na visão dele. Ele não inventou nada daquilo. Mas já tava na época e ele não conseguiu ver além daquilo. Nem sei se tinha como ele ver. Então, eu não critico ele. Eu acho que esse livro foi decisivo para algumas pessoas aqui na Bahia, porque era um livro que falava de uma experiência, que botava lá em cima essa experiência, que dois a seis meses, mais ou menos, é, houve aquela coisa! Então, o bastião albanês foi abaixo em seis meses, entendeu?"

A rapidez com que a tese de que a Albânia resistiria foi superada pela realidade deixa boa parte dos militantes estupefata e desconfiada. Já a narradora, embora reconheça os efeitos negativos da publicação, se mostra condescendente com o autor, afinal, "foi o que ele viu lá", não foi invenção própria.

Em outro texto de 1990, Joffily chegaria à seguinte conclusão:

> "Não existe, nem na direção do PTA, nem na base, nem nas massas trabalhadoras albanesas a menor intenção de abandonar ou amolecer os princípios do socialismo científico. Ramiz Alia não faz bravata quando afirma que "não se manifestarão na Albânia os conhecidos fenômenos do Leste".[272]

Mas o "bastião" terminou não resistindo. A Albânia restou também envolvida na onda que se propagava no Leste Europeu. Isto levou o dirigente João Amazonas a escrever, oito meses depois de Joffily, um artigo que, segundo Ridenti, "provavelmente, apesar dos limites", seja "o documento mais completo de um dirigente do PCdoB acerca do declínio do socialismo albanês, embora não chegue a ter caráter oficial".[273] Escrito enquanto o PTA ainda estava no poder, nesse texto Amazonas questiona a possibilidade teórica de um pequeno país, atrasado e sozinho construir o socialismo e avançar para o comunismo. Para o líder comunista, a vitória do socialismo em um só país apenas seria possível se este fosse de grande porte e de desenvolvimento médio e contasse com o ascenso do movimento revolucionário mundial.[274]

No curso dos debates internos do PCdoB, em 1991, é o próprio Joffily que reconhece os equívocos da sua interpretação, ao afirmar que, frente ao ocorrido nas experiências socialistas soviética e européia oriental, "seria ilusório acreditar, como eu acreditei, que a Albânia pudesse permanecer como um socialismozinho de laboratório", sendo impossível,

---

[272] JOFFILY, Bernardo apud RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., p. 85.
[273] RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., p. 85.
[274] AMAZONAS, João apud RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., p. 85.

para ele, "obter a acumulação necessária de desenvolvimento econômico e bem-estar do povo, ao nível de um país do tamanho de Alagoas".[275]

E acrescenta:

> "Eu fui à Albânia em missão de bisbilhotagem, bisbilhotei bastante, mas voltei achando que embora houvesse perigo, uma pressão enorme, a Albânia resistiria. Superestimei o estofo marxista do PTA. E certamente subestimei a chantagem econômica a partir do momento em que Tirana perdeu a possibilidade de jogar com o conflito entre os dois blocos, o soviético e o norte-americano. Avalio que isto deve ter provocado um brusco empobrecimento do povo gerando inclusive aquela forma de manifestação de descontentamento, que foi pular muro de embaixada, ou tomar navios de assalto, para deixar o país".[276]

Obviamente, essas opiniões, por irem de encontro a outras que eram correntes no partido até há pouco tempo, possuem um claro sentido autocrítico.

Marcelo Ridenti observou ainda que "depois de arruinado de vez o socialismo albanês, imperou o silêncio a respeito do tema no PCdoB. Para este, o partido (em 1995) "ainda está devendo uma análise convincente para a derrocada do socialismo naquele país", não podendo esta "ser creditada aos dirigentes revisionistas, pois eles eram até recentemente aliados íntimos do PCdoB, na defesa do marxismo-leninismo".[277]

Procurando uma explicação para o que chama de idealização do socialismo albanês pelo partido, o autor argumenta:

> "Talvez seja possível, se considerarmos que tem sido essencial para a sobrevivência orgânica de qualquer partido comunista fora do poder o alinhamento com países socialistas. Em primeiro lugar, porque os comunistas, geralmente perseguidos, encontram nos países socialistas a solidariedade de que precisam: refúgio para eventuais militantes exilados, treinamento de quadros e mesmo ajuda financeira. Em segundo lugar, como aponta Daniel Aarão Reis Filho, os modelos de experiências vitoriosas em países socialistas cumprem papel essencial como fator de coesão interna para os partidos comunistas. Eles parecem assegurar aos militantes a possibilidade de concretização de suas utopias, mostrando que valem a pena os sacrifícios e a disciplina exigidos pela vida partidária. Longe de implicar mera transposição mecânica de modelos revolucionários externos para a realidade nacional, trata-se de usar uma referência internacional para legitimar a política adotada internamente pelo partido".[278]

Para o PCdoB essas referências haviam sido a União Soviética, primeiramente, depois a China, e, por último, a Albânia.

---

[275] JOFFILY, Bernardo. Entrevista publicada em *A Semana Comunista* de novembro de 1991, p. 2.
[276] Idem, ibidem, p. 2.
[277] RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 81.
[278] Idem, ibidem, p. 86.

Além de transformações na elaboração teórica e nas posições políticas, o PCdoB também sofreu o impacto da crise em termos orgânicos. Nesse processo, lembra Ridenti, "o PCdoB perdeu vários militantes, mas ganhou outros". "Por exemplo, ele teve perdas significativas na Bahia", como as da deputada estadual Zezé Rocha, da ex-deputada federal Lídice da Mata e do ex-prefeito de Camaçari, Luiz Caetano. Saliente-se, entretanto, que a direção regional do partido na Bahia interpretou de maneira distinta as razões pelas quais essas personalidades deixaram a organização. A saída de Zezé Rocha é creditada meramente a "objetivos personalistas e carreiristas", enquanto a de Luiz Caetano teria ocorrido "no quadro de desesperança com a crise do socialismo e perda de perspectiva revolucionária". Por sua vez, a de Lídice da Mata foi reconhecida como a saída que provocou maiores prejuízos ao PCdoB e que "tratou de esboçar uma plataforma político-ideológica em contraposição às convicções do PCdoB sobre tática, estratégia, estado, revolução, socialismo e concepção de partido".[279]

Antes dessas personalidades, no entanto, houve uma importante baixa na organização provocada pelo desligamento do dirigente estadual Antônio Santos do Carmo, o mesmo que nos anos setenta aparecera se "envolvendo com o proibido", através de carta datada de 24 de março de 1991, e dirigida aos "amigos do Comitê Regional" do PCdoB baiano. A carta, escrita de próprio punho, conta treze páginas. Nela, Antônio, que militou no partido com "dedicação exclusiva" por quinze anos, informa que a decisão de se afastar amadureceu durante "longos meses" e diz que saiu da agremiação

> "Por não acreditar mais nas idéias que o partido defende e não acreditar que mesmo neste processo de congresso, venha acontecer as mudanças profundas e necessárias para que continuemos a dar o resto de nossas vidas ao belo sonho, que nos move a todos, de uma sociedade socialista, fraterna, feliz. O sonho acabou. Preciso de um outro. Eu não sei onde arranjar. Se o PCdoB não o incorpora, muito menos nenhum outro do campo das esquerdas o faz. Eu continuo socialista, sou contra o capitalismo. (...) Sofri e chorei já há algum tempo ao ver que as idéias que defendi e dediquei a minha vida caíram, morreram. Muitas eram falsas, outras, sei lá, mal interpretadas".

Esse tom de desesperança e decepção permeia boa parte do texto. Mas Antônio também frisa algumas posições políticas e ideológicas contrárias às defendidas pelo PCdoB, até então:

> "Eu não acredito mais na idéia de partido (único) da classe operária (...). Hoje eu acredito que nunca houve democracia no socialismo em nenhum país (...) Eu não acredito mais no centralismo democrático. Pra mim é centralismo dos partidos leninistas que de democrático

[279] Partido Comunista do Brasil. Informe do Comitê Regional. Conferência Regional do PCdoB - Bahia. 15, 16 e 17 de outubro de 1993, pp. 32-33.

> não tem nada (...). Eu não acredito mais na foice e martelo como símbolo, pois na véspera do século XXI eles já não refletem mais a atualidade do operário e camponês. Como símbolo, do ponto de vista das massas, são símbolos ensangüentados pelas redes globo da vida."

Nos últimos parágrafos, o autor afirma que sai do partido porque sabe que "neste congresso não vão acontecer as mudanças profundas necessárias que mudem o caráter do partido, a concepção do socialismo, o reconhecer de seus erros".

Antônio do Carmo, portanto, foi outro militante que creditou a sua saída da organização aos problemas revelados nas experiências socialistas e ao fato de não confiar que o congresso do partido fosse atender às suas expectativas de mudanças, a propósito, muito significativas.

Em compensação, segue Ridenti, a organização ganhou novos militantes, "sobretudo alguns marxistas-leninistas descontentes com o processo de auto-extinção do PCB, no qual atuavam até então", a exemplo do dirigente do PCB do Rio de Janeiro, Juliano Siqueira e seus seguidores.

O que escapa ao autor é que, tanto na Bahia como em outros estados, as lideranças que atuavam institucionalmente e deixaram o PCdoB, certamente, orientaram a decisão de romper com a condição de militante comunista referenciando-se não apenas no passado, agora vinculado às experiências socialistas em crise, e no presente, marcado por uma enorme ofensiva político-ideológica neoliberal e conservadora, mas também no futuro que batia à porta: as eleições de 1992, nas quais muitas dessas lideranças pretendiam manter ou disputar mandatos de vereador – Luiz Caetano – e de prefeito – Lídice da Mata. Esta, dificilmente conseguiria construir um amplo leque de forças políticas, composto de nove partidos, e que viabilizou a sua eleição para prefeita de Salvador, caso se mantivesse no PCdoB. Uma vez que há uma relação essencial entre identidade, memória e projeto, naquele momento, ter novos projetos, para alguns atores políticos, requeria construir novas identidades e reorganizar a própria memória, o que implicava a crítica mesma do passado. Sem essa crítica os novos discursos, através dos quais se comunicam os projetos, se apresentariam inconsistentes.[280]

Embora fosse difícil fazer um balanço, Ridenti afirmou que "computados perdas e ganhos, o partido parece ter ficado do mesmo tamanho", mas nos anos 1990, continua o autor, "pode-se dizer que o PCdoB é um partido pequeno e pobre, relativamente pouco representativo, mas organizado em todo o país, com militantes aguerridos e disciplinados".[281]

---

[280] Sobre a relação entre memória, identidade e projeto, consultar VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
[281] RIDENTI, Marcelo S. Op. cit., p. 78.

Por outro lado, "o êxito do PCdoB nas eleições de 1994 para o Congresso Nacional – passou de cinco para dez deputados federais – atestou que o partido conseguiu superar a crise gerada pela derrocada do chamado 'socialismo real'".[282]

Na memória oficial do partido há inúmeros registros de que a derrocada das experiências socialistas afetou profundamente a organização – e seus militantes, principalmente devido ao seu significado para a luta dos povos e pela mudança na correlação de forças no plano mundial. O próprio informe político ao 8º Congresso, assinado pelo presidente João Amazonas, traça em linhas dramáticas a situação, primeiro, do lado da esquerda mundial:

> "Vivemos uma situação de generalizado abalo das convicções progressistas de transformação radical da sociedade. Estende-se o ceticismo, o desalento, as vacilações acerca da justeza das teorias de Marx, Engels, Lênin. Voltam à cena política velhas e ilusórias utopias de reforma do capitalismo como saída para os irreparáveis desajustes originados da decomposição desse sistema".[283]

Depois, observando o movimento das classes dominantes, nota:

> "A burguesia realiza em âmbito planetário intensa campanha anticomunista. Deturpa, dissimula, tergiversa. Recorre a múltiplos artifícios pra confundir as grandes massas da população a fim de desviá-las do caminho da ação revolucionária. Ataca em todos os terrenos, agride não somente os comunistas, mas tudo o que é socialmente avançado".[284]

E completa, lamentando a situação dos países outrora socialistas:

> "Populações desnorteadas revivem os dias trágicos do nazi-fascismo. Destroem símbolos da epopéia revolucionária, derrubam monumentos levantados em homenagem às grandes figuras da gesta transformadora do velho mundo. Leningrado, agora é são Petersburgo. E a bandeira da Rússia não é mais vermelha, tem as cores sinistras do czarismo".[285]

Mas a derrocada daquelas experiências também produziu efeitos na elaboração teórica do partido relacionada com a construção do socialismo no Brasil, que se manifestaram na reformulação da estratégia socialista e na definição de um novo programa – ocorrida em 1995. Rogério Lustosa, membro do Comitê Central da organização, tornou bastante explícita essa

---

[282] Idem, ibidem, p. 93.
[283] AMAZONAS, João et al. O socialismo vive. Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992, p. 35.
[284] Idem, ibidem, p. 35.

mudança - e suas razões - ao escrever uma intervenção especial para o congresso de 1992. Para o dirigente comunista, "O Brasil necessita passar ao socialismo; o PCdoB luta, **desde já** (sic), pela vigência do socialismo científico em nossa pátria".[286] Segundo este dirigente, foi essa a conclusão mais importante do congresso. A partir dali, a atuação dos comunistas deveria se orientar por difundir e discuti-la com o povo brasileiro.

Lustosa argumenta também que

> "o Partido avançou nesse assunto, que não é novo, impulsionado pelo impacto dos acontecimentos recentes no movimento operário e comunista mundial e, em particular, pelo acúmulo de idéias produzido nas discussões do Congresso. A onda contra-revolucionária forçou uma análise mais aprofundada das experiências socialistas, o que permitiu elevar nossa compreensão sobre as etapas na edificação do novo regime. E, com isso, superar a visão até certo ponto linear que nos guiava e entender melhor os processos da revolução em nosso próprio país. Passamos a ver de modo autocrítico as formulações estratégicas até agora adotadas". [287]

Desse prisma, pode-se afirmar que a crise, porquanto tenha causado muitos estragos no movimento comunista brasileiro e internacional, teve também efeitos positivos para a organização por ter tido a função de fazê-la atualizar-se programática e estrategicamente. No entanto, essa atualização apenas começa neste congresso, pois, a elaboração de um novo programa só ocorrerá três anos depois.

Como já foi lembrado, houve mudanças na organização também quanto à maneira de se relacionar, na nova situação internacional, com os partidos comunistas de outros países – a expressão "revisionismo" praticamente desapareceu dos escritos partidários. Alguns anos

depois, essas novas relações foram analisadas por José Reinaldo de Carvalho, secretário de Relações Internacionais do PCdoB:

> "A presente situação não comporta artificialismos de qualquer espécie e a repetição de métodos e formas que no passado dificultaram o relacionamento entre os partidos comunistas e revolucionários. Mas ao mesmo tempo requer uma maior aproximação, articulação e cooperação entre esses partidos".[288]

---

[285] Idem, ibidem, p. 35.
[286] AMAZONAS, João et al. Op. cit., p. 63.
[287] Idem, ibidem, pp. 63-64.
[288] CARVALHO, José Reinaldo de. *Novo marco nas relações internacionais do PCdoB*. In: AMAZONAS, João et al. Op. cit., p. 146.

Desenvolvendo suas considerações, Carvalho refuta a antiga noção de um país ou estado socialista guia ou farol para os demais, ainda que valorizando as relações de amizade. Desse modo, "ao nos irmanarmos com os partidos comunistas que exercem o poder e apoiarmos sem reservas as experiências de construção do socialismo em seus respectivos países", o partido "não os considera, entretanto, modelos perfeitos e acabados da nova sociedade".[289] O dirigente afirma que o seu partido tem uma visão própria de socialismo, decorrente da compreensão e conhecimento acumulados pela organização sobre a realidade mundial e brasileira. Peremptoriamente, conclui: "rejeitando o dogmatismo e a transposição mecânica de experiências, consideramos anticientífico o modelo único de socialismo".[290]

De fato, foram acontecimentos que, apesar das antigas divergências ideológicas com os partidos da União Soviética e do Leste Europeu, tiveram recepção negativa dentro do PCdoB, especialmente pelo surgimento da ordem mundial unipolar, assentada na exacerbação da supremacia política, ideológica e militar dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a organização reafirmava o combate ao capitalismo - agora de características neoliberais -, a luta pelo socialismo em novas bases e sem abandonar os símbolos identitários comunistas.

O alcance das mudanças, para os comunistas, foi tal que o congresso partidário de 1992 foi elevado à condição de momento refundador da organização, como se depreende da seguinte passagem de um documento da agremiação:

> "Pode-se dizer que este encontro teve importância equivalente ao seu Congresso de fundação, em 25 de março de 1922. Isto porque, enfrentando a avalanche anti-comunista, que nega todos os valores da revolução, o PCdoB não só mantém firme a rota como eleva sua compreensão da luta pelo socialismo e encontra explicações científicas para o processo de luta ideológica na construção da nova sociedade assim como na vida do Partido".[291]

Mas a "refundação" só será dada por completa pelo partido mais adiante, no congresso de 1997. Na apresentação dos documentos produzidos, diz-se deste conclave o seguinte: "ele concretiza e completa a resposta teórica e organizativa do Partido ao impacto que a derrocada da experiência soviética, entre os anos 80 e 90, provocou entre os que lutam pelo socialismo".[292]

---

[289] Idem, ibidem, p. 146.
[290] Idem, ibidem, p. 146.
[291] AMAZONAS, João et al. O socialismo vive. Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992, p. 7.
[292] AMAZONAS, João et al. Op. cit., p. 13.

Dessa maneira, a auto-imagem da organização é reconstruída positivamente e estará presente daí por diante na propaganda partidária, que passa a disseminar a idéia de que o PCdoB resistiu e se renovou, sem abrir mão dos princípios marxistas-leninistas.

Como sujeito coletivo oficialmente foi assim que o Partido Comunista do Brasil reagiu à tempestade que levou de roldão o sonho da igualdade e da liberdade que para muitos se tornaria – ou havia se tornado – realidade em boa parte do mundo. Mas, e os militantes e dirigentes, como reagiram na sua individualidade? Quais lembranças guardaram daqueles momentos dramáticos para a causa que defendiam? Como interpretaram a reação do partido, a sua própria e a dos militantes com os quais conviviam? Alguns depoimentos revelam que o partido, pelo menos durante os primeiros momentos, mergulhou num ambiente interno de confusão, desconfiança, desesperança e perplexidade, contagiando quase toda a militância. Mas, ao mesmo tempo, fazem emergir a força das convicções ideológicas e a reafirmação da perspectiva socialista.

Marcadas por algum grau de ambigüidade, em geral as opiniões têm como positiva a forma como o PCdoB, como organização, enfrentou a tempestade que veio principalmente da Europa, mesmo entre aqueles que já não são mais militantes da organização. Naturalmente, algumas análises põem no centro o principal líder partidário, João Amazonas.

O jornalista e professor Luiz Nova, presidente do PCdoB da Bahia entre 1991 e 1993,[293] nas suas rememorações mescla os sentimentos que ele próprio teve na época com as suas reflexões sobre a reação do partido, destacando a função do presidente Amazonas:

> "Emocionalmente, foi um soco no estômago. Eu era presidente do PCdoB, naquela evasão da Albânia, os navios, aquelas coisas, foi um outro soco também no estomago. O partido convocou um seminário nacional pra discutir aquela realidade. A fala do Amazonas, nesse dia, é uma fala simples, quer dizer, aquela consciência de que eu sou o dirigente, e ele tinha isso muito forte. Mas nesse dia ele falou como militante, foi uma coisa assim..., aí aumentou a porrada que eu tomei, né? Então, eu achei bravo nele, achei denso, ou seja, na minha opinião, expressou a intensidade do compromisso dele com o que ele acreditava. Mas assim, aquele negócio de desfigurar o chefe político para o militante humano em que ele reconhecesse. Começou dizendo assim: eu quero dizer a vocês que a promessa de uma festa de pão e felicidade que o socialismo prometeu não aconteceu. Ou seja, essa coisa é de uma dimensão..., eu acho que é, o militante da Terceira Internacional, que passou pelo que ele passou, chegar a uma expressão dessa num encontro com militantes em geral, direção intermediaria e tal, é a dimensão do que isso significou pra qualquer um. Emocionalmente, aquilo foi um soco no estômago. Pelo menos eu entendo assim e pra mim foi um soco no estômago. E foi um processo muito difícil, principalmente o processo da Albânia."

[293] Durante a realização da entrevista, Luiz Nova não era mais militante do PCdoB, embora confessasse ainda ter um envolvimento afetivo com a organização.

O ex-dirigente comunista recorre, seguidamente, à imagem de um soco no estômago para demonstrar os efeitos sobre si do ocorrido. Mas, lembra Nova, decorria mais do fato de ter que admitir que a direita vencera do que de uma lamentação pelo que havia ocorrido na Albânia, já que "eu não tinha uma ligação assim com o exemplo da Albânia". Estes efeitos parecem se multiplicar quando Nova recorda a postura humilde do veterano dirigente nacional do partido que em uma primeira discussão sobre os acontecimentos, confessa que a festa de felicidade socialista não havia se realizado conforme prometida.

Prosseguindo suas observações, Nova afirmou que o congresso de 1992 foi "um momento muito rico" para o partido, que teve a "coragem de criticar o período de Stalin". Apesar da riqueza atribuída ao momento congressual, ele deixa sugerida uma crítica, como se o que o congresso produziu tivesse sido insuficiente para as suas expectativas. "Então", segue o narrador, "foi um momento muito rico. Não vou analisar se essa riqueza avançou ou recuou". Ele diz também que a crise

> "nos afetou, enquanto exemplo geral, mesmo a gente contestando a União Soviética. Mas foi uma porrada em toda a esquerda e, a última, pra nós. A última, assim, naquela seqüência, foram os navios da Albânia, que foi um impacto maior ainda porque éramos só nós. A Albânia no Brasil é PCdoB, então, o PCdoB levou aquela porrada dos navios. Então, nesse momento dessa porrada foi mais forte, porque na União Soviética o PCdoB ainda tinha aquele escudo, né? Mas na Albânia não tinha mais escudo, não".

Para o narrador, a identidade que o PCdoB havia construído com o regime albanês – "A Albânia no Brasil é PCdoB" – deixava o partido fragilizado e isolado na exigência de explicações sobre o ocorrido no "país das águias", porque "éramos só nós".

Como a simbolizar a reação do partido na figura do seu principal dirigente, Nova retoma suas lembranças valorizando as atitudes daquele:

> "Então, a fala do Amazonas, nesse dia, foi riquíssima. Eu acho é o seguinte: que critiquem o Amazonas, você pode criticar por isso ou aquilo, mas a fidelidade desses caras ao que eles acreditam é de uma dignidade impressionante e é uma coisa que me faz respeitá-los acima de qualquer coisa. Então, assim, a dignidade do Amazonas frente ao que ele acredita, naquele momento da crise, fez ele radicalizar na formulação de maneira muito crua, quer dizer: minha verdade continua, mas eu não posso negar isso que está aí aos olhos de todo mundo. Então, nesse sentido, eu acho que o PCdoB deu alguns passos, sob a liderança dele mesmo. O documento do PCdoB de 92 é um documento que expressa isso. Historicamente, é um momento que é o reflexo da crise no PCdoB, acho que foi muito rico, foi uma coisa que abriu mais, uma coisa que mostrou que é muito mais complicado defender a verdade do partido, não é simples. Mas não é que o partido abriu mão da sua verdade. Mas percebeu que não era com cartilha que se defende essa verdade, é preciso complexificar mais a defesa dessa verdade".

Foi com sentimentos ambíguos que as imagens da crise foram recebidas no partido, segundo o professor Olival Freire, que nessa época era dirigente do PCdoB em São Paulo. Para ele, ninguém teve "sentimentos absolutamente unívocos" naquele momento. "Num primeiro momento, a nossa percepção é de sentir que aquilo não era com a gente. Tanto que..., nós temos um companheiro que escreveu um livro, o *Bastião Albanês*. Quando o livro saiu da gráfica, o bastião já tinha ido embora".

É na continuidade do processo que a situação vai se complicar para o PCdoB. Segundo Olival,

> "a seqüência cronológica é importante, porque as migrações albanesas, elas aparecem um ano, um ano e meio depois da queda do Muro de Berlim. A nossa primeira reação não foi uma reação de consternação. Eu diria que, no fundo, a nossa primeira reação foi do tipo: bom, no fundo é o que Gorbatchov estimulou. A gente estava atacando o Gorbatchov, mas rapidamente isso foi mudando. Mudou primeiro porque a Albânia entrou na história, então a nossa posição de que a Albânia resistiria não se confirmou. Portanto, a percepção de que nós tínhamos a ver com aquilo, que aquilo nos atingia, primeiro vem com os acontecimentos na Albânia. Eu era presidente do PCdoB em são Paulo e, eu não tenho dúvidas de que, por exemplo, uma espécie de bomba (caiu) no diretório regional em São Paulo, (e) foi com os acontecimentos na Albânia. Foi quando a gente teve uma reunião com uma verdadeira crise".

O professor argumenta que se o PCdoB tivesse chegado ao poder, talvez os seus membros estivessem sendo caçados do mesmo jeito. E acrescenta: "a minha percepção era de que nós estávamos também no alvo". Segundo o narrador, "aquelas experiências que estavam sendo rechaçadas eram experiências que tinham a ver com a nossa tradição, a nossa identidade. Por isso, era absolutamente necessário examinar essas experiências, não fazer a defesa em bloco dessas experiências".

O papel do dirigente máximo da organização também foi destacado por Olival Freire, com uma leve crítica:

> "Lembro de um famoso discurso do Amazonas na Câmara Municipal de São Paulo. Você vê que o problema do centralismo democrático tem lá.... Não teve uma reunião prévia para o Amazonas dizer o que ele ia dizer. Ele, como liderança, tomou a decisão de que tinha que ir por aquele caminho. E ele começou a falar dos problemas e foi um discurso, foi assim, dominador, porque ele criticou o realismo socialista, criticou uma série de problemas que tinham existido na União Soviética. Então, claramente, aquele tipo de discurso ressonou, junto com a percepção de um monte de nós de que tinha problemas. Então, o jeito de enfrentar aquele vendaval era mantendo a identidade revolucionária, mas examinando o que tinha havido de positivo e de negativo naquela experiência passada. Então eu acho que foi assim, esses sentimentos mistos".

Na ambigüidade que marcava a reação do partido, para Olival, cabia preservar a identidade partidária, percebida como revolucionária, mas sem descartar uma análise autocrítica e multilateral.

O desenrolar dos acontecimentos envolvendo a União Soviética, leva o partido, em pouco tempo, a alterar a maneira como analisava o panorama internacional. Isso não escapou das rememorações de Olival. Assim conta ele:

> "Quando a União Soviética vinha abaixo, aí eu acho que a nossa consciência deu um passo adiante. Quer dizer, cristalizou mais rapidamente um outro aspecto. O outro aspecto, na minha opinião, (é) que quando a União Soviética vinha abaixo você passa a ter uma ordem mundial unipolar. Acaba a Guerra Fria. Eu acho que nós percebemos rapidamente o seguinte: que bom que era o tempo quando tinha a União Soviética. Então, isso foi uma outra fonte de conflito entre nós. E acho que pouco explorada entre nós do PCdoB. (...) Então, as minhas percepções foram assim, mutantes, ambíguas. Não foram coisas que eu, que a gente possa ter compreendido, então, compreender o tamanho do problema! Que aquilo ali tinha sido uma vitória do sistema capitalista sobre o sistema socialista. Então eu tenho essa percepção. Alguns de nós, eu me lembro que José Reinaldo passou a usar a expressão que tinha sido uma tragédia histórica. Essa percepção não veio, pra mim pelo menos não veio da noite para o dia, veio devagar".

Olival considera que não houve uma luta interna no partido, mas acredita que houve defecções por conta desses episódios, inclusive em São Paulo. E acrescenta:

> "Muito do meu conflito com o PCdoB anos depois, em 95, 96, 97 é claro que é relacionado a esses episódios anteriores (...) Eu tava convencido de que a revista *Princípios* devia abrir espaço para debater temas teóricos sobre os quais o partido não tivesse tido posição ainda. Esse tipo de convicção eu não tinha antes de 90. Se por acaso eu tivesse sido editor da revista até 89 eu acharia exatamente isso: a revista *Princípios* não pode publicar artigo um contrariando o outro, só pode debater em momento de congresso, na tribuna do congresso. Então, eu tô dizendo, no meu caso, eu acredito que outros casos possam... Então, não se tratou de uma cisão, não se tratou de luta interna. Mas eu diria que arrefecimento de militância e defecções, seguramente existiram".

"O partido teve um comportamento, assim, de analisar criteriosamente a experiência, né? De identificar inclusive erros na condução do processo". Foi dessa forma que a vereadora Aladilce Souza, que também atuara no movimento estudantil e de bairros, olhou a reação do partido. Ela se recorda de que o "partido destacava a questão da burocratização desses regimes, desses governos e falhas no processo de construção da economia nesses países também" e que a organização "teve uma atitude de tirar lições da experiência e não ser precipitada, (afirmando) isso foi completamente certo, isso foi completamente errado".

Lembrando da maneira como percebeu e sentiu o impacto daquelas mudanças, Aladilce afirmou:

> "A gente teve um choque muito grande e decepção, né? Muito grande! Porque a gente começa a ver que havia algum problema de condução do socialismo, do poder nos países que a gente acreditava que tavam construindo o socialismo e passa a desconfiar desse tipo de condução. Por outro lado, é você constatar a ofensiva do capitalismo. É um sentimento, por um lado, de decepção com aquilo que tava acontecendo com aquela experiência, por outro, também de tristeza, de pesar, em ver a vitória das forças do capitalismo, né? Coisa que a gente vem sofrendo até hoje, né?"

Decepção com o passado socialista que produzira tais acontecimentos e pesar diante daquele presente marcado pela vitória das forças antagônicas, são estes os balizadores das lembranças dessa militante que ainda opinou sobre o estado dos companheiros com os quais convivia:

> "Olha, eu acho que as pessoas também ficaram meio que desnorteadas, eu acho que houve uma certa perplexidade... Porque eram coisas (em) que a gente acreditava, né? Tinha um farol, a Albânia era o farol. Tudo caiu de repente. Então, é decepção com perplexidade, e procurando entender, também".

Marcadas por uma das críticas mais duras em relação ao PCdoB são as opiniões da psicóloga Sandra Regina Soares, ex-militante e atualmente amiga e eleitora do partido:

> "Eu tenho a impressão (de) que um sentimento que emergiu foi de traição, não sei bem se traição é a melhor expressão, no sentido de que aquelas coisas já estavam acontecendo, os problemas já existiam. A Albânia já tinha muitas contradições, stalinismo era mesmo uma coisa em muitos aspectos condenável. O partido acreditava naquela experiência e não tinha uma atitude crítica de ver ou pelo menos abrir a discussão. É aí que relaciono com a seita, de não ver os aspectos negativos da experiência... Nada é só positivo. Toda experiência humana tem fragilidades, mas a lógica do partido sempre foi de escamotear, na minha opinião, os aspectos que são criticáveis. Daí esse sentimento, essa idéia assim de traição".

Sandra, entretanto, recusa qualquer visão niilista e prega que essas experiências negativas devem gerar lições no sentido de que "não é fácil a mudança, mudar a sociedade, mudar valores, e de que é preciso a gente não idealizar, não dourar a pílula, estar atento às contradições".

Em entrevista concedida no meio da polêmica que envolvia o partido, o então deputado Haroldo Lima, principal líder do PCdoB no estado, expressou como percebia o

ânimo da militância e as suas expectativas quanto ao congresso partidário que estava por ser realizado:

> "Eu acho que não deveremos esperar do VIII Congresso uma espécie de solução mágica. Pensar que ele vai resolver todos nossos problemas, seria a gente ter uma visão idealista do congresso. Mas também não podemos esperar pouco do VIII Congresso porque estamos vivendo um momento decisivo. É talvez o congresso mais importante da vida do partido, porque estarão em causa as suas bandeiras mais gerais. A bandeira que norteia a vida do partido prevalece, ainda está de pé? Ela estará de pé sim, se for bem defendida, sem modismo e sem dogmatismo. As bases do partido poderão se animar. Eu acho que também elas se animarão se sentirem que esses anseios de democracia que existem hoje no mundo de uma forma muito mais acentuada do que existiam em passado recente. Se as bases do partido sentirem que ele vai se estruturar para responder, para captar melhor esses anseios de democracia, elas vão se animar. Se elas sentirem que o partido vai se fechar para esse anseio elas podem ficar desesperançadas."[294]

Para Haroldo, o posicionamento que o congresso – talvez o mais importante da vida do partido - viesse a tomar era decisivo para retirar a militância do estado em que se encontrava. O futuro do partido estaria sendo definido naquele conclave.

O dirigente nacional José Reinaldo de Carvalho, que também atuou na Bahia, não hesita em colocar os fatos na composição de um quadro de contra-revolução no plano mundial, segue a narrativa:

> "Quando se produzem os referidos acontecimentos, eu já estava vivendo uma fase de maturidade como militante. Havia sido eleito recentemente para o Comitê Central (7º Congresso, maio de 1988) e tinha muitas responsabilidades no partido ligadas ao setor de comunicação e formação, o que implica um permanente contato com a chamada luta ideológica. Os fatos referidos constituem o marco de uma contra-revolução no mundo, de um enorme retrocesso, que coincide com uma jamais vista ofensiva do imperialismo e das classes dominantes contra o socialismo e o comunismo. O nosso partido reagiu bem, o que está consubstanciado na linha política dos 8º, 9º, 10º e 11º Congressos. Mantivemo-nos como Partido Comunista, defendemos o socialismo como alternativa e a acumulação de forças com sentido revolucionário. Ao mesmo tempo, rompemos com o dogmatismo sem cair no revisionismo. Adotamos uma tática mais flexível, sem cair no reformismo. A nossa reação pessoal, no plano racional, é participar dessa evolução e desse posicionamento do partido. Emocionalmente, vivi a queda do socialismo com grande amargura. Felizmente, o partido foi capaz de manter vivo em mim o ideal comunista e revolucionário. Parafraseando um lutador soviético entrevistado pelo escritor comunista francês Henry Alleg sobre a tragédia que representou a débâcle do socialismo (...), eu diria, como ele: "sou um conservador da esperança".

---

[294] *A Semana Comunista* nº. 113 de 27/09 a 04/10/1991, p. 4.

José Reinaldo, portanto, reconhece que pessoalmente sentiu muito a "tragédia", mas valoriza sobremaneira o posicionamento adotado pela organização e as mudanças efetuadas, particularmente a reafirmação da defesa do socialismo

Como sonho ou como projeto, o socialismo então atraía para si muitas dúvidas teóricas, políticas e ideológicas. Um slogan que circulou internamente no PCdoB baiano revelava que essas dúvidas permeavam o ambiente da organização: "O socialismo vive. Vale a pena recomeçar". Entretanto, muitos asseguram ter reagido com firmeza de convicções. Luiz Nova, por exemplo, foi enfático quanto à reafirmação de sua opção. Lembrando dos camaradas com os quais tinha relação mais cotidiana, Luiz Nova valorizou a função estruturante das próprias idéias que a organização sustentava:

> "O que eu senti em volta era muito isso, quer dizer, olhar um pro outro assim, porra, que merda é essa? É a nossa opção, quer dizer, claro que quem já estava mais pra lá do que pra cá, aí foi um empurrão né? Um dedinho e caiu, mas não era em função, por isso que eu digo assim, não vou citar nomes, mas digo assim, o militante que disser que saiu por causa dos navios da Albânia ou por causa da queda do Muro de Berlim, esse militante já tinha saído há mais tempo, ele esperou só algo que lhe desse coragem pra justificar mas ele já tinha saído há mais tempo. Não foi isso, porque quem tá ideologicamente ganho pela proposta, aquilo dá uma porrada, como você estar numa guerra, tar numa briga no ringue mas a briga continua, quem tá ideologicamente ganho por aquilo, então não é, não creio que aquilo tivesse levado alguém..., aquilo pode ter sido um momento de muita saída mas o esgarçamento ideológico é um processo prolongado, não é assim".

O narrador destaca o duplo papel da ideologia para aqueles que com ela tinham afinidade. Ela, a ideologia, ao mesmo tempo em que deixa o militante perplexo diante dos acontecimentos, serve, por outro lado, de "garantia", fazendo revelar o seu "papel estruturador, fortalecedor". Daí a recusa da idéia de que alguém pudesse ter deixado o partido "por causa dos navios da Albânia".

No que diz respeito à saída de militantes, Péricles tem opinião semelhante à de Luiz Nova. "Não me ocorre nenhum militante que tenha saído do PCdoB em função da crise do Leste ou da questão da Albânia, eu não sei personificar isso, alguém que argumentando isso saiu". Mas Péricles pondera, "com certeza nós ficamos na defensiva, em dificuldades de crescer e expandir e, certamente, alguns companheiros devem ter se afastado, mas eu não sei identificar não".

Entretanto, Julieta argumenta exatamente o contrário: "acho que nós passamos por uma crise grande". Segundo ela, "muitas pessoas ficaram desesperançadas, passaram a desacreditar no socialismo. E eu acho que algumas nós perdemos. Não perdemos no

momento, mas fomos perdendo gradativamente". Ela assegura que houve defecções na organização. Mas, explica, "não assim, né? 'Eu estou saindo agora porque eu não acredito mais nisso'. Sabe como é que a pessoa fala assim: 'olha, eu tô de orelha em pé, sabe? Isso aí aconteceu, isso me botou para refletir, eu vou cuidar da minha vida, da minha profissão'".

Apesar de ter sido apanhada em estado de perplexidade, provocada pelas notícias da débâcle socialista, Aladilce fez questão de salientar que o seu objetivo não havia sido abalado:

> "Tem coisas que a gente ainda precisa analisar daquela experiência. Agora tem uma questão que pra mim não teve dúvida: é da certeza que o nosso objetivo é o socialismo. Eu acho que em momento nenhum abala. Foi como se a gente tivesse sofrido um golpe, mas que precisa se recuperar".

Sandra, porquanto tenha deixado a atividade partidária há mais de dez anos, frisa: "mas eu continuo acreditando na transformação, continuo lutando por uma sociedade mais justa nos espaços em que eu estou, na minha militância na educação". E detalha:

> "Hoje, é uma militância política, sem partido, nessa perspectiva de formar consciências, formar pessoas, contagiar as pessoas para quererem mudar, para ter uma visão crítica sobre a realidade. Esse processo, eu acho que não me abateu no sentido assim de não acreditar mais no futuro, não ter mais saída, agora é o capitalismo mesmo, não. Esses embates, eu acho que levam a gente a se rever, se reestruturar e a definir de forma mais consistente os projetos".

"Eu não entrei em crise com a débâcle do socialismo", sustenta Julieta. "Sério mesmo! Eu lamentei, eu achei que era um retrocesso mesmo. E lutei contra muitas coisas mesmo". Ela afirma ter criticado o realismo socialista, o problema da democracia: – "Isso me deu um impacto, nas experiências socialistas. Mas entendi isso como experiência socialista!". No entanto, não foi algo que chegasse a questionar

> "a minha idéia, a minha concepção sobre o mundo e a minha filiação ao partido, entendeu? A minha militância partidária. Então, na verdade, é assim, é o tal negócio, eu adotei a concepção mesmo! Então, eu costumo falar assim: essas coisas todas, elas nos colocaram na defensiva, mas as idéias, elas estão aí. Eu não estou falando isso por retórica. Na época a minha idéia era essa, entende?"

Péricles de Souza, dirigente do Comitê Central, avalia a questão tendo como ponto de partida a geração de militantes mais antiga e com maior experiência política.

> "Fica a impressão que (para) o pessoal que viveu o período da chamada luta ideológica do movimento comunista internacional na década de 60/70, isso foi menos chocante. Eu tinha a essa época uma posição absolutamente sólida e crítica em relação aos regimes do Leste e tal.

> Eu convivi e participei dessa luta contra o revisionismo contemporâneo, então, pra nós muita coisa ali já tava perdida, já tava destruída antes das estátuas caírem. Então, não teve esse choque não, teve mais do lado político, nos afetou politicamente, interrompeu esse crescimento que nós começamos no Brasil com a anistia e tal. Isso sofre um golpe muito grande porque a compreensão que se tinha e a mídia e tal era que ali era uma experiência socialista verdadeira e tal. Pra mim o problema já tinha acontecido antes, a degeneração. A Albânia já vem um pouco depois. A Albânia, eu sempre vi a Albânia como uma experiência pequena... Então, eu via o Amazonas dizer muitas vezes: a Albânia não é farol pra ninguém, não é nosso guia. Então, Amazonas tinha uma posição muito clara sobre isso".

Péricles não parece ter encarado com surpresa o ocorrido, já que tinha "uma posição absolutamente sólida e crítica" relativa aos regimes tidos como socialistas, mesmo em se tratando da Albânia. Sobre esta, lembra Péricles que os próprios albaneses não consideravam o seu país como farol do socialismo. Recordando de uma viagem à Albânia, em 1981, ele conta que o veterano dirigente comunista José Duarte, ao desembarcar em Tirana afirmou: "é com muito orgulho que eu estou pisando na pátria do socialismo, no farol". No que foi retrucado por um albanês da comissão de recepção, que afirmou que a Albânia não era farol. Dessa viagem, o narrador lembra ainda de fatos que, segundo ele, indicariam traços de autoritarismo do regime do PTA, fatos que o levam a reafirmar a relativa naturalidade com que encarou os episódios. Um daqueles mais expressivos ficou na memória como abuso de autoridade envolvendo a possibilidade de um assassinato por motivo banal:

> "Não, eu não fiquei muito chocado com a Albânia, as coisas que eu vi na Albânia eu não gostei, achei muito autoritário, uma relação muito autoritária. Teve uma experiência, só pra ilustrar. Nós éramos muito bem tratados na Albânia, o pessoal do PCdoB era tratado como um rei, nós morávamos numa casa só pra nós com um time de dez funcionários, passamos trinta dias, circulávamos de carro - coisa rara - carros modernos com aquecimento. Uma vez, o nosso carro quase era jogado num desfiladeiro de uma daquelas estradas de lá que são estreitinhas - e o país é muito montanhoso. Então, um caminhão deu uma fechada no nosso carro que quase cai, se caísse morria todo mundo. Rapaz, o companheiro que estava nos guiando saiu do carro, nós ultrapassamos o caminhão e tal e ele saiu do carro de arma na mão apontando para o motorista do caminhão e eu vi a hora do cara matar o outro. E aí voltou pro carro, a gente não sabia nem que ele tava armado".

Essa crítica à experiência que ocorria no "país das águias" também marcou as lembranças de um outro militante, Javier Alfaya, para quem havia muita contradição na Albânia e a valorização exclusiva do modelo albanês feita pelo partido constituía um equívoco.

> "Eu acho assim, essa zorra tinha que vir abaixo mesmo, né? Já tinha ficado claro para mim que aquilo era insustentável, entendeu? Assim, uma coisa pessoal minha, não era coisa que eu

> dizia e tal, mas a gente já especulava, junto com outras pessoas. Nem acho que nós tenhamos sido, a militância de base, assim, muito fanáticos pela Albânia, né? (...) Eu recebi uma revista espanhola chamada *Câmbio 16*... Eu me lembro de uma reportagem sobre a Albânia que era assim, uma coisa apavorante, quer dizer, mostrando o atraso do país, muito agrário, os carros de boi circulando no centro da cidade, em Tirana, né? As críticas à dureza do regime quanto à liberdade cultural e política. Aí, eu ficava assim, porra, esse negócio é meio estranho. Aí ficava aquela coisa meio que preguiçosa: mas o partido tá dizendo que é, então é porque é. Mas ao mesmo tempo começam aquelas ponderações: porra, porque que a gente tem essa postura? Tem críticas em relação a Cuba, se Cuba tem uma posição tão heróica e combativa em relação ao confronto com os Estados Unidos, né? Porque um país como a União Soviética, com todo sucesso que fez e avanços da civilização na União Soviética extraordinários e a gente não reconhece nada?"

Javier, dessa maneira, critica o tratamento partidário dispensado à experiência dos albaneses, destaca o problema da liberdade e considera unilateral a crítica que a organização fazia a outros regimes socialistas como os de Cuba e União Soviética. Mas ele acrescenta outras observações, dessa vez, preocupado com a própria identidade partidária e revelando certo alívio com o ocorrido:

> "Pô, nós nos livramos do peso da Albânia. Porque a defesa da Albânia, era um pouco assim, o estereótipo do que pensava o PCdoB. Então, é simbólico, né? Seja porque a gente fazia esforço para ser isso mesmo, seja porque eles (os adversários) aproveitavam dessa coisa estranha de achar que a Albânia era o único país socialista do mundo para nos atacar. Pô, diziam, os caras são tão ridículos que acham que um país como a Albânia é o único país socialista no planeta, embora haja aí, com erros ou não, experiências como o Leste Europeu! Que não são quaisquer países, né?"

Um pouco diferentes são as lembranças de Julieta Palmeira, já que esta admite que valorizava a experiência do pequeno país dos Bálcãs. A militante contou assim:

> "Eu não me senti com compromisso com essas experiências, eu nunca tive a idéia de que as idéias de Mao Tsetung eram umas idéias inquestionáveis. Aliás, eu acho que eu sempre tive um senso crítico em relação às idéias de Mao Tsetung. Desde quando eu não tinha preparo nenhum, eu não gostava daquele Livro Vermelho. Enver Hoxha era outra coisa que também provocava incômodo comigo. Eu não gostava do estilo de escrever, não conseguia ler aqueles livros, aquela coisa repetitiva, aquela linguagem repetitiva. Mas considerava que a Albânia era uma experiência importante, né? Na época, essas imagens, eu não me senti com nenhum compromisso propriamente. Mas foram coisas que me ajudaram a ter uma outra visão, que era a visão de um novo tempo, um novo momento".

De todo modo, a defesa da Albânia socialista foi, durante mais de dez anos, um componente importante da identidade política do PCdoB e dos seus militantes, que se expressava nos documentos partidários, processo de formação da militância e nos meios de propaganda do partido. A revista *Princípios*, por exemplo, editada por membros da direção

partidária, publicou sistematicamente artigos de dirigentes albaneses ou de comunistas brasileiros sobre a Albânia durante o período de 1981-1991.

Ainda assim, nos fragmentos de memória de quase todos esses militantes, o socialismo albanês não parece contar com nenhuma simpatia. Isso pode significar tanto a existência de uma pluralidade de opiniões convivendo com a posição oficial da organização, como também um processo de reelaboração do vivido a partir do presente, já que, "na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado", como observa Ecléa Bosi, seguindo Halbwachs. Se a memória é trabalho e não sonho, "deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito". Mesmo porque, "a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual".[295]

O experimento político e social conduzido pelo Partido do Trabalho da Albânia inscreveu-se profundamente na memória do Partido Comunista do Brasil e de seus militantes. No entanto, foi a queda do Muro de Berlim e todos os significados e implicações práticas daí decorrentes que afetaram gravemente as organizações, as correntes e os militantes comunistas e socialistas em todo o mundo, deixando-os embaraçados e momentaneamente desarmados para o enfrentamento da imensa e agressiva onda neoliberal e conservadora que se espraiou mundo afora, particularmente ao longo da década de 90 do século passsado. Foi naquele contexto que se desenhou uma situação internacional radicalmente diferente sob a égide exclusiva da superpotência norte-americana. Os movimentos revolucionários e de libertação nacional perdiam, assim, o apoio e a solidariedade com que um dia puderam contar perante governos de vários países. Com o muro caíram também muitas esperanças e desejos de mudança política e social.

O Partido Comunista do Brasil sentiu os efeitos dessa nova ordem nos próprios fundamentos ideológicos, políticos e organizativos, perdendo boa parte de sua influência político-institucional. Encerrado o processo eleitoral de 1992, os comunistas baianos passaram a contar, além do deputado federal Haroldo Lima, reeleito em 1990, com apenas um vereador em Salvador, Javier Alfaya e mais nove vereadores no interior. Situação bem diferente daquela de quatro anos antes, quando o partido contava com dois deputados federais, dois deputados estaduais e dezenove vereadores.

---

[295] BOSI, Ecléa. Op. cit., p. 55.

Para se preservar, o PCdoB teve que rever muitos dos seus fundamentos e construir uma nova matriz discursiva,[296] uma outra maneira de abordar a realidade e de dotá-la de novos significados. Aqui foram descartados alguns componentes como a teoria do partido único, a noção de um modelo padrão de socialismo, a revolução em duas etapas e a apologia ao socialismo albanês. Por outro lado, foram introduzidos o socialismo renovado, o partido de feição moderna e a nova estratégia socialista. O que era indizível ganhou dizibilidade no discurso partidário.

Concomitante com essa reelaboração programática e discursiva, que foi intensa durante toda a primeira metade dos anos de 1990, o PCdoB praticamente entrincheirou-se nas posições que havia ocupado nos movimentos sociais, especialmente nos sindicatos e no movimento estudantil. Já em 1992, os seus integrantes davam sinais de reanimação política ao participarem ativamente da campanha do "impeachment" ou "Fora Collor", com destaque para os militantes universitários que lideraram o movimento dos jovens "cara pintadas" nacionalmente. Nesta campanha, ganhou notoriedade o presidente da UNE, Lindberg Farias,[297] militante do PCdoB do Rio de Janeiro.

Ao concluir a conferência regional de outubro de 1993, alguns dos principais dirigentes estaduais revelavam o seu otimismo ao concluírem que a tempestade já havia passado, embora persistisse um quadro político ainda desfavorável. Renildo Souza, indicado para presidente naquele encontro, afirmou:

> "Conseguimos superar uma fase de grandes dificuldades. Agora, com as vitórias alcançadas no movimento de massas, sobretudo na área sindical, e a reanimação do partido em diversas frentes, como o movimento negro e a juventude (...) nos dão condições de trabalhar para ter em pouco tempo um partido de porte médio na Bahia".[298]

Luiz Nova, que se despedia da presidência, não pensava diferente. Para o ex-deputado, a conferência havia culminado o processo de "reafirmação política e ideológica do partido na Bahia". Segundo ele, as vitórias partidárias nos movimentos sociais "foram conquistadas na reaglutinação ideológica, na firmeza e na consolidação da perspectiva política do PCdoB na Bahia".[299]

---

[296] Cf. SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 143.
[297] Lindberg Farias elegeu-se deputado federal pelo PCdoB em 1994. Depois, transferiu-se para o PSTU e. posteriormente, para o PT.
[298] *A Semana Comunista* nº 208 de outubro de 1993, p. 3.
[299] Idem, ibidem, p. 3.

A razão principal desse entusiasmo eram as vitórias obtidas em vinte eleições sindicais disputadas pelos militantes comunistas e seus aliados, à razão de uma vitória por mês, muitas vezes concorrendo com a militância do PT.[300]

Esse novo estado da organização foi registrado na propaganda partidária. Se dois anos antes a logomarca da conferência dos comunistas baianos simbolizava um apelo pela continuidade da militância partidária – *O socialismo vive. Vale a pena recomeçar* – agora, a logomarca procurava traduzir a reafirmação de um projeto e frisar as possibilidades de ampliação das fileiras partidárias – *Socialismo. O partido cresce na luta*.

[300] Tribuna de Debates nº. 4. Conferência Regional do PCdoB – Ba. 1993.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cruzamento das memórias de alguns militantes com a memória oficial da organização e outras fontes permitiu delinear trilhas percorridas, meios utilizados, obstáculos transpostos, reveses sofridos, vitórias alcançadas, protagonistas constantes e efêmeros, aliados e adversários presentes nas refregas, potencialidades e limites do partido e de sua militância. A trajetória transcorreu cerca de dezoito anos, distribuídos ao longo das décadas de 70, 80 e 90 do século passado, contidos num ciclo de transição predominante, mas não exclusivamente política, que teve lugar no Brasil, assim como no mundo.

Para o partido e seus militantes não houve apenas uma transição, mas múltiplas. Foi um tempo em que o partido deixou de ser uma organização quase limitada à capital e basicamente de estudantes, cresceu e ocupou novos espaços em Salvador e no interior, principalmente nos movimentos sociais e na atividade institucional; tornou-se mais influente politicamente, adotou uma estrutura mais complexa e modificou substancialmente a composição social da sua militância, ao incorporar operários especializados, como os metalúrgicos, e não-especializados como os da construção civil, e outros elementos populares às suas fileiras, sem, contudo, tornar-se um grande partido de massas.

Pode-se nomear a década de 70 do século XX como aquela em que o PCdoB criou as condições necessárias para, aproveitando as oportunidades que nasciam e correndo os riscos que a conjuntura ainda apresentava, crescer e se consolidar como um partido de abrangência estadual, ao longo da década seguinte. O que permitiu tal desdobramento foi a existência de um núcleo de dirigentes comunistas experientes remanescentes dos “anos de chumbo”, muitos deles saídos da prisão, da vida clandestina ou chegados do exílio após a anistia de 1979. Quase todos originários da Ação Popular. Um deles, Haroldo Lima, já gozando de prestígio nos meios políticos e intelectuais. Também foi fundamental o recrutamento, na segunda metade dos anos 70, de diversos jovens estudantes, homens e mulheres, da capital, e principalmente do interior, que colocaram durante muito tempo a vida – praticamente toda a transição para a fase adulta e boa parte desta - a serviço do partido e de sua causa, através de uma dedicação cotidiana. E, por último, mas não menos importante, uma intensa e ofensiva atividade política numa multiplicidade de áreas de atuação.

Consequentemente, a década de 80 do século passado para o PCdoB baiano constituiu-se o tempo de sua consolidação como força política representativa na sociedade, com muitas lideranças de prestígio no parlamento, algumas inclusive premiadas pela imprensa. Embora tivesse quebrada a sua longa hegemonia de dez anos no movimento estudantil da UFBa, com

a derrota nas eleições do DCE-UFBa, em 1982, continuava com influência entre os estudantes. Mas foi no movimento sindical onde a militância do PCdoB lançou raízes mais sólidas permitindo uma duradoura hegemonia em muitas categorias. Em algumas outras não passou de uma força secundária ou inexpressiva, ficando para correntes do PT a predominância política, como foram os casos dos petroleiros e dos eletricitários. Também conseguiu construir uma intervenção própria no movimento anti-racista e na luta específica da mulher.

A propósito, essa trajetória apresenta uma singularidade que merece registro: a visibilidade política da mulher. O que não é trivial ocorrer na atividade política.[301] Seja nos movimentos sociais, seja na atividade institucional, a mulher comunista expressou-se politicamente com destaque, embora fosse minoria entre os militantes e dirigentes partidários. A estudante de arquitetura Salete Silva, a economista Lídice da Mata, a estudante de ciências sociais Clara Araújo, a estudante de medicina Julieta Palmeira, a médica Jane Vasconcelos, a enfermeira Aladilce Souza, as farmacêuticas Alice Portugal e Gisélia Santana e a professora Maria José Rocha Lima, em épocas diferentes, todas tornaram-se importantes lideranças estudantis, sindicais ou de bairros. Algumas desempenharam funções de destaque no parlamento, como Lídice da Mata, Maria José Rocha Lima e Jane Vasconcelos, deputada federal, deputada estadual e vereadora, respectivamente. Quase todas ocuparam posições de direção partidária estadual. Julieta Palmeira e Loreta Valadares integraram inclusive a comissão executiva do partido, sendo responsáveis pela propaganda e pela formação teórica da organização, respectivamente. Por último, Diva Santana e Ana Maria Guedes, símbolos da luta pela anistia aos presos políticos na Bahia e pelo esclarecimento das mortes e desaparecimento de presos e combatentes políticos.

Nesse processo de transição e consolidação, o partido enfrentou duas crises importantes. A primeira, permeada por divergências de interpretação da conjuntura e do passado recente da organização, entre 1979-1981, ainda sob a clandestinidade, ganhou contornos de uma luta interna. Todos os entrevistados a interpretaram como algo positivo, algo que impulsionou o próprio crescimento verificado nos anos seguintes, apesar de, como lembrou Luiz Nova, o partido - como um exército – ter perdido muitos generais e ficado apenas com os soldados. A outra crise, resultante das derrotas políticas sofridas pelos partidos

[301] Cf. ARAÚJO, Clara. *Partidos políticos e gênero. Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. In*: Revista de sociologia e política. Curitiba, 24 p. 193-215, jun. de 2005 e JOFFILY, Olívia R. Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese de doutoramento em ciências sociais. PUC. São Paulo. 2005.

comunistas detentores do poder na União Soviética e em outros países, eclodiu praticamente dez anos depois da primeira, em 1990-1991, e já na legalidade, foi interpretada de maneira diferente. Apesar de não ganhar a forma de uma luta interna, essa crise estancou o ciclo expansivo experimentado pela organização. Os militantes e ex-militantes a interpretaram como profundamente negativa para o partido, que amargou muitos prejuízos políticos, e para si próprios, que, além de compartilhar os efeitos políticos com o partido, ainda tiveram muitos custos psicológicos, decorrentes das certezas abaladas e dos questionamentos suscitados. Ainda assim, a organização sobreviveu, procurando se renovar, e a maioria de seus membros reafirmou o projeto socialista e a condição de militante, agora mais reflexiva e questionadora.

Além de crescer, um outro desafio para o partido era saber como expressar a própria identidade, concorrendo com a identidade que lhe era atribuída pelas forças dominantes.

Com o seu ingresso na *polis* interditado desde 1948, ou seja, impedidos de agir na política institucional, e operando sob condições bastante restritivas e perigosas, os comunistas atuavam onde era possível e sem assumir publicamente uma identidade própria. Entre os estudantes universitários eram identificados como pertencentes à tendência política estudantil "Viração", título de um jornal distribuído pelo Diretório Central dos Estudantes da UFBa, a partir de 1976. No entanto, a ênfase com que distinguiam algumas propostas políticas, por exemplo, a defesa de uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana, e brandiam determinadas palavras de ordem, além do uso de certos vocábulos, permitiam-lhes a expressão de uma identidade própria, ainda que não fosse facilmente percebida.

Porém, foi a partir do lançamento do jornal *Tribuna da Luta Operária - TLO*, em outubro de 1979, que os comunistas do PCdoB passaram a apresentar-se de maneira mais aberta com as suas posições sobre o país e o mundo, inclusive através da publicação de documentos oficiais da organização, consolidando, assim, a fase de semi-legalidade do partido, que perduraria até 1985. Aliás, o surgimento desse jornal fez com que os comunistas passassem a ser identificados como "o pessoal da TLO", "o grupo da *Tribuna da Luta Operária*" ou "os tribuneiros". Isso porque, além de desenvolverem uma atividade de venda permanente do jornal nos diversos locais em que militavam, eles defendiam as posições do periódico e se orientavam pelas matérias de natureza teórica ou ideológica divulgadas pelo jornal, que era dirigido por membros do partido. Como na ilegalidade o partido não podia ter suas sedes estruturadas, as sucursais do jornal terminavam se constituindo no espaço de aglutinação dos militantes e simpatizantes.

Foi somente a partir de 1985, ano de conquista da legalidade, que se tornou possível a assunção de sua identidade de maneira pública e abertamente, inclusive com os seus símbolos

mais significativos - a bandeira vermelha e a foice e o martelo -, que, de qualquer forma, já eram vistos nas inúmeras manifestações populares que ocorreram nos primeiros anos da década de 1980 do século anterior, por exemplo, nas comemorações do 1º de Maio de 1982, mas principalmente no curso da campanha por eleições diretas para presidente da República, em 1984.

Entre aqueles que se tornaram militantes comunistas, muitos terminaram reorientando e dando novo significado ao seu cotidiano e às suas expectativas de vida, reelaborando constantemente os seus próprios projetos. Primeiro, almejavam desenvolver seus estudos, ou estudar e trabalhar. Depois, integraram-se às lutas políticas, dando um novo conteúdo ao projeto original. Posteriormente, aderiram a uma organização que passaria a fazer parte do seu cotidiano e a reorientá-lo por longos anos de sua vida pessoal e profissional, particularmente até por volta de 1985, quando ocorreu o fim da ditadura militar e a legalização do partido. Daí em diante, a dedicação exclusiva à vida partidária e a militância como uma opção cotidiana passam a ter menor incidência e, com os acontecimentos subjacentes à Queda do Muro, diminuem consideravelmente.

À opção pelas fontes das diversas memórias somou-se a tentativa de confluir a história política com a história social, o que tornou o trabalho denso e volumoso. Seria possível fazer uma história meramente política, por exemplo, que abordasse exclusivamente a atuação parlamentar do partido. No entanto, fazer esse tipo de abordagem tendo como objeto um partido comunista seria como falar de um rio ignorando o próprio leito, pois, é próprio da natureza dos partidos comunistas sua imbricação com as lutas sociais, sem as quais o partido perderia a razão de ser.

Essa escolha, de qualquer maneira, impediu que se recobrisse ou aprofundasse aspectos importantes da atividade militante ou partidária enquadrada na temporalidade escolhida. Entre eles, podem ser lembradas a intervenção dos comunistas nos parlamentos, os esforços pela reconquista da legalidade, as relações com as outras forças políticas e o conteúdo teórico e político das divergências que produziram a luta interna em 1979-1981. Aspectos que podem ensejar novas pesquisas.

8. FONTES DE PESQUISA

ACERVOS PÚBLICOS

Biblioteca da Universidade Católica do Salvador – Campus da Federação.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Biblioteca Isaías Alves da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBa.

Centro de Estudos e Ação Social – CEAS.

FONTES ORAIS

Ana Maria Guedes. Assistente social. É militante desde 1973 e egressa da Ação Popular. Atuou na luta pela anistia e entre os servidores públicos estaduais. Integra o trabalho de formação do partido e o Grupo Tortura Nunca Mais. Entrevista realizada em março de 2007.

Antônio Santos do Carmo. Natural de Salvador. Assessor parlamentar. Estudou ciências contábeis na UFBa e história na UCSal. Foi militante e dirigente estadual do PCdoB de 1975 a 1991. Entrevista realizada em fevereiro de 2005.

Antonio Renildo S. Souza. Natural de Ribeira do Pombal. Economista e Professor. Foi estudante de física e de economia na UFBa, estagiário na indústria têxtil e operário metalúrgico. Milita no PCdoB desde 1979 e integra suas direções estadual e nacional. Entrevista realizada em abril de 2005.

Arismário Sena Ferreira. Natural de Ipirá. Professor. Militante desde 1982. Atuou no Colégio Central e no movimento das residências estudantis. É dirigente do partido em Ipirá e atua entre os professores da rede estadual. Entrevista realizada em novmebro de 2007.

Davidson de Magalhães Santos. Natural de Itabuna. Economista e professor. Estudou economia e atuou politicamente na FACCEB, foi dirigente do partido em Itabuna. Milita no PCdoB desde 1981 e é membro da direção estadual. Entrevista realizada em março de 2006.

Deoclides Cardoso de Oliveira Júnior. Natural de Barra. Bancário e médico. Estudou e militou na Escola Baiana de Medicina. Milita no PCdoB desde 1980. É dirigente do Sindicato dos Médicos. Entrevista realizada em março de 2006.

Élcio Nunes Dourado. Natural de Caetité. Advogado. Estudou direito na UFBa. Foi militante do movimento estudantil e das residências. Atuou no trabalho de campo do partido. Foi dirigente estadual do partido. Entrevista realizada em setembro de 2007.

Everaldo Augusto da Silva. Natural de Brumado. Bancário e vereador em Salvador. Atuou no movimento ds residências, no sindicalismo bancário e foi presidente estadual da CUT. É militante há 27 anos. Integra os comitês estadual e central do partido. Entrevista realizada em maio de 2007.

Francisco Javier Ulpiano Alfaya. Nascido na Espanha. Deputado estadual, dirigente estadual e nacional do partido. Foi presidente da UNE e vereador em Salvador. Entrevista realizada em julho de 2006.
Hilário de Jesus Leal. Natural de Jequié. Funcionário partidário. Atuou no movimento operário e em Camaçari. É militante há mais de 25 anos. Integra a direção municipal de Salvador. Entrevista realizada em maio de 2007.

José Reinaldo de Carvalho. Natural de Salvador. Jornalista e dirigente nacional do partido. Atuou no movimento estudantil da UFBa e esteve na Albânia durante 4 anos. Entrevista realizada em dezembro de 2007.

Julieta Maria Cardoso Palmeira. Natural de Vitória da Conquista. Médica. Estudou e atuou politicamente na Escola Baiana de Medicina e na UCSa. Milita no PCdoB desde 1976 e integra sua direção estadual. Entrevista realizada em março de 2007.

Luiz Henrique Sá da Nova. Natural de Macarani. Jornalista e professor. Estudou jornalismo na UFBa. Militou no PCdoB durante aproximadamente 30 anos, tendo atuado na UFBa e no movimento das residências estudantis. Foi presidente estadual e membro do Comitê Central da organização. Entrevista realizada em abril de 2007.

Luiz Raimundo Barreiros Gavazza. Natural de Salvador. Professor. Chefe de gabinete da Prefeitura de S. Sebastião do Passe. Milita no partido há 27 anos e é membro da direção estadual. Atuou entre os estudantes da UCSal, em Alagoinhas e no movimento dos professores da rede estadual. Entrevista realizada em maio de 2007.

Manoel Messias Gonzaga. Natural de Serra Talhada em Pernambuco. Farmacêutico e ex-vereador em Feira de Santana. Milita no partido desde 1979. Atuou no DCE – UFBa. É dirigente do partido em Feira de Santana e integra a direção estadual. Entrevista realizada em maio de 2007.

Maria Aladilce de Souza. Natural de Nova Soure. Vereadora e professora da UFBa. Estudou enfermagem na UFBa. Milita no PCdoB desde 1981 e integra sua direção estadual, hoje. Atuou nos movimentos estudantil e de bairro. Atua no sindicalismo público. Entrevista realizada em 06 de dezembro de 2007.

Olival Freire Júnior. Natural de Jequié. Professor de física. Militou no partido durante mais de 30 anos, tendo atuado no movimento estudantil. Foi presidente estadual na Bahia e em São Paulo e membro do Comitê Central. Foi editor da revista *Princípios*. Entrevista realizada em maio de 2007.

Percival dos Santos Alves. Natural de Presidente Jânio Quadros. Professor. Milita no PCdoB desde 1979. Atuou entre os professores da rede estadual e na área de formação do partido. Entrevista realizada fevereiro de 2008.

Péricles Santos de Souza. Natural de Vitória da Conquista. Presidente estadual do PCdoB e membro do Comitê Central. Militante desde 1973, egresso da Ação Popular. Viveu alguns anos na clandestinidade. Entrevista realizada em abril de 2006.

Sandra Regina Soares. Natural de Salvador. Psicóloga. Militou no partido durante cerca de 13 anos. Atuou nos movimentos estudantil, de bairros e contra a carestia. Integrou a gestão da

Prefeitura de Camaçari e a direção estadual do partido. Colaborou no trabalho de formação do partido. Entrevista realizada em junho de 2007.

Vandilson Pereira Costa. Natural de Guanambi. Advogado e ex-deputado estadual. Estudou veterinária na UFBa e direito. Atuou no DCE – UFBa e no movimento das residências. Foi deputado estadual na década de 80 do século XX. É dirigente estadual do partido. Entrevista realizada em maio de 2006.

PERIÓDICOS

A Classe Operária, órgão do Comitê Central do PCdoB, de 1973 a 1984.

A Semana Comunista, publicação da Comissão Executiva Regional do PCdoB – Bahia, de 1987 a 1993.

A Tarde de 1975 a 1992.

Jornal da Bahia de 1975 a 1982.

Movimento de 1979 a 1981.

O Momento, publicação da Comissão Executiva Regional do PCdoB, nº 2 de dezembro de 1982.

Revista Princípios de 1981 a 1995.

Tribuna da Bahia de 1975 a 1992.

Tribuna da Luta Operária (TLO) de 1979 a 1985.

DOCUMENTOS PARTIDÁRIOS

Informes dos seguintes conclaves partidários:

Conferências nacionais realizadas em 1979 e em 1995; e

Conferências regionais da Bahia realizadas em novembro de 1987, abril de 1988, abril de 1991, dezembro de 1991 e outubro de 1993.

6º Congresso partidário realizado em 1983.

7° Congresso partidário realizado em 1988.

8º Congresso partidário realizado em 1992.

9º Congresso partidário realizado em 1997.

Tribunas de debates estaduais.

Tribunas de debates nacionais.

LIVROS

AMAZONAS, João. Pela liberdade e pela democracia popular. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.

_____ et al. O socialismo vive. Documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1992.

_____ et al. União do Povo contra o neoliberalismo: documentos e resoluções do 9º Congresso do PCdoB. Outubro de 1997. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998.

ARRUDA, Diógenes. A educação revolucionária do comunista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1982.

Partido Comunista do Brasil. Política e revolucionarização do partido. Lisboa – Portugal: Maria da Fonte, 1977.

_____ Construindo o futuro do Brasil – Programa socialista – PCdoB. Documentos da 8ª Conferência Nacional do PCdoB. São Paulo: Anita, 1995.

OUTROS DOCUMENTOS

Beba – Boletim dos Estudantes da Bahia, editado pelo DCE-UFBa. Junho de 1979.

Boletim Informativo Semanal n° 1 do Trabalho Conjunto. mimeografado, s/d (Provavelmente de fins de maio de 1978).

Discurso de José Pires Caldas pronunciado na sessão especial da Câmara Municipal de Salvador, em homenagem aos quarenta anos da RUF – Residência Universitária de Feira de Santana, realizada no dia 11 de setembro de 2007.

Documento da CIVUB datilografado intitulado "Residência dos estudantes interioranos: da conquista inicial às lutas atuais", provavelmente de 1978.

Enquête da Secretaria de Assistência da CIVUB. Mimeografada. Julho de 1978.

Jornal da Chapa Arueira, concorrente às eleições da CIVUB. Edição de 1979.

Jornal da Chapa Arueira, concorrente às eleições da CIVUB, de novembro de 1980.

Jornal *Integração*. Editado conjuntamente pela AEI - Associação dos Estudantes de Itaberaba e pela REB – Residência Estudantil de Brumado. Mimeografado. Número 01, de junho de 1979.

"Proposta de criação da Comissão de Trabalho Conjunto da Cidade do Salvador, apresentada pelo núcleo atual da Comissão Provisória", na reunião geral, realizada no dia 16 de junho de 1977, no Mosteiro de São Bento.

9. BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990.

ALVES, Maria Helena M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1989.

ALMEIDA, Gilberto W. **Memórias de comunicação e construção da cidadania: as experiências do Convênio Cultural e do Trabalho Conjunto de Salvado**r. XXIV Congresso Brasileiro de Comunicação – Campo Grande - MS – Setembro/2001.

AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**. 7ª Edição. São Paulo: Martins Editora, 1951.

ANDRADE, Raquel Maria de A. **Migração e industrialização: o caso do CIA**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Humanas da UFBa. Salvador: 1973.

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. São Paulo: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero. Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *In*: **Revista de sociologia e política**. Curitiba, 24 p. 193-215, jun. de 2005.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *In*: **Estudos Avançados**. Vol.18 nº 52. São Paulo. Dezembro de 2004.

BENEVIDES, Sílvio. **Proibido proibir: uma geração na contramão do poder – O movimento estudantil na Bahia e o jovem**. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Progr. de Pós-Graduação em C. Sociais. FFCH/UFBa, 1999.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1985.

BEZERRA, Gregório**. Memórias. Primeira parte: 1900-1945**. Terceira Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UNB, 2ª edição, 1986.

_____ **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo, Ed. UNESP, 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

_____ (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CAMPOS FILHO Romualdo. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia – Go: Editora UFG, 1997.

CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir (org.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas - SP: Papirus, 2000.

CARDOSO, Heloisa Helena P. Narrativas de um candango em Brasília. *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 24. nº. 47, 2004.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.

_____ **O P.C.B. (1964-1982)**. Vol. III. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Maria Alba Oliveira de. **Salvador, anos 80 – Tempos de normalidade e de rebelião. Um estudo sobre os movimentos sociais em Salvador**. Salvador, 1991. Dissertação de mestrado, UFBa.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: artes e fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CORTEZ, Lucili G. O resgate da identidade cultural e política de exilados do Nordeste – 1964-1984. *In*: ATAÍDE, Dulce B. (coord.). **Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste**. Salvador: UNEB, 2000.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. "Surf" nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. *In*: **Caderno CRH** - UFBa. Salvador, n. 39,, jul./dez. 2003

FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1988.

FENELON, Déa Ribeiro. O papel da história oral na historiografia moderna. *In*: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) **(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: USP, 1996.

FERREIRA, Elisabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Muniz G. A história política da esquerda baiana: uma história em construção. *In*: **Politéia. História e sociedade**. Vitória da Conquista – Ba, v. 4, n. 1., p. 159-181, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro –RJ: CPDOC-FGV/Diadorim, 1994.

_____ **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

FILGUEIRAS, Oto. O quebra-quebra de Salvador. *In*: **Cadernos do CEAS.** Nº 76. Novembro/dezembro de 1981. Centro de Estudos e Ação Social. Salvador.

FRAGA, Maria da Conceição. Prisão e exílio nas lembranças de parlamentares brasileiros. In: ATAÍDE, Dulce B. (coord.). **Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste**. Salvador: UNEB, 2000.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário (1964-1984). Vol. 2. A crise do "milagre brasileiro"**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2ª edição. Petrópolis – RJ, Vozes, 2001.

GASPARI, Élio. **A ditadura derrotada: o sacerdote e o feiticeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRAUDO, José Eduardo F. **Poética da Memória: uma leitura de Toni Morrison.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **Velhos militantes: depoimentos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

GONZALEZ, Maria Victoria Espiñera. **O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros**. Salvador: Edufba/ALBa, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho e JOCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

GUIMARÃES, Antônio S. (*et al.*). **Repensando uma década: a construção da CUT na Bahia nos anos oitenta**. Salvador: CEPAS; CEAS; UFBA – FFFCH – Mestrado em Sociologia. Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

GUIMARÃES, Ari. As eleições de 1978 na Bahia. *In*: **As eleições nacionais de 1978, vol. II**. Brasília: Fundação Milton Campos, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo, Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo, Cia das Letras, 2002.

_____ **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JOFFILY, Olívia R. **Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985).** Tese de doutoramento em ciências sociais. PUC. São Paulo. 2005.

JOSÉ, Emiliano. **Galeria F: lembranças do mar cinzento**. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

KUSHNIR, Beatriz. De ordem superior... Os bilhetinhos da censura e os rostos das vozes. *In:* GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro – RJ, Editora FGV, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997.

LÊNIN, Vladimir. O que fazer? *In*: **Obras escolhidas. Vol. I**. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

_____ **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

_____ **Os comunistas e as eleições**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1983.

LEVY, Nelson. PCdoB: continuidade e ruptura. *In*: **Teoria e Política, nº 1**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje**. São Paulo: Revan, 2004.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo, Contexto, 1992.

MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **História do Marxismo no Brasil, vol. I. O impacto das revoluções**. 2ª edição revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NEVES, Euclides F. **Bancos, bancários e movimento sindical**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória e História: multiplicidade e singularidade na construção do documento oral. *In*: **Anais do II Encontro de História Oral do Nordeste**. Salvador: UNEB, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. **História, memória e memorialística**. Disponível em: http://modernosdescobrimentos.inf.br/desc/meireles/historiamemoriamemorialistica.htm.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In*: **Projeto História**. Revista do Departamento de História da PUC-SP, n° 10, 1993.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo A. de. **O ressurgimento do movimento estudantil baiano na década de 70**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. FFCH/UFBa, 2002.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº. 3, 1989.

_____ Memória e identidade social. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº. 10, 1992.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **Massacre na Lapa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

POMAR, Wladimir. **A ilusão dos inocentes**. São Paulo: Scritta, 1994.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *In*: **Projeto História**. São Paulo. Nº 14. Fev. 1997.

_____ Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *In*: **Projeto História**. Revista do PEPGH da PUC/SP, n. 15. São Paulo, abril de 1997.

REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

_____ O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992. *In*: **Perspectivas. Revista de Ciências Sociais**. UNESP. São Paulo: 17-18, 1994/1995.

ROMAGNOLI Luiz Henrique e GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador**. Coleção História Imediata. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org.). **O mundo depois da queda**. São Paulo: Paz e terra, 1995.

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil. Definições ideológicas e trajetória política. *In*: **História do Marxismo no Brasil.** (Orgs.) RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. Campinas – SP – Editora da UNICAMP, 2007.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. *In*: **Projeto História**. Revista do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n° 14, 1997.

SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre Amigos: história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/FFCH/UFBA.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEPLANTEC. **Anuário Estatístico da Bahia**. 1972.

SILVA, Sandra Regina B. da. **"Ousar Lutar, Ousar Vencer": histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Salvador: Dissertação de Mestrado em História. PPGH/FFCH/UFBA, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOLA, Lourdes e PAULANI, Leda Maria (orgs.). **Lições da década de 80**. São Paulo: EDUSP; Genebra: UNRISD, 1995.

SOUZA, Ana Cecília B. Alves de Souza. Estudantes ontem e hoje. *In*: **Caderno do CEAS.** Nº. 52, novembro/dezembro de 1977.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *In*: **Projeto História**. Revista do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, nº 15, abril de 1997.

VALADARES, Loreta. **Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.

VELHO, Gilberto**. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____ **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VICENT, Gerard. Ser comunista? Uma maneira de ser. *In*: ARIÉS, P. e DUBY, G. (dir.). **História da vida privada: da primeira Guerra aos nossos dias. Vol. 5**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 427-457.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **CEAS - A resistência de setores da Igreja Católica durante o regime militar.** Disponível no endereço:
www.cehila_brasil. com.br/Biblioteca/arquivo_108.doc.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo